



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA GLOBAL

ALEXANDRE FIORI DE ALMEIDA MARTINS COSTA

**QUENTIN SKINNER E A INTERPRETAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO
DE THOMAS HOBBS: UMA ANÁLISE DA TEORIA E DA PRÁTICA DO
CONTEXTUALISMO LINGUÍSTICO**

FLORIANÓPOLIS
2024

ALEXANDRE FIORI DE ALMEIDA MARTINS COSTA

**QUENTIN SKINNER E A INTERPRETAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO
DE THOMAS HOBBS: UMA ANÁLISE DA TEORIA E DA PRÁTICA DO
CONTEXTUALISMO LINGUÍSTICO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação
em História Global da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito para obtenção do
título de Doutor em História.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Flávia Florentino Varella

FLORIANÓPOLIS
2024

Martins Costa, Alexandre

Quentin Skinner e a interpretação do pensamento político de Thomas Hobbes: : uma análise da teoria e da prática do contextualismo linguístico / Alexandre Martins Costa ; orientadora, Flávia Florentino Varella, 2024.

192 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. Teoria da história. 3. História da historiografia. 4. Contextualismo linguístico. 5. História do pensamento político. I. Varella, Flávia Florentino. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Alexandre Fiori de Almeida Martins Costa

Quentin Skinner e a interpretação do pensamento político de Thomas Hobbes: uma análise da teoria e da prática do contextualismo linguístico

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 27 de dezembro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Ricardo Virgilino da Silva, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Rodrigo Bragio Bonaldo, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Bruno Santos Alexandre, Dr.
Universidade Federal do Acre

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em História.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof.^a Flávia Florentino Varella, Dr.^a
Orientadora

Florianópolis, 2024.

RESUMO

A presente tese apresenta uma avaliação sobre a aplicação da metodologia de Quentin Skinner para a historiografia, usualmente denominada *contextualismo linguístico*, por meio dos principais textos produzidos pelo autor acerca do pensamento político de Thomas Hobbes. A contribuição historiográfica de Skinner, tanto para a teoria da história quanto para a história do pensamento político, foi iniciada em meados da década de 1960, momento em que o autor publicou os seus primeiros artigos sobre o contexto político de Hobbes, em paralelo a um ensaio teórico sobre o problema da explicação histórica. A partir daí, Skinner se dedicou a um projeto duplo e interconectado: minar a base das interpretações contemporâneas dos pensadores clássicos da teoria política moderna e, ao mesmo tempo, propor o método de análise adequado para a condução de pesquisas na área. É certo que os trabalhos de Skinner em história do pensamento político não se limitam à análise da obra de Hobbes, assim como seus textos de caráter teórico-metodológico não se restringem exclusivamente ao desenvolvimento do contextualismo linguístico. Todavia, o fato de serem os dois tópicos mais extensamente explorados pelo autor, além de terem surgido de forma paralela, indicam que os seus escritos sobre Hobbes constituem o local privilegiado para uma avaliação, a nível prático, das suas concepções metodológicas. Sendo assim, a proposta geral da tese é ler os textos de Skinner sobre Hobbes como aplicações do contextualismo linguístico e, com isso, esclarecer os méritos e as limitações da metodologia, bem como os resultados que podem ser esperados com a sua utilização, além de sugerir possibilidades de avanços teóricos com base nos debates contemporâneos da historiografia.

Palavras-chave: Teoria da história; História da historiografia; Contextualismo linguístico.

ABSTRACT

This thesis presents an assessment of the application of Quentin Skinner's methodology to historiography, usually called linguistic contextualism, through the main texts produced by the author about the political thought of Thomas Hobbes. Skinner's historiographical contribution, both to the theory of history and to the history of political thought, began in the mid-1960s, when he published his first articles on Hobbes' political context, in parallel with a theoretical essay on the problem of historical explanation. From then on, Skinner devoted himself to a double and interconnected project: to undermine the basis of contemporary interpretations of the classical thinkers of modern political theory and, at the same time, to propose the appropriate method of analysis for conducting research in the area. It is true that Skinner's work in the history of political thought is not limited to the analysis of Hobbes' work, just as his theoretical-methodological texts are not restricted exclusively to the development of linguistic contextualism. However, the fact that they are the two topics most extensively explored by the author, as well as having arisen in parallel, indicates that his writings on Hobbes constitute the privileged place for an evaluation, at a practical level, of his methodological conceptions. Thus, the general purpose of the thesis is to read Skinner's texts on Hobbes as applications of linguistic contextualism and, thereby, to clarify the merits and limitations of the methodology, as well as the results that can be expected from its use, in addition to suggesting possibilities for theoretical advances based on contemporary debates in historiography.

Palavras-chave: Theory of history. History of historiography. Linguistic contextualism. History of political thought. Quentin Skinner. Thomas Hobbes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
PARTE I – TEORIA E METODOLOGIA	14
1. O CONTEXTUALISMO LINGUÍSTICO	14
1.1. O modelo de Pocock	15
1.2. As fundações do contextualismo linguístico de Skinner	23
1.3. Desenvolvendo a teoria dos atos de fala	35
1.4. Retórica e mudança conceitual	49
2. REFERENCIAIS TEÓRICOS	56
2.1. A filosofia da história de R. G. Collingwood	57
2.2. A filosofia da linguagem de J. L. Austin	65
2.3. A historiografia de Peter Laslett	74
3. A RECEPÇÃO DA METODOLOGIA DE SKINNER	83
3.1. Principais críticas	84
3.2. Respostas do autor	95
3.3. Reformulações do método	103
PARTE II – SKINNER E HOBBS: UM ESTUDO DE CASO	110
4. TEXTOS INAUGURAIIS	114
4.1. Reconstruindo o contexto ideológico de Hobbes	115
4.2. Teoria e prática no período formativo de Skinner	133
5. RAZÃO E RETÓRICA NA FILOSOFIA DE HOBBS	139
5.1. O argumento do livro e sua execução	142
5.2. Teoria e prática	154
6. HOBBS E A LIBERDADE REPUBLICANA	166
6.1. O argumento do livro e sua execução	169
6.2. Reencontrando o passado	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	194

INTRODUÇÃO

Quentin Robert Duthie Skinner nasceu em Lancashire em 1940, mudando-se para Cambridge na época de sua graduação em História no *Gonville and Caius College*, que concluiu em 1962. Após este período, Skinner iniciou sua carreira docente, passando por diversas universidades na Inglaterra e nos Estados Unidos entre a década de 1960 e 1990, incluindo a Universidade de Cambridge e a Universidade Princeton. Suas áreas de atuação como professor e pesquisador incluem tanto a história do pensamento político – na qual ganhou relevância com suas intervenções teórico-metodológicas na área, bem como seus influentes trabalhos sobre o pensamento de Thomas Hobbes e Nicolau Maquiavel – quanto na ciência política. De 1979 a 1996, Skinner lecionou ciência política na Universidade de Cambridge, tendo posteriormente ocupado o cargo de professor de história na mesma universidade entre 1996 e 2008. Desde então, Skinner trabalha como professor de humanidades na Universidade de Londres.

Skinner é conhecido por suas importantes contribuições para diferentes áreas do conhecimento, começando pela história intelectual e pela ciência política, passando pela teoria da história e pela filosofia da linguagem, chegando enfim à reflexão ética (CURTO, 2002, p. IX). Tido como um dos integrantes fundadores e principal teórico da Escola de Cambridge – ao lado de J. G. A. Pocock e John Dunn –, seus estudos sobre as origens do pensamento político moderno e suas concepções teórico-metodológicas têm suscitado grande interesse e ampla recepção na historiografia internacional desde o final da década de 1960. Skinner é ainda conhecido, especialmente pelos estudiosos de ciência e filosofia política, como um dos principais proponentes da teoria *neorepublicana*, a qual surgiu dentro do movimento mais amplo de “retorno ao republicanismo” no contexto britânico (PINTO, 2007, p. 469; SILVA, 2008, p. 152).

Seja na historiografia brasileira ou internacional, possuímos uma vasta bibliografia referente aos princípios teóricos do contextualismo linguístico. Em linhas gerais, é conhecido o fato de que tal abordagem reúne diferentes elementos das tradições inglesas em filosofia da linguagem e filosofia da história, adaptando-as para o estudo histórico do pensamento político moderno. Desta fusão, são extraídas e reinterpretadas a teoria austiniana dos atos de fala – a qual entende a linguagem primordialmente como ação e, portanto, a considera a partir de seus usos em diferentes contextos (FILHO, 2006, p. 219) –, bem como a teoria collingwoodiana do *re-enactment*, uma teoria idealista da história que pressupõe a reconstituição do pensamento passado na mente do historiador e a compreensão das intenções subjacentes

àquele pensamento como tarefa essencial da empreitada historiográfica (DRAY, 1995, p. 32; PEREIRA, 2011, p. 69; WALSH, 1978, p. 47).

Não menos vasta é a bibliografia referente à crítica ao contextualismo linguístico. As diversas reações aos textos de Skinner, como o próprio autor notou, se encaminharam para uma multiplicidade de direções. Não à toa, Skinner tem constantemente respondido os seus comentadores, seja através da revisão e reedição de antigos trabalhos ou na redação de novos textos. A abordagem de Skinner tem sido controversa desde as suas primeiras articulações e, da década de 1990 em diante, o lançamento de novas pesquisas de peso por parte do autor reativou com força antigos debates (GOODHART, 2000, p. 531).

Tão importante quanto a contribuição de Skinner para a teoria da história foi a sua contribuição para a história do pensamento político. A publicação de *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, em 1978, não só lhe garantiu grande reputação como historiador na área, mas também consagrou o seu método e, em pouco tempo, tornou-se referência obrigatória para os estudos do pensamento político moderno (FERES JÚNIOR; JASMIN, 2006, p. 13). De forma semelhante, os trabalhos de Skinner sobre Maquiavel – especialmente seu livro *Maquiavel* (1981) – marcam, juntamente com o clássico *The Machiavellian Moment*, de Pocock (1975), um importante capítulo na história das interpretações da obra do pensador florentino (ALEXANDRE, 2017, p. 1). O mesmo pode ser dito em relação aos seus diversos trabalhos sobre o pensamento de Thomas Hobbes – iniciados com a publicação do artigo “Hobbes’s Leviathan” em 1964, quando o autor tinha 24 anos de idade –, que suscitaram, e continuam suscitando, ampla discussão pelos estudiosos da área (COLLINS, 2009, p. 344).

Como teórico da liberdade, Skinner se destaca ainda pelas contribuições no debate em torno do republicanismo, ao lado de pensadores como Phillip Pettit e os demais integrantes da Escola de Cambridge (GOODHART, 2000, p. 559-560). Boa parte de seus livros de história do pensamento político versam sobre a concepção moderna de liberdade, com destaque para *As Fundações de Pensamento Político Moderno* e para o livro que resultou de sua aula inaugural como *Regius Professor of History* na Universidade de Cambridge, *Liberdade antes do liberalismo*, publicado em 1998.

O contexto historiográfico do qual emerge Skinner em meados da década de 1960, ao menos no que concerne as suas publicações de caráter teórico-metodológico, é o da virada linguística na disciplina da história das ideias, um contexto que se manifestou

não apenas com Skinner na Inglaterra, mas com Michel Foucault na França, com Reinhart Koselleck na Alemanha e com Hayden White nos Estados Unidos, apenas para citar alguns exemplos (OLSEN, 2014, p. 1; PALONEN, 1997, p. 61). Assim, Foucault operou, em consonância com Roland Barthes, a sua crítica à história das ideias por meio de uma problematização da noção de *autor* e da *originalidade* da obra (BARROSO, 2015, p. 173). Koselleck, por sua vez, deu continuidade à crítica da *Ideengeschichte* de Frederich Meinecke e da *Geistesgeschichte* de William Dilthey e Erich Rothacker, iniciada nos anos 1930 por Otto Brunner e Werner Conze, oferecendo um método inovador para o tratamento essencialmente histórico dos conceitos sociais e políticos na Alemanha (RICHTER, 1987, p. 248). White, com a publicação de *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, trouxe o problema do relativismo e da indeterminação historiográfica de forma definitiva para a agenda dos historiadores, sob a forte influência das teses narrativistas da filosofia da história promovidas na década de 1960 por autores como Louis Mink, Arthur Danto e William Dray (CEZAR, 2015, p. 442; MARTINS-COSTA, 2015, p. 22). Skinner, na esteira da Escola de Cambridge, bebeu em fontes distintas para a construção de sua própria crítica ao *establishment* historiográfico britânico de seu tempo, ainda que com um objetivo bastante semelhante ao de Koselleck: contrapor a influente noção das *unit-ideas* de Arthur O. Lovejoy e substituí-la por uma abordagem rigorosamente histórica das ideias (KNIGHT, 2012, p. 212).

O principal ponto que distingue a metodologia da Escola de Cambridge em relação aos outros movimentos da virada linguística na história das ideias é a referência central encontrada na filosofia da linguagem ordinária, composta mais notadamente por John L. Austin, Gilbert Ryle, Peter Strawson, entre outros. Tendo a *teoria dos atos de fala*, de Austin, sido adotada como pano de fundo teórico para o contextualismo linguístico, as suas conferências, reunidas em *How to do things with words*, representam uma bibliografia básica para o entendimento deste movimento na historiografia inglesa. No que toca especificamente a Skinner, a referência a Austin é tão forte nas primeiras décadas de sua carreira que chega a ofuscar o papel ocupado por R. G. Collingwood no desenvolvimento de suas ideias, apesar de um esforço mais tardio por parte de Skinner em fixá-lo como peça-chave em sua abordagem historiográfica (SKINNER, 2001, p. 176).

Situado Skinner neste contexto, tem-se como problema de pesquisa central nesta tese avaliar a aplicação do contextualismo linguístico de Skinner mediante uma

apreciação prévia das suas formulações teóricas para a metodologia, visando tanto oferecer um balanço crítico atualizado das ideias do autor, quanto extrair conclusões de ordem prática sobre a forma como estas ideias são operacionalizadas na pesquisa historiográfica. Assim, a proposta é ler os textos de Skinner sobre o pensamento político de Thomas Hobbes como aplicações do contextualismo linguístico. Com isso, espera-se esclarecer os méritos e as limitações da metodologia, os resultados que se podem esperar com a sua utilização, além de sugerir possibilidades de avanços teóricos com base nos debates contemporâneos da historiografia.

Na seção dedicada ao desenvolvimento da metodologia por Skinner, um dos pilares básicos do contextualismo linguístico afirma que a busca pela intenção de um autor ao escrever um texto deve passar pelo exame minucioso das convenções linguísticas disponíveis ao autor na época em que o texto foi produzido. Esta premissa despertou a insatisfação de diversos críticos que, como veremos no capítulo a eles dedicado, buscaram questionar o argumento de Skinner. Enquanto uma parte considerável dos críticos optou pelo caminho do ceticismo ao afirmar que a busca por intenções em autores do passado é, uma tarefa impossível, autores como Mark Bevir seguiram uma perspectiva mais moderada ao defenderem que se trata de uma abordagem viável, ainda que não necessariamente sob os pilares metodológicos de Skinner. Sendo assim, uma primeira hipótese a ser considerada nesta tese diz respeito à necessidade das convenções linguísticas como forma de interpretar intenções. Em suma, ao analisar os escritos de Skinner sobre Hobbes, pretende-se avaliar a sugestão proposta por Bevir de que tais convenções podem ser úteis para a compreensão de intenções autorais, ainda que não sejam o único caminho disponível ao historiador que, em última instância, depende apenas de evidências razoáveis – sejam elas convenções linguísticas ou não – para dar suporte aos seus argumentos.

A tendência da tese em endossar a crítica de Bevir se justifica por uma outra questão remetente ao desenvolvimento da metodologia de Skinner ao longo dos anos, o que nos leva a uma segunda hipótese. Como veremos na seção dedicada às reformulações elaboradas pelo autor na sua versão do contextualismo linguístico, percebe-se que o supracitado desenvolvimento trilha um caminho que inicia na abordagem austiniana e termina na abordagem collingwoodiana. Assim, como hipótese geral, avaliaremos a ideia de que a dificuldade de Skinner em demonstrar, ao longo de suas pesquisas empíricas, que as convenções linguísticas são elementos indispensáveis para a compreensão de intenções autorais o levou a substituir a ênfase original em Austin pela

ênfase mais tardia em Collingwood, particularmente pelo fato de que este pensador ofereceu um caminho alternativo para a tarefa de apreender intenções, um caminho que não pressupõe a necessidade das convenções linguísticas ao estilo de Austin. Caso uma tal demonstração seja feita, todavia, não o será com o intuito de desmerecer o projeto de Skinner – pressupondo uma postura de arrependimento com a teoria original, por exemplo – mas apenas constatar um movimento intrínseco a qualquer elaboração metodológica: a recepção construtiva das críticas, a avaliação prática do método, e as reformulações que delas naturalmente se efetivam.

A fim de cumprir este objetivo, a tese será dividida em duas partes. A primeira parte é o momento em que a atenção se volta para os debates de caráter teórico-metodológico que concernem o desenvolvimento da metodologia de Skinner, enquanto na segunda parte será feito um exercício de análise do conjunto dos escritos de Skinner sobre o pensamento político de Thomas Hobbes como aplicações do contextualismo linguístico.

Sendo assim, a primeira parte é composta por três capítulos. No primeiro, trataremos dos principais referenciais teóricos do historiador inglês, comentando a relevância de certos conceitos da filosofia da história de R. G. Collingwood, a importância fundamental da teoria dos atos de fala de J. L. Austin, bem como a influência mais direta dos trabalhos editoriais de Peter Laslett em Cambridge. No segundo capítulo, passaremos para uma exposição geral do contextualismo linguístico, iniciando com uma apresentação das considerações de J. G. A. Pocock – o principal interlocutor de Skinner no assunto – para, então, nos atermos de forma mais aprofundada nos textos metodológicos de Skinner, de meados da década de 1960 até meados da década de 1970. Finalizando a primeira parte, o terceiro capítulo fica reservado para um balanço historiográfico acerca da recepção das propostas de Skinner, considerando de forma mais atenta as principais críticas recebidas pelo autor, suas respostas, e as consequências desses embates no sentido de uma reformulação dos pressupostos originais do contextualismo linguístico.

A segunda parte é composta por três capítulos. O primeiro tem como objetivo abordar os textos inaugurais de Skinner sobre a obra de Hobbes, os artigos da década de 1960. Em seguida, os dois capítulos restantes da segunda parte serão dedicados, respectivamente, às análises dos dois principais livros sobre o pensamento político de Hobbes publicados por Skinner. São eles *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes* (1996) e *Hobbes e a liberdade republicana* (2008).

PARTE I – TEORIA E METODOLOGIA

1. O CONTEXTUALISMO LINGUÍSTICO

Trata-se de um consenso na bibliografia especializada sobre a Escola de Cambridge o papel de destaque ocupado por Pocock e Skinner no que diz respeito ao desenvolvimento teórico do contextualismo linguístico. Ainda que o segundo autor figure como protagonista nesta bibliografia em função de um esforço mais notável de sistematização da metodologia e de uma produção mais vasta de textos na área (FERES JÚNIOR, 2005, p. 656; LAMB, 2009, p. 52; SILVA, 2010, p. 300), diversos autores colocam Pocock e Skinner em pé de igualdade neste quesito (BEVIR, 1992; KING, 1995, p. 209; RICHTER, 1990, p. 49).

A despeito de ser a Escola de Cambridge usualmente identificada com Laslett, Pocock, Skinner e Dunn, a importância do primeiro reside principalmente no seu papel de pioneiro no que diz respeito a ter lançado as bases do que viria a ser a metodologia construída pelos jovens estudantes da Universidade de Cambridge. Paralelamente, a relevância de Dunn para o desenvolvimento do contextualismo linguístico é de caráter mais pontual, restringindo-se basicamente a sua intervenção inicial no debate com a publicação de “The Identity of the History of Ideas” em 1968. Como afirmou Pocock, “Dunn desapareceu bem no início da história” (POCOCK, 2019, p. 112).

Além disso, a própria noção de uma Escola de Cambridge tem sido problematizada mais recentemente. Quando do primeiro registro da expressão no ensaio de Charles D. Tarlton (1973, p. 307), designava-se por ela uma profunda transformação nos estudos históricos do pensamento político por meio de uma abordagem distinta para o problema da história intelectual, levada a cabo por autores que conheciam o trabalho uns dos outros e apresentavam grandes similaridades, uma visão que se mantém nos dias de hoje. Todavia, autores como Samuel James apontam para possíveis inconsistências na ideia de que estes três historiadores constituem uma “escola”. Referindo-se especificamente à trajetória de Pocock, James argumenta que desde o final de sua formação até a publicação de “The History of Political Thought: A Methodological Enquiry” (1962) – texto normalmente considerado como fundador da Escola de Cambridge – os referenciais teóricos do historiador neozelandês se situavam em outros lugares que não a filosofia da linguagem ou os trabalhos editoriais de Peter Laslett, como foi no caso de Skinner e Dunn. Desta forma, James descredita a tese, lançada pelo próprio Pocock, de que a construção da Escola de Cambridge se deu numa sequência “Laslett-Pocock-Skinner-Dunn” no decorrer da década de 1960, culminando

na publicação de *Meaning and Understanding* por Skinner em 1969, texto que consolida finalmente esta construção.

Em resposta a James, Pocock reconhece a falha em reconhecer que os seus primeiros trabalhos deviam muito mais a Herbert Butterfield do que a Peter Laslett (POCOCK, 2019, p. 99). Todavia, o autor não abre mão de sua participação no desenvolvimento da Escola, afirmando que a história da uma sequência Laslett-Pocock-Skinner poderia sim ser escrita, ainda que deslocando o recorte temporal para a década de 1970, época em que o autor, juntamente com Skinner, se aprofundou na obra de Maquiavel. A publicação de *The Machiavellian Moment*, em 1975, considerada por muitos como a sua *magnum opus*, poderia então ser vista como uma típica obra da Escola de Cambridge, na qual a contextualização laslettiana protagoniza em relação à perspectiva mais historiográfica herdada de Butterfield (POCOCK, 2019, p. 103).

Seja como for, a crítica de James reforça o ponto de que há dois modelos principais do contextualismo linguístico, um deles inicialmente focado na história da historiografia e, posteriormente, na história do pensamento político, representado por Pocock, cujas reivindicações teóricas apontavam para uma crítica da historiografia *whig*; e o outro, composto por Skinner e, pontualmente, por Dunn, interessado na história das ideias a partir de uma perspectiva filosófica mais acentuada (JAMES, 2019, p. 15-16). A despeito das singularidades de cada abordagem, vale notar que existe uma afinidade linguística importante entre Pocock e Skinner, que se dá no vocabulário e nos conceitos empregados para o desenvolvimento das metodologias. Neste capítulo, iniciaremos com uma apresentação das linhas gerais do sistema teórico de Pocock a fim de introduzir, de forma comparativa, o contextualismo linguístico de Skinner. Feito isso, a exposição das concepções metodológicas de Skinner inicia por uma leitura de seus textos seminais da década de 1960 para, então, encaminhar-nos para uma análise mais detida do seu desenvolvimento da teoria dos atos de fala na década de 1970.

1.1. O modelo de Pocock

John Greville Agard Pocock nasceu em Londres em 1924 e se mudou apenas três anos mais tarde para a Nova Zelândia, onde realizou o bacharelado e mestrado em História, retornando para a Inglaterra no período de seu doutorado (1948-1951), concluído na *Emmanuel College* da Universidade de Cambridge em 1952 sob a orientação de Herbert Butterfield. Após um período lecionando na Universidade de Otago em Dunedin, na Nova Zelândia, Pocock retornou a Cambridge para um período

de dois anos como pesquisador no *St. Johns College*. Em 1966, mudou-se para os Estados Unidos, onde permanece até hoje, tendo construído uma longa carreira de professor e pesquisador nas áreas de história do pensamento político e história da historiografia, primeiro na Universidade Washington em St. Louis, no Missouri, e posteriormente na Universidade Johns Hopkins, na qual assumiu o cargo em 1975 e mantém-se desde 2011 como professor emérito de História.

Ao olharmos para a formação acadêmica de Pocock, fica mais claro o ceticismo de James citado anteriormente, tendo em vista a passagem breve do primeiro autor pela instituição britânica. De fato, as principais pesquisas realizadas por Pocock foram feitas fora da Inglaterra, majoritariamente nos Estados Unidos. Por quê, então, considerá-lo um integrante da Escola de Cambridge? Pois, independentemente de ser um requisito possuir a formação e a carreira construídas na Universidade de Cambridge, o que realmente importa são os vínculos estabelecidos entre os autores que compõem a Escola, vínculos que acompanham um compartilhamento de interesses intelectuais e o estabelecimento de diálogos constantes. Uma simples alteração do nome para “Escola Contextualista” já resolveria a questão do pertencimento de Pocock a Cambridge. Não porque a abordagem contextualista já fosse utilizada desde os primeiros trabalhos de Pocock (quanto a isso ele mesmo está de acordo), mas porque o autor foi ao encontro do grupo de indivíduos, a maioria deles formado na Universidade de Cambridge, que estavam realizando pesquisas em história do pensamento político moderno ao mesmo tempo em que desenvolviam uma metodologia própria para colocá-las em prática. Resolvida esta polêmica, podemos passar agora para a contribuição de Pocock ao contextualismo linguístico no nível da teoria da história.

O primeiro ponto a ser ressaltado em relação à participação de Pocock na Escola de Cambridge é a sua concepção sobre o campo de estudos da história do pensamento político. No decorrer da década de 1980, período de publicação dos seus textos teóricos mais relevantes, Pocock afirmou em mais de uma oportunidade que as transformações sofridas pelo referido campo desde o início da década de 1960 poderiam ser resumidas como uma mudança de ênfase, a saber, um abandono da noção de *história do pensamento* ou *história das ideias* em prol de algo consideravelmente distinto, a *história do discurso* (POCOCK, 2013, p. 24). Esta nova nomenclatura condensava diversas premissas defendidas por Pocock acerca do ofício do historiador e da demarcação de seu objeto de estudo.

A ideia de uma *história do discurso político* para Pocock apontava, em primeiro lugar, para aquilo que é comum a todos os contextualistas linguísticos: a ênfase na linguagem herdada de Wittgenstein e, de forma mais específica, da corrente pragmática da filosofia analítica inglesa. Mas aponta também para o ponto no qual autores como Pocock e Skinner divergem, que diz respeito precisamente à semântica do texto, isto é, sobre quais elementos do texto são os mais úteis ou adequados para lhe extrair um significado razoável, seguro ou confiável. Enquanto a abordagem de Skinner, como veremos adiante, está centrada na intenção autoral como fonte de significado para o texto, a ênfase de Pocock recai sobre as estruturas de linguagem, as formas discursivas, as convenções pelas quais um determinado texto se constrói. É nesse sentido que se pode entender a noção de *história do discurso*.

Com base em tais características, Mark Bevir denominou a abordagem de Pocock como um contextualismo linguístico rígido (*hard*), em contraste com a postura mais maleável (*soft*) de Skinner, em seu artigo intitulado “The errors of linguistic contextualism” (1992). Se Pocock e Skinner concordam que o estudo do contexto linguístico é um passo necessário para o estabelecimento do significado de qualquer texto político, a operação metodológica do primeiro autor se restringe a uma análise das convenções linguísticas e de como os atores sociais se apropriam destas convenções na elaboração de seus atos de fala, e por isso a “rigidez”, ao passo que segundo pretende ir além, arriscando se aproximar de uma compreensão sobre a intenção do autor ao executar o ato de fala (BEVIR, 1992, p. 277).

Não significa, todavia, que Pocock rejeite completamente a busca pela intenção autoral em seu procedimento metodológico. Trata-se essencialmente de uma diferença de ênfase. Como o próprio autor afirmou, o foco das atenções da história do discurso “se deslocou em certa medida do conceito de intenção rumo ao conceito de efetuação” (POCOCK, 2013, p. 28), o que não significa dizer que a noção de intenção foi inteiramente abandonada, mas que a pergunta sobre “o que um autor estava fazendo” ao escrever um texto pode conceber inúmeras respostas plausíveis, inclusive a resposta de que um autor não sabia o que estava fazendo, ou que soube apenas após tê-lo feito, o que implicaria na “possibilidade de uma lacuna entre intenção e efeito, ou entre a consciência do efeito e o efeito propriamente dito” (POCOCK, 2013, p. 29). Desta forma, entende-se que a pergunta sobre a efetuação de um discurso ou ato de fala é mais provável de obter uma resposta segura do que aquela que indaga sobre a intenção do autor.

Quando Pocock fala em efetuação do discurso, todavia, é importante ressaltar que o foco principal não está no conteúdo do discurso propriamente dito, mas nas estruturas de linguagem que dão forma a esse discurso e que aludem para o contexto linguístico da época. Segundo o autor:

Desejamos estudar as linguagens em que as enunciações foram efetuadas, e não tanto as próprias enunciações que nelas foram efetuadas. [...] Nós esperamos encontrar uma linguagem como contexto, não como texto. [...] Quando falamos em linguagens (*languages*), portanto, queremos significar sobretudo sublinguagens: idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagem distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, precondições, implicações, tom e estilo (POCOCK, 2013, p. 65).

Exemplos destas estruturas linguísticas são, para o campo da história do discurso político, a escolástica medieval, a exegese bíblica, o republicanismo clássico, o direito consuetudinário, o direito civil, entre outros (POCOCK, 2013, p. 67-68). Um historiador como Pocock lê um texto político em busca de tais estruturas, podendo identificar uma ou mais delas simultaneamente num dado texto, ou até mesmo perceber que está diante de algo inédito, de uma convenção de linguagem nunca percebida antes.

Sendo assim, o contextualismo linguístico de Pocock trabalha com a premissa da capacidade do historiador em realizar aquilo que o autor denominou a *reinstitutionalização da linguagem*, um processo que visa a demonstração de que certos modos de discurso aparentemente idiossincráticos já eram ou se tornaram “linguagens disponíveis” para um grupo de atores inseridos no universo do debate político (POCOCK, 2013, p. 72). O processo de reinstitucionalização da linguagem requer, para o historiador, uma atenção especial para aspectos tais como o estilo, o tom, a retórica, etc., e não tanto para o conteúdo proposicional das enunciações. Para Pocock, são estes os aspectos que caracterizam a linguagem enquanto *contexto*, e não como *texto*. Entendida a linguagem desta maneira, conclui-se que realizar uma pesquisa orientada por este contextualismo linguístico significa, num primeiro momento, estudar a criação e difusão de uma linguagem, para então relatar a história das alterações por ela sofridas quando apropriada por diferentes sujeitos dentro do universo do debate político.

De acordo com Pocock, o procedimento básico de uma pesquisa com base no contextualismo linguístico é a atenção para as interações entre *langue* e *parole*, entre *lingua* e *fala*. Enquanto Austin é a referência central de Skinner para a filosofia da linguagem, Pocock apoia a sua teoria numa analogia com a linguística de Ferdinand de Saussure (ARAUJO, 2013, p. 10). Desta forma, entende-se que a interpretação de um discurso político do passado deva iniciar pelo estabelecimento de uma *langue*, isto é, o conjunto de convenções de linguagem que constitui um contexto linguístico, para então

avaliar a *parole*, ou seja, a apropriação da *langue* num ato de fala realizado por um determinado pensador ou grupo de pensadores como forma de agir dentro do discurso político de seu tempo. Nas palavras do autor, “a linguagem determina o que nela pode ser dito, mas ela pode ser modificada pelo que nela é dito. Existe uma história que se forma nas interações entre *parole e langue*” (POCOCK, 2013, p. 64). É justamente essa história que um historiador do discurso político busca desvelar.

A busca pelas convenções de linguagem traz à tona uma analogia entre a história e a arqueologia. “O historiador é, em larga medida, um arqueólogo. Ele está comprometido com a descoberta da presença dos vários contextos linguísticos nos quais o discurso foi realizado em determinados momentos” (POCOCK, 2013, p. 67). Os contextos linguísticos se estratificam dentro de um determinado texto político, cabendo ao historiador escavar e identificar os diferentes níveis de linguagem utilizados para a sua constituição. No entanto, não se trata de um processo fácil e não existe uma fórmula padrão para a identificação correta de um tal nível. Um contexto linguístico é sempre muito complexo, dado que a sua origem pode remeter a situações históricas bastante distintas. Como bem afirmou o autor:

As camadas de contextos linguísticos que o nosso historiador-arqueólogo traz à tona são, portanto, de caráter muito heterogêneo. Algumas são linguagens da prática profissional, que, por alguma razão, entraram na linguagem da política e se tornaram idiomas nos quais o discurso é comumente realizado. Outras são idiomas, modos ou estilos retóricos, que podem ser mais bem compreendidos como algo que se originou no interior do discurso e da retórica da política, como resultado de lances ou *performances* operadas pelos autores e atores no âmbito da política (POCOCK, 2013, p. 70, grifo do autor).

Existem, portanto, convenções de linguagem intrínsecas e extrínsecas aos discursos políticos. As convenções extrínsecas se referem às linguagens institucionais, que surgem na prática profissional e, com o tempo, se impõem no universo da política, como no caso dos clérigos e dos juristas que em tão grande medida desenvolveram certos discursos políticos na história (POCOCK, 2013, p. 68). Já as convenções intrínsecas são aquelas que nascem no interior do debate político, sendo assim consideradas *lances* ou *performances* efetuadas pelos atores envolvidos no debate com o intuito de arriscar uma inovação linguística, isto é, de realizar uma manobra tática para sustentar um dado argumento ou legitimar uma determinada ação (POCOCK, 2013, p. 39). Os lances ou *performances* são atos de fala que interessam particularmente ao historiador do discurso, visto que neles é possível identificar novas linguagens políticas. “O historiador precisa [...] de meios para compreender como um ato de fala é

efetuado num determinado contexto linguístico e, em particular, como atua e inova sobre ele” (POCOCK, 2013, p. 39).

Quando Pocock fala em performance, note-se que o autor se refere à performance do texto, isto é, “sua *performance* como *parole* em um contexto de *langue*” (POCOCK, 2013, p. 38, grifos do autor). Por meio do texto um autor efetua a sua performance, utilizando-se dos artifícios disponibilizados pelo contexto linguístico e, porventura, criando novos artifícios. Nesse sentido, a teoria de Pocock compreende o texto como “a efetuação tanto de uma articulação da consciência do autor quanto de um ato de comunicação em um *continuum* discursivo que envolve outros atores” (POCOCK, 2013, p. 54, grifo do autor). Em outras palavras, ao mesmo tempo em que a performance é um acontecimento histórico sincrônico, efetuada dentro de um contexto específico e possuindo um significado ou intenção originais, é também um acontecimento diacrônico, um momento na história mais ampla do discurso ou linguagem utilizada para efetuar a performance. Por este motivo, o historiador precisa sempre ir além do texto isolado, construindo aquela história com base num apanhado geral de diversas performances efetuadas na média e na longa duração. Ele precisa se movimentar “entre uma exploração da estrutura do texto como um artefato de existência sincrônica e uma exploração de sua ocorrência e *performance* como um incidente em um *continuum* diacrônico de discurso” (POCOCK, 2013, p. 55, grifos do autor).

Com base nisso, concordamos com a afirmação de David Boucher, segundo a qual o aspecto distintivo da abordagem de Pocock é o foco nos *paradigmas* de linguagem, em detrimento dos textos tomados individualmente (BOUCHER, 1985, p. 151). Não significa dizer, é claro, que os textos isolados não possuem relevância, mas que são de importância secundária para o historiador do discurso político. Pesquisadores como Pocock buscam nos textos individuais aqueles aspectos que lhes permitem ilustrar o paradigma de linguagem que estava sendo utilizado, visando demonstrar a recorrência do paradigma em diferentes tempos e espaços, isso porque é a utilização do paradigma (bem como a intervenção sobre ele) que confere significado ao texto.

Com estas considerações gerais sobre o contextualismo linguístico de Pocock, percebe-se que não se trata de um método simples de pôr em prática. Para além de uma leitura atenta e minuciosa de algumas obras em particular, faz-se necessária ainda uma leitura extensiva de diversos textos da literatura que compõe o contexto linguístico, isto é, as diversas *paroles* que dão forma à *langue* e que intervêm sobre ela. Trata-se de um processo de familiarização com os artifícios linguísticos mais característicos do modo

discursivo que se está estudando, de forma que seja possível identificar quando um ou outro ato de fala se adequa ou se desvia do paradigma discursivo. Sem essa familiarização, não seria possível afirmar se um ato de fala representa uma inovação no discurso político ou a manutenção de uma técnica normalmente utilizada pelos diversos atores inseridos no contexto, embora seja plausível afirmar que este processo de familiarização nunca se completa, tendo em vista que a leitura total dos textos de um contexto político tão amplo quanto “direito consuetudinário” ou “republicanismo clássico” é virtualmente impossível e sempre deixa alguma margem para equívocos que podem vir a ser revisados mediante novas interpretações e novas evidências documentais.

Ao leitor acostumado com uma prática de pesquisa pautada no escrutínio de um texto específico ou do conjunto dos textos de um autor em particular, a teoria do significado sustentada pelo contextualismo linguístico pode parecer um tanto restritiva em alguns casos. Este mesmo leitor poderia estar se perguntando: o estudo do contexto linguístico, dos paradigmas e das convenções de linguagem, seria mesmo uma condição necessária para extrair o significado de qualquer texto? Estaria a abordagem textualista definitivamente ultrapassa na historiografia?

Retomando aqui as considerações de Mark Bevir, contextualistas rígidos como Pocock buscaram sustentar a primazia do contexto linguístico com base numa certa interpretação da chamada *semântica holística*, uma perspectiva focada no conjunto de sentenças que forma uma teoria científica e segundo a qual a análise das condições de verdade para uma determinada proposição desta teoria estariam invariavelmente atreladas às experiências particulares nas quais a proposição foi enunciada, de forma que o seu significado semântico é dado justamente por estas experiências (BEVIR, 1992, p. 285). A semântica holística argumenta que não é possível especificar as condições de verdade para uma sentença isolada, pois as experiências que poderiam ser consideradas como reveladoras destas condições sempre dependem das perspectivas teóricas mais amplas do pesquisador. Sendo assim, como colocou Bevir, os holistas semânticos em geral concluem que sentenças isoladas não possuem significado, pois os significados semânticos dependem de um contexto teórico (BEVIR, 1992, p. 286).

Os contextualistas rígidos, por sua vez, incorporaram de forma adaptada o argumento da semântica holística na teoria da história, rejeitando a interpretação isolada de uma proposição em específico e afirmando que o significado de um texto deriva do paradigma que constitui o contexto linguístico no qual o texto estava inserido, isso

porque o significado semântico depende das experiências localizadas num determinado tempo e espaço. A contraparte trazida por Bevir, por outro lado, sustenta que essa premissa não deve implicar necessariamente na impossibilidade de se extrair significado de uma dada sentença, mesmo que isolada do seu contexto de enunciação. O ponto central do argumento de Bevir é, para usar as palavras do autor, que mesmo o texto seja subtraído de todos os contextos de uso específicos da enunciação, “não significa que não podemos saber quais pensamentos o enunciado expressa a menos que localizemos esse enunciado em seu contexto linguístico” (BEVIR, 1992, p. 286).

Consideremos, a título de exemplo, uma sentença tão familiar aos historiadores quanto a máxima de Marc Bloch, a definição da história como “a ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2002, p. 55). Do ponto de vista da semântica holística, seria válido afirmar que esta sentença, isoladamente considerada, não possui significado, tendo em vista que expressões como “ciência” ou “tempo” podem se desdobrar em questões teóricas bastante discutíveis e invariavelmente atreladas ao contexto de enunciação. Ora, dificilmente alguém negaria a relevância de um certo entendimento sobre o que estava em jogo quando se utilizavam tais expressões à época de Bloch. Todavia, a existência de um paradigma linguístico contemporâneo ao historiador francês sob o qual fazem sentido estas expressões dificilmente é o foco de um pesquisador empenhado em compreender esta máxima. A fim de destrinchar o que Bloch quis dizer com uma tal definição para a história, uma leitura atenta ao conjunto dos capítulos de sua famosa obra póstuma é consideravelmente mais relevante do que a adequação do seu discurso a uma determinada convenção de linguagem em vigência na década de 1940.

Em suma, a crítica de Bevir ao contextualismo linguístico de Pocock serve para demonstrar que a ambição teórica desta metodologia – neste caso, a afirmação do contexto linguístico como um elemento indispensável para a compreensão adequada do significado de qualquer texto – encontra alguns obstáculos. O objetivo desta seção foi apresentar as linhas gerais das ideias metodológicas de Pocock como forma de introduzir, comparativamente, o modelo de Skinner. Sendo assim, não nos aprofundaremos nas críticas ao historiador neozelandês da mesma forma como faremos, mais adiante, com o segundo autor. No entanto, cabe aqui afirmar, concluindo esta apresentação, que uma possível limitação da proposta metodológica de Pocock é a falta de um critério para a distinção, dentro dos discursos políticos, entre os segmentos do texto que dependem de uma compreensão do contexto linguístico para a interpretação do seu significado, e aqueles que dispensam esta mesma compreensão, ou seja, que

permitem uma análise semântica de forma autônoma ou restrita ao texto em si. Um critério deste tipo permitiria ao historiador identificar quando a abordagem contextualista se faz necessária, e também quando se faz contingente, sem cair na velha retórica da obrigatoriedade de um ou outro método específico para a interpretação de um campo de estudos tão vasto e dinâmico quanto o da história do pensamento político.

1.2. As fundações do contextualismo linguístico de Skinner

Resumir o modelo de Skinner para a história do pensamento político pode ser uma tarefa complicada por diferentes motivos. Em primeiro lugar, porque o autor se dedicou a construir um projeto metodológico ao longo de décadas, buscando resolver os problemas teóricos envolvidos nessa construção por meio de uma série de artigos publicados entre os anos 1960 e 1970. Neste período, as críticas iniciais ao contextualismo linguístico de Skinner, elaboradas pela comunidade acadêmica, eram respondidas pontualmente pelo autor, que almejava efetivar progressivos avanços neste difícil trabalho de combinar questões da filosofia da linguagem com a teoria da história. O segundo motivo, relacionado ao primeiro, é a própria complexidade de entender como estas mesmas questões teóricas poderiam ou deveriam ser colocadas em prática na pesquisa empírica.

Nesse sentido, a publicação de *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, em 1978, marca um divisor de águas na carreira de Skinner. Esta obra simboliza o desejo do autor em extrapolar o debate puramente teórico, demonstrando como a sua metodologia poderia ser aplicada, não em um ensaio de proporções limitadas, mas num projeto ambicioso, uma obra de peso que, ao longo de mais de seiscentas páginas, dissertava sobre autores e conceitos clássicos da teoria política moderna. A partir daí, uma crítica à metodologia de Skinner não poderia mais se limitar aos seus primeiros artigos, correndo o risco de ignorar todas as problemáticas que a aplicação do método trazia. Certamente, apreciar de forma mais sólida o projeto intelectual de Skinner se tornou muito mais trabalhoso após a publicação de *As Fundações*, o que não significa, todavia, que o assunto estivesse em vias de se encerrar.

Se o objetivo principal do presente capítulo é oferecer um apanhado geral dos escritos metodológicos de Skinner, neste subcapítulo nos limitaremos aos artigos inaugurais, os textos de juventude da década de 1960, que deram início ao projeto intelectual do autor e lhe tornaram conhecido no meio acadêmico. São eles os textos que constituem as fundações do contextualismo linguístico de Skinner: “The limits of

historical explanations” (1966) e “Meaning and understanding in the history of ideas” (1969).

O artigo de 1966 foi a primeira publicação de Skinner de caráter teórico, tratando daquele que pode ser considerado o assunto central da filosofia da história no período pós-guerra, o problema da explicação histórica. Desde a publicação de "The function of general laws in history" em 1942 por Carl G. Hempel, qualquer historiador ou filósofo da história que pretendesse intervir neste campo de estudos estava invariavelmente comprometido com uma avaliação acerca dos artifícios explicativos das narrativas históricas, ou, em outras palavras, com os procedimentos segundo os quais se estabeleciam causalidades entre eventos e indivíduos do passado. E para Skinner não foi diferente. A proposta metodológica que viria a ser inaugurada pelo autor em 1969 tinha como pré-requisito uma exposição acerca do estado da arte no tocante ao tópico da explicação histórica.

“The limits of historical explanations” não é um texto que propõe um possível avanço em um ou outro argumento do debate, tampouco expressa uma tomada de posição do autor entre os grupos que compunham esta querela metodológica, mas um texto essencialmente crítico, uma intervenção que ressalta a inconsistência das presentes formulações de que dispunham os historiadores na década de 1960. De acordo com Skinner, a proposta teórica do positivismo lógico para a explicação histórica, iniciada por Hempel, era tão inadequada quanto as respostas oferecidas pelos seus opositores, de tal forma que uma síntese ou alternativa a ambos os lados do debate se fazia ainda necessária. Nas palavras do autor, tanto a polaridade tradicional quanto a tendência recente nesse debate tendem a ser enganosas (SKINNER, 1966a, p. 199), isto porque o modelo positivista defendeu um esquema demasiado rígido para a explicação histórica, ao passo que as alternativas dos seus adversários se dirigiram para o extremo oposto.

Havia, portanto, um contexto que exigia um novo caminho teórico, uma saída paralela às formulações insuficientes que a bibliografia da década de 1960 dispunha. A necessidade do momento, segundo Skinner, era o estabelecimento de algum tipo de *teste*, cujos critérios pudessem servir de base para avaliar as explicações históricas em termos de plausibilidade e completude (SKINNER, 1966, p. 202).

O artigo não se alonga numa crítica ao positivismo lógico, concentrando a maior parte do texto numa argumentação sobre os motivos da fragilidade das propostas elaboradas pelos críticos, que Skinner agrupa sob a nomenclatura de *filósofos reacionários da história* (SKINNER, 1966, p. 201). De forma geral, o autor atribui a

este grupo um ponto importante tido hoje como consenso na historiografia, a saber, a noção de que a causalidade histórica, operada pela narrativa do historiador, possui um estatuto muito mais maleável do que o mesmo conceito detém nas ciências naturais do ponto de vista lógico. A imposição de uma relação de causalidade entre eventos ou ideias do passado possui uma lógica peculiar à historiografia, que dispensa o uso de um critério universal de avaliação desta causalidade e aposta numa leitura particularista das explicações históricas. Em outras palavras, o consenso dos anti-positivistas está na crença de que um critério que valida a explicação histórica *x* não necessariamente será o critério que valida a explicação *y*.

Apesar de considerar este um claro avanço em relação à rigidez do positivismo lógico, Skinner ressalta as limitações de uma tal concepção. O foco central da crítica do autor a anti-positivistas como Alan Donagan, William Dray e W. B. Gallie reside numa problematização da noção de *influência* e seu papel preponderante na caracterização das explicações históricas. Basicamente, esta noção expressava uma ideia largamente utilizada nas pesquisas historiográficas, a de que certos eventos, ideias ou indivíduos possuem “conexões intrínsecas” que sugerem não exatamente uma causalidade necessária, mas uma ideia mais branda de que estão “ligados de forma íntima” (SKINNER, 1966, p. 202).

O principal problema atribuído à análise dos filósofos reacionários da história é que uma explicação baseada no estabelecimento de influências faz um uso considerável do elemento intuitivo do historiador. Não havia, segue Skinner, um critério para atestar ou comprovar a facticidade de determinadas influências incorporadas pelos historiadores em suas narrativas. Em função disso, frequentemente os historiadores tomavam como evidência de determinada influência o testemunho dos próprios indivíduos em relação aos quais a influência era atribuída. Para usar um exemplo do autor, quando um escritor como Henry James reconhecia em seu próprio trabalho uma “influência clara” da obra de Jane Austen, era comum ao historiador da literatura considerar tal relato como evidência suficiente. No entanto, como argumenta Skinner:

É verdade, claro, que se o historiador está preocupado com a personagem P2, ele sem dúvida considerará sua afirmação de ter sido influenciada por P1 como um testemunho a ser considerado seriamente. O fato de P2 alegar essa relação e acreditar nela pode muito bem ter tido um efeito importante em sua perspectiva e comportamento, e se tornado um componente de suas ideias e atitudes. É difícil, no entanto, ver como isso poderia ser considerado como o estabelecimento de qualquer tipo de relação histórica entre P1 e P2. Fornece

no máximo uma pista para a biografia intelectual de um deles (SKINNER, 1966, p. 205, tradução minha).¹

Note-se que o descontentamento de Skinner com o uso da noção de *influência* na historiografia se devia em grande parte a sua recorrência no campo da história das ideias, como ficará mais claro na análise de “Meaning and understanding in the history of ideas”, que iniciaremos a seguir. Se, como dissemos, Skinner não oferece no artigo de 1966 uma solução para o problema da inconsistência das explicações históricas, tal esforço se fará mais visível a partir da publicação de 1969. Em *The limits*, o autor se limitou a propor, ao final do texto, uma possível mudança de ênfase em relação ao que pode ser considerado válido como elemento explicativo nas narrativas sobre o passado. Seguindo o argumento, se o rigor dos positivistas lógicos era de impossível execução na pesquisa historiográfica e, ao mesmo tempo, se a linguagem dos historiadores críticos ao rigor positivista era insuficiente do ponto de vista teórico, deveria então ser o caso de adotar um modelo explicativo “mais descritivo, mais inclusivo, talvez até muito mais uma linguagem metafórica para todo o trabalho de tentar fornecer explicações do passado” (SKINNER, 1966a, p. 215). Construir esta alternativa se tornou, a partir da publicação deste texto inaugural, o compromisso de Skinner com a teoria da história. A partir daqui suas publicações assumem um caráter programático, intervindo de forma muito mais direta nas bases teóricas do ofício do historiador.

Meaning and understanding pode ser considerado o artigo mais importante da carreira de Skinner, principalmente pela notável recepção e difusão do trabalho nos campos da história do pensamento político e da sociologia política. Inicialmente intitulado “On the Unimportance of the Great Texts to the History” - um título que, aliás, transmite de forma mais direta uma das ideias centrais do argumento do autor -, o ensaio recebeu o título definitivo de “Meaning and understanding on the history of ideas” no momento da publicação. Assumindo um tom nitidamente provocativo, o “beligerante texto de 50 páginas” oferecia uma crítica fervorosa à forma como tradicionalmente se realizava a história das ideias no século XX (SILVA, 2010, p. 303). O objetivo do autor, como expresso nas palavras iniciais do artigo, era avaliar a questão fundamental levantada sempre que um historiador das ideias se deparava com um

1 No original: “It is true, of course, that if the historian is concerned with personage P2 he will undoubtedly regard his claim to have been influenced by P1 as testimony to be seriously considered. The fact that P2 alleged this relationship and believed in it may well have had an important effect on his outlook and behaviour, and become a component of his ideas and attitudes. It is difficult, however, to see how this could be regarded as establishing any sort of historical relationship between P1 and P2. It provides at most a clue to the intellectual biography of one of them.”

determinado texto, a saber: quais são os procedimentos mais apropriados para se chegar a um entendimento sobre o significado do texto, seja ele literário, político, religioso, econômico, e assim por diante.

De forma geral, Skinner analisa duas abordagens comuns ao campo de estudos da história das ideias, partindo do ponto de que ambas compartilham a mesma inadequação teórica, isto é, nenhuma delas oferece um meio apropriado ao historiador para atingir um entendimento correto de textos históricos. Nas suas palavras, “As duas metodologias [...] cometem erros filosóficos nas assunções que fazem sobre as condições necessárias para a compreensão de sentenças” (SKINNER, 1969a, p. 4).

A primeira destas abordagens é aquela que pode ser descrita como *textualista*, ou seja, a metodologia que afirma o *texto em si* como um objeto de estudo autossuficiente para a pesquisa e compreensão semântica. Dito de forma mais simples, o textualismo é o método que prevê a prática de leitura e releitura como uma forma eficaz de compreensão do texto, seguindo a ideia de familiarização com a fonte. A característica central desta abordagem, no âmbito da história das ideias, é o entendimento de que as ideias carregam elementos atemporais, ou seja, um conteúdo universal que aparece na sua essência em diversos momentos da história, em particular nos chamados “textos clássicos”. O historiador adepto do textualismo está, segundo Skinner, comprometido com o estudo deste tipo específico de textos, buscando recuperar as “grandes questões e respostas” perenes neles expressas. Justamente por uma tal concepção é que o textualismo se justifica, pois se todo o objetivo da pesquisa em história das ideias é recuperar este tipo de questões perenes, de forma a demonstrar a sua relevância e persistência, deve ser não apenas possível, mas essencial para o historiador se concentrar exclusivamente no que os autores tidos como clássicos disseram sobre os temas em pauta (SKINNER, 1969, p. 5). A lógica deste argumento é que, se as questões são de fato perenes, então não cabe aos *elementos contextuais* o papel de interferir nos seus significados.

Rejeitando a ideia do caráter atemporal das ideias, Skinner argumenta que a tradicional análise textualista dos escritos históricos incorre em confusões de diferentes tipos. Trata-se das chamadas *mitologias* que o autor sistematiza de forma a apontar os problemas mais recorrentes desta abordagem, as quais trataremos agora.

Em primeiro lugar, o textualismo frequentemente implica na *mitologia da doutrina*, segundo a qual certas considerações de caráter disperso ou incidental por parte de um escritor são convertidas na sua doutrina teórica (SKINNER, 1969, p. 7). Para

usar um exemplo de Skinner, o fato de Marsílio de Pádua ter refletido, em seu *O defensor da paz*, sobre o papel executivo do governante em comparação com o papel legislativo do povo soberano, inevitavelmente levantou a questão sobre se o filósofo italiano deveria ou não ser considerado o fundador da doutrina da separação dos poderes, tão importante para a teoria política do século XVIII em diante. O fato de que estudos historiográficos sugerissem que tal doutrina se originou do debate em torno da transição do governo romano de uma república para um império como forma de demonstrar o perigo de se delegar o poder político absoluto na mão do imperador – um debate, comenta Skinner, iniciado em torno de dois séculos após a morte de Marsílio de Pádua – não impediu nem mesmo os especialistas na obra do filósofo italiano em considerar esta possibilidade. Sendo assim, a mitologia da doutrina está associada a um certo tipo de anacronismo, tendo em vista a associação de um autor a um debate cujos termos ele não tinha à disposição (SKINNER, 1969, p. 8). Nas palavras do autor:

A reificação de doutrinas dessa maneira dá origem, por sua vez, a dois tipos de absurdos históricos, ambos os quais não são meramente prevalentes neste tipo de história, mas parecem mais ou menos inevitáveis quando a sua metodologia é empregada. Em primeiro lugar, a tendência de buscar aproximações do tipo ideal produz uma forma de não-história que se dedica quase inteiramente a apontar “antecipações” de doutrinas posteriores e a creditar a cada escritor em termos de sua clarividência. [...] O segundo absurdo histórico [...] é o debate sem fim – quase totalmente semântico, embora posto como empírico – sobre se uma dada ideia pode ser considerada como “realmente emergida” em um determinado momento, e se ela está “realmente presente” na obra de algum escritor (SKINNER, 1969, p. 11-12, tradução minha).²

Dando sequência às mitologias produzidas pelo textualismo, Skinner aborda a chamada *mitologia da coerência*, que diz respeito a uma tentação particularmente frequente na história do pensamento político, a saber, a ideia de que existe sempre uma coerência interna aos textos dos pensadores políticos. Esta mitologia implica na concepção de que, se a comunidade acadêmica não é capaz de eliminar as supostas contradições no conjunto da obra de um determinado pensador, é então preciso ler de

2 “Meaning and understanding in the history of ideas” possui uma tradução para o português produzida por Marcus Vinícius Barbosa e publicada sob o título “Significado e interpretação na história das ideias” (2017). Todavia, a tradução foi feita a partir da versão abreviada do artigo, publicada posteriormente por Skinner em *Visions of Politics I*, o que me fez optar pelo texto original publicado em 1969, tendo em vista que toda a bibliografia crítica aqui discutida se refere a esta publicação e não à versão abreviada. No original: “The reification of doctrines in this way gives rise in turn to two kinds of historical absurdity, both of which are not merely prevalent in this type of history, but seem more or less inescapable when its methodology is employed. First, the tendency to search for approximations to the ideal type yields a form of non-history which is almost entirely given over to pointing out earlier ‘anticipations’ of later doctrines, and to crediting each writer in terms of this clairvoyance. [...] The second historical absurdity [...] is the endless debate” – almost wholly semantic, though posing as empirical – about whether a given idea may be said to have ‘really emerged’ at a given time, and whether it is ‘really there’ in the work of some given writer.”

forma mais atenta, isto é, reler os trabalhos do autor até que o quebra-cabeças seja resolvido. No momento em que a coerência é tomada como pressuposto, fica a cargo do intérprete desvelar a consonância das ideias que constituem a doutrina do autor em questão (SKINNER, 1969, p. 16).

O procedimento metodológico subjacente à mitologia da coerência se baseia na busca de uma resposta para a questão de como as aparentes contradições devem ser avaliadas pelo historiador. Aqui está definitivamente descartado o princípio segundo o qual uma aparente contradição pode bem ser, simplesmente, uma contradição. Para usar, novamente, um exemplo caro a Skinner, afirma-se que o objetivo do historiador ao estudar a teoria política de Maquiavel não deve se restringir a indicar a origem das ideias desenvolvidas em *O Príncipe* e nos *Discursos*, bem como as divergências entre estas obras. Um estudo mais elevado por parte deste historiador deve ser o de montar um sistema de caráter mais abstrato e generalizante, no qual todas as aparentes contradições se encontram resolvidas (SKINNER, 1969, p. 20).

A terceira mitologia considerada por Skinner é a *mitologia da prolepse*, que surge da confusão entre a análise do significado que um determinado texto pode ter para nós, no presente, com o significado intencionado pelo próprio autor da obra, no momento da sua publicação. Confusões deste tipo surgem, segue Skinner, quando o historiador está mais interessado no significado *retrospectivo* de um dado trabalho, o que por si só não é um problema, contanto que se saiba diferenciar tal análise em relação ao sentido intencionado (contemporâneo) deste mesmo trabalho (SKINNER, 1969a, p. 22).

Por exemplo, quando é afirmado que a escalada de Petrarca ao Monte Ventor “deu início à Era do Renascimento”, fica claro que se trata de uma interpretação do significado desta ação que remete mais ao historiador responsável pela análise do que ao humanista italiano propriamente dito. Como notou Skinner, pode-se dizer que, “de uma maneira romântica, se oferece um relato verdadeiro” da ação de Petrarca, no entanto, a grande questão aqui é que este relato jamais será verdadeiro do ponto de vista da intenção de Petrarca. Como bem resumiu Arthur Danto, citado por Skinner, não poderia haver nenhuma intenção de “iniciar o Renascimento”, pois “dar uma tal descrição requer conceitos que se disponibilizaram apenas num tempo posterior” (SKINNER, 1969a, p. 23).

A última das mitologias consideradas por Skinner é a chamada *mitologia do paroquialismo*, que decorre da prática de interpretar um determinado sistema conceitual

estranho à cultura do estudioso em questão nos termos que lhe são familiares, classificando e discriminando este sistema de acordo com seu próprio arcabouço linguístico. Skinner admite que se trata aqui de uma prática absolutamente inevitável, na medida em que não somos capazes de assimilar uma cultura do passado senão nos termos da nossa própria cultura. Todavia, a mitologia do paroquialismo carrega o perigo, por parte do pesquisador, de enxergar familiaridades aparentes no processo de estudo, e assim de fornecer uma descrição de uma obra ou de argumento em termos enganosos. De acordo com o autor:

A escrita da história das ideias é, de fato, marcada em particular por dois exemplos desse paroquialismo. Em primeiro lugar, existe o perigo do historiador fazer mal uso do seu ponto de vista ao descrever a *referência* aparente de alguma declaração dada em um texto clássico. Isto é, pode acontecer de um argumento em uma obra lembrar ao historiador um argumento semelhante de uma obra anterior, ou pode parecer contradizê-lo. Em todos os casos, o historiador pode erroneamente chegar a supor que era intenção do escritor posterior referir-se ao anterior, e assim pode vir a falar erroneamente da “influência” da obra anterior. [...] A outra forma de paroquialismo conceitual [...] é que o observador pode, inconscientemente, usar mal seu ponto de vista ao descrever o *sentido* de uma dada obra. Sempre há o perigo, isto é, de que o historiador possa conceituar um argumento de tal forma que seus elementos estranhos sejam dissolvidos em uma familiaridade aparente, mas enganosa (SKINNER, 1969a, p. 25–27, grifos do autor, tradução minha).³

A crítica de Skinner à mitologia do paroquialismo retoma, em primeiro lugar, sua reserva em relação ao conceito de influência na história das ideias, mas ao mesmo tempo toca na questão de como o historiador lida com a análise da intenção de autores do passado, um tema, como já dissemos, de mais alta importância para a sua metodologia. Neste momento da longa exposição de *Meaning and understanding*, finalizando o seu parecer sobre as quatro mitologias do textualismo, Skinner lança mão de um argumento que lhe acompanhará por toda a carreira, o qual afirma não ser possível afirmar que “um agente fez ou disse algo que ele mesmo jamais poderia aceitar como uma descrição correta do que ele disse ou fez” (SKINNER, 1969a, p. 28). Não significa dizer, neste caso, que não exista a possibilidade de um observador externo fornecer um relato tão ou mais completo sobre as ações de um indivíduo do que ele

3 No original: “The writing of the history of ideas is, in fact, marked in particular by two examples of such parochialism. First, there is the danger that the historian may misuse his vantage-point in describing the apparent *reference* of some given statement in a classic text. An argument in one work, that is, may happen to remind the historian of a similar argument in an earlier work, or may appear to contradict it. In either case the historian may mistakenly come to suppose that it was the intention of the later writer to refer to the earlier, and so may come to speak misleadingly of the ‘influence’ of the earlier work. [...] The other form of conceptual parochialism [...] is that the observer may unconsciously misuse his vantage-point in describing the *sense* of a given work. There is always the danger, that is, that the historian may conceptualize an argument in such a way that its alien elements are dissolved into an apparent but misleading familiarity.”

próprio (como nos lembra Skinner, a psicanálise está fundada nesta possibilidade). Por outro lado, o argumento do autor implica na aceitação da impossibilidade de que um tal relato “possa sobreviver à demonstração de que era ele próprio dependente do uso de critérios de descrição e classificação indisponíveis para aquele indivíduo” (SKINNER, 1969a, p. 29).

O textualismo, todavia, era apenas a primeira metodologia na mira das críticas de Skinner. Por ser a abordagem mais comum à prática de pesquisa em história das ideias, o autor dedicou a maior parte do artigo a sua refutação, oferecendo diversos exemplos para cada uma das objeções elencadas. Restava agora, a fim de concluir o argumento, uma consideração acerca do método antagonista do enfoque no *texto*, isto é, o foco no *contexto*.

Pode parecer que uma abordagem propriamente *contextualista* resolve em grande medida as mitologias apontadas por Skinner, afinal, a atenção aos elementos circunstanciais dos textos históricos - as redes de contato do autor, a bibliografia que lhe era disponível, o contexto político de perseguição institucional, etc. - coloca em xeque a noção básica do textualismo de perenidade das ideias. Segundo Skinner, apelar para uma análise da realidade social de um determinado período como elemento explicativo de uma obra em específico é justamente o oposto do que pretendiam os historiadores da filosofia e do pensamento político que apostavam na autonomia do texto (SKINNER, 1969, p. 39-40). Por outro lado, uma postura extremamente polarizada entre o textualismo e o contextualismo parece infrutífera, na medida em que se aceita a conclusão de que, enquanto o contexto social de fato influencia na constituição e na transformação das ideias, estas igualmente influenciam no estabelecimento de novos contextos sociais (SKINNER, 1969, p. 42).

Sem dúvida, a proposta metodológica de Skinner está diretamente vinculada ao avanço dos estudos em torno do contexto social na história das ideias políticas. Não à toa, seus estudos vieram a ser conhecido como “contextualismo linguístico”. Todavia, o autor ainda sentia a necessidade de elaborar algumas ressalvas em relação a duas abordagens específicas dos estudos contextuais: primeiro, a metodologia de vertente marxista; segundo, a abordagem herdeira da obra de Lewis Namier. Para o autor, ambas as perspectivas carregam o mesmo “problema fundamental relativo à natureza das relações entre ação e circunstância” (SKINNER, 1969a, p. 42). Trata-se de um momento crucial do artigo de Skinner, tendo em vista que a compreensão destes

problemas comuns ao contextualismo diz respeito diretamente à alternativa metodológica proposta pelo autor.

Em primeiro lugar, Skinner questiona o fato de que a tese segundo a qual o contexto pode ser utilizado para explicar o conteúdo de um texto decorre de uma outra hipótese mais geral, que entende as ações performadas de forma intencional como um processo ordinário de explicação causal (SKINNER, 1969, p. 43). Entende-se, por exemplo, que um motivo ou uma intenção constitui a condição contextual que, por sua vez, causa uma determinada ação final - seja ela de que tipo for, mas especialmente, neste caso, a enunciação de um discurso oral ou a publicação de um livro ou panfleto. O problema desta concepção, para Skinner, é que as intenções não são necessariamente as causas que antecedem as ações. Aqui, torna-se necessário distinguir entre dois tipos de intenção (esse ponto é central no argumento): a intenção *de fazer* algo e a intenção *em fazer* algo (SKINNER, 1969, p. 45).

Para usar novamente um exemplo do autor, suponhamos que Daniel Defoe tenha declarado, ao escrever sobre o tema da tolerância, que a sua intenção era compor uma série de panfletos referentes ao assunto. Na medida em que o escritor inglês não realizou esta composição, o que teríamos aqui seria uma intenção declarada e nenhuma ação final, o que justificaria a ideia de que os conceitos de *ação* e *intenção* podem ser elementos separados, o último como a causa do primeiro. Por outro lado, suponhamos que Defoe tenha declarado que a sua intenção, num panfleto que ele de fato escreveu, era promover o tema da tolerância por meio de uma paródia dos argumentos contra ele. Neste caso, segue Skinner, o que teríamos aqui seria uma intenção que não é antecedente à ação, mas que a constitui: a declaração da intenção serve para caracterizar a própria ação (SKINNER, 1969, p. 45). O primeiro caso desta suposição apresenta uma intenção *de fazer* algo, que não pressupõe necessariamente a ocorrência da ação. O segundo caso, por outro lado, demonstra uma intenção *em fazer* algo, no qual a ação e a intenção estão logicamente conectadas na medida em que esta caracteriza o sentido daquela.

O segundo e último ponto da crítica de Skinner ao contextualismo diz respeito ao pressuposto contextualista de que o “significado” (*meaning*) e o “entendimento” (*understanding*) são conceitos estreitamente relacionados, basicamente sinônimos, no que toca a interpretação de um texto. Apoiando-se aqui na teoria austiniana dos atos de fala, o autor argumenta que o *entendimento* de um texto ou de uma sentença em específico depende não apenas do *significado* que dela pode ser extraído, em termos

puramente semânticos, mas igualmente de uma compreensão daquilo que Austin denominou a *força ilocucionária intencional*. A questão central trazida por Skinner com este argumento, posto de forma resumida, é que o método contextualista deixa uma lacuna na interpretação do texto: mesmo se o estudo do contexto social dos textos possa servir para *explicá-los*, isso não seria o mesmo que fornecer os meios para *entendê-los* (SKINNER, 1969a, p. 46, grifos do autor).

Veamos um último exemplo trazido por Skinner para ilustrar sua crítica final. Supondo que um historiador do período renascentista se depare com a seguinte declaração: “um Príncipe precisa aprender como não ser virtuoso”. Considerando que o sentido e a intenção de uma tal sentença sejam perfeitamente claros, assim como decorrentes de um estudo amplo e completo do contexto social da época, poderiam surgir ao menos duas verdades alternativas acerca da declaração: “ou que tal conselho cínico era frequentemente oferecido em tratados morais da Renascença; ou que dificilmente alguém havia oferecido publicamente um conselho tão cínico como um preceito antes” (SKINNER, 1969a, p. 46). Ora, está claro que o historiador em questão possui o intuito de avaliar qual destas alternativas está mais próxima da verdade, no entanto, para cada uma delas corresponde um tipo diferente de *força ilocucionária intencional*. No caso da primeira alternativa, a força corresponde ao ato de “endossar ou enfatizar uma atitude moral aceita”, enquanto, no caso da segunda alternativa, corresponde ao ato de “rejeitar ou repudiar uma moralidade estabelecida no senso comum”. Skinner não escolhe este exemplo à toa: ambas as alternativas nesta suposição foram consideradas por estudiosos da obra de Maquiavel. E, ao mesmo tempo em que a decisão acerca de qual destas alternativas está mais próxima da verdade afeta diretamente o entendimento sobre a intenção de Maquiavel (um tópico largamente disputado no campo da história do pensamento político), esta não poderia jamais ser alcançada por meio de um estudo sobre o contexto social em que viveu o pensador florentino, pois este mesmo contexto oferece as duas alternativas como possibilidade, sendo incapaz de ser invocado para abandonar uma em prol da outra (SKINNER, 1969, p. 47).

Após este longo exercício de refutação das principais abordagens contemporâneas em história das ideias, Skinner passa, finalmente, para algumas considerações acerca da sua proposta metodológica, a alternativa ao textualismo e ao contextualismo. Cabe dizer, todavia, que o autor não expõe de forma sistemática as premissas de seu método, como virá a fazer de forma mais enfática nos artigos da

década de 1970, que trataremos no subcapítulo seguinte. Por ora, finalizando aqui a sua primeira e maior intervenção na teoria da história, o autor se limita a algumas conclusões de caráter geral.

Em suma, Skinner afirma que a compreensão adequada de um texto pressupõe tanto um entendimento acerca do significado pretendido pelo autor, quanto de uma análise de como esse significado *deveria* ser interpretado. Skinner aponta aqui para uma reformulação do contextualismo, isto é, a sua transformação num contextualismo propriamente *linguístico*, por meio do enfoque na análise dos enunciados como atos de comunicação entre indivíduos que compõem um determinado universo semântico. Nas suas palavras:

Segue-se que o objetivo essencial, em qualquer tentativa de compreender os próprios enunciados, deve ser o de recuperar essa intenção complexa por parte do autor. E segue-se disso que a metodologia apropriada para a história das ideias deve estar preocupada, em primeiro lugar, em delinear toda a gama de comunicações que poderiam ter sido convencionalmente realizadas em uma dada ocasião pelo enunciado de determinado enunciado, e, a seguir, para rastrear as relações entre o enunciado dado e este contexto *linguístico* mais amplo como um meio de decodificar a intenção real do escritor dado. Uma vez que o foco apropriado do estudo é visto, desta forma, como essencialmente linguístico, e a metodologia apropriada é vista, conseqüentemente, como preocupada com a recuperação de intenções, o estudo de todos os fatos sobre o contexto social do texto em questão pode então ocorrer como parte desse empreendimento linguístico (SKINNER, 1969a, p. 49, grifo do autor, tradução minha).⁴

Com estas palavras, fica registrada a primeira formulação das ideias metodológicas de Skinner, que se resume numa tentativa de “recuperação da tradição intencionalista da filosofia da história e na aplicação de seus princípios na elaboração de uma metodologia voltada para a interpretação de textos” (SILVA, 2010, p. 305). Combinando a ênfase collingwoodiana na recuperação das intenções com o aparato teórico da filosofia pragmática de J. L. Austin, Skinner deu início a este longo empreendimento intelectual de reformulação da história do pensamento político.

Vale dizer, entretanto, que os dois artigos de Skinner abordados neste capítulo não chegam a oferecer uma metodologia propriamente dita. Apesar da breve menção ao princípio da recuperação de intenções observada no trecho supracitado, o que fica claro

4 No original: “It follows that the essential aim, in any attempt to understand the utterances themselves, must be to recover this complex intention on the part of the author. And it follows from this that the appropriate methodology for the history of ideas must be concerned, first of all, to delineate the whole range of communications which could have been conventionally performed on the given occasion by the utterance of the given utterance, and, next, to trace the relations between the given utterance and this wider *linguistic* context as a means of decoding the actual intention of a given writer. Once the appropriate focus of the study is seen in this way to be essentially linguistic and the appropriate methodology is seen in consequence to be concerned in this way with the recovery of intentions, the study of all the facts about the social context of the given text can then take its place as a part of this linguistic enterprise.”

é que “Meaning and Understanding in the History of Ideas” é um texto essencialmente focado em demonstrar como a história das ideias *não deveria ser feita*. Neste momento, ainda não é possível falar em contextualismo linguístico como um método consolidado, da forma como a bibliografia crítica irá se referir nas décadas subsequentes. Como o próprio Skinner afirmou ao ser entrevistado por Hansong Li em 2016, sua intenção ao escrever seus primeiros artigos era a de levantar dúvidas e alertas sobre – e até mesmo satirizar e ridicularizar – a abordagem predominante pela qual a história intelectual era conduzida (LI, 2016, p. 121). Mesmo assim, é possível identificar aqui o esboço da ideia metodológica central que irá marcar a abordagem de Skinner ao longo de sua carreira. Trata-se da noção de que, ao estudar um pensador político, é preciso ir além dos seus textos, ainda que sem se restringir ao contexto social. Compreender apropriadamente o significado de uma obra requer que o historiador adentre a biografia do autor, a sua rede de contatos com outros intelectuais da época, a fim de entender em que tipo de disputa política o autor está inserido e, a partir daí, elaborar hipóteses acerca da sua intenção ao escrever um texto.

Os anos seguintes à publicação de *Meaning and understanding* marcam não apenas a fervorosa recepção das ideias do autor, mas igualmente o aprofundamento sistemático das premissas esboçadas nas páginas finais do texto clássico. Dando sequência para a apresentação da metodologia do autor, passamos agora para uma análise dos artigos da década de 1970, que culminaram no primeiro e maior esforço empírico de aplicação do método.

1.3. Desenvolvendo a teoria dos atos de fala

No decorrer da década de 1970, as intervenções metodológicas de Skinner se deram principalmente por meio de publicações que visavam criticar e expandir a bibliografia referente à teoria austiniana dos atos de fala. Após a longa e polêmica investida contra o *status quo* da historiografia do pensamento político em “Meaning and understanding in the history of ideas” (1969), as considerações mais gerais do autor em relação às limitações metodológicas do campo de estudos foram suficientemente lançadas, abrindo assim o espaço para publicações de caráter mais pontual.

A primeira destas publicações foi o ensaio “Conventions and the understanding of speech acts”, publicado em 1970. O objetivo central do texto era discutir o artigo de Peter Strawson, “Intention and convention in speech acts” (1964), visando dar continuidade aos problemas deixados em aberto pelo autor. A fim de compreender o

sentido do texto de Skinner, uma breve exposição da contribuição de Strawson se faz necessária.

Ao lado de pensadores como Gilbert Ryle, W. O. Quine e Austin, é justo atribuir ao filósofo inglês Peter Strawson o papel de protagonista no desenvolvimento inicial da filosofia da linguagem ordinária. Note-se que as contribuições do autor para a lógica e a linguística datam do início da década de 1950, com a publicação, no mesmo ano, de seu influente artigo seminal intitulado “Sobre referir”. Desde então, Strawson ocupou um lugar de grande relevância na segunda geração da filosofia analítica. Seu artigo de 1964, o qual trataremos agora, é o primeiro trabalho que se direciona especificamente para uma avaliação e tentativa de expansão da teoria dos atos de fala.

De forma geral, “Intention and convention in speech acts” explora o assunto da dimensão ilocucionária dos atos de fala, mais especificamente, a relação entre o significado de uma sentença e a sua força ilocucionária, a distinção entre *força* ilocucionária e *ato* ilocucionário, bem como os critérios para a realização completa de um ato de comunicação, nos termos do sistema conceitual de Austin.

Em primeiro lugar, para Strawson, o significado (locucionário) e a força (ilocucionária) de uma sentença diferem no sentido de que o primeiro pode exaurir a segunda, isto é, quando “pode não haver nada mais para a força do que há para o significado”, ainda que, muito frequentemente, o significado sirva apenas para limitar a força, e não para subtraí-la (STRAWSON, 1964, p. 440). Em segundo lugar, segue o autor, a força ilocucionária de uma sentença não é equiparável à realização de um ato ilocucionário propriamente dito, apesar da distinção não estar clara nos escritos de Austin. A força ilocucionária se efetiva como ato apenas quando apreendida como tal pelo público para o qual foi destinada, ou seja, não basta a sentença causar um efeito (ato perlocucionário), mas o efeito precisa coincidir com a força da intenção primária do sujeito que declara a sentença, e só assim é possível falar num ato ilocucionário. Por fim, e mais importante, o procedimento para a execução completa de um ato comunicativo envolve um conjunto de fatores, e no que diz respeito à dimensão ilocucionária dos atos de fala, requer a realização de quatro tipos distintos de *intenções*: (1) a intenção de produzir, com a sentença *x*, uma certa resposta na audiência que recebe a sentença; (2) a intenção secundária, ainda por parte do agente, de ter a intenção primária *reconhecida* pelo público a que se dirige; (3) a intenção terciária de que o reconhecimento da intenção primária funcione como a razão, ainda que parcial, da

resposta do público; e (4) a intenção final de que a intenção secundária seja, também ela, reconhecida pelo público (STRAWSON, 1964, p. 446–447).

Outro ponto importante do texto de Strawson é a concepção dos atos ilocucionários como essencialmente *declaráveis*, isto é, representáveis por meio de uma fórmula performativa do tipo “X alertou Y”. Isso significa dizer que nem tudo o que podemos fazer *ao dizer* algo é necessariamente um ato ilocucionário, pois certas ações deste tipo não podem ser explicitadas através da fórmula performativa. Por exemplo, a ação de *exibir-se* certamente é uma intenção que visa produzir um determinado efeito em um dado público, como “impressionar” ou “causar admiração”. Todavia, uma tal intenção não envolve o objetivo de ser reconhecida como tal pelo público. Pelo contrário, se reconhecida a intenção primária de “exibir-se”, o efeito no público pode ir na contramão da intenção, causando “aversão” ou “desgosto” (STRAWSON, 1964, p. 452).

Até aqui, Strawson permanece fiel aos escritos de Austin, expandindo e esclarecendo a sua teoria mais do que reformando-a. A divergência do autor se apresenta, contudo, num ponto específico da concepção dos atos ilocucionários, a saber, o seu caráter essencialmente *convencional*. Tal divergência, que aprofundaremos agora, constitui o argumento central do artigo e, conseqüentemente, da resposta de Skinner. Strawson apresenta sua contraposição da seguinte forma:

A alegação de que a força ilocucionária é uma questão de convenção é facilmente considerada correta num grande número de casos. Pois muitos tipos de interações humanas que envolvem a fala são regidas e em parte constituídas por aquilo que facilmente reconhecemos como convenções de procedimento estabelecidas para além das convenções que regem os significados das nossas afirmações. [...] Mas parece igualmente claro que, embora as circunstâncias da pronúncia sejam sempre relevantes para a determinação da força ilocucionária de uma pronúncia, há muitos casos em que não é de acordo com uma convenção aceita (para além das convenções linguísticas que ajudam a fixar o significado da pronúncia) que um ato ilocucionário é realizado. Parece claro, portanto, que há muitos casos em que a força ilocucionária de uma expressão, embora não se esgote pelo seu significado, não é devida a quaisquer outras convenções para além daquelas que ajudam a dar-lhe o seu significado (STRAWSON, 1964, p. 443-444, tradução minha).⁵

5 No original: “The contention that illocutionary force is a matter of convention is easily seen to be correct in a great number of cases. For very many kinds of human transaction involving speech are governed and in part constituted by what we easily recognize as established conventions of procedure additional to the conventions governing the *meanings* of our utterances. [...] But it seems equally clear that, although the circumstances of utterance are always relevant to the determination of the illocutionary force of an utterance, there are many cases in which it is not as conforming to an accepted *convention* of any kind (other than those linguistic conventions which help to fix the meaning of the utterance) that an illocutionary act is performed. It seems clear, that is, that there are many cases in which the illocutionary force of an utterance, though not exhausted by its meaning, is not owed to any *conventions* other than those which help to give it its meaning.”

Basicamente, por meio de uma distinção entre dois sentidos da palavra convenção – a *convenção linguística*, referente à semântica do texto, e a *convenção social*, ou convenção de procedimento, que aponta para as circunstâncias da pronúncia –, Strawson propõe o entendimento de que tanto a força quanto o ato ilocucionário não estão necessariamente atrelados à convenção social, como gostaria Austin. Em muitos casos, argumenta o autor, a única convenção que se pode identificar numa sentença é a linguística, aquela que “ajuda a fixar o significado da pronúncia”, de forma que um estudo do contexto de enunciação se faz irrelevante pelo fato de não haver nenhuma convenção social envolvida. Por exemplo, quando um padre realiza um casamento, a sentença “Eu vos declaro marido e mulher” envolve tanto as convenções linguísticas quanto as sociais, pois a mesma frase não faria sentido fora das circunstâncias específicas da enunciação, isto é, a cerimônia do casamento. Por outro lado, para usar um exemplo de Strawson largamente comentado por Skinner, a sentença “O gelo ali é muito fino”, direcionada para um patinador, possui uma força ilocucionária legítima (possivelmente um “aviso” ou “alerta”) e, se recebida com sucesso pela pessoa a quem foi direcionada (cumprindo os quatro requisitos do complexo intencional), será realizada como um ato ilocucionário propriamente dito, mesmo que a sentença não atenda a nenhuma regra de procedimento ou prática cerimonial/ritualística, ou seja, não envolva nenhuma convenção social (STRAWSON, 1964, p. 444).

Em suma, o artigo de Strawson representa uma tentativa de reformular alguns pontos mais obscuros da teoria de Austin, sugerindo a distinção entre força ilocucionária e ato ilocucionário bem como os critérios de realização efetiva do último. Além disso, reforça a concepção austiniana do caráter essencialmente *declarável*, por meio de um verbo performativo, dos atos ilocucionários. Por fim, propõe a distinção entre as convenções linguísticas e sociais a fim de demonstrar que, embora não existam atos de fala sem a adequação a algum tipo de convenção linguística, a existência de uma convenção social é contingente (MILLER, 2000, p. 165).

Cabe ressaltar que, ao final do texto de 1964, Strawson deixou claro que a proposta da divisão dos atos ilocucionários entre *convencionais* e *não-convencionais* não deveria ser considerada inequívoca ou definitiva. “Mas existe algo enganoso na nitidez desse contraste”, afirmava o autor no parágrafo final, “e seria certamente errado supor que todos os casos entram claramente em uma ou outra dessas classes” (STRAWSON, 1996, p. 242).

Resta ainda notar que Strawson apoia o seu modelo dos quatro tipos de intenções requeridas para a realização do ato ilocucionário no artigo “Meaning”, de Paul Grice (1957), que Skinner incorpora em suas referências teóricas centrais desde o artigo de 1970. Do texto de Grice, Skinner absorve basicamente a concepção do “significado não-natural” de uma sentença, isto é, o significado que surge, *grosso modo*, como resultado da “intenção de induzir uma crença por meio do reconhecimento da intenção” (GRICE, 1957, p. 384, tradução minha).⁶

Em primeiro lugar, na contramão de Austin e Strawson, Skinner discorda do estabelecimento da fórmula performativa como um requisito para os atos ilocucionários. Para o autor, não está claro o motivo pelo qual a possibilidade de nomear a ação num verbo performativo deva ser necessária, pois, nas suas palavras, “parece indispensável para a natureza de um ato intencional de comunicação [...] que ele deveria ser alcançado sem precisar ser declarado desta forma” (SKINNER, 1970, p. 128). Vale lembrar que Strawson reconhece o caso dos atos de comunicação não-declaráveis, como vimos no exemplo supracitado da intenção de “exibir-se”. Para este autor, casos deste tipo não poderiam ser considerados atos ilocucionários pela impossibilidade de reconhecimento, por parte do público, da intenção primária do ato. Todavia, para Skinner, este fato não se configura como um impeditivo, de forma que se poderia falar em *atos ilocucionários não-declaráveis* como uma categoria intermediária que desvia do modelo de Strawson.

Não obstante, outra destas categorias intermediárias é aquela em que a força ilocucionária da sentença é oblíqua, mesmo que haja algum tipo de ilocução explicitamente declarada na mesma sentença. Por exemplo, a pergunta “Você poderia me acompanhar até a delegacia?” apresenta, de forma explícita, a força de uma investigação ou questionamento, no entanto, a verdadeira força está colocada de forma oblíqua e pode ser caracterizada como um requerimento ou ordem (SKINNER, 1970, p. 122).

Os casos de atos de comunicação oblíquos indicam a existência de pelo menos um tipo “intermediário” de ato ilocucionário. E as listas de verbos que nomeiam atos de comunicação não-declaráveis indicam que não pode ser uma condição necessária para que um verbo seja o nome de um ato ilocucionário que deva ter uma forma performativa explícita (SKINNER, 1970, p. 128, tradução minha).⁷

6 No original: “Shortly, perhaps, we may say that ‘*A* meant something by *x*’ is roughly equivalent to ‘*A* uttered *x* with the intention of inducing a belief by means of the recognition of this intention.’”

7 No original: “The cases of oblique acts of communication indicates the existence of at least one ‘intermediate’ type of illocutionary act. And the lists of verbs naming non-avowable acts of communication indicate that it cannot be a necessary condition of a verb’s being the name of an illocutionary act that it should have an explicit performative form.”

Com isso, a grande questão do artigo de Skinner passa a ser a de explorar a implicação dessas constatações nos modelos de Austin e Strawson. Em suma, a contradição identificada por Skinner diz respeito ao fato de que tanto os atos ilocucionários oblíquos quanto os não-declaráveis parecem se adequar à categoria de *não-convencionais* no sentido de Strawson (atos que independem de convenções sociais) e, ainda assim, requererem “alguns conhecimentos convencionais de tipo mais do que puramente linguístico para serem compreendidos” (SKINNER, 1970, p. 131).

Seguindo a linha argumentativa de Skinner, uma frase tal como “O gelo ali é muito fino” – considerada por Strawson como um ato de fala essencialmente não convencional – possui a intenção de emitir um alerta, e, sendo assim, requer o entendimento por parte do ouvinte das convenções sociais que determinam, dentro daquele contexto específico, sobre o que conta como um alerta, partindo da premissa de que o reconhecimento de uma intenção, seja qual for, varia mediante as diferenças culturais das coletividades humanas. Assim, por exemplo, o que conta como um alerta, uma ameaça ou um elogio dentro de um círculo de acadêmicos pode não ser o mesmo para um grupo alheio às convenções do ambiente universitário, e assim por diante.

A resposta encontrada por Skinner para a resolução desta contradição, portanto, foi questionar a categoria dos atos ilocucionários não-convencionais. Em outras palavras, resumindo o argumento central do autor no artigo em questão, um elemento de convenção social é onipresente nos atos ilocucionários e representa uma condição necessária para o entendimento do ato pelo sujeito receptor. Nas suas palavras:

[...] o sucesso de qualquer ato de comunicação depende necessariamente de pelo menos uma intuição mútua por S [falante/escritor] e A [ouvinte/leitor] de todo um complexo de convenções, tanto sociais quanto linguísticas, sobre o que pode e não pode ser declarado, que tipos de significados e alusões podem ser esperados para serem entendidos sem terem que ser explicitamente declarados e, em geral, que critérios para a aplicação de qualquer conceito (por exemplo, o de advertência) são convencionalmente aceitos como aplicáveis naquela situação e sociedade (SKINNER, 1970, p. 137, tradução minha).⁸

Assim sendo, em sua primeira intervenção mais direta no campo da filosofia da linguagem, Skinner oferece uma compreensão acerca dos atos de fala estritamente vinculada ao elemento da convenção social. O próximo passo dado pelo autor, iniciado no ano seguinte com a publicação de “On performing and explaining linguistic actions”

8 No original: “[...] the success of any act of communication necessarily depends on at least a mutual intuiting by S and A of a whole complex of conventions, social as well as linguistic, about what can and cannot be stated, what sorts of meanings and allusions can be expected to be understood without having to be explicitly stated at all, and in general what criteria for the application of any given concept (for example, that of warning) are conventionally accepted as applying in that given situation and society.”

(1971), foi no sentido de esclarecer como, do seu ponto de vista, é possível definir e oferecer uma explicação acerca dos atos de fala.

“On performing and explaining linguistic actions” segue, como é de costume nos textos de Skinner, uma perspectiva notadamente crítica aos trabalhos contemporâneos do campo de estudos da história intelectual, preferindo apontar os possíveis erros ou inconsistências das publicações mais recentes na área de filosofia da ação (em particular, das ações linguísticas) antes de apresentar os seus próprios argumentos. Nesse sentido, o artigo cumpre um objetivo duplo: primeiro, problematiza a forma como as publicações da década de 1960 definem o conceito de *ação linguística*, propondo resoluções teóricas para os problemas; por fim, considera a possível relevância das considerações apresentadas no sentido habilitar o pesquisador a *explicar* uma ação linguística.

A definição de ação linguística promovida pelas discussões contemporâneas a Skinner no início da década de 1970 girava em torno, basicamente, do estabelecimento da fórmula “*A* está ocasionando *p*”, onde *A* representa o sujeito e *p* o resultado da ação descrita por um verbo performativo (SKINNER, 1971, p. 3, grifos do autor). A fórmula vinha sendo utilizada nas referidas discussões não apenas como condição para a aplicação do conceito de *performance*, mas igualmente para distinguir aquilo que fazemos daquilo que nos acontece. Assim procede, segue o autor, na análise de Anthony Kenny: para todo caso em que seja verdadeiro que *A* está agindo, e em que o verbo de ação passe nos testes para ser classificado como um performativo (por exemplo, *A* alertou *B*), será equivalente dizer que *A* está, portanto, ocasionando *p*. Tal definição, argumenta Skinner, foi extensamente aprimorada e aparenta ter recebido uma aceitação geral pelos estudiosos da área (SKINNER, 1971, p. 4).

O problema inicial do autor com esta definição gira em torno da suposta equivalência entre afirmar, por um lado, que “*A* está ocasionando *p*” (considerando *p* como “alertar *B*”) e, por outro lado, afirmar que “*A* alertou *B*”. Enquanto esta última sentença designa uma ação voluntária por parte de *A*, o mesmo não vale para a primeira. Por exemplo, imaginando que o suposto patinador não recebesse qualquer aviso quanto à espessura do gelo e, porventura, ocasionasse a sua queda na água: seria correto afirmar que *A* (o patinador) ocasionou *p* (a sua queda na água), ainda que um tal episódio não seja exatamente uma performance da parte do patinador, nem mesmo de caráter não-intencional (SKINNER, 1971, p. 3)? Sendo assim, uma primeira reformulação visada

por Skinner no debate acerca da definição de *performance* aponta para a separação entre estas duas formulações lógicas.

A segunda contenda de Skinner se refere à reivindicação de Kenny segundo a qual o valor *p* deve implicar necessariamente em uma mudança nova e discernível no estado de coisas que é o próprio resultado da ação de *A* (SKINNER, 1971, p. 6). Em outras palavras, considerando uma performance em que um sujeito *A* realiza uma ação sobre o sujeito *B*, como no exemplo supracitado, afirma Kenny que, após o término da ação, *B* necessita ter, de alguma forma, mudado. Segundo Skinner, existem diversos casos em que uma determinada ação passa em todos os testes para ser considerada uma performance, nos termos até aqui abordados, mas que dispensam qualquer mudança no sujeito que sofre a ação. Por exemplo, supondo que *A* está alertando *B*, e que *B* ouve e entende o significado das palavras, mas, pela razão de uma incompatibilidade entre as convenções sociais e linguísticas conhecidas pelos dois sujeitos envolvidos, não compreende a força ilocucionária da ação de *A* pois desconhece a convenção utilizada para tanto. Ou, ainda, supondo que *B* ouve, entende e adequadamente compreende a força ilocucionária da sentença de *A*, mas acredita, por algum motivo equivocado, que *A* não queria ser levado a sério, que estava “brincando”. Em ambos os casos, não é possível afirmar que a ação de “*A* alertar *B*” tenha ocasionado qualquer mudança em *B* (SKINNER, 1971, p. 9).

Feitas essas duas críticas pontuais à definição do conceito de ação linguística, Skinner passa para uma avaliação do modo como o conceito pode ser razoavelmente explicado. Aqui, o objetivo central do autor é contrapor as teorias correntes na filosofia da ação que apelam para uma relação de causalidade entre intenção e ação, isto é, que definem o processo explicativo por meio da identificação de intenções que funcionam como causas das ações. Tal é a posição de uma série de autores comentados por Skinner, tais como Donald Davidson em seu artigo “Actions, Reasons and Causes” (1963) ou G. Madell em “Action and Causal Explanation” (1967), entre outros.

Sem delongas, afirma Skinner que o primeiro passo para a explicação de uma ação linguística é a realização de uma *redescrição* da sentença ou do conjunto de sentenças que se pretende explicar. Retomando, novamente, o exemplo “O gelo lá é muito fino” como um ato de fala que apresenta a força ilocucionária de um alerta por parte de um policial em direção a um patinador, mediante as convenções sociais do local de enunciação, Skinner afirma que uma reformulação da sentença para “A razão do policial em proferir a dada sentença foi de apontar o perigo em potencial para o

patinador de patinar lá onde o gelo é muito fino”, denominada uma *redescrição ilocucionária*, configura-se como uma explicação apropriada, ainda que não exaustiva, para a sentença (SKINNER, 1971, p. 13). A explicação se completa, todavia, com uma análise das convenções sociais que se incorporam na força ilocucionária da sentença:

A explicação é fornecida a partir de uma compreensão das convenções que governam a força ilocucionária ligada ao próprio enunciado. É fornecida, isto é, simplesmente de uma compreensão do que *A* quis dizer, no sentido [...] de compreender o que significa convencionalmente proferir uma sentença com tal significado. Saber a resposta a esta outra questão é saber como é que o orador pretendia que o seu discurso fosse levado em consideração. E isto, por sua vez, é conhecer as intenções do orador ao proferir essa afirmação. E isto, por sua vez, é saber porque é que o orador proferiu essa afirmação. E isto é ter uma explicação sobre a ação (linguística) (SKINNER, 1971, p. 14, tradução minha).⁹

Em outras palavras, a elaboração da *redescrição ilocucionária* de uma sentença associada à compreensão das convenções sociais que a permeiam fornecem uma explicação pelo fato de apontarem para a intenção do agente *ao* performar um ato de fala. Ademais, segue o autor, apesar de uma tal *redescrição* funcionar por meio da menção a razões, estas não podem ser interpretadas como as *causas* das quais as ações correspondentes são efeitos (SKINNER, 1971, p. 13). O motivo da incompatibilidade entre intenção e causa é justificado – como Skinner viria a explicar apenas em “‘Social meaning’ and the explanation of social action”, publicado em 1974 – pelo fato de que as intenções constituem uma característica intrínseca da ação de um determinado agente de fala, e não uma “condição independentemente especificável da ação, da forma como qualquer forma causal de explicação requiere” (SKINNER, 1974a, p. 116).

Skinner reconhece que o papel central dado à recuperação das intenções no procedimento explanatório dos atos de fala tem sido rejeitado justamente pelos teóricos e praticantes de disciplinas – como a crítica literária ou a história intelectual – que lidam essencialmente com sentenças de tipo complexo (de caráter literário ou filosófico), sobre as quais o procedimento poderia ser melhor aplicado. De acordo com o autor, estes estudiosos foram tradicionalmente ensinados a endossar o discurso da *falácia intencionalista*, segundo a qual as intenções de um autor são de pouca ou nenhuma relevância para a interpretação e explicação de sentenças complexas (SKINNER, 1971,

9 No original: “The explanation is supplied from a grasp of the conventions governing the illocutionary force attaching to the utterance itself. It is supplied, that is, simply from an understanding of what *A* meant, in the non-natural sense of understanding not just what the utterance meant [...] but of understanding what it conventionally means to utter an utterance with such a meaning. To know the answer to this further question is to know how the speaker intended his utterance to be taken. And this in turn is to know the intentions of the speaker *in* uttering that given utterance. And this in turn is to know why he uttered that utterance. And this is to have an explanation of the (linguistic) action.”

p. 15). Todavia, tanto os defensores da referida falácia quando os seus críticos se apegaram a um conceito de intenção que diverge bastante do sentido pretendido por Skinner, de forma que uma distinção se faz necessária.

Enquanto os defensores da falácia intencionalista tendem a compreender a intenção autoral como “aquilo que fez o autor escrever” ou como um dos “fatores que fizeram com que a obra se tornasse realidade”, os críticos têm sustentado que a tarefa de recuperação das intenções consiste em demonstrar a relevância dos interesses pessoais do autor, sua história de vida ou suas características psicológicas (SKINNER, 1971, p. 15). Para Skinner, ambos os argumentos giram em torno de considerar ou não a importância dos *motivos* do autor ao escrever, e não de suas *intenções*. Aqui o autor lança mão, pela primeira vez, da distinção entre *motivos* e *intenções*, sugerindo que a ausência de uma tal distinção foi a razão para confusões dentro da bibliografia especializada em filosofia da ação. Nas suas palavras:

A fonte da confusão pode talvez ser caracterizada como uma falha em reconhecer que os motivos para agir, mas não as intenções para tanto, implicam desejos. A própria confusão parece consistir, em ambos os lados, em confundir o senso de intencionalidade que serve para caracterizar as ações e sua força ilocucionária com os estados afetivos do agente como seus motivos, desejos e, genericamente, as vontades que induzem (e talvez causem) suas ações (SKINNER, 1971, p. 21, tradução minha).¹⁰

Consideremos, a título de exemplo, uma obra como *O Príncipe*, de Maquiavel. O fato de, no início do século XVI, o pensador florentino que até então servira a governos republicanos ter se visto obrigado, num contexto de retomada despótica do poder pelos Medici, a oferecer os seus serviços a um príncipe de forma a garantir um emprego e um meio de vida, diz respeito essencialmente aos seus motivos para escrever o livro, e não a sua intenção ao escrevê-lo (SKINNER, 1996, p. 138-139). Como Skinner sugere em *Social meaning* (1974), uma hipótese acerca dos *motivos* de Maquiavel pode, de fato, constituir uma explicação causal da sua ação de escrever *O Príncipe*, na medida em que os *motivos* apontam para condições extrínsecas do significado de sua obra (SKINNER, 1974, p. 117-118). Todavia, suas *intenções*, de forma bastante diversa, devem ser procuradas não nas condições externas imediatas que o levaram a escrever, mas numa profunda exegese do texto em associação à análise do contexto social e linguístico da Itália renascentista. Com essa distinção, Skinner se

10 No original: “The source of the confusion might perhaps be characterized as a failure to recognize that motives in acting, but not intentions in acting, imply wants. The confusion itself seems to consist, on both sides, of confusing the sense of intentionality which serves to characterize actions and their illocutionary force with such affective states of the agent as his motives, desires and generically the wants that prompt (and perhaps cause) his actions.”

habilita a eliminar a crítica da falácia intencionalista do rol de contendas a sua teoria, sustentando que a recuperação das intenções autorais é não apenas relevante, mas essencial para qualquer tentativa de explicar uma ação linguística complexa (SKINNER, 1971, p. 16).

A distinção entre motivos e intenções representa, sem dúvida, um dos pontos fulcrais da metodologia de Skinner. Todavia, apesar da plausibilidade e da força argumentativa da distinção, não se pode dizer que ela tenha adquirido uma aceitação imediata pela comunidade acadêmica, naturalmente. No ano seguinte à publicação de *On performing*, Skinner é convidado a publicar na revista *New Literary History* em um dossiê dedicado exclusivamente ao problema da interpretação, momento no qual o autor se vê compelido a reafirmar muitas de suas convicções expostas no artigo de 1971 de uma forma mais palatável e condensada, visando assim uma recepção mais favorável à sua metodologia. A referida publicação, intitulada “Motives, intentions, and the interpretation of texts” (1972), se dedica a aprofundar a distinção entre motivos e intenções, além de expor de forma mais sistemática as diferentes formas pelas quais podemos nos questionar sobre o significado dos textos.

De forma geral, Skinner apresenta uma divisão tripartite para o entendimento do significado dos textos, seguindo uma analogia clara com as três modalidades dos atos de fala expostas na obra de Austin. Nesse sentido, Skinner inicia seu argumento abordando o *significado1* que, nas suas palavras, equivale a pergunta sobre o que as palavras ou sentenças específicas utilizadas no texto significam. Trata-se de uma analogia inequívoca com o ato locucionário e, portanto, se refere a um estudo semântico do texto. Prosseguindo, o *significado2* remete à questão do significado que um texto possui para o leitor, num paralelo com a noção do ato perlocucionário, que reflete sobre os efeitos dos atos comunicativos sobre uma determinada audiência. Por fim, e mais importante, o autor aborda o *significado3*, referente à pergunta do que o autor pretendeu significar com o que ele disse no texto. Finalizando a analogia com o sistema conceitual austiniano, esta última noção diz respeito ao ato ilocucionário que indaga sobre a intenção do autor ao escrever o texto (SKINNER, 1972, p. 396-397).

Discutindo um a um os artigos publicados no dossiê da revista, Skinner demonstra que as diferentes concepções dos autores sobre o processo interpretativo nem sempre se apegam à mesma noção de significado. Não obstante, se é possível dizer que existe algum consenso parcial nestes trabalhos, seria certamente a convicção de que não cabe à crítica textual se atentar aos motivos e intenções autorais. Os argumentos para

esta reafirmação da falácia intencionalista são diversos, e Skinner trata de sistematizá-los a fim de expor o seu contraponto. De forma resumida, os argumentos variam desde a afirmação de que o texto em si constitui uma entidade semântica fechada e completa - de forma que o recurso a informações externas ao texto representa nada mais que uma incapacidade, por parte do crítico, em extrair o significado de forma exitosa - até a crença de que as intenções autorais são de impossível ou indesejável recuperação, seja pelo fato de que estão “fora do texto em si” ou porque criam um padrão inadequado para julgar os méritos do trabalho do autor (SKINNER, 1972, p. 397-398).

Quanto à alegação da impossibilidade de recuperar as intenções de um autor, Skinner simplesmente a rejeita. “Afirmo isso como óbvio, e não tentarei comprová-lo” (SKINNER, 1972a, p. 400). No entanto, a ideia de que as intenções ocupam um lugar “fora do texto” não lhe parece de todo equivocada, e aí a distinção entre motivos e intenções se faz, novamente, relevante. Skinner concede que os motivos do autor - da forma como exemplificamos anteriormente considerando a obra de Maquiavel - de fato não são elementos constitutivos do texto e, assim, podem ser considerados irrelevantes para um entendimento do *significado* de um texto (SKINNER, 1972, p. 401). Todavia, o mesmo não pode ser dito em relação às intenções. Segundo o autor:

Falar dos motivos de um escritor parece ser invariavelmente falar de uma condição antecedente e contingentemente ligada ao aparecimento de suas obras. Mas falar das intenções de um escritor pode ser tanto para referir-se a seu plano ou projeto para criar um certo tipo de obra (sua intenção de fazer x) ou para referir-se e descrever uma obra real de uma certa maneira (como incorporando uma intenção particular em x-endo). No primeiro tipo de caso, parecemos (como ao falar de motivos) estar aludindo a uma condição contingente e antecedente ao surgimento da obra. No segundo tipo de caso, entretanto, parecemos estar aludindo a um aspecto da própria obra, e estar caracterizando-a, em termos de sua encarnação de um objetivo ou intenção particular, e, portanto, em termos de ter um sentido particular (SKINNER, 1972, p. 401, tradução minha).¹¹

Por conseguinte, as intenções que equivalem ao *significado* de uma obra representam uma característica constitutiva do texto e não um elemento extrínseco. Cabe ressaltar que, apesar da importância relegada por Skinner ao *significado*, não se trata aqui de afirmar uma relação hierárquica entre as três dimensões do significado abordadas no texto. Ao contrário, como afirma o autor, trata-se apenas de resgatar o

11 No original: “To speak of a writer's motives seems invariably to be to speak of a condition antecedent to, and contingently connected with, the appearance of his works. But to speak of a writer's intentions may be either to refer to his plan or design to create a certain type of work (his intention to do x) or to refer to and describe an actual work in a certain way (as embodying a particular intention in x-ing). In the former type of case we seem (as in talking about motives) to be alluding to a contingent antecedent condition of the appearance of the work. In the latter type of case, however, we seem to be alluding to a feature of the work itself, and to be characterizing it, in terms of its embodiment of a particular aim or intention, and thus in terms of its having a particular point.”

debate em torno das intenções como um procedimento relevante, entre outros, para uma compreensão mais completa de uma determinada obra (SKINNER, 1972, p. 405).

Feita essa reflexão, o artigo de 1972 finaliza com uma consideração sobre a possibilidade de estabelecer regras gerais sobre como realizar um estudo das intenções autorais. Basicamente, Skinner estabelece duas regras que, não obstante, reforçam argumentos lançados desde os artigos inaugurais da década de 1960. Em primeiro lugar, afirma que o pesquisador deve se atentar não apenas ao texto, mas às convenções que orientam os temas e os problemas com os quais o texto se ocupa. A ideia desta primeira regra é estabelecer que o escritor está sempre limitado à gama de intenções que ele poderia esperar ser capaz de comunicar e, portanto, “por qualquer estoque de conceitos, e quaisquer critérios para aplica-los, que estavam geralmente disponíveis” (SKINNER, 1972a, p. 406).

A segunda regra, por fim, sugere o foco do pesquisador no universo mental do escritor em questão, isto é, em seu “mundo de crenças empíricas”. A regra é ilustrada por Skinner com um exemplo que concerne a obra de C. B. Macpherson, na qual o autor afirma ser a intenção de John Locke, em seus *Dois Tratados sobre o Governo*, “defender a racionalidade da acumulação ilimitada de capital” (SKINNER, 1972a, p. 407). A afirmação implica alguns pressupostos acerca do universo mental de Locke: que a sociedade em que o pensador vivia estava “devotada a uma acumulação ilimitada de capital”, que esta era uma atividade cuja justificação ideológica se fazia necessária e que Locke considerava a realização desta tarefa como adequada para o seu próprio trabalho. Sendo assim, uma análise da intenção de Locke deve passar, invariavelmente, por uma avaliação acerca da plausibilidade destes pressupostos.

Nesses termos, Skinner conclui uma série de publicações metodológicas, iniciadas em 1970 com o artigo “Conventions and the understanding of speech acts”, que tinham o objetivo de desenvolver a teoria dos atos de fala num diálogo direto com diferentes campos da historiografia. Ao longo destas publicações, diversas foram as vezes em que Skinner buscou repetir e reafirmar convicções de ordem intelectual que, a seu ver, continuavam a ser ignoradas ou mal refutadas pela bibliografia recente, de tal forma que, da metade da década em diante, não parecia haver nada de novo a ser afirmado, ao menos no plano teórico.

Em “Hermeneutics and the role of history” (1975), seu último texto metodológico da década de 1970, Skinner tratou de sintetizar suas ideias numa reflexão mais ampla sobre a hermenêutica e o papel da história no processo interpretativo. Nesta

oportunidade, o autor sustentou que o estudo do contexto linguístico deve enriquecer, em diferentes medidas, a análise tanto dos textos que denominou *autônomos* – textos que derivam o seu significado em grande medida de questões internas à sua estrutura semântica –, quanto dos textos considerados *heterônomos* – textos que requerem de forma imprescindível uma compreensão sobre as convenções sociais e linguísticas da época em que foi publicado. A divisão, bastante maleável, entre textos autônomos e heterônomos visava apenas a construção de dois tipos ideais, podendo-se dizer que nenhum texto é completamente autônomo, no sentido de que possui seu significado completamente apartado do contexto, assim como nenhuma análise do texto pode abrir mão de certas noções contextuais básicas, correndo o risco de incorrer em absurdos históricos (SKINNER, 1975, p. 222-224).

Parece plausível afirmar, como faz Skinner, que exista uma diferença notável entre textos que se apoiam no contexto de convenções sociais e linguísticas apenas de uma forma pontual e contingente, em comparação com textos que revelam uma intenção primordial de interferir e manipular essas convenções. Mesmo que a perspectiva contextualista seja proveitosa em ambos os casos, Skinner concede que as vantagens adquiridas pelo contextualismo em textos relativamente autônomos são de um caráter muito mais marginal do que no caso de uma obra “fortemente heterônoma” (SKINNER, 1975, p. 225). De qualquer forma, o argumento de Skinner ao considerar a divisão entre textos autônomos e heterônomos funcionou no sentido de afirmar que qualquer teoria que pretendesse uma ortodoxia para um dos lados da divisão estaria fundada em um equívoco. Ao mesmo tempo em que nenhum texto pode ter o seu significado exaurido por meio da leitura exclusiva do texto em si, nenhuma análise contextualista pode oferecer uma compreensão adequada sem uma interpretação particular do texto. É sempre necessário, como no caso da interpretação de textos literários, operar numa mediação entre a crítica literária e a história da literatura (SKINNER, 1975, p. 227-228).

Feita essa leitura dos textos metodológicos de Skinner na década de 1970, a principal diferença que se nota é a tentativa explícita de elaborar um conjunto de princípios analíticos que viriam a definir a metodologia convencionalmente referida como contextualismo linguístico. De forma abreviada, podemos resumir a metodologia de Skinner neste momento com base no princípio que afirma que o estudo dos usos convencionais da linguagem disponíveis a um autor serve ao historiador para descobrir o que este autor quis dizer ao escrever um texto (BEVIR, 1992, p. 288). Em outras palavras, o conhecimento das convenções sociais e linguísticas – vocabulários

compartilhados, suposições e distinções conceituais geralmente aceitas, etc – funciona como um instrumento para reconstruir e explicar as intenções de um autor ao escrever o que escreveu (GOODHART, 2000, p. 533).

Em suma, o conjunto dos textos metodológicos de Skinner no período que compreende os anos entre meados da década de 1960 e da década de 1970 demonstrou o forte interesse do autor em construir uma abordagem que considerasse apropriada para a utilização no seu campo de maior interesse na historiografia, a história do pensamento político. No primeiro momento do debate, a principal reivindicação teórica do autor girava em torno da ênfase dada ao estudo do contexto, todavia com uma diferenciação conceitual básica: o contexto social e o contexto linguístico. Com isso, significava dizer que não bastava apenas superar o textualismo, mas que era preciso evitar o erro oposto, o de cair num contextualismo limitado. Divulgada esta reivindicação um tanto mais elementar, Skinner deslocou seus esforços para reflexões teóricas mais pontuais, encaminhando-se para o segundo momento do debate, focado na expansão da teoria dos atos de fala. Tendo Austin como referência central de seu pensamento, Skinner se empenhou em propor algumas mudanças na teoria, tanto no sentido de redefinir o conceito de força ilocucionária quanto no de estabelecer o seu lugar na pesquisa historiográfica.

1.4. Retórica e mudança conceitual

Um dos aspectos mais importantes do uso feito por Skinner da teoria dos atos de fala é a sua concepção acerca das relações entre a retórica e a mudança conceitual. O assunto em torno da retórica na obra de Skinner foi iniciado de forma mais aprofundada por Kari Palonen, que coloca o autor como defensor de um *giro retórico* nos estudos históricos do pensamento político, antes mesmo da introdução do termo por Richard Rorty em 1984 (PALONEN, 1997, p. 61). De qualquer forma, trata-se de um aspecto reconhecido pelo próprio Skinner, que concorda com a afirmação de que seu principal interesse no tocante à mudança conceitual pode ser descrito como uma tentativa de empregar uma “perspectiva retórica” (SKINNER, 1999, p. 64). Para entendermos melhor a relação entre esses conceitos na obra de Skinner, precisamos em primeiro lugar voltar a uma análise das implicações de utilizar a teoria dos atos de fala como alicerce teórico.

As conferências de Austin publicadas postumamente como *How to do things with words* (1955) traziam uma forte reivindicação já no próprio título. Ao

interrelacionar palavras e ações, Austin visava contrariar a tradicional dicotomia presente na filosofia da linguagem de seu tempo, segundo a qual a função da linguagem seria a de se referir ao mundo e descrevê-lo, ao passo que a função do comportamento humano seria agir no mundo, transformá-lo. Como veremos adiante no capítulo dedicado à filosofia da linguagem de Austin, o autor percebeu que nem todas as sentenças que somos capazes de formular podem ser entendidas como descritivas ou constatativas pelo fato de que algumas delas parecem não apenas se referir a um objeto específico. Tratavam-se não de meras sentenças, mas *proferimentos*, que Austin inseriu na categoria de *performativos*, aqueles nos quais algo era feito, uma ação era realizada. Para usar a tradução do título do livro para o português, os proferimentos são os artifícios de linguagem nos quais “quando dizer é fazer”. Bem, mas de que forma a crítica de Austin à distinção entre linguagem e ação se relaciona com a retórica?

A máxima segundo a qual *dizer é fazer* implica antes de mais nada no pressuposto de que, ao analisarmos um performativo, o foco principal do intérprete não reside no valor de verdade da sentença, mas na ação que foi performada por meio do seu proferimento. Segundo Reed Dasenbrock, assumir as consequências desta máxima significa adotar uma posição profundamente retórica, na medida em que o cerne da visão retórica reside na crença de que, por meio da linguagem, nós não apenas refletimos o mundo mas, a um só tempo, também o produzimos (DASENBROCK, 1987, p. 297). Dasenbrock comenta a contenda de Platão em relação à retórica dos sofistas, que segundo o filósofo grego produziam um tipo de discurso preocupado exclusivamente com a persuasão e, por isso, inadequado ao filósofo que, por sua vez, deveria se dedicar a um tipo superior de discurso orientado pela busca da verdade. Não obstante, ainda que Austin tenha mantido a concepção da retórica como discurso da persuasão, o fez despindo-a de qualquer conotação negativa: enquanto para Platão a persuasão por si mesma era imoral, uma forma discursiva inferior que visava enganar a audiência, Austin passa a encará-la de forma positiva na medida em que a retórica passa a ser vista como parte intrínseca da linguagem (DASENBROCK, 1987, p. 298).

De fato, o movimento operado por Austin dentro da filosofia da linguagem foi o de subtrair a distinção rígida entre o discurso referencial ou constatativo e o discurso persuasivo ou retórico. Na visão de Austin, mesmo que uma declaração por si só seja verdadeira, o seu proferimento por um indivíduo sempre contém uma razão ou motivo para afirmá-la como verdadeira, além do fato de que uma tal afirmação nunca é feita apenas para si mesmo, mas para outro indivíduo ou audiência que pode ter um conjunto

de visões conflitantes ou discordantes que desafiam a verdade da declaração. Este foi o motivo pelo qual Austin se viu compelido a abandonar a distinção entre o performativo e o constativo, isto é, entre discursos orientados para a verdade e discursos orientados para causar um efeito na audiência. Todo discurso contém uma dimensão constativa e performativa em si mesmo, ou, para usar a terminologia de Austin, uma dimensão locutória, ilocutória e perlocutória (DASENBROCK, 1987, p. 298). Em suma, para Austin a retórica é um elemento essencial de qualquer forma discursiva.

Dito isso, o que significa dizer que a abordagem austiniana de Skinner é uma abordagem retórica? Significa que, ao analisar o texto de um autor não como um mero conjunto de proposições, mas como uma performance, um movimento argumentativo e persuasivo dentro de um debate político mais amplo, Skinner não está tão preocupado com o valor de verdade dos argumentos do autor em questão quanto está para o papel cumprido por estes argumentos enquanto lances retóricos dentro da discussão. Como bem resumiu Palonen, a questão central não é se perguntar pela verdade do lance, mas pelo seu significado situacional, isto é, o significado do lance executado pelo autor numa ocasião histórica específica (PALONEN, 1997, p. 69).

A consequência dessa concepção retórica do método é que, ao assumir a relativização austiniana entre palavras e ações, a abordagem de Skinner não busca revelar a realidade por detrás de um discurso, “purificar” outras interpretações por meio da remoção de anacronismos ou ainda oferecer o relato verdadeiro sobre as intenções de um autor, mas utilizar como ponto de partida da análise o auto entendimento do autor sobre o que ele estava fazendo ao escrever o texto, mantendo sempre o caráter contingente da análise que permite a possibilidade de que, porventura, outras pessoas possam ter compreendido “o que o autor estava fazendo” melhor do que ele mesmo. Compreender o auto entendimento do autor sobre o sentido da performance que ele mesmo estava executando por meio de um texto significa compreender as suas intenções originais, e isso é o que Skinner entende como a recuperação da *identidade histórica* do texto (PALONEN, 1997, p. 66).

Cabe aqui relacionar a perspectiva retórica da abordagem de Skinner com o problema da mudança conceitual, central em seus trabalhos de história do pensamento político tais como *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, por exemplo, que trata de forma extensa a formação e transformação de conceitos políticos básicos como Estado e Liberdade (SILVA, 2006, p. 195–196). Skinner encara o problema da mudança conceitual a partir da ideia de que, quando uma ação é descrita através de um conceito

que normalmente não seria utilizado naquela dada circunstância, uma transformação se origina com o objetivo de persuadir a audiência de que o conceito pode ser utilizado com êxito naquela ocasião. E se a persuasão para o novo uso do conceito for bem sucedida, torna-se possível à audiência enxergar aquela ação sob um ponto de vista moral novo: “uma ação que antes se considerava louvável pode parecer digna de condenação, enquanto que uma ação antes condenada pode parecer digna de louvor” (SKINNER, 1999, p. 66–67).

Desta forma, a retórica se torna a principal arma argumentativo do tipo de sujeito que Skinner denomina como o “ideólogo inovador”, aquele que se engaja na manipulação de um vocabulário normativo como forma de subverter certos julgamentos morais preexistentes e, assim, operar uma mudança conceitual. A estratégia, que Skinner denomina de *redescrição retórica*, consiste basicamente no emprego da paradiástole, uma figura de linguagem cuja técnica, em sua definição clássica oferecida por Quintiliano em *Institutio Oratio*, consiste na substituição de uma dada descrição por um termo rival que, por sua vez, retrata ação de forma igualmente plausível, ainda que sirva para colocá-la sob um entendimento moral distinto (SKINNER, 1999, p. 68). Assim, um indivíduo pode fazer uso da paradiástole, por exemplo, a fim convencer uma audiência de que uma atitude descuidada ou irresponsável pode ser reinterpretada como brava ou corajosa, tornando maleável a fronteira entre as noções de vício de virtude (SKINNER, 2018, p. 94). Ao analisar a redescrição retórica dos ideólogos inovadores no período moderno, Skinner comenta que passou a compartilhar com eles o entendimento acerca da contingência dos conceitos, adotando assim a compreensão de que nenhum vocabulário normativo possui uma denotação definitivamente aceita e está sempre sujeito à aplicação em uma variedade de maneiras conflitantes, de forma que “qualquer tentativa de legislar acerca de forma ‘correta’ de utilizar vocabulários normativos deve ser considerada como de caráter igualmente ideológico” (SKINNER, 1999, p. 67).

Skinner acredita que um dos principais feitos da cultura renascentista foi o de restaurar a antiga tradição da filosofia retórica, e sem dúvida um dos maiores nomes envolvidos nessa restauração foi o de Maquiavel. Segundo Skinner, em *O Príncipe*, Maquiavel empregou a técnica da redescrição retórica – ou redescrição paradiastólica – com vigor e audácia raramente vistos antes, abalando de forma notável a moralidade política de seu tempo por meio de um questionamento acerca dos tipos de comportamento que poderiam ser considerados virtuosos ou viciosos ao chefe de Estado

(SKINNER, 1999, p. 69). Outro exemplo notável da mudança conceitual operada pela redescrição retórica é Friedrich Nietzsche, que em *Genealogia da moral* lançou mão do argumento de que a moralidade cristã conseguiu derrubar o universo moral da antiguidade através da reinterpretação de diversos vícios como virtudes, tais como, por exemplo, a *impotência* transformada em *bondade*, *submissão* em *obediência*, *covardia* em *paciência*, e assim por diante (SKINNER, 1999, p. 70).

Conclui-se com isso que um dos principais problemas retóricos a que se dedica um ideólogo inovador é o da *legitimidade*. Por meio de estratégias linguísticas como a da redescrição retórica, o objetivo geralmente é o de legitimar uma nova gama de ações que, descrita nos termos do vocabulário prevalecente em uma dada sociedade, seriam considerados ilegítimos, demonstrando assim que certos conceitos ou expressões de caráter favorável e positivo podem ser aplicados para descrever atitudes aparentemente desagradáveis ou inconvenientes (PALONEN, 1997, p. 70). Por outro lado, ao olharmos para o antagonista do ideólogo inovador, o “apologista da ordem vigente”, percebemos que a estratégia retórica é bastante semelhante: o apologista precisa ser capaz de demonstrar que um conjunto de caracterizações negativas ou desfavoráveis ao sistema político vigente pode ser desmantelada e reavaliada como positiva e desejável. Em suma, o que Skinner mostra é que a retórica da legitimidade é um componente essencial da disputa política em ambos os lados do debate: ela serve tanto para tornar novas atitudes aceitas pela sociedade quanto para barrar a transformação social (PALONEN, 1997, p. 71–72).

Uma das motivações centrais de Skinner quando começou a se dedicar ao estudo da retórica e da mudança conceitual na década de 1970 foi o seu desejo de disputar uma visão predominante na filosofia anglófona da época, segundo a qual seria apropriado distinguir entre grupos isolados de conceitos que corresponderiam a certos domínios específicos do conhecimento, tal como T. D. Weldon fez ao se referir ao “vocabulário da política” ou R. M. Hare ao se referir à “linguagem da moral”. Skinner entende que essa visão compartimentalizada dos conceitos poderia ser combatida em prol de um entendimento historicamente orientado, dentro do qual se reconhece que diferentes sociedades podem conceitualizar domínios como a política e a moral de formas bastantes distintas ou mesmo incomensuráveis (SKINNER, 1999, p. 61). Todavia, para além disso, Skinner possuía um motivo ainda mais básico para explorar o problema da mudança conceitual: ele queria contestar a suposição largamente difundida por Arthur Lovejoy e sua escola acerca da tarefa apropriada do historiador das ideias. Segundo

Skinner, Lovejoy argumentava que, por debaixo da superfície dos debates ideológicos, existe sempre uma gama de *unit-ideas*, ideias essenciais de caráter perene e imutável, cujo descobrimento e rastreamento constituem a tarefa básica do historiador das ideias. Contrário à suposição de Lovejoy, Skinner argumentou que não se tratava de encontrar e traçar a história de uma ideia perene ao longo da história, mas de interpretar as diferentes formas pelas quais as ideias foram empregadas, os seus usos linguísticos e transformações no tempo:

Com base em uma sugestão de Wittgenstein, argumentei que não pode haver uma história de *unit-ideas* como tais, mas apenas uma história dos vários usos a que as ideias foram colocadas por diferentes agentes em diferentes momentos. Não há nada, aventurei-me a sugerir, por baixo ou por trás de tais usos; sua história é a única história das ideias a ser escrita (SKINNER, 1999, p. 62, tradução minha).

Por meio dessa crítica à história das ideias, percebe-se também a forma pela qual a abordagem de Skinner contrasta com a história dos conceitos de Reinhart Koselleck. Skinner menciona que, quando escreveu seus polêmicos artigos das décadas de 1960 e 1970, ainda não tinha conhecimento algum do projeto metodológico de Koselleck, vindo a conhecer a magnitude deste debate apenas a partir da sua divulgação ao público anglófono por meio dos artigos de Melvin Richter em meados da década de 1980. Todavia, mesmo que Skinner tenha afirmado que não possui qualquer intuito em questionar a validade da contribuição de Koselleck, sua perspectiva crítica à história das ideias acaba em alguma medida se estendendo à história conceitual alemã.

De forma geral, Skinner acredita que, ao interpretar uma mudança conceitual, os movimentos que o historiador é capaz de encontrar não são exatamente transformações nos conceitos propriamente ditos, mas mudanças nos *usos* das palavras que usamos para expressar os conceitos, ou seja, mudanças nas ações e no comportamento humano (SKINNER, 1999, p. 63–64). Skinner busca inspiração em Wittgenstein para afirmar que os conceitos são basicamente instrumentos, e para entendê-los precisamos compreender não apenas o significado dos termos que os expressam, mas toda a variedade de coisas que podem ser feitas com eles. Por este motivo, Skinner permanece irredutível em sua crença de não existirem histórias dos conceitos em si, mas apenas a história dos seus usos na argumentação (SKINNER, 1988, p. 283). Em outras palavras, para Skinner a mudança conceitual é um problema essencialmente retórico (PALONEN, 1997, p. 73).

Entendida assim a perspectiva retórica como elemento central da abordagem metodológica de Skinner, finalizamos aqui o capítulo dedicado à análise do

contextualismo linguístico. Por fim, resta dizer que as ideias de Skinner receberam uma difusão notável no meio acadêmico, estimulando a admiração por parte de entusiastas da metodologia de Cambridge, bem como uma bibliografia copiosa de textos críticos que buscaram apontar, ou mesmo denunciar, problemas e fraquezas em sua metodologia. A publicação, em 1988, da coletânea *Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics*, marca um momento em que as críticas ao método de Skinner se expandiram para todos os lados do debate. O próprio autor, em sua primeira resposta formal aos críticos, revelou seu estado de perplexidade em face de uma série de denúncias, muitas vezes contraditórias, contra o seu projeto intelectual, revelando uma variedade espantosa de formas pelas quais as suas ideias foram recebidas pela comunidade acadêmica (SKINNER, 1988, p. 232). Para o próximo capítulo, ao qual passaremos agora, será elaborada uma análise mais detalhada dos principais referenciais teóricos de Skinner, a fim de compreender a origem de algumas das principais reivindicações metodológicas do autor.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Um fato interessante sobre o desenvolvimento intelectual de Skinner nos anos iniciais de sua formação acadêmica foi a sua indecisão entre cursar filosofia ou história. A escolha pela segunda opção, como Skinner relata ao ser entrevistado em 2008, se deu pela concessão de uma bolsa de estudos ao jovem estudante, além do fato de que ele havia sido persuadido de que as suas chances de sucesso eram maiores na história. Todavia, para a felicidade de Skinner, logo no início do curso ele percebeu que poderia se especializar na história da filosofia, e mais especificamente na história da filosofia política e moral. Desde então, o autor seguiu o caminho fluido entre as duas disciplinas, concluindo desde os anos iniciais que gostaria de lecionar na área da história intelectual, não apenas pela possibilidade de se dedicar ao estudo histórico da filosofia, mas por acreditar que nunca seria bem sucedido lecionando em outras áreas de concentração da história (MILLUM; SKINNER, 2008).

Não surpreende, portanto, que o jovem Skinner tenha sido fortemente influenciado pela *História da Filosofia Ocidental* de Bertrand Russel, obra que lhe introduziu ao mundo do pensamento filosófico e que até hoje é vista pelo autor como uma obra prima da prosa em língua inglesa. Enquanto cursava história, Skinner leu e releu o livro de Russel até conhecer uma boa parte dele de cor. Todavia, quem acabou exercendo uma influência mais direta na sua abordagem foi R. G. Collingwood, um filósofo que Skinner estabeleceu contato também no início de sua formação, ainda que confesse não ter compreendido de forma mais ampla os argumentos de Collingwood naquela época (MILLUM; SKINNER, 2008). Collingwood foi, na primeira metade do século XX, o principal autor dentro do contexto britânico a desenvolver a filosofia da história, explorando a fundo temas como o da interpretação e explicação históricas de forma a se consolidar como referência na área. Não por acaso, Skinner recebeu a recomendação de ler *A Ideia de História* a fim de desenvolver suas habilidades de escrita acerca dos problemas mais gerais da teoria da história, adquirindo assim um fascínio por Collingwood que o levou imediatamente a ler suas demais obras, em particular a sua *Autobiografia* (KOIKKALAINEN; SKINNER; SYRJÄMÄKI, 2002, p. 35).

Além de Collingwood, é notável na formação acadêmica de Skinner a importância de John L Austin, considerado pelo autor como o mais aclamado filósofo analítico inglês da década de 1960. Skinner possui até hoje a cópia de *How to do things with words* comprada no ano seguinte à publicação póstuma em 1962, e ainda lembra da

sensação de êxtase ao ler a obra pela primeira vez, particularmente pela impressão de que a sua filosofia da linguagem parecia “fluir naturalmente entre Wittgenstein e Collingwood” (KOIKKALAINEN; SKINNER; SYRJÄMÄKI, 2002, p. 47). Como veremos a seguir, um dos argumentos centrais de Collingwood captados por Skinner foi o de que o historiador deveria compreender as perguntas para as quais um ou mais livros serviam como respostas. No entanto, para Skinner a mesma questão poderia ser colocada em diferentes palavras, argumentando que um texto deveria ser pensado como um diálogo em andamento, repleto de críticas e refinamentos, de forma que seria conveniente perguntar sobre o que um autor estava fazendo ao escrever o texto, isto é, em que medida ele estava desenvolvendo concepções prévias ou mesmo repudiando-as mediante a crítica, etc. Esta segunda forma de colocar a questão Skinner encontrou em Austin, percebendo desde cedo que havia um parentesco bastante próximo entre as duas abordagens (KOIKKALAINEN; SKINNER; SYRJÄMÄKI, 2002, p. 47).

Finalmente, o terceiro intelectual que cumpriu um papel de grande relevância na formação de Skinner foi Peter Laslett, cuja edição aos *Dois Tratados sobre o Governo* de John Locke fora publicada antes mesmo da conclusão do curso pelo então jovem estudante. Para Skinner a pesquisa de Laslett foi de grande importância do ponto de vista metodológico em função do tratamento rigorosamente histórico oferecido em uma disciplina cuja prática orbitava majoritariamente em torno da reflexão filosófica (MILLUM; SKINNER, 2008). Enquanto Collingwood e Austin ofereceram os referenciais teóricos para o seu entendimento acerca da interpretação dos textos históricos, Laslett serviu para Skinner como um guia prático para a condução de pesquisas em história do pensamento político. Passamos agora para uma leitura um pouco mais aprofundada dos autores que compõe o alicerce teórico-metodológico de Skinner.

2.1. A filosofia da história de R. G. Collingwood

Robin George Collingwood (1889-1943) nasceu em Cartmel, na Inglaterra. Realizou sua formação inicial na *University College*, em Oxford. A partir de 1936, ocupou o cargo de *Waynflete Professor of Metaphysical Philosophy* no *Magdalen College* da Universidade de Oxford, onde permaneceu até o fim de sua carreira em 1941, que acabou de forma precoce em função de problemas de saúde. Suas obras nas áreas da história, filosofia e arqueologia ofereceram contribuições notáveis que dominaram alguns dos debates nos círculos intelectuais de Oxford. Collingwood é autor

de dois dos mais importantes tratados de metafísica escritos na primeira metade do século XX, *An Essay in Philosophical Method* (1933) e *An Essay in Metaphysics* (1940). No decorrer das décadas de 1950 e 1960, as ideias de Collingwood sobre a filosofia da história ocuparam o centro das discussões sobre a natureza das explicações históricas e passaram a ser vistas, especialmente em função da interpretação de William Dray, como um contraponto à influente perspectiva hegeliana de unidade metodológica entre as ciências (D'ORO; CONNELLY, 2020).

No contexto intelectual britânico, o trabalho de Collingwood representa a retomada da reflexão sobre os problemas epistemológicos suscitados pela escrita da história. Fortemente devedor da filosofia de Vico, Kant, Hegel, Dilthey e Croce, Collingwood entendia que a história escrita em seu tempo passava por uma verdadeira revolução, suscitada pela consciência da autonomia da história em relação a outras formas de ciência, assim como pelos avanços trazidos por esta consciência. Para o historiador inglês, assim como a Revolução Copernicana estimulou um deslocamento da filosofia em direção à física no século XVII, a tarefa da filosofia no século XX era a de se reconciliar com os avanços significativos da história (PEREIRA, 2011, p. 5).

A obra de Collingwood representa um momento marcante na filosofia crítica da história de língua inglesa. Collingwood, assim como qualquer filósofo crítico da história, possuía uma visão particular sobre como alcançar a compreensão histórica por meio de explicações. Tratava-se da teoria idealista da história, descrita por filósofos como W. H. Walsh como uma das teorias mais ousadas e precisas da explicação histórica (WALSH, 1978, p. 47). De fato, para muitos autores, os escritos de Collingwood se confundem com a própria teoria idealista da história. Assim era a posição de Walsh, que via a teoria idealista ancorada em duas proposições fundamentais. A primeira delas indicava que “a história tem, num certo sentido que ainda não foi especificado, como objeto os pensamentos e experiências humanos”. A segunda, de que, exatamente por isso, o entendimento histórico tem caráter singular e imediato. O historiador pode penetrar a natureza íntima dos acontecimentos que estude, pode apreendê-los, por assim dizer, de dentro (WALSH, 1978, p. 47).

Como veremos, a identificação do objeto da pesquisa histórica como o *pensamento* é o elemento distintivo da obra de Collingwood que se revela, para Walsh, como o princípio básico da teoria idealista da história. Além disso, de acordo com William Dray – o maior continuador da obra de Collingwood – o legado deste autor define não apenas a teoria idealista, mas igualmente a proposta mais ampla da chamada

filosofia *crítica* da história, que surge em contraste à filosofia *especulativa* da história nos principais manuais de filosofia da história de meados do século XX. Nesse sentido, Dray afirma que a “tarefa principal da Filosofia Crítica da História é [...] esclarecer e analisar a ‘ideia’ de História”, de forma a elucidar o propósito da pesquisa histórica, os objetos de estudo que pertencem e os que não pertencem ao escopo do historiador, assim como os métodos adequados para confrontar as fontes históricas (DRAY, 1969, p. 13).

O contexto intelectual de formação das ideias de Collingwood remete ao notório embate entre positivismo e idealismo na historiografia britânica. Em diversos cenários nacionais, estudiosos vinculados de forma mais ampla às ciências humanas elaboraram suas reservas em relação ao modelo positivista de incorporação dos métodos das ciências naturais em disciplinas como a História. No caso britânico, a figura que representava o positivismo historiográfico era Henry Thomas Buckle, autor de *História da Civilização na Inglaterra*, que buscou em Auguste Comte e John Stuart Mill suas referências teóricas essenciais (PEREIRA, 2011, p. 48). Naturalmente, os idealistas no Reino Unido formularam diversas teorias para refutar o positivismo, e Collingwood bebeu da mesma fonte durante a gestação de suas principais ideias aparentemente idiossincráticas:

Por mais que Collingwood procure se apresentar como um pensador original e solitário, nadando contra a corrente positivista, os sinais indicam que suas próprias ideias descendem diretamente desta linhagem de autores idealistas que, por décadas, já constituíam oposição à doutrina de Comte e Mill e seu impacto na Historiografia de Buckle (PEREIRA, 2011, p. 29).

Dos autores que compõem esta linhagem, no que toca especificamente à bibliografia britânica, aqueles que foram mais relevantes no desenvolvimento intelectual de Collingwood foram os filósofos F. H. Bradley e T. H. Green, que lecionaram em Oxford. Em termos gerais, Collingwood importa de Green algumas noções relativas ao papel da filosofia, não apenas como um empreendimento intelectual, mas, não menos importante, como um conjunto de valores práticos ligados à liberdade social e ao cristianismo (PEREIRA, 2011, p. 30). No que diz respeito a Bradley, a presença no pensamento de Collingwood é mais marcante, ficando clara nas referências feitas ao primeiro autor em “The Historical Imagination”, o texto elaborado pelo historiador inglês para a posse na cátedra de Metafísica em Oxford. Em resumo, apesar de algumas divergências para com Bradley, Collingwood fez uso de sua obra – em particular *The Presuppositions of Critical History* (1876) – para justificar a história enquanto um assunto pertinente para a reflexão filosófica (PEREIRA, 2011, p. 32).

No entanto, a tradição mais cara ao historiador inglês não era o idealismo britânico, e sim o italiano, com ênfase para Vico e Croce. Em relação a Vico, Collingwood absorve a crítica ao ceticismo cartesiano e o ímpeto de propor um método adequado à história. Sem dúvida, o ceticismo histórico a que Vico se opunha – ligado ao pirronismo – não possuía as mesmas implicações que a ideia positivista de que um conhecimento científico da história seria impossível. Não obstante, como bem resumiu Pereira, é em Vico que Collingwood encontra não apenas uma resposta ao ceticismo, mas igualmente ao positivismo (PEREIRA, 2011, p. 42).

Além de Vico, outro autor cuja influência se fez notável em Collingwood foi Benedetto Croce. Para autores como William M. Johnston, Croce era o pensador contemporâneo cujo jovem Collingwood mais se aparentava do ponto de vista intelectual, especialmente no que toca os escritos do idealista italiano entre os anos 1901 e 1910 (JOHNSTON, 1967, p. 66). Collingwood traduziu não menos que três obras de Croce para o inglês, substituindo assim as duvidosas traduções de Douglas Ainslie que serviam de apresentação do autor italiano para o público anglófono (PEREIRA, 2011, p. 43). Em suma, pode-se afirmar que o historiador inglês importou em larga medida a terminologia utilizada pelo pensador italiano e, ainda que não seja propriamente um discípulo de Croce, Collingwood perseguia problemas semelhantes (JOHNSTON, 1967, p. 68). Fosse nas concepções sobre a estética ou na busca de uma defesa do liberalismo, “Croce constitui o norte teórico de Collingwood” (PEREIRA, 2011, p. 45).

Apesar de Collingwood não ter vivido o suficiente para finalizar sua ambiciosa obra historiográfica, as conferências proferidas pelo autor sobre o assunto, publicadas postumamente por seu discípulo T. M. Knox no livro *A Ideia de História* (1946), proporcionam uma noção razoável de seu pensamento histórico (WALSH, 1978, p. 47). De forma geral, a teoria da história de Collingwood está centrada no conceito de *re-enactment*, segundo o qual o ofício do historiador é *reconstituir* o pensamento do passado no seu próprio pensamento, transpondo-o para o presente (COLLINGWOOD, 1981, p. 343).¹² Trata-se de um conceito controverso em função das diversas maneiras pelas quais a ideia de presentificação do passado pode ser interpretada, extraindo-se conclusões que variam em seus comprometimentos teóricos.

12 A tradução do conceito de *re-enactment* não possui consenso na historiografia lusófona. Na primeira tradução de *A Ideia de História*, Alberto Freire nos oferece o termo “reconstituição”, enquanto Vítor Matos e Sá sugere, na tradução de *Teorias da História* de Patrick Gardiner, a expressão “representação”. Paul Ricoeur, por sua vez, adota, em seu clássico *Tempo e Narrativa*, a palavra “reefetuação”.

Em “History as re-enactment”, Collingwood oferece ao leitor uma argumentação fechada que visa resolver a questão fundamental de qualquer trabalho historiográfico, a saber: como pode o historiador conhecer o passado? A resposta oferecida pelo autor prepara o terreno para a célebre conclusão que se costuma utilizar para resumir toda a teoria da história de Collingwood em uma única frase: “Toda história é história do pensamento” (PEREIRA, 2011, p. 121).

A tese geral de Collingwood girava em torno da ideia de que um conhecimento propriamente histórico sobre o passado não poderia ser alcançado simplesmente por meio da análise filológica do texto, mas através da reconstituição de uma experiência individual na mente do historiador. Uma tal reconstituição, de acordo com o autor, não deveria ser apenas uma versão alternativa da experiência original, apenas a “visão do historiador” ou uma interpretação possível. Em “History as re-enactment”, Collingwood lançou mão do ambicioso argumento de que a experiência passada poderia ser invocada na mente do historiador de forma idêntica à original, ainda que o procedimento não pudesse ser aplicado para qualquer tipo de experiência.

Em primeiro lugar, na medida em que “reconstituir na mente do historiador” foi afirmado como um pré-requisito para o conhecimento histórico, este automaticamente se limitou ao único fenômeno que, para Collingwood, a mente humana poderia reconstituir: o pensamento. Do ponto de vista da pesquisa histórica, o autor estava particularmente preocupado com os atos mentais que pudessem se repetir ao longo do tempo, ou melhor, atos mentais que conseguissem se colocar “fora do tempo” e, assim, se prolongar indefinidamente no tempo e ressurgir diversas vezes após períodos de suspensão.

Seguindo a lógica de Collingwood, quando estamos empenhados no desenvolvimento de uma pesquisa e alcançamos, após certo esforço, uma determinada linha argumentativa que nos encaminha para determinadas conclusões, estamos produzindo um ato mental que, passados alguns minutos ou horas, podemos repetir em nossa mente sem quaisquer alterações. Por exemplo, a primeira vez que Euclides concluiu que “os ângulos do triângulo isósceles são iguais” não o impediu de, em inúmeros momentos de sua vida, repetir o ato mental. Agora, se ao invés de minutos ou horas, colocássemos a permanência do ato mental na longa duração? Para Collingwood, nada muda, pois o princípio de que certos tipos de ato mental – o “pensamento na sua mediação”, que veremos logo adiante - estão “fora do tempo” se aplica para todas as escalas temporais.

Todavia, mesmo que a questão do tempo não seja um impeditivo para o argumento do autor, o que dizer sobre a diferença individual? Dito de outra forma, afirmar que Euclides possa ter atingido o mesmo ato mental em diversos momentos da sua vida permite que outras pessoas, em contextos completamente diferentes, possam atingir aquele exato pensamento? Para Collingwood, novamente, não há nada de errado com isso. A diferença individual, assim como a temporal, não serve como critério para distinguir dois atos iguais pois, caso não fosse possível conhecer o ato mental de outra pessoa, seria igualmente impossível afirmar que o nosso ato mental não corresponde ao ato daquela pessoa. Ou seja, o conhecimento do ato de outro indivíduo é o pressuposto para qualquer comparação com os nossos próprios atos. E conhecer “o que uma pessoa pensa” significa não apenas conhecer o objeto daquele pensamento – “os ângulos iguais”, no caso do exemplo de Euclides – mas conhecer a ação que deu origem àquele objeto, a atividade mental de raciocínio que veio a constituir o objeto final. Para o autor, a atividade mental de outrem só pode ser conhecida se pressupormos que a mesma atividade possa ser reconstituída em nossa mente (COLLINGWOOD, 1981, p. 350).

Assim, de acordo com o argumento de Collingwood, o único objeto capaz de fornecer conhecimento sobre o passado é aquele que pode ser reconstituído na mente do historiador de forma autêntica, isto é, sem perder a sua identidade original. Este objeto, como foi dito, é o próprio pensamento, no entanto, cabe aqui uma distinção fundamental entre duas categorias de pensamento: a *mediada* e a *imediata*. Segundo o autor, o pensamento imediato - constituído pelas experiências e sensações que ocorrem no fluxo da consciência - é irrepetível, e assim incapaz de fornecer conhecimento histórico. Por exemplo, a sensação de medo ou de euforia relatada por um indivíduo em determinada situação no passado pode até ser compreendida pelo historiador, no entanto, nada garante que a sensação exata sentida por aquele indivíduo foi repetida na sua identidade original dentro da mente do historiador.

Por outro lado, o “pensamento na sua mediação” é um tipo específico de ato mental que comporta uma estrutura lógica e uma argumentação. Quando compreendido corretamente, um caminho argumentativo pode ser reproduzido na mente do historiador, que o acompanha passo a passo, argumentando-o novamente no seu próprio pensamento. Aquilo que Collingwood chama de pensamento na sua mediação nada mais é do que a argumentação em si mesma, compreendida como um conjunto de premissas que se encaminham para uma conclusão específica (COLLINGWOOD, 1981, p. 364). Sendo assim, para Collingwood, quando um historiador se utiliza de provas

para reproduzir adequadamente em seu pensamento uma linha argumentativa lançada, digamos, por Platão, ele não está produzindo apenas um pensamento semelhante ao de Platão, mas o próprio pensamento original do filósofo grego:

[...] na sua imediação, como experiências reais unidas organicamente ao corpo de experiência de que brotam, o pensamento de Platão e o meu são diferentes. Mas na sua mediação são o mesmo. [...] Na sua imediação, como experiência real e sua, a argumentação de Platão deve ter surgido indubitavelmente duma discussão da mesma espécie – embora eu não saiba qual tenha sido – estando estreitamente ligada a tal discussão. Todavia, se não só leio a sua argumentação como também a compreendo, acompanhando-a no meu espírito e reargumentando-a para mim mesmo, o processo de argumentação que eu sigo não é um processo semelhante ao de Platão, é realmente o de Platão, na medida em que o entenda corretamente. A argumentação em si mesma – partindo de certas premissas e chegando, através de certo processo, a certa conclusão – a argumentação, tal como pode ser desenvolvida quer no espírito de Platão quer no meu ou no de outra pessoa qualquer, é aquilo a que chamo pensamento na sua mediação (COLLINGWOOD, 1981, p. 364).

A divisão entre o pensamento na mediação e na imediação fica bastante clara. Ainda assim, a aplicação destes conceitos encontra diversas dificuldades de difícil resolução. Note que a citação de Collingwood possui um adendo chave na questão de reconstituição do pensamento na mediação: posso experimentar o exato pensamento de um indivíduo no passado reconstruindo seus argumentos na minha própria mente, no entanto, “na medida em que o entenda corretamente”. Como resolver a disputa entre duas interpretações que reivindicam ter corretamente entendido uma argumentação complexa e, assim, reconstituído um pensamento original, ainda que por meios distintos e alcançando conclusões contraditórias? Qual delas corresponde melhor ao pensamento original a que ambas se referem? São perguntas de difícil resposta que o autor deixa em aberto.

De qualquer forma, para Collingwood, não bastava ao historiador apenas reconstituir um pensamento passado de forma acidental: ainda era preciso ter consciência de que se está efetuando tal ação. Todavia, reconhecendo esta necessidade, se fez necessário ao autor responder a algumas objeções. Mais especificamente, Collingwood considerou a objeção segundo a qual a reconstituição consciente de um pensamento passado é impossível pois, no momento em que reconstituímos o pensamento, ele deixa de estar possuído por outra pessoa para se tornar nosso, isto é, deixa de ser um pensamento objetivo para se tornar subjetivo. Ora, Collingwood rebateu esta objeção a partir de uma noção cara para a sua teoria, a de *autoconhecimento*. Nas palavras do autor:

[...] o ato mental, ao tornar-se subjetivo, não deixa de ser objetivo. É o objeto dum autoconhecimento que difere da simples consciência por ser

autoconsciência, diferindo da mera autoconsciência por ser autoconhecimento: o estudo crítico do nosso próprio pensamento, não a simples consciência desse pensamento, como sendo nosso (COLLINGWOOD, 1981, p. 354–355).

Em outras palavras, o ato mental que interessa para a teoria de Collingwood é um pensamento simultaneamente objetivo e subjetivo, na medida em que ter consciência do pensamento significa adquirir não apenas uma experiência imediata, mas igualmente um outro tipo de experiência – o pensamento na mediação – reconhecida como própria e ocorrida num determinado contexto, com determinadas características cognitivas, etc. (COLLINGWOOD, 1981, p. 354). De acordo com o autor:

O pensamento, do mesmo modo que estuda a sua atividade pensante, é também capaz de estudar os atos mentais passados e de compará-los com o ato presente. [...] O lapso de tempo entre o meu pensamento presente e o seu objeto passado não é preenchido pela sobrevivência ou pela revivência do objeto, mas apenas pelo poder do pensamento para superar esse lapso de tempo. Ora o pensamento que faz isto é a memória. [...] Repensando assim o meu pensamento passado, não me limito a recordá-lo, construo a história duma certa fase da minha vida. A diferença entre memória e história é que, enquanto na memória o passado é um simples espetáculo, na história o passado é reconstituído sob a forma de pensamento presente. Na medida em que este pensamento é simples pensamento, o passado é simplesmente reconstituído; na medida em que é pensamento de pensamento, o passado é pensado à medida que é reconstituído. E o conhecimento que eu tenho de mim mesmo é conhecimento histórico (COLLINGWOOD, 1981, p. 355–356).

Repensar o pensamento passado, na perspectiva de Collingwood, exige que o historiador se coloque no lugar do agente cujo pensamento foi primeiro efetuado, ou seja, exige uma tentativa de inserção do historiador no contexto intelectual daquele agente, visando compreender a argumentação como uma possível resposta a uma ou mais perguntas específicas. É aqui que a teoria do *re-enactment* se relaciona mais diretamente com outro aspecto fundamental da teoria da história de Collingwood, a saber, a lógica da pergunta e resposta. De fato, a apropriação do filósofo inglês realizada por Skinner gira basicamente em torno do insight proporcionado por essa teoria. Em momento algum Skinner reivindica, por exemplo, a teoria do *re-enactment*, particularmente por não acreditar na possibilidade de uma empatia absoluta entre o historiador e o seu objeto de estudo. Todavia, compreender a teoria é útil na medida em que dá as bases para aquilo que Collingwood entende como a lógica da pergunta e resposta que permeia o ofício do historiador.

De forma resumida, a premissa de Collingwood afirma que nenhum texto pode ser devidamente entendido enquanto o leitor não souber o problema ou pergunta para a qual este serviu como solução ou resposta (FEAR, 2013, p. 72). Todavia, determinar esse tipo de problema ou pergunta nunca é uma tarefa fácil e o historiador deve sempre

buscar a complexidade das situações históricas em que os agentes se encontram, a fim de evitar conclusões simplistas. Ao analisar um texto tal como o *Leviatã*, por exemplo, nenhum historiador pode se contentar com a conclusão de que se trata de uma resposta ao contexto da Guerra Civil Inglesa. O problema ao qual Hobbes buscava responder deve ser interpretado não apenas a partir de fatores macroestruturais, mas das particularidades do ambiente social do qual o pensador estava inserido, suas leituras, suas relações interpessoais, e assim por diante (FEAR, 2013, p. 73).

Por fim, no intuito de situar as ideias de Collingwood como referências importantes para o contextualismo linguístico, resta dizer que a possibilidade do *reenactment* e a lógica da pergunta e resposta forneceram um dos pilares teóricos para o projeto de recuperação das intenções autorais que, por sua vez, constitui o cerne da metodologia desenvolvida pelos autores vinculados à Escola de Cambridge (PEREIRA, 2011, p. 73). Tendo em mente a construção de um método mais robusto e aplicável à pesquisa histórica, historiadores como Skinner trataram de amalgamar, cada um à sua maneira, a *teoria collingwoodiana* com o que havia de mais novo em filosofia da linguagem na Universidade de Cambridge, a teoria dos atos de fala iniciada por J. L. Austin. Dando sequência à apresentação dos referenciais teóricos da Escola de Cambridge, passamos agora para uma breve apresentação da obra de Austin.

2.2. A filosofia da linguagem de J. L. Austin

John Langshaw Austin (1911-1960) nasceu em Lancaster, na Inglaterra. Estudou Letras Clássicas no *Balliol College* da Universidade de Oxford, tornando-se, em 1933, *fellow* do *All Souls College* e, em 1935, do *Magdalen College*, ambos da Universidade de Oxford. Em 1952, Austin passou a ocupar a cátedra White de Filosofia Moral da universidade. Em 1955, o autor apresentou as *Conferências William James* na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, que dariam origem a sua obra filosófica mais influente, intitulada *How to do things with words*, publicada postumamente em 1962 sob a edição de seu colega e discípulo J. O. Urmson. Entre 1958 e 1959, Austin apresentou outro conjunto de conferências na Universidade da Califórnia, em Berkeley, que foram publicadas, também em 1962, sob o título *Sense and Sensibilia* (FILHO, 1990, p. 16–17). Austin é mais notadamente conhecido como o proponente da *teoria dos atos de fala*, cujo sistema conceitual ocupa uma posição canônica na bibliografia mais recente em filosofia da linguagem ordinária (LONGWORTH, 2017). Ao lado de

autores como Paul Grice e John Searle, entre outros, Austin compõe o grupo clássico da Pragmática (KORTA; PERRY, 2019).

O surgimento da perspectiva pragmática na filosofia da linguagem remonta, naturalmente, ao desenvolvimento da obra de Wittgenstein, que entre a publicação do *Tractatus Logico-philosophicus* e das *Investigações filosóficas* operou uma virada radical em seu pensamento sobre a natureza da linguagem e o seu uso na filosofia. Sob o olhar dos intérpretes, a virada foi tão marcante que, a partir dela, tornou-se possível falar de um “primeiro” Wittgenstein, alinhado ao positivismo lógico do Círculo de Viena, em oposição ao “segundo” Wittgenstein, que decidiu contrariar profundamente as antigas premissas. Sem entrar em detalhes sobre as diferenças fundamentais entre estas obras – uma tarefa por si só bastante árdua e, de qualquer forma, controversa entre os especialistas – cabe aqui apontar algumas questões mais gerais sobre o *insight* do segundo Wittgenstein em função da sua influência notável no meio acadêmico inglês, particularmente na Universidade de Oxford, onde estudaram e posteriormente lecionaram os principais proponentes da pragmática.

Em suma, pode-se dizer que o projeto original de Wittgenstein, iniciado com a publicação do *Tractatus Logico-Philosophicus* em 1921, era expor o que o autor considerava ser o elemento comum entre a linguagem e o mundo, para assim estabelecer uma teoria que permitisse compreender como as proposições de linguagem adquirem um *sentido*, isto é, como elas podem exprimir um estado de coisas e, assim, serem verdadeiras ou falsas (SCHMITZ, 2004, p. 43). Desta forma, Wittgenstein estabelecia como tese central da obra a afirmação de que, se quisermos compreender a linguagem como dotada de sentido (verdadeira ou falsa), é preciso que haja algo em comum entre o mundo e a linguagem. Ademais, a resposta encontrada por Wittgenstein para este “algo em comum” foi justamente aquilo que o afiliou ao positivismo lógico. Como bem resumiu Schmitz, “O que a linguagem e o mundo compartilham é uma mesma ‘forma lógica’, que se encontra exibida nas proposições da lógica” (SCHMITZ, 2004, p. 44). Assim, a teoria inicial de Wittgenstein representa uma defesa da linguagem da lógica como parâmetro para a interpretação dos problemas filosóficos. A ideia aqui era de que, se o filósofo pretende que um problema *x* seja passível de resolução em termos de falso ou verdadeiro, é necessário que esse problema possa ser devidamente exposto e resolvido na linguagem artificial da lógica, fato que explica o afastamento do primeiro Wittgenstein em relação à linguagem ordinária. Como bem resumiu Schmitz:

[...] o empreendimento que Wittgenstein pretende levar a cabo em sua primeira obra consiste em esclarecer o que há de essencial em toda linguagem e que permite que aquilo que dizemos possa eventualmente exprimir o que de fato é o caso. Isso o leva, ao mesmo tempo, ao afastamento da linguagem ordinária que não está logicamente em ordem e à proposição de um simbolismo artificial que esteja em ordem, isto é, um tipo de 'linguagem ideal' (SCHMITZ, 2004, p. 44).

Foi, portanto, a relação de Wittgenstein com estes dois âmbitos da linguagem – o lógico e o ordinário – o ponto no qual as suas obras se dividiram. O ponto chave da virada em seu pensamento se deu na rejeição da ideia de que haveria apenas *uma* forma de dar sentido a uma proposição e, mais, “que seria preciso revelar essa forma e, eventualmente, inventar um simbolismo artificial no qual ela seria imediatamente manifesta” (SCHMITZ, 2004, p. 44). Não significava, todavia, que todas as ideias desenvolvidas no *Tractatus* tivessem sido completamente descartadas. Por exemplo, o segundo Wittgenstein manteve a antiga compreensão de que boa parte (senão a totalidade) dos problemas filosóficos eram apenas problemas *aparentes*, resultantes de uma má compreensão sobre a natureza e o uso da linguagem.

De qualquer forma, a partir da publicação das suas *Investigações Filosóficas* (1953), o autor atingiu a conclusão de que o sentido das nossas proposições se revela não apenas na sua redução ao simbolismo da lógica, mas especialmente nos *usos* que fazemos destas proposições em diferentes situações. Com esta nova percepção, Wittgenstein deslocou seriamente o foco da sua atenção, indo da lógica para a linguagem ordinária, ou seja, em direção à linguagem que utilizamos no dia a dia da comunicação e que aplicamos em diferentes contextos, seguindo diferentes regras. Resumindo, enquanto o primeiro Wittgenstein esteve preocupado em “explorar as profundezas da linguagem”, o segundo decidiu “permanecer na superfície dos usos linguísticos” (SCHMITZ, 2004, p. 45).

Na esteira do *insight* do segundo Wittgenstein é que a Pragmática surge e começa a se desenvolver. Desde que o âmbito da pragmática foi identificado por Charles W. Morris como uma área complementar à semântica e à sintaxe, o seu escopo de atuação e as suas premissas básicas foram assunto disputado entre linguistas e filósofos da linguagem. No entanto, uma constante notável dos debates em torno da pragmática foi o interesse central dado à teoria austiniana dos atos de fala, hoje reconhecida como o campo de estudos mais típico e representativo da tradição (WITCZAK-PLISIECKA, 2009, p. 86).

Diferentemente da sintaxe – responsável pelo estudo da relação da estrutura formal dos signos – ou da semântica – que estuda a relação dos signos com os objetos

sobre os quais eles se aplicam –, a pragmática se preocupa, de acordo com Morris, com o estudo da “relação contextual dos signos com os intérpretes” (WITCZAK-PLISIECKA, 2009, p. 86). Em outras palavras, a pragmática trabalha com o resultado da informação fornecida pela semântica, analisando-o em consonância com o contexto do uso linguístico ou ato de fala (WITCZAK-PLISIECKA, 2009, p. 87).

Nosso objetivo aqui não é realizar uma análise aprofundada da teoria dos atos de fala, mas um resumo geral dos seus tópicos mais básicos, tendo em vista a necessidade de alguma familiaridade com o sistema conceitual construído por Austin para que seja possível acompanhar, mais adiante na tese, as intervenções realizadas por Skinner dentro da teoria no decorrer da década de 1970. Como veremos, o historiador inglês mobilizou alguns conceitos específicos trabalhados por Austin, e de forma bastante pontual, o que torna imprescindível o resumo que segue.

A teoria dos atos de fala está fundada, antes de mais nada, numa separação entre duas categorias de sentenças, os *constatativos* e os *performativos*. Sentenças constatativas são aquelas que servem para descrever um fato ou um estado de coisas – que Austin denomina “declarações” (*statements*) –, podendo ser consideradas verdadeiras ou falsas. Por outro lado, as declarações performativas – referidas pelo autor como “proferimentos” (*utterances*) – servem a um propósito distinto da mera descrição. Os proferimentos são sentenças que realizam ações, e que, portanto, dispensam o julgamento de verdadeiras ou falsas. Para usar um exemplo clássico do autor, uma sentença do tipo “Aceito esta mulher como minha legítima esposa”, quando proferida “no decurso de uma cerimônia de casamento”, representa não a descrição de um ato, mas a sua própria realização (AUSTIN, 1990, p. 24).

As *sentenças performativas* ou *proferimentos performativos* – que Austin abrevia simplesmente como *performativos* – representam os casos em que “*dizer* algo é *fazer* algo; ou em que *por* dizermos, ou *ao* dizermos algo estamos fazendo algo” (AUSTIN, 1990, p. 29, grifos do autor). Em outras palavras, o performativo é o ato de fala, ou seja, o emprego de uma expressão na qual “há algo que, no momento em que se profere a expressão, está sendo realizado pela pessoa que a profere” (AUSTIN, 1990, p. 62). São os performativos, portanto, o foco central das atenções de Austin e o elemento básico da sua teoria.

Estabelecido o objeto de análise, o passo seguinte dado pelo autor foi o de esclarecer as condições pelas quais um performativo pode ocorrer de forma exitosa, isto é, ser o que o autor chama de um performativo “feliz” ou “altamente desenvolvido e

explícito” (AUSTIN, 1990, p. 30). De forma geral, Austin estabelece seis regras gerais para a realização deste tipo de ato de fala:

- Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso, que
- as pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.
- O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e
- completo.
- Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,
- devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente (AUSTIN, 1990, p. 31).

Tais condições servem para que se evite a execução *malograda* ou *infeliz* de um performativo. Basicamente, Austin distingue duas infelicidades principais que podem ocorrer pelo descumprimento a estas regras: os *desacertos* e os *abusos*. Os *desacertos* são decorrentes da violação do conjunto de regras 1-4, isto é, se a fórmula do procedimento convencional é proferida de forma incorreta, ou se as pessoas envolvidas não estão na posição convencionalmente adequada para realizar o ato. Retomando o exemplo anterior, o proferimento do “Aceito” numa situação em que os indivíduos já estão casados é um desacerto e, portanto, não realiza o ato do casamento, visto que representa um desrespeito ao procedimento e configura, assim, um caso “em que não se consegue levar a cabo o ato para cuja realização, ou em cuja realização, é indispensável a forma verbal correspondente”. Sendo assim, os *desacertos* são os casos em que os atos são “pretendidos mas nulos”, isso porque invocam o ato de forma inadequada ou mal executada (AUSTIN, 1990, p. 31–32).

Os *abusos*, por outro lado, são os casos decorrentes do descumprimento das regras 5-6, em que os atos são “professados mas vazios”, no sentido de que a ação é concretizada, ainda que fruto de uma insinceridade ou por uma infração (AUSTIN, 1990, p. 32–33). Por exemplo, no que diz respeito aos sentimentos, a expressão “Meus pêsames”, dita sem o sentimento real de solidariedade por parte do agente de fala, é um caso em que há o cumprimento às convenções e o ato é de fato realizado, ainda que seja *insincero* e, portanto, *vazio* (AUSTIN, 1990, p. 48). De qualquer forma, como o próprio autor concede, a distinção entre *abusos* e *desacertos* não é rígida, servindo basicamente

para demonstrar que, “embora não seja sempre verdadeiro ou falso, o proferimento está sempre sujeito à crítica, podendo ser infeliz” (AUSTIN, 1990, p. 38).

Outro ponto da teoria de Austin é a distinção entre os performativos *primários* e os *explícitos*. Um performativo primário nada mais é que um proferimento mais básico cuja *força* da ação não está explicitada, ou seja, quando não está claro como ela deve ser considerada na circunstância do proferimento. O performativo explícito, por conseguinte, é o proferimento que declara sem ambiguidades “como o ato deve ser considerado ou entendido” ou “de que ação se trata”. Por exemplo, a sentença “Estarei lá” é um performativo primário, pois pode ser considerada de diferentes formas, como contendo diferentes forças: uma promessa, uma intenção, uma mera possibilidade, etc. Já a sentença “Prometo que estarei lá” é um performativo explícito, visto que constitui necessariamente uma promessa na medida, é claro, em que é um *performativo feliz*, ou seja, que não represente um abuso ou desacerto (AUSTIN, 1990, p. 68). Austin usa a distinção como um dos critérios para a correta identificação do performativo explícito, distinguindo-o do tipo primário e de outras modalidades intermediárias de performativos (AUSTIN, 1990, p. 77).

Mas o elemento central da teoria dos atos de fala é a tão comentada divisão entre atos *locucionários*, *ilocucionários* e *perlocucionários*, que representam três dimensões distintas e interconectadas do performativo. O ato locucionário, mais familiar ao leitor, é o ato *de dizer* algo, e o seu estudo remete à compreensão semântica do texto, isto é, do que as palavras significam na sentença em questão. Austin antecipa que o foco das suas atenções não será direcionado para o estudo das locuções. “Nosso interesse no ato locucionário é, basicamente, esclarecer bem em que consiste o mesmo para distingui-lo de outros atos com os quais vamos nos ocupar primordialmente” (AUSTIN, 1990, p. 85).

A ato locucionário implica na realização paralela do ato ilocucionário, que é o ato *ao dizer* algo. O ato ilocucionário é o emprego de uma locução numa dada ocasião e, sendo assim, confere importância crucial às circunstâncias do proferimento. Em outras palavras, enquanto o ato locucionário pergunta pelo significado de um proferimento por meio das palavras utilizadas, o ato ilocucionário pergunta pela sua força quando efetuado numa situação específica, num contexto. Assim, uma sentença com o significado bem definido pode assumir variadas *forças* mediante as circunstâncias da utilização, de forma que o significado e a força da sentença oferecem elementos para a explicação dos atos de fala. Nas palavras do autor:

[...] há alguns anos começamos a perceber cada vez com mais clareza que a ocasião de um proferimento tem enorme importância, e que as palavras utilizadas têm de ser até certo ponto “explicadas” pelo “contexto” em que devem estar ou em que foram realmente faladas numa troca linguística. Contudo, talvez ainda nos inclinemos demasiado pelas explicações em termos do “significado das palavras”. Admitimos que podemos usar “significado” também com referência à força ilocucionária – “Suas palavras tiveram o significado de uma ordem”, etc. Mas quero distinguir *força* de significado, no sentido em que significado equivale a sentido e referência, assim como se tornou essencial distinguir entre sentido e referência dentro de significado (AUSTIN, 1990, p. 89, grifo do autor).

Por fim, há ainda o sentido em que o ato de fala é um ato perlocucionário, na medida em que o proferimento produz “certos efeitos ou consequências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de outras pessoas” (AUSTIN, 1990, p. 89). O ato perlocucionário é o ato *por dizer* algo, ou seja, é a consequência direta da ilocução, que pode ser resumido na fórmula “por haver feito x consegui fazer y” (AUSTIN, 1990, p. 93). Note-se que, ao apresentar estas três categorias dos atos de fala, o interesse primordial de Austin é analisar com mais profundidade o ato ilocucionário e diferencia-lo de forma mais precisa do perlocucionário. “Nosso interesse nestas conferências consiste essencialmente em ater-nos ao ato ilocucionário e contrastá-lo com os outros dois” (AUSTIN, 1990, p. 91).

Algumas dificuldades surgem, entretanto, no momento de relacionar o ato locucionário com o ilocucionário, bem como de distinguir este do perlocucionário, ou seja, de separar a realização de um ato *ao dizer* algo das possíveis consequências por ele geradas. Por exemplo, questiona Austin, caberia perguntar se os efeitos perlocucionários não poderiam ser consequências das locuções, ao invés das ilocuções, isto é, consequências que advêm do significado do ato de fala e não de sua força (AUSTIN, 1990, p. 98). Pois, como a argumentação do autor por vezes sugere, a relação entre as três dimensões do ato de fala é encadeada, de forma que seria possível traçar um caminho reverso que vai do ato perlocucionário para o ilocucionário, e deste para o locucionário, de uma tal forma que não faria sentido perguntar em qual estágio a perlocução se origina. Todavia, Austin defende que o ato perlocucionário não é consequência do locucionário, e sim do ilocucionário, isso porque a força ilocucionária não é (contrariamente à sugestão acima mencionada) decorrente do ato locucionário, e sim uma referência a convenções que estão relacionadas com as circunstâncias da ocasião do proferimento (AUSTIN, 1990, p. 91). Nas palavras do autor, “Devemos notar que o ato ilocucionário é um ato convencional: um ato realizado em conformidade com uma convenção” (AUSTIN, 1990, p. 92).

Estabelecida assim uma relação mais direta entre ilocução e perlocução nas conferências finais da obra, Austin deixa de lado o ato locucionário para se concentrar exclusivamente nos detalhes que caracterizam a relação entre os dois primeiros tipos de ato. Quanto a isso, a premissa básica do autor afirma que a produção de um efeito é uma condição necessária para a realização efetiva de um ato ilocucionário, pois a ação *ao dizer* algo não existe sem a sua apreensão por um público. Por exemplo, “Não se pode dizer que preveni um auditório a menos que este escute o que eu diga e tome o que digo num determinado sentido” (AUSTIN, 1990, p. 100). Por outro lado, é preciso distinguir entre o objeto perlocucionário de uma ilocução daquilo que Austin chama de uma mera “sequela perlocucionária”: o primeiro vem como resultado direto da ilocução. Por exemplo, como coloca o autor, “posso surpreender, ou perturbar ou humilhar alguém por meio de uma locução, embora não existam as fórmulas ilocucionárias ‘Surpreendo-te por...’, ‘Perturbo-te por’, ‘Humilho-te por...’” (AUSTIN, 1990, p. 101). Em outras palavras, o ato perlocucionário propriamente dito é aquele que surge como consequência direta de uma ilocução e pode, desta forma, ser relacionado com uma “fórmula ilocucionária”, o que não vale para as ditas sequelas perlocucionárias.

Feitas as distinções aproximadas entre as dimensões do ato de fala, a conferência final promovida por Austin se dedicou, à guisa de conclusão do que viria a ser a sua obra mais importante, a estabelecer provisoriamente algumas das *classes* pelas quais podemos categorizar os performativos que constituem a *força* de uma sentença. Basicamente, Austin distinguiu cinco classes gerais de verbos a fim de distinguir diferentes tipos de força ilocucionária: (1) veriditivos, (2) exercitivos, (3) comissivos, (4) comportamentais e (5) expositivos. Vejamos brevemente algumas considerações oferecidas pelo autor acerca de cada uma das classes.

Em primeiro lugar, os verbos veriditivos são aqueles que se caracterizam por *dar um veredito*. Por exemplo, o juiz quando declara o réu culpado, o árbitro que marca o pênalti, e assim por diante. Ressalta-se que os vereditos, por definição, não necessitam ser ultimatoss, no sentido de que “podem constituir uma estimativa, um cálculo, uma apreciação” (AUSTIN, 1990, p. 123). Nas palavras do autor, os vereditivos consistem em “emitir um juízo, oficial ou extraoficial, sobre as evidências ou razões quanto ao valor ou ao fato, na medida em que estes são passíveis de distinção” (AUSTIN, 1990, p. 124). Sendo assim, os vereditivos não exercem uma ação, mas a julgam. O seu conteúdo, portanto, é de caráter constatativo, podendo ser verdadeiro ou falso, correto

ou incorreto, tal como no exemplo supracitado do árbitro que decide pelo pênalti. Exemplos de verbos veriditivos são o *condeno, determino, diagnostico, avalio, etc.*

Os verbos exercitivos, de forma mais simples, são aqueles que basicamente consistem no “exercício de poderes, direitos ou influências” (AUSTIN, 1990, p. 123). De forma geral, o exercitivo consiste numa tomada de posição favorável ou contrária a um curso de ação. Numa comparação com os vereditivos, afirma-se que o exercitivo trata de “decidir que algo tem de ser de determinada maneira, em oposição a julgar que tal coisa é assim. É advogar que seja assim, em oposição a uma estimativa de que seja assim” (AUSTIN, 1990, p. 126). Por exemplo, são da classe exercitiva verbos como *designar, votar, ordenar, sancionar, proclamar, revogar, etc.*

Já os verbos comissivos são aqueles que se caracterizam por *comprometer* alguém a fazer algo, seja por uma promessa, pelo ato de assumir uma responsabilidade, pelo ato de “tomar partido” em algum assunto ou simplesmente pela declaração de uma intenção determinada em seguir um rumo específico. O indivíduo que profere um verbo comissivo estabelece um pacto com uma determinada linha de ação, do contrário correndo o risco de se desviar para uma conduta de hipocrisia ou dissimulação (AUSTIN, 1990, p. 127). Por exemplo, podemos dizer, como Austin, que são comissivos os verbos *compactuo, defendo, concordo, discordo, farei, planejo, garanto, etc.*

Os verbos comportamentais, por sua vez, constituem um grupo amplo e heterogêneo que remete às atitudes e ao comportamento social dos indivíduos. Segundo Austin, os comportamentais “incluem a ideia de reação diante da conduta e da sorte dos demais, e de atitudes e expressões de atitudes diante da conduta passada ou iminente do próximo” (AUSTIN, 1990, p. 129). Os comportamentais, assim como todas as classes aqui expostas, não são absolutamente rígidos, no sentido de que não estão completamente isolados em relação às demais. Por exemplo, Austin reconhece a conexão mais óbvia entre os comportamentais e os comissivos, “pois elogiar ou apoiar é tanto reagir diante da conduta alheia quanto comprometer-se com uma linha de conduta”, assim como entre os primeiros e os exercitivos, “porque aprovar pode ser um exercício de autoridade ou uma reação diante da conduta de alguém” (AUSTIN, 1990, p. 130). É tipicamente comportamental o ato de *pedir desculpas, felicitar, elogiar, maldizer, desafiar, etc.* (AUSTIN, 1990, p. 123).

Por fim, os expositivos são um pouco mais difíceis de definir, como admite o autor, mas podem ser resumidos como verbos que “esclarecem o modo como nossos

proferimentos se encaixam no curso de uma argumentação ou de uma conversa” ou que explicitam a forma pela qual “estamos usando as palavras”. Em outras palavras, os expositivos são os verbos típicos do uso do professor, utilizados normalmente para expressar opiniões, conduzir debates e esclarecer referências. Aqui, a linha que divide os expositivos das demais classes é ainda mais tênue, sendo numerosos os casos em que um expositivo é também vereditivo, exercitativo, comissivo ou, até mesmo, comportamental (AUSTIN, 1990, p. 130). De qualquer forma, Austin considera essencialmente expositivos verbos como o *concedo*, *suponho*, *postulo*, *exemplifico*, *cito*, *recapitulo*, *observo*, *interpreto*, *significo*, etc. (AUSTIN, 1990, p. 124).

Em suma, podemos dizer que o vereditivo é um exercício de julgamento, o exercitativo é uma afirmação de influência ou exercício de poder, o comissivo é assumir uma obrigação ou declarar uma intenção, o comportamental é a adoção de uma atitude e o expositivo é o esclarecimento de razões, argumentos e comunicações (AUSTIN, 1990, p. 131).

E, com a apresentação deste modelo teórico – que iniciou com a distinção entre os constatativos e os performativos como tipos mais primários, passou pela divisão geral dos performativos entre as modalidades do ato locucionário, ilocucionário e perlocucionário e chegou na sistematização dos atos ilocucionários entre as classes acima descritas –, Austin finalizou as suas conferências sobre como fazer coisas com palavras. A repercussão da obra foi notável, sem dúvida, tendo a teoria dos atos de fala conquistado um posto permanente na linguística, na filosofia da linguagem e, de forma mais pontual, em diversas disciplinas ligadas às ciências humanas, como a história e a sociologia. O ponto de entrada das ideias de Austin na historiografia se deu particularmente por meio dos trabalhos de Skinner, considerando que, antes dele, nenhum outro historiador havia tentado adaptar a teoria dos atos de fala para um método historiográfico. Como veremos no capítulo seguinte, essa incorporação elaborada por Skinner se deu de forma progressiva a partir de 1970, ano no qual o autor primeiro arriscou uma intervenção mais direta na teoria austiniana a partir de um diálogo com os filósofos da linguagem da época, mais notadamente Peter Strawson e Paul Grice. Agora, a fim de finalizarmos a análise dos referenciais teóricos, passaremos para uma breve exposição do legado de Peter Laslett para a Escola de Cambridge.

2.3. A historiografia de Peter Laslett

Thomas Peter Ruffell Laslett (1915-2001) nasceu em Bedford, na Inglaterra. Estudou história no *St John's College* da Universidade de Cambridge em 1935, tendo cumprido serviço militar durante a Segunda Guerra Mundial logo após a graduação.

Após o serviço, trabalhou como produtor na BBC por quatro anos, realizando pesquisas na área da história do pensamento político em paralelo a sua profissão de jornalista. Ao final da década de 1940, retornou à Universidade de Cambridge, ocupando o cargo de *University Lecturer in History* entre 1953 e 1966. Durante este período, o foco central dos estudos de Laslett foi a história da filosofia política do século XVII e a história intelectual. Entre os seus trabalhos mais influentes constam as suas edições críticas de obras dos pensadores políticos modernos, em particular as suas edições dos trabalhos de Robert Filmer e John Locke. Em relação a este último autor, Laslett elaborou a sua famosa edição de *Dois tratados sobre o governo*, baseada na descoberta da biblioteca de Locke (CERMANN; MITTERAUER, 2001, p. 251).

A introdução de Laslett aos *Dois tratados* influenciou imensamente os estudiosos da época, não apenas por ter oferecido uma catalogação da biblioteca de Locke elaborada em parceria com o bibliotecário John Harrison e contando com a decisiva ajuda do filantropo norte-americano Paul Mellon – que doou diversos manuscritos de Locke para a Biblioteca Bodleiana –, mas igualmente por ter oferecido novos parâmetros de precisão editorial para um texto de teoria política moderna (DUNN; WRIGLEY, 2005, p. 114).

Vale ainda dizer que, anteriormente a Laslett, a interpretação de pensadores políticos clássicos como Locke, Hobbes e tantos outros era predominantemente marcada, *grosso modo*, por um tratamento exclusivamente filosófico, isto é, pela busca do caráter atemporal das ideias destes pensadores (SILVA, 2010, p. 301–302). Nesse sentido que historiadores como Laslett e, poucos anos depois, Pocock, temiam pelo desaparecimento da história das ideias políticas em decorrência da sua transformação em filosofia, clamando assim por um tratamento propriamente histórico, voltado para a crítica da noção de atemporalidade das ideias e por uma preocupação mais direta com o contexto social envolvido na obra dos clássicos, isto é, a história da publicação do livro, das relações entre os autores que dialogavam na mesma conjuntura política, das pressões exercidas pelo Estado, etc.

A referida introdução de Laslett, publicada pela primeira vez em 1960, é um dos mais importantes exemplos dessa guinada histórica no estudo das ideias políticas. Dividida em cinco partes e contendo mais de cem páginas, a introdução assumiu um objetivo bastante claro: “estabelecer o texto de Locke como ele queria que fosse lido, fixá-lo em seu contexto histórico, o próprio contexto de Locke” (LASLETT, 1988, p. 4). Do ponto de vista de Laslett, este exercício editorial iniciado anos atrás com a edição

crítica ao *Patriarcha* de Filmer e consolidado com a pesquisa sobre a vida e a obra de Locke representava mais do que a busca por novas fontes documentais e uma demonstração do rico potencial do uso de técnicas editoriais na historiografia. Como nos lembra John Dunn e Tony Wrigley, tratava-se também de um exercício consciente de sociologia do conhecimento, isto é, um estudo sobre as condições sociais de produção do texto filosófico. Nesse sentido, as introduções de Laslett se assemelham de forma notável a abordagem esposada em *Ideologia e Utopia* de Karl Mannheim, um autor que trabalhou ao lado de Laslett por alguns meses e que conquistou a sua mais sincera admiração (DUNN; WRIGLEY, 2005, p. 115). Ao desenvolver suas pesquisas sobre Filmer e Locke, Laslett passou a defender a união entre história e sociologia, vindo a denominar a sua própria abordagem como uma “história social estrutural” ou ainda “sociologia histórica” (CERMANN; MITTERAUER, 2001, p. 252).

A união entre história e sociologia pode ser considerada como o ponto fulcral da perspectiva de Laslett. Como nos lembra Koikkalainen, a situação de crise em que a sociedade europeia se encontrava no pós-guerra gerou, entre uma parte dos intelectuais, uma forte desilusão com a teorização acadêmica da política. Diante de eventos extremos como os campos de concentração nazistas e as bombas de Hiroshima e Nagasaki, Laslett considerava que “a política havia se tornado muito séria para ser entregue aos filósofos” (KOIKKALAINEN, 2009, p. 342). Averso à abstração demasiada dos filósofos de seu tempo, Laslett encontrou na sociologia do conhecimento de Mannheim o caminho para interpretar a filosofia política como um saber determinado não pelo desenvolvimento inato das ideias, mas pelas estruturas sociais mais amplas. A principal consequência epistemológica dessa abordagem de Laslett foi a concepção essencialmente contingente das ideias políticas, ou seja, a asserção de que o pensamento político jamais pode ser absolutamente destacado de seu próprio tempo. É na esteira dessa epistemologia que podemos compreender, por exemplo, a afirmação de Skinner segundo a qual é inadequado – tanto do ponto de vista metodológico quanto moral – buscar respostas para os problemas políticos contemporâneos nos cânones da tradição filosófica. Assim como o passado é contingente, o presente também o é, cabendo ao historiador “pensar por si mesmo” caso esteja interessado em resolver algum problema atual da política (KOIKKALAINEN, 2009, p. 357).

Os trabalhos editoriais de Laslett buscaram, portanto, pôr em prática a perspectiva histórico-sociológica. Não caberia aqui uma análise pormenorizada da introdução de Laslett às obras de Filmer e Locke, tendo em vista que uma tal análise

requereria um apanhado geral sobre o estado da bibliografia referente às referidas obras na época de Laslett, a fim de compreender o caráter de suas intervenções. Todavia, em relação a sua introdução aos *Dois tratados sobre o governo* – seu mais notório trabalho –, alguns pontos principais podem ser apresentados brevemente, no intuito de explicitar as preocupações que guiavam a abordagem do autor.

Em primeiro lugar, vale notar que a perspectiva de Laslett estava orientada antes de mais nada por uma busca da intenção de Locke em relação à forma final de seu texto e de como este texto deveria ser entregue aos leitores. Assim, Laslett foi levado a considerar a conflituosa história da impressão do livro para, apenas então, seguir para a interpretação do conteúdo propriamente dito da obra. Como o manuscrito original nunca foi recuperado, Laslett fez o melhor que poderia ser feito: utilizou a cópia que Locke possuía da primeira impressão do livro, uma documentação inédita coberta de correções e contendo alguns adendos escritos à mão. Utilizando esta fonte como base, Laslett afirmou logo no início da introdução que

Há provas de que ele [Locke] se esforçou muito para garantir que deveríamos ler seus textos sobre política nas palavras exatas que ele usou, e devemos nos voltar para a história de sua impressão para ver por que não o fazemos. Nossas modernas reimpressões de Locke representam o rebaixamento de uma forma de seu livro que ele mesmo escoriou, e tentou ao máximo obliterar (LASLETT, 1988, p. 7, tradução minha).¹³

Assim, percebe-se um forte ímpeto do autor em abalar o estado da arte da interpretação da obra de Locke com base na busca de fontes mais confiáveis, que oferecessem evidências mais concretas acerca da relação entre o filósofo e sua própria obra. Outro ponto importante da abordagem de Laslett foi a atenção dada para as relações de Locke com os demais atores sociais da época, em especial com o conhecido político e filantropo Anthony Ashley-Cooper, o conde de Shaftesbury. Dotado de enorme capital político, o conde foi o maior apoiador de Locke, com quem estabeleceu seu primeiro contato mediante um atendimento médico por parte do filósofo. Impressionado com a vastidão do conhecimento político de Locke, o conde ofereceu a Locke suporte financeiro, incluindo um apartamento, em troca da assistência médica que necessitava para tratar a sua enfermidade, uma zoonose que poderia criar um abscesso fatal caso não fosse removida. Considerando o estado da medicina em finais do século XVII, afirma-se que Locke realizou com o conde uma proeza cirúrgica:

13 No original: “There is evidence to prove that he went to great pains to ensure that we should read him on politics in the exact words which he used, and we must turn to the history of its printing to see why it is that we do not do so. Our modern reprints of Locke on *Government* represent a debasement of a form of his book which he himself excoriated, and tried his best to obliterate.”

removeu o abscesso através de um tubo inserido na parede do estômago, uma operação de rendeu fama a Locke e, segundo Laslett, mudou de forma decisiva o curso de sua vida (LASLETT, 1988, p. 25).

Sentindo que lhe devia a vida, o conde de Shaftesbury agraciou Locke tanto financeiramente quanto politicamente, oferecendo-lhe cargos para a constituição de uma carreira política que, todavia, Locke parecia não se interessar. Comprometido com o trabalho intelectual e com a saúde do conde, Locke manteve sua atividade política restrita aos conselhos privados que lhe eram solicitados. Tendo adquirido a total confiança do conde, o filósofo adquiriu um extenso conhecimento sobre o estadismo, um conhecimento que, nas palavras de Laslett, se mostrou decisivo para a concepção de *Dois Tratados sobre o Governo*.

O resultado dos achados de Laslett em sua pesquisa documental sobre a vida e a obra de Locke se provaram frutíferos de diversas maneiras. Dentre elas, podemos destacar uma nova compreensão sobre a relação entre *Dois tratados* e o contexto histórico da Inglaterra em finais do século XVII. Particularmente no que diz respeito à Revolução Gloriosa, Laslett foi capaz de reestabelecer a datação original da obra e, assim, pôr em xeque a tradicional interpretação segundo a qual a obra serviu como justificção da revolução. Como bem resumiu Silva:

Cruzando informações extraídas de diferentes versões dos manuscritos da obra, da correspondência de Locke com seus interlocutores, da leitura de seus diários e das datas de aquisição dos livros que compunham sua biblioteca, Laslett foi capaz de estabelecer o período exato de composição do texto. Embora tenha sido publicada apenas em dezembro de 1689, ano da Revolução Gloriosa, a obra foi escrita entre 1679 e 1680, uma década antes do evento que selou o fim da monarquia absolutista na Inglaterra. Com esse prosaico achado, caía por terra a influente interpretação segundo a qual *Dois tratados* seria fruto de um esforço de racionalização e justificção da revolução (SILVA, 2017, p. 144).

Analisando de forma retrospectiva as escolhas teóricas que possibilitaram a constituição da Escola de Cambridge, Pocock situou o trabalho de Laslett como a referência mais importante para os jovens alunos da universidade que pretendiam seguir na carreira de historiadores do pensamento político. Sem grandes referências a Collingwood, mas reconhecendo a importância fundamental da filosofia da linguagem, Pocock elegia Laslett como o personagem central na retomada da preocupação com os problemas políticos na historiografia (POCOCK, 2013, p. 24). Ao iniciar em 1956 a série *Philosophy, Politics and Society*, Peter Laslett operou um movimento duplo: ao mesmo tempo em que afirmou já na primeira página do primeiro volume da série que “por enquanto, de qualquer forma, a filosofia política está morta” (KOIKKALAINEN,

2009, p. 336), o autor foi a figura central de uma drástica restauração da história do pensamento político e, conseqüentemente, da própria filosofia política. Segundo Pocock, foi o trabalho editorial de Laslett sobre os textos de Robert Filmer e John Locke que “ensinou a outros, inclusive o presente autor, quais os arcabouços, tanto teóricos quanto históricos, em que eles deveriam situar suas pesquisas” (POCOCK, 2013, p. 25).

Laslett foi um autor demasiado caro a Pocock, que afirmou ter escrito o seu clássico *The Ancient Constitution and the Feudal Law* (1957) sob a direta influência do autor. Não obstante, esta influência foi absorvida por toda a geração de Cambridge, inclusive Skinner. O autor, que teve Laslett como um tutor informal na universidade, não poupou elogios ao brilhantismo da introdução aos *Dois Tratados* de Locke, fosse pela elegância do texto, pelas descobertas provenientes da documentação inédita utilizada, ou pelo ímpeto de combater diversos mitos na interpretação da obra do pensador – um ímpeto que, como veremos, se mostrou definidor do mais importante texto metodológico de Skinner (SILVA, 2017, p. 144). De fato, como o próprio Skinner tratou de esclarecer, foi a introdução de Laslett que lhe proporcionou o *insight* de que não apenas a obra de Locke, mas de qualquer outro texto filosófico, deveria ser sempre avaliada mediante uma compreensão do contexto histórico, entendendo-se aqui por contexto histórico particularmente as questões morais e políticas mais expressivas no debate público da época, cuja recuperação demonstra que mesmo os grandes textos da teoria política moderna podem ser vistos como propostas de respostas ou soluções a problemas contemporâneos específicos (SKINNER; SEBASTIÁN, 2007, p. 105). Para resumir uma fórmula largamente utilizada por Skinner, o *insight* da introdução de Laslett era de que um texto filosófico nunca é apenas uma mera abstração teórica, mas uma intervenção direta dentro de uma discussão em andamento – uma resposta a um opositor, o endosso de tal ou qual argumento, etc. – mesmo que, por vezes, tente se revestir de uma “pura cientificidade”.

Nesse sentido, em uma entrevista conduzida em outubro de 2001, Skinner revelou que foi após uma conversa com Laslett, enquanto era ainda um estudante de graduação no início dos anos 1960, que ele concebeu a ambição de fazer com Hobbes o mesmo que Laslett havia feito com Locke (KOIKKALAINEN, 2009, p. 358). Seguindo essa ambição, Skinner publicou diversos artigos sobre Hobbes antes das publicações de caráter metodológico, indicando de forma bastante plausível que “a formação do

método [contextualista linguístico] foi ocorrendo à medida que a pesquisa sobre o contexto ideológico de Hobbes progredia” (SILVA, 2017, p. 146).

A relevância de Peter Laslett ao contextualismo linguístico não se resumia, todavia, ao aspecto editorial de seu trabalho, ainda que este não fosse, de forma alguma, um aspecto irrelevante na constituição do método. Para entendermos de forma mais profunda a importância da obra de Laslett para a construção da metodologia de Skinner, precisamos dar um passo atrás e analisar o caráter das intervenções do primeiro autor na década de 1950. Antes de mais nada, é necessário explicar o significado da tão citada declaração da morte da filosofia política e, conseqüentemente, das respostas encontradas pelo autor, por mais esboçadas e incompletas que possam ter sido, para as questões mais pertinentes do contexto intelectual de seu tempo.

Em primeiro lugar, é preciso dizer que a concepção de *filosofia política* utilizada por Laslett é bastante limitada e se refere particularmente à noção mais relevante para o debate britânico no período pós-guerra, a saber, o entendimento da filosofia política como uma ramificação da filosofia moral que se preocupava predominantemente com o estabelecimento de princípios éticos (KOIKKALAINEN, 2009, p. 344). Além disso, a interpretação de Laslett sobre a falência da disciplina em questão dizia respeito ao contexto de ascensão do positivismo lógico no âmbito da filosofia analítica britânica, especialmente nas universidades de Oxford e Cambridge. Mais do que a conjuntura social e política da época, foi o desenvolvimento de debates filosóficos que impactaram de forma decisiva o rumo da filosofia política em direção ao próprio túmulo. Para Laslett, foram pensadores como Bertrand Russell e Wittgenstein que, ao convencerem os filósofos de que deveriam reexaminar as questões da filosofia política sob o ponto de vista do estatuto lógico das formulações linguísticas, colocaram em xeque os enunciados morais e éticos que caracterizavam a tradição britânica. Ao estabelecerem critérios rígidos de análise da linguagem, os positivistas lógicos acabaram por reduzir a narrativa do estabelecimento de princípios éticos a uma abordagem sem sentido ou, para falar como Wittgenstein, à formulação de problemas aparentes, mas que no fundo eram apenas usos problemáticos da linguagem. Ou seja, na medida em que a filosofia política britânica era entendida como uma extensão da ética, a consequência da ascensão do positivismo lógico foi o questionamento da sua própria possibilidade (KOIKKALAINEN, 2009, p. 345). Nesse sentido, portanto, é que Laslett a declarou a momentânea morte da disciplina.

A forma pela qual Laslett encarou a suposta morte da filosofia política, todavia, parece possuir uma certa ambiguidade que toca diretamente na questão de relação entre o autor e Skinner. Takuya Furuta (2021), ao enfatizar as descontinuidade entre Laslett e Skinner mais do que a influência direta do primeiro sobre o segundo, defende que o contextualismo de Laslett foi percebido por Skinner como uma abordagem positivista que visava a aplicação do modelo das ciências naturais na história intelectual e que, portanto, seria possível afirmar não apenas que Laslett via a morte da filosofia política com bons olhos, mas que os primeiros textos metodológicos de Skinner tinham como objetivo implícito romper com a perspectiva de seu orientador sobre a história intelectual, formando aquilo que Furuta chama de um *momento anti-laslettiano* na Escola de Cambridge (FURUTA, 2021, p. 145–147).

A análise de Furuta possui seus méritos e se mostra convincente até um determinado ponto. Por exemplo, o autor tem razão ao indicar que o papel de Laslett como fundador da abordagem que viria a se desenvolver no contextualismo linguístico decorre em alguma medida por um trabalho de memória realizado pelos próprios pensadores que o tiveram como orientador, entre eles Skinner e Pocock. Trata-se de uma crítica também levantada por Samuel James, como vimos, que questiona a própria ideia da Escola de Cambridge por meio de uma rejeição da “narrativa Laslett-Pocock-Skinner”. Não obstante, entendo que a caracterização das críticas iniciais de Skinner a Laslett como um “momento anti-laslettiano” pende excessivamente para as descontinuidades entre os autores. É claro que a abordagem de Laslett difere em alguns aspectos importantes daquela adotada por Skinner, e em momento algum este autor buscou dar continuidade direta ao projeto iniciado por aquele, senão buscar em Laslett algumas inspirações gerais que viriam a se agrupar com as demais leituras filosóficas então realizadas por Skinner. Como o próprio autor comentou ao ser entrevistado em 2008, Laslett representa uma de suas principais influências pessoais não por ter promovido uma abordagem absolutamente inovadora para a época, mas por ter aplicado de forma brilhante alguns pressupostos que Skinner já havia encontrado, ao longo da sua formação, na obra de Collingwood. Ao se deparar com a edição elaborada por Laslett de *Dois tratados sobre o governo*, ainda nos tempos de graduação, Skinner comenta que havia finalmente encontrado uma tentativa bem sucedida de colocar o texto de Locke dentro do contexto preciso que dava sentido para as preocupações e comprometimentos do filósofo inglês.

Sendo assim, fica bastante clara a relevância de Peter Laslett para o desenvolvimento inicial do projeto intelectual de Skinner, que buscou inspirações filosóficas em Collingwood e Austin, como vimos, mas que encontrou em Laslett um guia prático de como conduzir uma pesquisa em história do pensamento político e, não menos importante, de como criticar o estado da arte da disciplina. Entre todos os temas possíveis para a inauguração deste projeto intelectual, a escolha de Skinner foi o pensamento político de Hobbes, que apesar de não ter sido único, certamente foi aquele sobre o qual o autor dedicou o maior tempo de sua carreira, como pode ser averiguado a partir do levantamento bibliográfico de sua obra. Na segunda parte desta tese, como foi dito, nos ocuparemos da interpretação de Skinner sobre Hobbes sob o ponto de vista de uma comparação entre a teoria e a prática do contextualismo linguístico. Todavia, o compromisso desta primeira parte é o de se manter no plano teórico, avaliando em etapas a proposição do método, os referenciais teóricos e, por fim, as críticas e reformulações. Para o próximo capítulo, ao qual passaremos agora, será finalizada a “Parte I” da tese com uma análise da recepção da metodologia de Skinner, considerando os principais argumentos levantados pela bibliografia crítica, bem como as principais respostas oferecidas por Skinner, a fim de perceber em que medida o processo de incorporação das críticas implicou numa reformulação do método, em comparação com os textos pioneiros, por assim dizer, abordados no primeiro capítulo.

3. A RECEPÇÃO DA METODOLOGIA DE SKINNER

No decorrer das décadas de 1970 e 1980 que seguiram as publicações inaugurais de Skinner, Pocock e Dunn, nota-se um movimento crescente na bibliografia crítica ao contextualismo linguístico, cuja extensão é perceptível até os dias atuais. Não significava, é claro, que a proposta metodológica dos autores estivesse se enfraquecendo com o tempo, fato que se comprova com a recepção elogiosa das principais aplicações do método que logo vieram, como *The Machiavellian Moment* de Pocock (1975), *As Fundações do Pensamento Político Moderno* de Skinner (1978), bem como os extensos trabalhos sobre o pensamento político de Hobbes publicados nas décadas seguintes. Todavia, para além dos louvados resultados empíricos das pesquisas apresentadas por Skinner e Pocock, focadas sobretudo no discurso político moderno, percebe-se na bibliografia crítica uma desconfiança inicial com as premissas teóricas da metodologia, que vai ganhando força na medida em que novas discussões vão sendo incorporadas ao debate.

Considerando em particular o caso da metodologia de Skinner, do início da década de 1970 até o final da década de 1980, o volume da bibliografia crítica já alcançava uma proporção tal que foi necessária uma coletânea para sumarizar alguns dos principais textos e oferecer um direito de resposta ao autor. *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*, editada por James Tully e publicada em 1988, deu um fechamento parcial ao debate, mas não evitou, naturalmente, o surgimento de novas críticas nas décadas seguintes. Estas novas críticas, por assim dizer, atualizaram o debate e serviram de base para algumas das leituras que, eventualmente, adentraram a historiografia brasileira no início dos anos 2000, como veremos.

A fim de explorar uma parte desta bibliografia e os debates por ela suscitados, o capítulo que segue se divide em três partes. Em primeiro lugar, faremos um levantamento das principais críticas dirigidas a Skinner, entendendo que qualquer recorte sobre esta extensa bibliografia será sempre incompleto e, portanto, a escolha dos textos almeja uma sincronia parcial com as objeções que Skinner teve a oportunidade de responder. Sendo assim, a segunda parte do capítulo será dedicada a uma avaliação geral das respostas de Skinner aos críticos, de forma a ressaltar o caráter das defesas e as suas consequências sobre a concepção original da metodologia. Feito isso, será possível encaminhar o texto para uma consideração acerca das reformulações da abordagem, chamando a atenção do leitor para alguns dos pontos mais específicos nos

quais Skinner busca adaptar o contextualismo linguístico diante da querela metodológica instaurada.

3.1. Principais críticas

O primeiro grupo no qual podemos reunir algumas das principais críticas a Skinner é aquele que percebe o contextualismo linguístico como um revisionismo metodológico “excessivamente histórico” no campo de estudos do pensamento político, cujos resultados das pesquisas não demonstram uma relação mais direta entre passado e presente e, assim, atendem apenas a um interesse antiquário pelo passado, entendendo-se por “antiquário”, nesse contexto de disputa, o interesse no passado pelo passado, isto é, sem qualquer intenção de produzir algo como uma lição no presente ou contribuição para um debate contemporâneo. Podemos, assim, reunir este grupo com base na acusação, direcionada a Skinner, de uma perspectiva *antiquarista*. Nessa linha, por exemplo, temos o artigo de Margaret Leslie (1970), “In defense of anachronism”, que no ano seguinte a publicação de “Meaning and understanding in the history of ideas” elaborou a sua “defesa do anacronismo” a fim de alertar que “o crescimento da sofisticação histórica tende a fazer com que qualquer tentativa direta de conectar o passado e o presente pareça um erro ingênuo” (LESLIE, 1970, p. 436). Ou seja, o conceito de anacronismo promovido por Leslie é bastante restrito, indicando o ímpeto de realizar usos do passado que visem não tanto o rigor científico da pesquisa, mas principalmente a intervenção direta em assuntos contemporâneos ao historiador.

Leslie elabora uma reflexão a partir das notas sobre Maquiavel escritas por Antonio Gramsci – que posteriormente viriam a ser publicadas sob o título *O Príncipe Moderno* – nas quais Gramsci desenvolve um paralelo entre si mesmo e o próprio Maquiavel, seguindo a intuição de que existia uma conexão entre os dois contextos. Segundo a síntese de Leslie, enquanto Maquiavel estava preocupado com os artifícios políticos apropriados para a tomada do poder pelo Príncipe, Gramsci dirigia as suas atenções para as atividades políticas adequadas para o sucesso do socialismo. “Maquiavel escrevia conselhos a um príncipe ideal, cuja vinda salvaria a Itália: Gramsci identifica como o “Príncipe Moderno” o Partido, um salvador coletivo em vez de individual” (LESLIE, 1970, p. 437).

O insight de Gramsci – que a partir da leitura dos textos de Maquiavel estabelece um vínculo de familiaridade com o autor e uma percepção de que um contexto parecido, ainda que num sentido vago, se colocava diante de ambos – possui, do ponto de vista

teórico-metodológico, méritos que Leslie se esforça em ressaltar e que parecem incompatíveis com o contextualismo linguístico. Basta dizer que o trabalho de Gramsci não visava um escrutínio das fontes referentes aos discursos políticos disponíveis ao pensador florentino a fim de se aproximar da sua real intenção ao escrever *O Príncipe*. O objetivo de Gramsci era muito mais modesto: utilizar a obra de Maquiavel para pensar o presente, interpretando as ideias do autor como um depósito de materiais, uma “coleção de ideias, imagens e possibilidades” que lhe permitissem uma bricolagem conceitual (LESLIE, 1970, p. 443). Leslie concede a Skinner que nem toda forma de anacronismo é proveitosa ou mesmo desejável para a historiografia, e evidentemente reconhece os méritos de uma orientação contextualista para o estudo da política, todavia discorda da posição mais rígida segundo a qual todo anacronismo constitui um erro ou ingenuidade, “pois embora seja valioso entender o passado em si mesmo, também é valioso entender o presente à luz de tais adaptações anacrônicas” (LESLIE, 1970, p. 444).

Uma crítica análoga encontramos em “Historicity, Meaning, and Revisionism in the Study of Political Thought”, de Charles D. Tarlton (1973). Para Tarlton, de forma ainda mais radical que para Leslie, o historicismo radical que embasa a teoria contextualista de Skinner impede que a metodologia produza algum resultado cuja relevância vá além de um mero interesse antiquário (TARLTON, 1973, p. 314).

Tarlton afirma repetidas vezes o caráter vago da teoria, considerando o contextualismo linguístico como uma metodologia em grande medida incompreensível. O autor reclama que por detrás de uma aparência de método existe um conjunto de pressuposições que carecem de objetividade e de uma “especificação operacional adequada” (TARLTON, 1973, p. 312). Em outras palavras, ao longo de seu texto Tarlton se refere constantemente a um método confuso que não oferece os meios práticos de execução para a pesquisa histórica.

Mais importante que isso, Tarlton questiona a ênfase de Skinner na busca pelas intenções autorais, considerando esta uma premissa de pouca utilidade. Para o autor, as abordagens que reivindicam o conhecimento sobre intenções assumem, na maioria das vezes, a ideia do observador onisciente, menosprezando assim os problemas mais complexos da hermenêutica. Nas palavras de Tarlton, Skinner “procura consistentemente uma forma de recuperar intenções que não prescreve a habilidade de conhecê-las diretamente” (TARLTON, 1973, p. 321).

Uma avaliação semelhante é oferecida por B. Parekh e R. N. Berki no artigo “The History of Political Ideas: a critique of Q. Skinner’s Methodology”, publicado também em 1973. O propósito dos autores é demonstrar que alguns dos pressupostos mais básicos da metodologia de Skinner são demasiado superficiais ou ambíguos para serem de alguma ajuda para o historiador, e que, conseqüentemente, as duras críticas dirigidas por Skinner às principais correntes da história do pensamento político são mais duvidosas do que parecem. Parekh e Berki são da opinião de que uma boa parte das práticas que Skinner rejeita como ilegítimas e impróprias para a pesquisa histórica são, na verdade, as únicas práticas legítimas, e que um exame atento de suas recomendações demonstram não apenas o seu caráter indesejável, mas uma abordagem em última instância impossível (PAREKH; BERKI, 1973, p. 166).

O primeiro dos pressupostos básicos a que os autores se referem diz respeito ao uso das convenções de linguagem como forma de compreender e explicar a comunicação humana. O argumento afirma que nunca é possível estabelecermos uma gama de convenções sob a qual possamos enquadrar qualquer ato comunicativo de um certo período histórico. Parekh e Berki sustentam que a linguagem humana é uma entidade dinâmica e em constante transformação, cujos usos nunca se conformam totalmente com uma ou outra convenção. Mesmo em um nível mais básico da comunicação humana, como uma conversa em família, o elemento criativo e inovador da linguagem sempre se apresenta em alguma medida, tanto mais em um sofisticado texto filosófico ou político. Segundo os autores, é verdadeiro para todo filósofo e teórico político que eles lutam constantemente contra a própria linguagem, podendo-se inclusive afirmar que “a revisão da linguagem constitui a parte mais importante de escrever filosofia” (PAREKH; BERKI, 1973, p. 168).

O principal ponto da crítica, todavia, remete novamente à ênfase de Skinner sobre a importância da intenção autoral. Parekh e Berki entendem a “intenção” como um conceito prático, uma noção de tipo mais básico que pressupõe um desejo em realizar uma ação. Nesse sentido, faria sentido indagar pelas intenções de um agente em um ato comunicativo mais simples, mas não em textos mais complexos de caráter filosófico e científico, isso porque não há motivos prévios para pressupor que exista uma ou mais intenções bem definidas por detrás do ato de composição de um texto com tamanha complexidade. “Transferida para o domínio do pensamento e da escrita de textos filosóficos ou políticos, a noção de intenção começa a gerar algumas complicações bastante peculiares e, de qualquer forma, aparentemente desnecessárias”

(PAREKH; BERKI, 1973, p. 169). Para usar um exemplo dos autores, ao analisarmos um tratado de caráter político e filosófico como *Eros e Civilização*, de Herbert Marcuse, podemos concluir que a obra trata essencialmente da forma como os instintos humanos são transformados no decurso da civilização, todavia, não é claro qual o objetivo em indagar pela intenção de Marcuse ao escrever o livro e nem que tipo de conclusão poderia ser alcançada com este questionamento para além do reconhecimento mais óbvio de que Marcuse pretendia oferecer uma crítica radical daquilo que denominava uma “civilização repressiva” (PAREKH; BERKI, 1973, p. 169).

Uma crítica mais pontual à metodologia de Skinner é apresentada por Keith Graham, que em seu artigo “How do illocutionary descriptions explain?” (1981), interpela o caráter explicativo das ilocuções. Como vimos no capítulo anterior, Skinner entende o procedimento de redescrição de um ato de fala – por meio da explicitação da força ilocucionária correspondente ao ato – como uma forma de explicar o ato. Uma tal explicação, como Skinner afirmou, é fornecida apenas por meio de um conhecimento das convenções linguísticas e sociais que compõem o contexto de execução do ato, sem as quais nenhuma redescrição plausível poderia ser alcançada. Ademais, a redescrição ilocucionária explica em função de trazer à tona a intenção do agente de fala. Graham, por sua vez, visa demonstrar que “o poder explicativo carregado pela força ilocucionária é diferente daquilo que Skinner considera” (GRAHAM, 1988, p. 147).

Em primeiro lugar, Graham parte da premissa de que, apesar de todos os proferimentos linguísticos serem em última instância *atos* (mesmo que seja o ato de movimentar as cordas vocais ou de soltar ar pela boca), nem todo proferimento requer que seja interpretado *enquanto* um ato. Em outras palavras, certos proferimentos devem ser encarados como *meros proferimentos*, pois o seu aspecto de ação não merece atenção do ponto de vista analítico (GRAHAM, 1988, p. 149). Com isso em mente, Graham considera a redescrição ilocucionária de uma sentença (“Jones afirmou que o gelo lá é muito fino” para “Jones alertou o patinador”) não como uma explicação do comportamento de alertar, como seria para Skinner, mas simplesmente como uma realocação do proferimento para uma nova categoria analítica que, por sua vez, irá requerer uma possível explicação. Nas palavras do autor:

O que a atribuição de força ilocucionária faz, então, é realocar o enunciado para a categoria apropriada a uma explicação do tipo comportamental. Ou seja, ela a incorpora *pela primeira vez* sob uma descrição de *ação* em vez de uma mera descrição de enunciado. Mas o que isto ainda sugere é que a mudança de (a) [“Jones afirmou que o gelo lá é muito fino”] para (b) [“Jones alertou o patinador”] não é *de forma alguma* explicativa. Ela envolve, ao

contrário, uma espécie de transformação categórica: o fenômeno mencionado em (a) é reclassificado em (b) em uma categoria para a qual uma determinada gama de movimentos explicativos subsequentes será então apropriada (GRAHAM, 1988, p. 150, grifos do autor, tradução minha).¹⁴

Em outras palavras, Graham atribui à redescrição ilocucionária a função primária de alterar a categoria da sentença, passando de uma *mera sentença* para uma sentença *que requer explicação*. Não significa, todavia, que as duas operações (alterar a categoria da sentença e explica-la) não possam, em alguns casos, ocorrer simultaneamente na redescrição. O argumento de Graham, por mais pontual que seja, é que mesmo quando uma tal redescrição serve para explicar a sentença, a recuperação da força ilocucionária funciona como “um modo de explicação da sentença, não do comportamento” (GRAHAM, 1988, p. 151).

O ponto chave da crítica de Graham, no entanto, diz respeito à forma como Skinner supostamente equivale as noções de *força ilocucionária* e *intenção*. Quanto a isso, Graham se apoia na própria obra de Austin para argumentar que o conceito de força ilocucionária independe de quaisquer intenções autorais, pois mesmo que uma sentença seja proferida com uma determinada intenção por parte do autor, existe sempre a possibilidade da força ilocucionária contraria-la, seja por uma falha na execução da sentença (decorrente do conhecimento precário das convenções linguísticas e sociais do contexto em questão, por exemplo) ou por uma falha da própria audiência em reconhecer a intenção do autor. Desta forma, assim como é possível ter a intenção de performar um ato ilocucionário e falhar, é igualmente possível performar um ato ilocucionário sem a intenção de fazê-lo (GRAHAM, 1988, p. 153).

No sentido de uma crítica construtiva ao intencionalismo, uma das principais objeções ao contextualismo linguístico foi apresentada no artigo “The errors of linguistic contextualism”, de Mark Bevir (1992). Bevir dirige seus argumentos tanto contra a metodologia de Skinner quanto a de Pocock, visando demonstrar que as duas versões do método – a versão *hard* atribuída a Pocock, e a *soft* atribuída a Skinner – são infundadas, de forma que os defensores da abordagem não conseguem sustentar as suas fortes reivindicações metodológicas (BEVIR, 1992, p. 278).

14 No original: “What the ascription of illocutionary force then does is to reallocate the utterance to the appropriate category for an explanation-of-behaviour type of explanation. That is, it subsumes it *for the first time* under an *action* description instead of a mere utterance description. But what this further suggests is that the move from (a) to (b) is not explanatory *at all*. It involves, rather, a kind of categorial transformation: the phenomenon mentioned in (a) is reclassified in (b) into a category for which a given range of subsequent explanatory moves will then be appropriate.”

No que concerne a metodologia de Skinner, Bevir se antecipa ao afirmar que não se coloca contra o estudo do contexto linguístico enquanto uma ferramenta por vezes útil à compreensão de textos históricos, todavia, é enfático ao recusar a premissa skinneriana segundo a qual esse estudo é um *requisito* para a compreensão (BEVIR, 1992, p. 288). A perspectiva intencionalista de Bevir destaca o fato de que nem toda intenção se expressa de forma convencional e que, para compreender este tipo específico de intenção, o caminho não é o estudo das convenções linguísticas (BEVIR, 1992, p. 289). Bevir usa o exemplo dos malapropismos, que se configuram quando da utilização de uma palavra incorreta no lugar da palavra desejada em função da semelhança fonética entre ambas. No caso de um malapropismo, o agente de fala pode emitir uma sentença cujo significado convencional é diferente daquele que foi intencionado, ou mesmo isenta de qualquer significado propriamente convencional, e ainda assim ser devidamente compreendido pelo ouvinte (BEVIR, 1992, p. 290).

E mesmo quando o autor de um texto se utiliza de convenções linguísticas explícitas, segue Bevir, não é possível deduzir daí que exista uma relação de necessidade entre o conhecimento destas convenções e o entendimento do significado do texto. Para usar um exemplo do autor, quando uma escritora como Annie Besant afirma, em sua obra *Four Great Religions*, que queria “ajudar os membros de cada uma das quatro religiões a reconhecer o valor e a beleza das três crenças que não são as suas próprias, e demonstrar a sua unicidade intrínseca”, mesmo um leitor que desconhece o contexto social e linguístico de Besant pode razoavelmente concluir que a escritora buscava promover a tolerância religiosa ao sugerir que as quatro religiões possuem alguns elementos em comum (BEVIR, 1992, p. 291). Nas palavras do autor:

Não estou sugerindo que Besant se comunicasse de forma não-convencional ou que um historiador não pudesse iluminar seu trabalho contando-nos sobre as obras que a influenciaram ou sobre o estado da religião comparada na época em que ela escreveu. Estou simplesmente assinalando que podemos entender sua intenção ao escrever, embora não saibamos nada do contexto contemporâneo a ela. Podemos reconhecer que ela esperava avançar a causa do diálogo inter-religioso e da harmonia. O fato é que os autores tipicamente querem ser compreendidos, então tipicamente dizem com bastante clareza o que estão fazendo ao escrever um texto (BEVIR, 1992, p. 291, tradução minha).¹⁵

15 No original: “I am not suggesting that Besant communicated unconventionally or that a historian could not illuminate her work by telling us about the works that influenced her or about the state of comparative religion at the time when she wrote. I am pointing out simply that we can understand her intention in writing even though we know nothing of the contemporary context. We can recognize that she hoped to advance the cause of interreligious dialogue and harmony. The fact is that authors typically want to be understood, so typically they say quite clearly exactly what they are doing in writing a text.”

É claro que, ao afirmar que “os autores tipicamente querem ser compreendidos, então tipicamente dizem com bastante clareza o que estão fazendo ao escrever um texto”, Bevir deixa um pouco de lado a prática da escrita oblíqua, tão conhecida pelos leitores de Leo Strauss, segundo a qual um autor pode até querer ser compreendido, mas em certas ocasiões não pode afirmar suas intenções com total clareza em função de, por exemplo, um contexto de perseguição política de forma que se faz necessária uma certa “arte de escrever” na qual, para usar as palavras de Strauss, “a verdade sobre todas as coisas cruciais é apresentada exclusivamente nas entrelinhas” (STRAUSS, 2015, p. 36), de forma que o conhecimento de convenções linguísticas – neste caso, as técnicas de mascaramento das intenções reais do autor – se fariam valorosas. Todavia, mesmo esta objeção não invalida o argumento de Bevir, mas apenas chama atenção para o fato de que, como o próprio autor reconhece, o conhecimento das convenções pode ser útil, e frequentemente o é, ainda que não possa funcionar como uma regra geral para o estudo de intenções. A conclusão geral do autor acaba se mostrando a mais razoável dentre todos os críticos, ao afirmar que a boa historiografia não pode jamais depender da escolha de uma regra metodológica específica, mas da acurácia do historiador e da razoabilidade das evidências utilizadas para embasar os seus argumentos (BEVIR, 1992, p. 298).

A alusão a Strauss, mencionada acima, merece um pouco mais de atenção, não apenas pela imensa relevância do filósofo teuto-americano para os estudos clássicos da política, mas porque algumas de suas ideias parecem resumir em grande medida as principais críticas expostas por Skinner em “Meaning and understanding”, e não à toa Strauss é citado diversas vezes ao longo do artigo. Por exemplo, a teoria straussiana da “escrita nas entrelinhas” prescrevia, de forma bastante resumida, a ideia de que certas contradições encontradas em um texto político poderiam de fato não serem reais, mas contradições implantadas pelo autor a fim de revelar o seu verdadeiro intuito de forma que este passasse geralmente despercebido, ainda que visível a um número seletivo de leitores atentos e suficientemente familiarizados com a obra do autor. Esta teoria foi um dos alvos de Skinner quando denunciou a “mitologia da coerência”, que vimos anteriormente, a qual visava a qualquer custo evitar a interpretação mais básica de que uma incoerência aparente poderia ser, simplesmente, uma incoerência real. E não apenas a ideia da escrita nas entrelinhas, mas outros aspectos da obra de Strauss – como a ênfase no texto em detrimento do contexto e a forte predileção pelos autores clássicos – foram alvos claros de Skinner em diversos momentos do artigo de 1969.

A forma pela qual Strauss se enquadra do conjunto das principais críticas iniciais de Skinner foi o motivo pelo qual um comentador como Rafael Major (2005), em seu artigo “The Cambridge School and Leo Strauss: Texts and Context of American Political Science”, fosse levado a concluir que “surpreendentemente o foco central de ‘Meaning and Understanding’ é um ataque aos escritos e ao legado de Leo Strauss” (MAJOR, 2005, p. 477). Major argumenta que a leitura de Skinner sobre Strauss é equivocada na medida em que coloca o autor como uma espécie de autoridade absoluta sobre um modo tradicional de se escrever filosofia política. Todavia, Strauss não deveria ser visto como um pensador tradicional, mas repleto de inovações em sua crítica às tendências pelas quais a referida disciplina era praticada nos Estados Unidos durante as décadas de 1950 e 1960, notadamente o behaviorismo. De acordo com Major, a falha de Skinner em reconhecer as inovações de Strauss o fez ignorar a questão filosófica na qual, supostamente, os dois autores concordam: no processo de interpretação, a história intelectual não pode se contentar com evidências que dizem respeito exclusivamente ao texto, e tampouco com aquelas que remetem apenas ao contexto político, social e econômico. Nas palavras do autor, “o historiador deve se envolver em uma tarefa difícil e muitas vezes provisória de lidar com a intenção de um autor, mas permanecer a uma distância sóbria do que ‘nós’ podemos pensar como verdadeiro” (MAJOR, 2005, p. 482).

É preciso dizer, todavia, que algumas afirmações de Major ao longo de sua análise se mostram pouco convincentes. Basicamente, resumir a ideia do célebre artigo de Skinner como uma tentativa, para usar as palavras de Major, de “demonizar a reputação de Strauss”, soa como uma interpretação demasiado tendenciosa e reducionista. Sem dúvida Strauss consta entre os inúmeros autores para os quais Skinner dirige suas acusações, ainda assim, parece altamente improvável que alguém consiga sustentar que “Meaning and understanding” foi um artigo direcionado especificamente contra um autor, seja quem for, com a intenção clara de destruir o seu legado.

Outra crítica importante ao contextualismo linguístico de Skinner é aquela que visa explicitar as diferenças fundamentais entre o discurso falado e o discurso escrito, a despeito da equivalência inegável de Skinner entre estes dois âmbitos da linguagem. Em todos os momentos nos quais o autor se refere à teoria dos atos de fala, por exemplo, está sempre indicada a afirmação de que a força ilocucionária remete tanto ao agente que fala quanto ao que escreve, assim como os efeitos perlocucionários apontam sempre para um público que ouve quanto para o que lê. A fim de problematizar esta suposição,

autores como David Harlan (1989) e João Feres Júnior (2005) buscaram na filosofia de Paul Ricoeur os fundamentos para uma distinção entre o discurso falado e o escrito como forma de combater a forma pela qual Skinner busca adaptar a teoria austiniana dos atos de fala para o estudo de textos.

Em *Hermeneutics and the Human Sciences*, publicado em 1981, Ricoeur explora com profundidade a relação entre o texto escrito e um ato que pode ser considerado como dotado de significado. Partindo da ideia de que o sentido básico do conceito de *hermenêutica* remete aos documentos escritos da cultura humana, o autor persegue a hipótese segundo a qual existem “problemas específicos que são levantados pela interpretação de textos porque são textos, e não linguagem falada” (RICOEUR, 2016, p. 159). De forma mais específica, a hipótese de Ricoeur afirma que, se estes problemas existem de fato, então as ciências humanas podem ser consideradas como hermenêuticas apenas na medida em que o seu objeto de análise apresenta as características próprias de um texto escrito e, igualmente, na medida em que a sua metodologia apresente os procedimentos típicos da interpretação de textos escritos.

A fim de demarcar as diferenças essenciais entre o falado e o escrito, Ricoeur explora o conceito de *discurso*. Segundo o autor, alguns elementos próprios do discurso demonstram a assimetria entre estas duas dimensões da linguagem de forma mais clara. Por exemplo, diferentemente do conceito mais amplo de *linguagem*, a realização de um discurso está sempre situada no tempo, na medida em que sempre ocorre no presente, enquanto um sistema de linguagem pode ser compreendido como algo “virtual” ou que está “fora do tempo” (RICOEUR, 2016, p. 160).

Tendo isso em vista, podemos naturalmente compreender um ato de fala enquanto um discurso, na medida em que emite, no presente, um proferimento dotado de conteúdo semântico (locucionário), força (ilocucionária) e efeito (perlocucionário). Todavia, este é o caso apenas para o discurso falado. Pensemos num exemplo não muito incomum de uma conferência falada que, após o eventual falecimento do autor da conferência, é transformada em livro com base em anotações fragmentárias tanto do próprio autor quanto de um ou mais integrantes do evento – é o caso tanto de *How to do things with words*, de Austin, quanto de *The idea of history*, de Collingwood. Nestes exemplos, temos o que Ricoeur chama de uma “exteriorização intencional pela qual o evento supera a si mesmo no significado e se presta à fixação material” (RICOEUR, 2016, p. 161). Não obstante, enquanto podemos concordar que o ato locucionário pode ser corretamente identificado consigo mesmo tanto na fala quanto na escrita, o mesmo

não pode ser dito da força ilocucionária, que se exterioriza ou se “fixa materialmente” apenas através de alguns paradigmas gramaticais, como o indicativo, o imperativo, etc., perdendo-se aqui todos os aspectos não articulados do discurso, como os gestos. E o efeito perlocucionário, de forma ainda mais notável, é a dimensão do discurso com a menor capacidade de inscrição material, muito pelo fato de que, como colocou Ricoeur, “a ação perlocucionária é precisamente o que é menos discursivo no discurso”. Em outras palavras, ainda segundo o autor, “o ato proposicional, a força ilocucionária e a ação perlocucionária são aptos, em ordem decrescente, à exteriorização intencional que torna possível a inscrição na escrita” (RICOEUR, 2016, p. 162).

É claro que o argumento de Ricoeur acerca das diferenças entre o falado e o escrito se estende para muito além do que foi acima mencionado, no entanto, não caberia aqui uma análise mais pormenorizada. Basta dizer que, com base neste argumento e em outros, Harlan exprime de forma inequívoca sua concepção acerca da impossibilidade de adaptação da teoria dos atos de fala para a interpretação de documentos escritos. De forma geral, o autor defende que “os atos de fala são eventos localizados em pontos específicos no tempo e em contextos socioculturais concretos”, eventos nos quais o “orador e ouvinte estão imediatamente presentes um ao outro e compartilham uma realidade comum para a qual os significantes podem ser instantaneamente referidos e incorporados” (HARLAN, 1989, p. 586). Sendo assim, Harlan critica duramente a tentativa realizada por Skinner em adaptar uma teoria adequada à fala para o mundo da escrita, como se a escrita fosse “uma espécie de discurso congelado” ou uma “fala fixada em texto” quando, para o autor, este não é o caso simplesmente porque “não há diálogo entre o escritor e o leitor: o leitor não interroga o escritor, e o escritor não responde ao leitor” (HARLAN, 1989, p. 587).

Ou seja, na esteira de Ricoeur, Harlan destaca o que chama de um “duplo eclipse” entre o leitor e o escritor, a saber, o fato de que o leitor está ausente no ato da escrita, da mesma forma que o escritor está ausente no ato da leitura. Segundo Harlan, a falha de Skinner em identificar este duplo eclipse o levou a esposar um tipo de hermenêutica romântica, pré-gadameriana, que pressupõe a possibilidade do historiador em compreender um texto exclusivamente nos seus próprios termos, e não nos termos da sua própria experiência. Em outras palavras, o tipo de hermenêutica apropriada por Skinner para a recuperação da intenção autoral requereria que o historiador fosse capaz de “se transportar dentro da cultura e da mente do autor”, uma noção que, ao menos

desde Gadamer, estaria completamente devastada nas ciências humanas (HARLAN, 1989, p. 587).

E, de forma análoga ao argumento de Harlan, Feres Júnior pretende demonstrar, em “De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner”, que

[...] todo o edifício da metodologia skinneriana se assenta sobre um erro, qual seja, o de trabalhar com a premissa, presente em todos os seus trabalhos sobre metodologia, de que comunicação oral e comunicação textual não são significativamente diferentes, ou melhor, com a premissa de que uma teoria desenhada para a análise dos atos de fala pode ser simplesmente aplicada, sem maiores adaptações, à interpretação de textos (FERES JÚNIOR, 2005, p. 656–657).

Feres Júnior é ainda mais preciso ao detalhar os momentos em que Skinner realiza essa confusão, como a forma indistinta, por exemplo, que o historiador inglês emprega os termos *statement* e *utterance*, ofuscando o fato de que, no vocabulário inglês, o primeiro termo se refere tanto ao discurso falado quanto o escrito, enquanto o segundo termo “se refere primordialmente a um enunciado falado” (FERES JÚNIOR, 2005, p. 659). Ademais, o autor destaca como a crítica de Ricoeur à hermenêutica gadameriana – baseada na pouca importância dada ao problema do texto – pode ser estendida ao contextualismo linguístico de Skinner. Segundo Feres Júnior, a forma como Ricoeur desenvolve e aprimora o entendimento sobre as características do ato de *inscrição* da linguagem no texto passam despercebidas a Skinner. Diferentemente do discurso falado – que ocorre sempre no presente e não pode se estender ao futuro, que se autorreferencia constantemente na figura do agente de fala, e que se dirige a uma audiência única no seu ato de proferimento – o discurso escrito permanece no tempo por meio da sua materialidade e, assim, se oferece a um público indefinido e potencialmente tão grande quanto o número de pessoas que sabem ler, além do fato não menos importante de que “a escrita [...] destrói a equivalência imediata entre intenção autoral e significado do discurso. O discurso escrito não perde o autor, mas a relação entre as intenções desse e o significado do texto é ‘distendida e complicada’” (FERES JÚNIOR, 2005, p. 669).

Outras críticas tentam problematizar não apenas a metodologia skinneriana, mas os resultados obtidos a partir dela. É o caso de Michael Goodhart, por exemplo, que questiona a interpretação de Skinner sobre o pensamento político de Thomas Hobbes. Goodhart, ao confrontar a metodologia contextualista-linguística com os estudos históricos de Skinner sobre Hobbes, identificou ali certos problemas que revelavam a forma pela qual o método skinneriano operacionaliza um conjunto de

comprometimentos filosóficos que “transformam escolhas ideológicas em questões do método apropriado” (GOODHART, 2000, p. 531–533). Segundo o autor, a interpretação feita por Skinner do pensamento de Hobbes – como apresentada, por exemplo, em *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes* – demonstraria não só uma grande dificuldade em aplicar o método de recuperação da intenção autoral do texto, mas, acima de tudo, explicitaria suas posições em relação a uma perspectiva política republicana, de forma que é difícil não sentir que “exista uma conexão entre a visão particular de Skinner da relação entre passado e presente, e o método que ele deriva dessa visão e a história republicana resultante” (GOODHART, 2000, p. 538 e 561). De acordo com Goodhart, ao restituir Hobbes ao contexto do humanismo, a intenção de Skinner seria “minar os próprios fundamentos de grande parte do pensamento liberal contemporâneo”, desafiando concepções aceitas acerca de Hobbes como teórico liberal. Nas palavras do autor, Skinner opera uma abordagem na qual “questões ideológicas passadas são revividas e transformadas em problemas de método” (GOODHART, 2000, p. 560).

Em suma, com essa breve exposição, a intenção foi ilustrar o caráter amplo das críticas ao contextualismo linguístico de Skinner, passando pela acusação de antiquarismo, por objeções pontuais à incorporação da teoria dos atos de fala, e pela problematização do princípio intencionalista da metodologia. Skinner, por sua vez, respondeu diretamente a alguns de seus comentadores, buscando extrair aquilo que considerava serem críticas construtivas ao método – que, vale dizer, são de caráter mais raro, como no caso do texto de Graham, por exemplo, que visa uma contribuição mais pontual na interpretação da teoria dos atos de fala – e descartando aquelas que, a seu ver, derivavam de uma leitura equivocada de seus textos. Como vimos, este último polo das críticas foi indubitavelmente o mais numeroso, composto por autores que, por uma via ou outra, buscaram dismantelar o projeto intelectual de Skinner. Dando sequência à análise da recepção da metodologia de Skinner, passamos agora para uma exposição de suas respostas aos críticos.

3.2. Respostas do autor

Como acabamos de ver, o fluxo de críticas ao projeto metodológico de Skinner começou quase imediatamente após a publicação do polêmico “Meaning and understanding in the history of ideas”, com o surgimento de diversos artigos que, ano após ano, apresentavam perspectivas das mais adversas ao insurgente contextualismo

linguístico. Tão cedo quanto 1974, diante de alegações acerca da necessidade de abandonar a metodologia – seja pela sua inadequação ou mesmo pela sua impossibilidade –, Skinner já sentia a obrigação de redigir uma primeira resposta formal aos críticos. Tal desejo foi parcialmente concretizado com a publicação de “Some problems in the analysis of political thought and action” (1974), um artigo em que Skinner visa esclarecer alguns dos principais pontos de confusão dentro da metodologia e, assim, mostrar que uma parcela da crítica pode ter compreendido de forma equivocada os seus argumentos (SKINNER, 1974b, p. 278).

Em primeiro lugar, Skinner reconhece que o tom polêmico das suas primeiras publicações metodológicas – que, aliás, o autor expressamente se arrepende – deve ser substituído por uma articulação mais cuidadosa das suas reivindicações teóricas centrais. A principal dessas reivindicações, como vimos, era a de que a recuperação do significado histórico de um texto devesse passar pela eliminação de descrições que não fossem disponíveis ao próprio autor do texto em seu contexto histórico, e que “a chave para compreender o significado histórico real de um texto deve estar na recuperação das complexas intenções do autor ao escrevê-lo” (SKINNER, 1974b, p. 283).

A fim de resolver possíveis mal-entendidos em torno dessa reivindicação, Skinner começa por ressaltar algumas considerações gerais. Primeiro, o autor afirma que nunca supôs que o autor de determinado texto possuísse sempre uma intenção bem definida ao performar o ato de fala, deixando em aberto as possibilidades de múltiplas intenções ou mesmo de intenção nenhuma. Além disso, Skinner rejeita como sua a afirmação de que a recuperação de intenções autorais pudesse constituir material suficiente para o entendimento do texto em questão, demonstrando inclusive que uma tal afirmação foi explicitamente refutada por ele mesmo em “Motives, intentions, and the interpretation of texts” (1972a, p. 405).

Todavia, para além das respostas mais pontuais aos críticos, o artigo de Skinner expressa a convicção do autor de que uma revisão e ampliação dos seus argumentos originais devem ser suficientes para sustentar algumas das conclusões gerais a que o autor havia chegado, sendo a principal delas a de que “a recuperação do significado histórico de qualquer texto é uma condição necessária para entendê-lo, e que este processo nunca pode ser alcançado simplesmente pelo estudo do texto em si” (SKINNER, 1974b, p. 285). É particularmente importante para Skinner ressaltar esse ponto (já extensamente defendido em artigos anteriores) em função da polêmica que o argumento gera em relação às tradicionais interpretações do pensamento de Hobbes.

Ainda que hoje um tal argumento possa ser considerado senso comum entre historiadores, a situação é bastante controversa entre filósofos e cientistas políticos. Por exemplo, filósofos políticos como Parekh e Berki defenderam a perspectiva de que uma obra como o *Leviatã* seria o caso mais evidente de um texto cujo significado deveria ser procurado apenas em si mesmo, pouco importando o contexto no qual emergiu ou a audiência a que poderia se dirigir. “Em outras palavras, a filosofia de Hobbes era universal em escopo, design e preocupação; era uma tentativa de descrever a política *sub specie aeternitatis*” (PAREKH; BERKI, 1973, p. 171).

Skinner, por sua vez, teve como objetivo de seus primeiros artigos sobre Hobbes demonstrar que, mesmo para obras como o *Leviatã* – que apresentam um alto nível de abstração e, assim, causam a sensação de estarem descoladas do contexto histórico – uma tal pressuposição seria equivocada. Isso não significa negar uma parte do argumento de Parekh e Berki que enfatiza o possível desejo de Hobbes em tratar os temas da política como universais, mas de afirmar que, mesmo com uma leitura exhaustiva do *Leviatã*, não seria possível responder à pergunta do que Hobbes estava fazendo *ao escrever* a obra sem uma apreciação do conjunto de convenções linguísticas (isto é, o contexto) que compunha o cenário político inglês do século XVII. Nas palavras de Skinner:

A menos que estejamos preparados para fazer perguntas sobre o que Hobbes está fazendo no *Leviatã*, e para buscar as respostas relacionando o seu trabalho com as convenções prevaletentes do argumento político na época, nunca podemos esperar elucidar o caráter preciso de sua teoria contrarrevolucionária da obrigação política, nem podemos esperar compreender o papel preciso da sua epistemologia em relação ao seu pensamento político. Se estivermos preparados, porém, para considerar o *Leviatã* na relação com o seu apropriado contexto intelectual e ideológico, podemos começar a responder prontamente a estas perguntas e, desta forma, aumentar nossa compreensão da obra. Podemos também começar a ver até que ponto, mesmo que Hobbes possa ter tido a ambição de falar “trans-historicamente” (algo que nunca procurei negar), seu trabalho *foi* dirigido a um público estritamente limitado e precisamente identificável (SKINNER, 1974b, p. 285–286, grifos do autor, tradução minha).¹⁶

Assim, reforçando a relevância do contexto social e linguístico no processo interpretativo dos textos políticos, Skinner resume sua primeira resposta a um conjunto

16 No original: “Unless we are prepared to ask questions about what Hobbes is doing in *Leviathan*, and to seek the answers by relating his work to the prevailing conventions of political argument at the time, we can never hope to elucidate the precise character of his counter-revolutionary theory of political obligation, nor can we hope to understand the precise role of his epistemology in relation to his political thought. If we are prepared, however, to consider *Leviathan* in relation to its appropriate intellectual and ideological context, we can readily begin to answer these questions, and in this way to add to our understanding of the work. We can also begin to see the extent to which, even if Hobbes may have had the ambition to speak 'transhistorically' (which I have never sought to deny), his work was addressed to a strictly limited and precisely identifiable audience.”

inicial das críticas, com uma notável ênfase para o artigo de Parekh e Berki. Todavia, como se poderia esperar, os primeiros críticos não endereçaram todos os problemas identificáveis no contextualismo linguístico de Skinner, de forma que novas apreciações adversas à metodologia do autor continuaram surgindo. Mais de uma década após a publicação de “Some problems in the analysis of political thought and action”, o volume da bibliografia crítica era tal que a publicação de uma coletânea pareceu conveniente. A coletânea *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*, mencionada anteriormente, reuniu sete artigos críticos publicados entre 1978 e 1983, além de reimpressões de alguns dos principais textos metodológicos de Skinner e, sobretudo, uma longa resposta por parte do autor, intitulada “A reply to my critics”, sobre a qual encaminho agora uma análise.

Antes de iniciar sua extensa resposta, Skinner relata a sua perplexidade diante da quantidade de acusações a ele atribuídas e o caráter mesmo contraditória destas. “Lendo meus críticos”, comenta o autor, “fico perplexo em aprender que sou, a um só tempo, um idealista, materialista, positivista, relativista, antiquário, historicista, e um mero metodólogo com nada de substancial a dizer” (SKINNER, 1988, p. 231). Perante um tal cenário, Skinner se vê obrigado a selecionar com cuidado os tópicos a serem respondidos, filtrando os argumentos que lhe parecem dignos de resposta em detrimento daqueles que revelam apenas uma apreciação equivocada de seus textos. Sem embargo, o autor identifica que, no conjunto, os críticos se concentraram em duas dificuldades dos contextualismo linguístico: “Uma trata da relação entre a explicação de crenças e a avaliação da sua racionalidade ou veracidade. A outra diz respeito à minha compreensão da teoria do significado e dos atos de fala” (SKINNER, 1988, p. 235). Vejamos mais de perto as considerações de Skinner sobre estas duas questões, para as quais são reservadas, respectivamente, as duas seções de sua resposta.

O primeiro ponto diz respeito à forma como um sistema de crenças individuais pode ou deve ser explicado do ponto de vista do seu valor de verdade ou da sua racionalidade interna. Skinner comenta que autores como Taylor (1988) e Shapiro (1982) observaram que o autor falhou em esclarecer a sua perspectiva quanto à necessidade do historiador em “tomar partido” em relação à veracidade ou falsidade das ideias que, porventura, estão sendo interpretadas durante uma pesquisa, ou mesmo quanto à conveniência de isolar questões de explicação histórica daquelas referentes à verdade (SKINNER, 1988, p. 236). Para usar alguns dos exemplos elencados por Skinner, o que pode ou deve fazer o historiador diante da crença de um pensador

político como Jean Bodin sobre a existência de bruxas associadas ao demônio? Ou, trazendo para um caso que toca mais diretamente em questões da teoria política, como procede o historiador diante da crença – sustentada por Maquiavel assim como por uma parte considerável dos filósofos políticos da Renascença – segundo a qual a qualidade da *virtú* seria indispensável ao sucesso político e militar? Em qualquer um dos casos, a explicação oferecida pelo historiador deve variar mediante o juízo de valor por ele feito em relação a tais crenças? Ou ainda, seria possível ao historiador evitar a reflexão sobre o juízo de valor? São questões que Skinner admite ter abordado insuficientemente ao longo de seus escritos metodológicos e, portanto, considera importante elucidar.

Quanto a esta questão, Skinner se manifesta claramente contra às perspectivas de Pettit e Macdonald (1981), da forma como expostas em *Semantics and Social Science*, visto que prescrevem a ideia de que “quando uma crença sob investigação se prova verdadeira, [...] nenhuma explicação se faz requerida”, ainda que “quando uma crença é ‘manifestamente falsa’, existe algo a ser explicado” (SKINNER, 1988, p. 239). De acordo com o autor:

Se este é o argumento sobre o qual me pedem para comentar, então minha resposta é que acho fatal introduzir a questão da verdade na explicação social desta maneira. Fazer isso é assumir que, quando um historiador encontra uma crença que ele ou ela julga falsa, o problema explicativo deve ser sempre o de explicar um lapso de racionalidade. Mas isto é equivaler a manutenção de crenças racionais com a manutenção de crenças que o historiador julga serem verdadeiras. E isto significa excluir a possibilidade óbvia de que, mesmo no caso de crenças que hoje nos parecem manifestamente falsas, possa ter havido bons motivos para considerá-las verdadeiras em períodos históricos anteriores (SKINNER, 1988, p. 239, tradução minha).¹⁷

Assim, Skinner responde a questão de como descrever e explicar crenças, todavia, resta ainda um ponto chave de grande parte das críticas recebidas pelo autor: a relação entre a interpretação do significado dos textos e a teoria dos atos de fala. Antes de mais nada, Skinner ressalta sua discordância em relação à alegação de Graham, a qual afirma que a sua teoria identifica a força ilocucionária com a intenção do autor, ignorando a possibilidade dos chamados atos ilocucionários não-intencionais. Segundo Skinner, os defensores dessa nova categoria na teoria dos atos de fala – particularmente Graham, Boucher e Shapiro – falham em sustentar este ponto de vista. Por isso, o autor

17 No original: “If this is the argument on which I am asked to comment, then my response is that I think it fatal to introduce the question of truth into social explanation in this way. To do so is to assume that, whenever an historian encounters a belief which he or she judges to be false, the explanatory problem must always be that of accounting for a lapse of rationality. But this is to equate the holding of rational beliefs with the holding of beliefs that the historian judges to be true. And this is to exclude the obvious possibility that, even in the case of beliefs that nowadays strike us as manifestly false, there may have been good grounds for holding them true in earlier historical periods.”

se mantém fiel à ideia de que os atos ilocucionários devem ser compreendidos a partir das intenções do agente que performa o ato, ainda que seja possível uma sentença possuir uma *força* ilocucionária mesmo que nenhum *ato* ilocucionário (e, portanto, nenhuma intenção) tenha sido performada. Para Skinner, essa é a questão chave que os críticos na linha de Graham parecem ter mal compreendido: a distinção entre força e ato ilocucionários. “O primeiro termo aponta para um recurso de linguagem; o segundo, para a capacidade dos agentes de explorá-lo na comunicação” (SKINNER, 1988, p. 265–266). Em outras palavras, ainda que qualquer sentença possa carregar uma força ilocucionária, somente serão atos ilocucionários aquelas sentenças que forem *performadas* com uma intenção correspondente. Por isso que falar em “atos ilocucionários não-intencionais” parece a Skinner um contrassenso, ainda que o mesmo não valha para a “força ilocucionária não-intencional”, pois para haver um *ato* precisa haver uma intenção.

Por outro lado, Skinner argumenta que o principal mal entendido por parte dos críticos foi a alegação de que a sua teoria partia da premissa de que o significado de um texto é equivalente à intenção do autor. Quanto a isso, vale dizer, não é possível culpar um leitor dos artigos metodológicos de Skinner por ter atingido uma tal conclusão. Como expomos no segundo capítulo desta tese, Skinner é muitas vezes enfático em afirmar a preponderância da intenção autoral sobre o significado do texto. Todavia, olhando de forma retrospectiva, o autor aproveita para recolocar o argumento “de uma forma um pouco diferente e [...] menos confusa” (SKINNER, 1988, p. 268). Nesse sentido, a fim de resolver a contradição, Skinner apresenta a distinção entre o significado do texto e o significado do que o autor quis imprimir no texto:

[...] Eu tentei distinguir duas questões sobre o significado e a compreensão dos textos. Uma é a questão do significado do texto, a outra é a questão do que seu autor possa ter significado. Argumentei que, para entender um texto, ambas as perguntas devem ser respondidas. [...] Qualquer texto deve incluir um significado intencionado; e a recuperação desse significado constitui uma condição prévia para a compreensão do que seu autor possa ter significado. Mas qualquer texto com alguma complexidade sempre conterá muito mais significado - o que Ricoeur chamou de significado excedente - que até mesmo o autor mais vigilante e imaginativo poderia ter tido a intenção de colocar nele. Portanto, estou longe de supor que os significados dos textos devam ser identificados com as intenções de seus autores; o que deve ser identificado com tais intenções é apenas o que seus autores quiseram dizer com eles (SKINNER, 1988, p. 271–272, tradução minha).¹⁸

18 No original: “[...] I have tried to distinguish two questions about the meaning and understanding of texts. One is the question of what the text means, the other the question of what its author may have meant. I have argued that, if we are to understand a text, both questions must be answered. [...] Any text must include an intended meaning; and the recovery of that meaning constitutes a precondition of understanding what its author may have meant. But any text of any complexity will always contain

Para além disso, outra crítica recorrente à metodologia de Skinner foi o seu carácter vago e inconsistente, incapaz de sustentar as suas reivindicações teóricas e de sistematizar os procedimentos de análise, particularmente no que toca o processo de interpretação da força ilocucionária de uma sentença. Sendo assim, o autor busca esboçar alguns princípios interpretativos gerais. Skinner ressalta, em primeiro lugar, que o pressuposto básico da sua perspectiva metodológica é que a investigação do historiador busca o que o autor quis significar com o texto, e não tanto o significado do texto em si (SKINNER, 1988, p. 274). Porém, reforçando a distinção supracitada, essa premissa inclui o adendo de que não se trata da única forma possível de interpretar o texto, nem que o significado total do texto se resume naquele que o autor intencionou. Trata-se apenas do enfoque geral de uma metodologia que quer a sua especificidade sem se tornar um dogma historiográfico.

O primeiro princípio encaminha para uma outra orientação prática do contextualismo linguístico de Skinner. Se o objetivo maior é buscar o significado do texto *para o autor*, a tarefa primeira do historiador durante essa busca é colocar as proposições num contexto linguístico, isto é, inseri-las no contexto de um debate e entende-las como lances ou movimentos dentro de um processo argumentativo. Usando da linguagem collingwoodiana, Skinner ressalta que “o entendimento de qualquer proposição requer que nós identifiquemos a pergunta para a qual a proposição pode ser considerada como uma resposta” (SKINNER, 1988, p. 274). Nas suas palavras:

Meu primeiro passo é, portanto, uma generalização [...] do ditado de Collingwood [...]. Afirmo, isto é, que qualquer ato de comunicação constitui sempre a tomada de alguma posição determinada em relação a alguma conversa ou argumento pré-existente. Segue-se que, se quisermos entender o que foi dito, teremos que ser capazes de identificar qual posição exata foi assumida. Até agora, eu expressei esta contenda em termos da afirmação de Austin de que precisamos ser capazes de entender o que o orador ou escritor pode ter feito ao dizer o que foi dito. Mas é uma característica fascinante e despercebida da análise de Austin que ela pode, por sua vez, ser vista como um exemplo do que Collingwood chamou de ‘lógica de pergunta e resposta’ (SKINNER, 1988, p. 275, tradução minha).¹⁹

far more meaning - what Ricoeur has called surplus meaning - then even the most vigilant and imaginative author could possibly have intended to put into it. So I am far from supposing that the meanings of texts are to be identified with the intentions of their authors; what must be identified with such intentions is only what their authors meant by them.”

- 19 No original: “My first step is thus a generalization [...] of Collingwood's dictum [...]. I am claiming, that is, that any act of communication always constitutes the taking up of some determinate position in relation to some pre-existing conversation or argument. It follows that, if we wish to understand what has been said, we shall have to be able to identify what exact position has been taken up. So far I have expressed this contention in terms of Austin's claim that we need to be able to understand what the speaker or writer may have been doing in saying what was said. But it is I think a fascinating though unnoticed feature of Austin's analysis that it can in turn be viewed as an exemplification of what Collingwood called the 'logic of question and answer'.”

Todavia, não basta apenas inserir as proposições na lógica collingwoodiana e correlacioná-las com as convenções linguísticas do contexto. Para alcançar alguma conclusão segura acerca do que um autor estava fazendo ao escrever um texto, não basta simplesmente conjecturar intenções possíveis. Como foi observado pelos críticos, isso seria o mesmo que demonstrar “que o chapéu serviu, não que o autor o estava usando” (SKINNER, 1988, p. 277). No entanto, Skinner destaca tal procedimento como apenas um passo inicial, o de estabelecer a gama de forças ilocucionárias intencionais com as quais a proposição foi produzida. A partir daí, trata-se de uma questão de testar as hipóteses elaboradas a fim de eliminar aquelas que não se sustentam, um procedimento que Skinner visa esclarecer em três passos.

Em primeiro lugar, entende-se que as intenções dependem de crenças. Isso significa dizer que, quando estudamos um autor como Maquiavel do ponto de vista das suas intenções, é preciso estabelecer previamente um conjunto de crenças sustentadas pelo pensador florentino que sejam apropriadas às intenções as quais, por meio das hipóteses, estamos atribuindo a ele, descartando assim as intenções que claramente vão contra as crenças do autor. Em seguida, entende-se também que as intenções normalmente andam lado a lado com os motivos. Isto é, a demonstração de que um autor possuía um motivo pessoal para performar um certo ato ilocucionário serve como fator de corroboração de uma possível hipótese. Por fim, as hipóteses podem ainda ser confrontadas com uma análise da coerência das crenças identificadas no primeiro passo. Para usar novamente o exemplo de Skinner: se estivermos analisando uma proposição de Maquiavel que demonstre uma tomada de posição em uma linha argumentativa, revelando assim uma crença, podemos esperar que o autor seja coerente com essa crença, ou seja, que se ele defende x , ele deve ser averso ao contrário de x . É claro que essa expectativa de coerência pode ser frustrada inúmeras vezes, todavia, segue o autor, se o historiador obtiver sucesso em recuperar uma tal rede de crenças, ele se sentirá cada vez mais seguro em relação à hipótese de que, “ao emitir sua sentença com a força de sustentar ou recomendar uma certa posição, ele [Maquiavel] deve ter intencionado carregar exatamente essa força” (SKINNER, 1988, p. 278).

Com essa resposta, podemos dizer que Skinner foi bem-sucedido em articular alguns de seus argumentos originais mais polêmicos numa linguagem mais flexível e, assim, menos suscetível a algumas das objeções mais rigorosas direcionadas ao contextualismo linguístico. Por outro lado, é preciso notar que o processo de leitura e resposta a essa extensa bibliografia não deixou a metodologia intacta. Comparações

entre os textos metodológicos apresentados aqui no “Capítulo 2” com algumas das respostas de Skinner são capazes de demonstrar o sentido pelo qual o autor opera algumas reformulações no método.

3.3. Reformulações do método

Um fato importante acerca da recepção das numerosas e severas críticas direcionadas ao projeto metodológico skinneriano ao longo dos anos é que, como bem constatou Ricardo Silva, “as tentativas de defender-se da acusação de antiquarismo têm conduzido Skinner para posições distantes de suas postulações metodológicas originais” (SILVA, 2010, p. 301) e que, por essas e outras, o autor se viu forçado “a trilhar uma linha de reflexão que, para dizer o mínimo, não estava contida em suas declarações metodológicas iniciais” (SILVA, 2010, p. 323). Todavia, ainda na esteira de Silva, o afastamento de Skinner em relação aos seus primeiros escritos metodológicos não se deu apenas na sua defesa contra a acusação de antiquarismo, mas igualmente na insistência do autor com a ênfase nas intenções autorais. Um leitor atento dos textos mais recentes de Skinner é levado a concordar com Silva, para quem a defesa skinneriana do intencionalismo desembocou “tanto em refinamento e desenvolvimento de suas ideias originais, quanto em um crescente número de ambiguidades e contradições que vão se acumulando em sua obra” (SILVA, 2010, p. 320). No intuito de finalizar nossa reflexão sobre a dimensão teórica do contextualismo linguístico, devemos agora explorar o teor destas reformulações para avaliar as transformações operadas por Skinner em sua teoria. Nosso objetivo com uma tal avaliação é averiguar o que significa hoje realizar uma pesquisa histórica com base no contextualismo linguístico, ou, em outras palavras, esclarecer os comprometimentos teóricos que se impõem sobre o historiador ao buscar inspiração nessa metodologia.

Começemos pela defesa do intencionalismo por Skinner. Se nos atentarmos para um texto pioneiro como “Meaning and understanding in the history of ideas” (1969), por exemplo, identificaremos ali um Skinner fortemente comprometido com o conceito de intenção, um conceito sem o qual qualquer interpretação adequada de textos e ações passadas parece impossível:

Toda declaração feita ou outra ação realizada *deve* pressupor uma intenção de a ter (*to have done it*) efetuado – chame-a de causa, se quiser – mas também uma intenção ao fazê-lo (*in doing it*), que não pode ser uma causa, mas que *deve* ser compreendida para que a ação em si seja corretamente caracterizada

e assim compreendida (SKINNER, 1969a, p. 45, tradução minha, grifos meus).²⁰

E mesmo que Skinner tenha reconhecido, como vimos há pouco, que o tom de sua primeira intervenção tenha sido demasiadamente inflexível, é difícil não perceber a permanência de uma tal visão sobre a necessidade de se aproximar da intenção autoral no processo interpretativo ao longo dos artigos em que Skinner desenvolve a teoria austriana dos atos de fala no decorrer da primeira metade da década de 1970. Em “On performing and explaining linguistic actions” (1971), por exemplo, notamos o argumento, um tanto esquemático, segundo o qual é imprescindível o conhecimento das convenções sociais e linguísticas que governam a força ilocucionária de uma determinada afirmação, pois “isto, por sua vez, é conhecer as intenções do orador ao proferir essa afirmação. E isto, por sua vez, é saber por que é que o orador proferiu essa afirmação. E isto é ter uma explicação sobre a ação (linguística)” (SKINNER, 1971, p. 14).

A conclusão lógica transmitida pelo argumento de Skinner é que qualquer tentativa de oferecer uma explicação acerca do significado das sentenças de textos deve passar por uma consideração das intenções do orador (ou escritor). Nesse sentido, por exemplo, Skinner é enfático ao afirmar, em “Hermeneutics and the role of history”, que “nós precisamos recuperar as intenções de um autor ao escrever para compreender o significado daquilo que ele escreve”, uma recuperação que considera essencial inserir o texto no contexto de convenções e pressupostos sobre os quais “o exato significado intencionado pelo autor pode então ser decodificado”, fato que culmina na “conclusão crucial de que o conhecimento destas convenções e pressuposições deve ser essencial para o entendimento do significado do texto” (SKINNER, 1975, p. 216).

Todavia, como vimos anteriormente em sua resposta formal aos críticos, Skinner declara a sua descrença em relação à ideia de que as intenções autorais constituam o único meio, ou ainda um meio *necessário*, para se aproximar da compreensão adequada dos textos históricos, destacando que não existe uma equivalência entre as intenções e os significados reais ou genuinamente históricos destes textos. Nesse sentido, Skinner trata de se distanciar da corrente intencionalista mais radical, representada por críticos literários como Peter D. Juhl e Eric D. Hirsch, para os quais existe (de acordo com Skinner) um forte comprometimento entre os significados razoavelmente atribuíveis a

20 No original: “Every statement made or other action performed must presuppose an intention to have done it - call it a cause if you like - but also an intention in doing it, which cannot be a cause, but which must be grasped if the action itself is to be correctly characterized and so understood.”

um texto com a gama de intenções possíveis do autor do texto em questão. Skinner, então, demarca esse distanciamento ao afirmar, por exemplo, estar de total acordo com o fato de que “quando um texto diz algo diferente do que o seu autor intencionava dizer, somos obrigados a conceder que, não obstante, é isso que o texto *diz* e, portanto, que o texto possui um significado diferente do que o seu autor intencionou” (SKINNER, 1988, p. 269, grifo do autor).²¹

Nestes termos, Skinner resolve a questão da crítica ao intencionalismo, apresentando uma perspectiva em alguma medida contraditória com os escritos originais, mas que visa enfraquecer os comprometimentos teóricos mais rígidos esposados anteriormente. Cabe, por fim, avaliar como a tão recorrente crítica ao antiquarismo afetou a perspectiva metodológica de Skinner. Como vimos, autores como Leslie (1970) e Tarlton (1973) deram grande enfoque para o caráter demasiado histórico do contextualismo linguístico, visto que se preocupa demais com o esforço em ler o texto “como o autor gostaria de ser lido”, para usar a máxima de Laslett, e assim ignora a importância do texto para se pensar o tempo presente. Skinner, por sua vez, apresenta em textos mais tardios de sua carreira algumas considerações sobre a relação entre passado e presente que, apesar de não serem contraditórias com os primeiros textos – pois a escolha metodológica pelo contexto linguístico nunca implicou na negação da possibilidade de aprender com o passado –, certamente não poderiam ser deduzidas destes mesmos textos.

Mesmo que Skinner não negasse explicitamente a validade dos usos do passado no presente, é notável em seus primeiros textos uma aversão às interpretações anacrônicas na história das ideias, que em *Meaning and understanding* o autor denominou de mitologias (JASMIN, 2005, p. 27). A mitologia da prolepse, por exemplo, como vimos no segundo capítulo desta tese, era aquela interpretação na qual o significado para o historiador era confundido com o significado para o autor, visto que o primeiro estava mais interessado em lançar um olhar *retrospectivo* sobre a obra. A defesa da busca pelo significado original do texto e da intenção original do autor, do “genuinamente histórico”, de fato abria pouco espaço para leituras mais heterodoxas dos pensadores políticos, e o grande receio do anacronismo – que surgiu de uma crítica

21 No original: “I agree that, where a text says something other than what its author intended to say, we are bound to concede that this is nevertheless what the text *says*, and thus that it bears a meaning other than its author intended.”

collingwoodiana à noção da atemporalidade das ideias políticas – parecia constranger as tentativas de usar os textos para pensar o contemporâneo.

Mesmo assim, apesar de o autor já ter afirmado que seus estudos foram desenvolvidos com base no puro interesse intelectual e não pela defesa de qualquer tipo de ideologia política, sua posição atual é a de que precisa haver um equilíbrio entre o estudo do passado e a ação no presente (SILVA, 2008, p. 159). Skinner reconhece o dilema do estudioso das humanidades, que pretende agregar o maior grau de erudição e cientificidade aos seus trabalhos para lhes subtrair o caráter de propaganda ideológica, ao mesmo tempo em que deseja dar as suas pesquisas algum valor para o tempo presente (SKINNER; SEBASTIÁN, 2007, p. 118). Nas suas palavras:

Penso que nossa escolha do que estudar deve ser motivada pelo nosso senso do que importa aqui e agora. Devemos selecionar os assuntos que estudamos à luz de seu significado social geral. Mas depois de selecioná-los, devemos ser tão rigorosos em nossa pesquisa quanto possível, pois, caso contrário, nossas descobertas não terão integridade e autoridade. O problema é que esta distinção entre motivação e execução é muito difícil de sustentar: nossas motivações são sempre susceptíveis de contaminar nossos resultados. Não posso oferecer nenhuma solução para este dilema, além de dizer que precisamos ser o mais autoconscientes possível sobre isso (SKINNER; SEBASTIÁN, 2007, p. 119, tradução minha).²²

Ou seja, de forma abreviada, Skinner sustenta que os objetos de estudo devem ser selecionados pelo pesquisador mediante sua percepção daquilo que é relevante no mundo contemporâneo, sem perder de vista o rigor metodológico que trará legitimidade ao trabalho (SILVA, 2008, p. 160). Foi exatamente esse tipo de seleção que o autor buscou realizar quando escolheu, por exemplo, o conceito de liberdade como um dos tópicos centrais, senão o principal, de suas reflexões como historiador do pensamento político. Trata-se de uma escolha essencialmente weberiana, como bem colocou Silva, que toma um conceito disputado dentro da teoria política e marca a sua crítica e distanciamento em relação a tradições políticas como o liberalismo e o comunitarismo (SILVA, 2008, p. 162–163).

Não obstante, o autor destaca que a atitude de estudar o passado com vistas no presente possui seus limites. Se é correto que o historiador pode ou mesmo deve dar uma utilidade contemporânea para uma pesquisa, digamos, em história do pensamento

22 No original: “I think that our choice of what to study should be motivated by our sense of what matters here and now. We should select the subjects we study in the light of their having some kind of general social significance. But having selected them, we should be as rigorous in our scholarship as we can possible manage to be, for otherwise our findings will lack any integrity and authority. The problem is that this distinction between motivation and execution is very hard to sustain: our motives are always liable to contaminate our results. I can offer no solution to this dilemma, beyond saying that we need to be as self-aware about it as possible.”

político, ele deve ao menos entender que não está diante de um “problema perene” do pensamento humano. Skinner se mantém fiel a Collingwood no entendimento de que o texto surge sempre como um conjunto de respostas para questões específicas, datadas do momento de sua produção. Parafraseando Collingwood, os textos se preocupam com as suas próprias perguntas e não com as nossas (SKINNER, 2002, p. 88). Para Skinner, no tocante à utilidade do passado, a questão não é usá-lo como repositório de exemplos para o presente, mas, como bem colocou Marcelo Jasmin, buscar no estudo do passado o contato com o *não-familiar*, com o estranhamento que advém da distância histórica, pois isto “serve à desnaturalização ou desestabilização dos conceitos da teoria contemporânea, fomentando a imaginação conceitual com alternativas enriquecidas por significados e alteridades que a pesquisa erudita da história pode encontrar” (JASMIN, 2005, p. 29). Em outras palavras, o valor do passado está na promoção da alteridade: a abordagem contextualista, ao inserir o texto numa situação histórica específica de debate ideológico, escancara a contingência do passado, “pleno de possibilidades não efetivadas, de ideias derrotadas, de projetos e de valores esquecidos” (SILVA, 2010, p. 323–324); e, assim, habilita o historiador a perceber que o tempo presente vive essa contingência constantemente. É assim que podemos compreender o estudo de Skinner sobre Maquiavel, por exemplo: não se trata de defender uma espécie de retorno ao pensamento político do século XVI, mas de fazer uso do republicanismo como intermédio para questionar a suposta naturalidade das disputas contemporâneas sobre o conceito de liberdade (PALONEN, 1997, p. 67–68).

Vale notar ainda que os textos tardios de Skinner substituem a antiga ênfase predominante – com exceção dos artigos da década de 1960 – no arcabouço conceitual de Austin, tão desgastado pela crítica, pelo vocabulário mais livre da filosofia da história de Collingwood. A opção mais recente, mais enfaticamente declarada em 2001, de denominar a sua abordagem de *collingwoodiana* vai no sentido, novamente, de encontrar uma defesa sustentável para a metodologia e manter legítima a ideia de recuperar a intenção autoral. É claro que, como Skinner já declarou em entrevistas, Collingwood lhe foi uma inspiração filosófica desde o início da sua formação como historiador. Todavia, o vocabulário utilizado ao longo do desenvolvimento do contextualismo linguístico foi, como vimos, predominantemente baseado em Austin. A ênfase mais recente em Collingwood funciona não como uma alteração profunda na metodologia, mas como uma forma de se aproximar da questão da intencionalidade autoral por meio da lógica da pergunta e resposta, demarcando assim o esgotamento do

argumento em torno da busca pelas convenções linguísticas e a consequente identificação dos atos ilocucionários, e a abertura para uma perspectiva menos dogmática acerca da busca pelas intenções.

Em “The rise of, challenge to and prospects for a Collingwoodian approach to the history of political thought” (2001), Skinner se dirige particularmente às correntes teóricas anti-intencionalistas – como as de Gadamer, Ricoeur e Derrida – a fim de demonstrar que um pesquisador com “filiações collingwoodianas” pode aceitar tranquilamente a maioria das críticas ao intencionalismo por elas endereçadas. O autor insiste que essas teorias dão “praticamente nenhum motivo para concluir que devemos abandonar a busca da intencionalidade autoral no sentido em que Collingwood e seus admiradores se interessaram por ela” (SKINNER, 2001, p. 182). Nesse sentido, Skinner retoma uma última vez a distinção entre o significado *do texto* e *para o autor*, isto é, entre a dimensão semântica do texto e a sua efetuação enquanto ato intencional. A abordagem collingwoodiana, abandonando qualquer pretensão de objetividade ou de aproximação “mais fiel” à realidade do passado, levanta a questão do significado do texto para o autor, a fim de entender os lances da sua linha argumentativa e assim deduzir as perguntas para as quais o texto serve como resposta. Isso, é claro, tendo em vista que o significado total de um texto jamais se exaure na intenção original do autor (SKINNER, 2001, p. 184), e que nunca será possível ter certeza quanto às intenções reais de um agente do passado:

É claro que não podemos esperar reentrar na mente dos agentes históricos. Mas para recuperar os tipos de intenções com as quais estamos interessados, não estamos comprometidos em realizar nenhum tipo de truque. Estamos falando de intenções corporizadas em atos de comunicação linguística. Mas estas intenções, incluindo a intenção de se comunicar e ser entendido, serão *ex hypothesi* publicamente legíveis, pelo menos para qualquer erudito que tenha aprendido o suficiente para recuperar os contextos relevantes do debate (SKINNER, 2001, p. 185–186, tradução minha, grifo do autor).²³

Por fim, o que se nota nas reformulações do método de Skinner é que o autor se viu compelido a abandonar a aparente pretensão de ortodoxia dos textos originais, eliminando a narrativa da busca pelo “método apropriado” ou da “leitura mais precisa”. O contextualismo linguístico de Skinner se apresenta hoje como uma abordagem entre muitas outras, convivendo de forma pacífica com metodologias alternativas no campo

23 No original: “Of course we cannot hope to re-enter the minds of historical agents. But in order to recover the kinds of intentions in which we are interested, we are not committed to performing any wuch conjuring trick. We are speaking of intentions embodied in acts of linguistic communication. But these intentions, including as they do the intention to communicate and be understood, will *ex hypothesi* be publicly legible, at least to any scholar learned enough to recover the relevant contexts of debate.”

da história do pensamento político – mais notadamente a história conceitual alemã –, ainda que se mantendo aberta para todos os campos da história enquanto uma teoria geral de interpretação de textos.

Com essa avaliação das críticas, respostas e reformulações do método de Skinner, finalizamos a “Parte I” da tese, dedicada ao plano teórico do contextualismo linguístico. A fim de completar a proposta da tese, a “Parte II” que segue terá o foco deslocado para as realizações práticas da abordagem por Skinner, mais especificamente os estudos do autor sobre o pensamento político de Thomas Hobbes, indiscutivelmente o local privilegiado para uma apreciação da prática da metodologia nos diferentes estágios da sua formulação. Com essa comparação entre a teoria e a prática será possível, ao final da pesquisa, compreender de forma mais clara em que medida a abordagem austiniana, característica das formulações originais de Skinner, se mostra decisiva para a compreensão histórica da obra de Hobbes.

PARTE II – SKINNER E HOBBS: UM ESTUDO DE CASO

Ao longo da primeira parte da tese, o objetivo foi exclusivamente o de limitar o escopo de análise aos textos metodológicos de Skinner, seus referenciais teóricos, e algumas das principais críticas dirigidas especificamente ao contextualismo linguístico como método para a história intelectual. Com isso, o objetivo foi o de mostrar como um historiador como Skinner encara um texto histórico, isto é, que tipo de questionamentos norteiam a sua interpretação ao se dedicar de fato à análise das fontes. Nesse sentido é correto afirmar, como é de se esperar de qualquer metodologia, que o debate promovido por Skinner não visava apenas divagar na abstração da reflexão filosófica, mas oferecer um caminho alternativo para a condução de pesquisas na área. Como já mencionamos, o próprio autor entendia que, desde o início, os seus trabalhos em torno do pensamento político de Thomas Hobbes deveriam servir como representações da sua perspectiva metodológica no plano prático, o que não implica necessariamente no fato de que toda a gama de argumentos e conclusões teóricas lançadas pelo autor ao longo das décadas de 1960 e 1970 tenham se refletido em sua completude nos trabalhos empíricos. Desta forma, para esta segunda parte da tese, partimos da premissa de que existe, no mínimo, alguma correlação entre teoria e prática na obra de Skinner e, assim, levaremos adiante a pergunta do que significa, na prática, empregar o seu método.

Deve ser dito que não se trata de uma pergunta absolutamente nova, ainda que nenhuma das tentativas de respondê-la até então o tenham feito de forma a contemplar uma leitura mais aprofundada do conjunto dos principais textos de Skinner sobre Hobbes. Tendo isso em mente, uma primeira crítica à aplicação do contextualismo linguístico que vale a pena ser mencionada é a da Michael Goodhart em seu artigo “Theory in Practice: Quentin Skinner’s Hobbes, Reconsidered”, publicado em 2000. Goodhart realiza uma rápida leitura de algumas das interpretações de Skinner sobre Hobbes a fim de apontar possíveis inconsistências da metodologia, começando pela própria ideia de abordar os escritos de Hobbes como atos de fala.

Em primeiro lugar, o autor se queixa do fato de que Skinner não oferece nenhuma regra para a determinação de quando um proferimento começa ou termina tendo em vista que os textos políticos são escritos de alta complexidade – diferentemente de exemplos tais como o do policial avisando um patinador de que “o gelo lá é muito fino” – e, portanto, não fica claro de que forma podemos isolar proferimentos a fim de extrair-lhes significados intencionais (GOODHART, 2000, p. 539).

Além disso, mais difícil que isolar um proferimento é identificá-lo com uma ação social específica. Por exemplo, quando Skinner argumenta que Hobbes deu início a sua teoria da obrigação política em *Os Elementos da Lei Natural e Política* e *Do Cidadão* no auge da controvérsia do *Engagement* de 1647, percebendo similaridades entre os tratados dos *Engagers* e os textos do filósofo, a conclusão obtida foi a de que não restariam dúvidas quanto ao fato de que Hobbes tinha a intenção de contribuir para a defesa do *Engagement*. Todavia, se as intenções remetem a ações sociais (atos de fala), qual a ação que corrobora com a conclusão obtida por Skinner? Goodhart afirma que tanto *Os Elementos* quanto *Do Cidadão* foram escritos décadas antes da referida controvérsia, além do fato de que foi demonstrado que Hobbes não foi responsável pela publicação destas obras neste período (GOODHART, 2000, p. 537). Se o ato de publicar não diz respeito a Hobbes, perguntar pela sua intenção ao fazê-lo seria um contrassenso, e se o ato de escrever ocorreu muito antes da controvérsia, caracterizá-lo como dotado da intenção de “contribuir ao debate” também não parece plausível. Para Goodhart, é difícil identificar proferimentos com ações específicas, pois na filosofia política os proferimentos se formam ao longo de anos, ou mesmo décadas.

A dificuldade em interpretar a filosofia política de Hobbes sob o paradigma da teoria dos atos de fala se manifesta ainda, segundo Goodhart, em *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*. O autor nota que Skinner usa ao longo de todo livro uma estratégia de colagem de fragmentos oriundos de diversas obras do pensador inglês, a fim de estabelecer assim a sua visão acerca da eloquência, da retórica e da ciência civil. Goodhart é categórico em dizer que não se trata de questionar as conclusões finais obtidas por Skinner, como se ele tivesse mal interpretado Hobbes. O problema está no fato de que declarações datadas de três décadas, extraídas de várias obras, não podem em princípio serem parte de um proferimento ou ação social (GOODHART, 2000, p. 538).

O cerne da crítica de Goodhart, que interessa particularmente para esta tese, é a alegação de que existe uma grande inconsistência entre o método e a aplicação, devido ao fato de que Skinner falha em utilizar os conceitos-chave de sua metodologia no decorrer de suas análises. O procedimento seguido por Goodhart, que nos parece interessante como inspiração para os próximos capítulos, é o de reconstruir pontualmente os argumentos de Skinner sobre as intenções Hobbes – baseados em suas crenças pessoais, sua relação com a tradição humanista, sua defesa do monarquismo e da teoria da obediência civil, a relevância da tradição clássica da eloquência em sua

definição da ciência civil, etc – a fim de elucidar a presença ou ausência das convenções linguísticas como princípio explicativo dos argumentos. Pouco importa aqui o fato de que Goodhart discorda da maior parte das conclusões obtidas por Skinner acerca do pensamento político de Hobbes, afinal se trata de um autor cuja interpretação é largamente disputada entre os especialistas. O objetivo desta tese não é se posicionar nas disputas em torno da interpretação de Hobbes, mas de focar na forma pela qual Skinner o interpreta, reconstruindo seus argumentos de forma a confrontá-los com os princípios metodológicos abordados na primeira parte da tese.

Nesse sentido, cabe também comentar aqui o recém-publicado artigo de Nikola Regent, “Quentin Skinner, contextual method and Machiavelli’s understanding of liberty” (2022). Por meio de uma reavaliação da interpretação de Skinner sobre Maquiavel, Regent declara ser o objetivo do artigo explorar a forma pela qual as ideias políticas de Skinner direcionam as suas interpretações contra os seus preceitos metodológicos, sugerindo assim que mesmo o fundador do contextualismo linguístico demonstra uma grande dificuldade em colocar o método em prática (REGENT, 2022, p. 1).

É preciso dizer, todavia, que na tentativa de elucidar uma inconsistência entre teoria e prática na interpretação de Skinner sobre Maquiavel, Regent lamentavelmente falha. Todo o artigo se dirige a uma releitura das obras de Maquiavel a fim de refutar a influente leitura de Skinner, que coloca o pensador florentino como o grande teórico da liberdade republicana na história do pensamento político, tendo o conceito de liberdade como o cerne das suas preocupações filosóficas e servindo, desta forma, como inspiração para o *revival* contemporâneo do republicanismo. Contrário a essa concepção, Regent argumenta que o objetivo maior de Maquiavel no que diz respeito à construção de uma república não é a consolidação da liberdade política, pois a liberdade é apenas um *meio* para alcançar algo maior, a expansão da república em direção a um império, seguindo o modelo romano clássico. “Não existe nenhuma ‘prioridade da liberdade’, como Skinner coloca em um de seus títulos (1992); para Maquiavel, a prioridade é o império” (REGENT, 2022, p. 9–10).

No entanto, o argumento de Regent gira em torno de uma leitura contrastante da obra de Maquiavel, o que evidentemente possui os seus méritos, ainda que em nenhum momento fique claro de que forma a crítica direcionada a Skinner possui qualquer relação com o contextualismo linguístico. A única exceção é quando, no parágrafo final do artigo, Regent afirma que o suposto tratamento “superficial e distorcido” de Skinner

sobre o pensamento de Maquiavel vai contra o seu princípio metodológico de “não buscar na história das ideias uma ‘solução’ para os problemas contemporâneos” (REGENT, 2022, p. 14). Como vimos no terceiro capítulo desta tese, a perspectiva de Skinner acerca da relação entre passado e presente em suas pesquisas foi uma das principais reformulações em sua metodologia, decorrente da sua defesa contra as acusações de antiquarismo. De qualquer forma, a ideia de que o historiador não deve interrelacionar passado e presente em suas pesquisas está longe de ser o elemento definidor da sua metodologia – o uso das convenções linguísticas como princípio explicativo e a concepção retórica da mudança conceitual cumprem esse papel de forma mais adequada. Assim, por mais que a intervenção de Regent no que toca a obra de Maquiavel possa estar correta – uma avaliação a que não comprometeremos – sua crítica da aplicação do contextualismo linguístico se baseia num entendimento bastante precário daquilo que constitui a metodologia de Skinner.

Dito isso, no primeiro capítulo desta segunda parte nos dedicaremos aos primeiros artigos publicados por Skinner acerca do contexto intelectual de Thomas Hobbes, como “Thomas Hobbes and his disciples in France and England” (1966), “The ideological context of Hobbes’s political thought” (1966), “Thomas Hobbes and the nature of the Early Royal Society” (1969), entre outros. O objetivo é analisar o teor das primeiras intervenções de Skinner sobre a obra de Hobbes, buscando perceber como estas se relacionam com os primeiros escritos metodológicos do autor. Partindo para o segundo capítulo, seguiremos com a leitura do livro *Razão e Retórica na filosofia de Hobbes* (1996), que marca o retorno de Skinner ao estudo da obra de Hobbes após um período de suspensão nas décadas de 1970 e 1980. Neste momento, o intuito é de analisar o uso realizado por Skinner do arcabouço metodológico austiniano, desenvolvido nos textos metodológicos da década de 1970, a fim de destrinchar o pensamento político de Hobbes. Trata-se do mesmo procedimento que seguirei com o terceiro e último capítulo, dedicados ao livro *Hobbes e a liberdade republicana* (2008). Reconhecendo o fato de que estes textos apresentam, assim como qualquer obra complexa, mais e menos do que a metodologia prevê (SILVA, 2010, p. 300), será mantido o pressuposto de que os escritos de Skinner sobre Hobbes representam o local privilegiado para uma interpretação da prática do contextualismo linguístico defendido pelo autor, e assim será possível avaliar em que medida podemos falar em uma correlação entre teoria e prática na obra de Skinner.

4. TEXTOS INAUGURAIIS

O levantamento da bibliografia de Skinner ao longo de sua carreira demonstra que, no decorrer da década de 1960, o seu maior interesse intelectual foi indubitavelmente o pensamento político de Thomas Hobbes, mesmo que ao final da década o autor viesse a se tornar conhecido no cenário acadêmico por uma publicação de caráter teórico-metodológico, como vimos. Todavia, ao longo da leitura destes textos inaugurais de Skinner sobre Hobbes, uma característica que impressiona de imediato a ênfase crítica e o tom polêmico em que se apresenta o seu estilo argumentativo. Por exemplo, ao lermos o primeiríssimo artigo publicado por Skinner em 1964, o que se percebe não é o trabalho de um estudante no processo inicial de aprendizado, em relação ao qual se esperaria não só humildade intelectual, mas também um problema de pesquisa não muito ambicioso. Vemos ali, sem delongas, um trabalho que visa combater toda uma bibliografia já estabelecida em torno da interpretação de Hobbes, sem qualquer receio de que a falta de experiência seja um problema. Talvez a explicação mais plausível para essa postura não usual de Skinner, por assim dizer, seja a grande peculiaridade dos anos iniciais da sua carreira. Sendo assim, antes de passarmos para a análise dos seus textos inaugurais sobre Hobbes propriamente ditos, cabe aqui um breve comentário sobre como Skinner ingressou na profissão de professor universitário de História.

Quando foi dito que o seu primeiríssimo artigo não parecia o trabalho de um estudante, é porque de fato não o era. Skinner foi admitido como *Fellow* no *Christ's College* da Universidade de Cambridge quando tinha apenas vinte e um anos de idade, pouco mais de três meses após ter finalizado o bacharelado em História. Tudo aconteceu muito rápido em função de uma conjuntura específica: o governo britânico implementou, de 1961 a 1963, o chamado *Robbins Report*, uma medida governamental que realizou expansões imediatas nas universidades visando a inserção de mais alunos e, conseqüentemente, requisitando mais professores. Neste período, mais especificamente no verão de 1962, o *Christ's College* ficou sem um de seus principais *Fellows*, John Kenyon, que se transferiu para outra universidade. Em junho do mesmo ano, Skinner finalizou a sua graduação e, logo em outubro, já estava admitido como *Fellow* simplesmente pelo bom desempenho nos exames finais do curso, sem possuir publicações, tese de doutorado ou qualquer experiência acadêmica docente (MILLUM; SKINNER, 2008).

Tendo essa conjuntura em mente, a ambição dos textos inaugurais de Skinner sobre Hobbes ganha uma maior coerência. Ao publicar seu primeiro texto, aos vinte e três anos de idade, o jovem professor já lecionava há dois anos na Universidade de Cambridge e necessitava de um conjunto de trabalhos publicados para estabelecer o seu nome enquanto pesquisador e assim justificar a sua posição institucional. O grande enfoque inicial da interpretação de Hobbes surge, nesse sentido, com o propósito de preencher essa lacuna na sua precoce carreira profissional, de forma que os textos publicados nessa época não pretendiam iniciar a passos lentos, como se orientaria a um estudante, mas imediatamente com intervenções determinadas a causar um certo distúrbio na bibliografia existente e, com isso, provocar uma discussão em torno dos assuntos abordados.

Observando de forma retrospectiva, sabemos que o estilo argumentativo de Skinner permaneceu ao longo de sua obra, marcada entre outras coisas pelo espírito combativo. De qualquer forma, sabemos que este estilo se originou aqui, em seus primeiros estudos sobre Hobbes, e na condição de um precoce professor universitário. Dito isso, passamos agora para uma análise destes textos – que compreendem o período de 1964 a 1972 – a fim de avaliar, ao final do capítulo, de que forma podemos relacionar estas primeiras pesquisas empíricas com as reflexões metodológicas desenvolvidas também na década de 1960, abordadas no primeiro capítulo desta tese.

4.1. Reconstruindo o contexto ideológico de Hobbes

A interpretação de Skinner sobre o pensamento político de Hobbes inicia com a publicação de “Hobbes’s Leviathan” em 1964. Em tom marcadamente crítico, o autor elabora um comentário geral sobre o estado da arte da interpretação de Hobbes e, de forma mais aprofundada, faz um exercício de refutação de alguns dos argumentos desenvolvidos por F. C. Hood em seu livro *The Divine Politics of Thomas Hobbes*, publicado no mesmo ano. É interessante notar que, já em seu primeiro artigo publicado sobre o assunto, Skinner demonstra algumas das principais preocupações que serão evidenciadas alguns anos mais tarde em “Meaning and understanding in the history of ideas”, o que mostra não só o caráter de continuidade do seu projeto intelectual, como o fato de que foi na historiografia sobre o pensamento de Hobbes que Skinner obteve alguns dos principais insights para os seus escritos metodológicos.

A percepção do jovem Skinner era a de que a interpretação acerca do sistema teórico de Hobbes estava passando, no início da década de 1960, por uma espécie de

transformação radical. “De ser considerado como o protótipo de um utilitário, Hobbes foi convertido no protótipo de um deontologista kantiano” (SKINNER, 1964, p. 321). Com estas palavras, Skinner levantava o argumento de que, enquanto era praticamente um axioma compreender a teoria política de Hobbes como a representação de uma “psicologia egoísta”, na qual as noções de dever e obrigação eram explicadas enquanto cálculos racionais que visavam o interesse próprio, trabalhos mais recentes – tais como o livro *The Political Philosophy of Hobbes, His Theory of Obligation*, de H. Warrender (1957), que antecede o livro de Hood – passaram a sugerir que a teoria da obrigação política em Hobbes deveria ser apartada da psicologia, firmando-a assim na tradição da Lei Natural. Isto é, Hood sustentava que, apesar do *Leviatã* conter uma teoria da obrigação na qual o indivíduo busca o interesse próprio por meio da razão, isso “não representa o sistema ‘real’ da obrigação de Hobbes”, o qual afirma que a verdadeira obrigação está fundada no reconhecimento de que as leis da natureza “não são apenas ditados da razão, mas também comandos de Deus” (SKINNER, 1964, p. 321). Enquanto o livro de Warrender pode ser visto como a principal fonte para o argumento, o supracitado livro de Hood veio a compor este corpo de trabalhos cujos autores Skinner denomina de revisionistas.

O argumento central avançado por Hood no livro em questão era o de que a teoria da obrigação política de Hobbes possuía um embasamento religioso, e que uma leitura extensiva do conjunto das obras do pensador inglês revelaria o seu caráter de um sistema enraizado na moralidade cristã tradicional. Nesse sentido, Hood acredita que Hobbes não teria sido bem-sucedido em “converter qualquer parte do seu pensamento moral cristão em ciência”, de forma que seria correto afirmar que a teoria hobbesiana se mantém, como indica o título, no âmbito da “política divina” (SKINNER, 1964, p. 322).

É notável que Hood parece representar a tradição específica da história intelectual que posteriormente – em “Meaning and understanding” – Skinner acusaria de produzir as chamadas *mitologias da doutrina*, que abordamos no primeiro capítulo. A premissa da análise de Hood é a de que o significado da obra de um autor só pode ser devidamente elucidado por meio de uma consideração do conjunto de todos os seus trabalhos “em um nível de abstração suficiente para eliminar todas as discrepâncias e fazer emergir uma doutrina” (SKINNER, 1964, p. 322). Assim, partindo de um procedimento fundamentado exclusivamente na racionalização dos textos de Hobbes, Hood opta por desconsiderar qualquer relação entre o trabalho de Hobbes e outros discursos políticos da época. E o que justifica uma tal análise é o pressuposto

largamente difundido por historiadores como Warrender de que, no caso de Hobbes, “a questão do que a sua teoria é pode ser considerada como anterior e separada da questão de sua localização histórica” (SKINNER, 1964, p. 330). Para Skinner, é justamente este o pressuposto equivocado, podendo ser demonstrado que, “no caso específico do Professor Hood, se a sua tese estivesse correta, muito da forma e do conteúdo do discurso político no tempo de Hobbes se tornaria absurdo ou inacreditável” (SKINNER, 1964, p. 330).

“Hobbes’s Leviathan” é um artigo que visa refutar a análise de Hood acerca da “política divina” de Hobbes, ainda que estenda as críticas mais pontualmente a Warrender. Utilizando estes autores como exemplos do revisionismo sobre a obra de Hobbes, Skinner percebe que o ponto em comum compartilhado por eles é a abordagem textualista, tão largamente abordada no artigo de 1969 e que já em 1964 Skinner percebia como uma tendência na história intelectual britânica, fruto de uma forte aproximação de historiadores com a filosofia. Desta forma, assim como Laslett havia anunciado em 1956 que, por enquanto, a filosofia política estava morta, Skinner finaliza sua crítica com um apelo ao leitor, de que “se é para haver qualquer perspectiva de clarear as confusões nas quais o estudo da obra de Hobbes caiu, o que se faz necessário é menos filosofia, e mais história” (SKINNER, 1964, p. 333).

E foi exatamente este o caminho seguido pelo jovem Skinner a partir desta publicação inicial: o estudo de Hobbes por meio do seu contexto político e intelectual. No ano seguinte, Skinner publica uma apresentação a um fragmento inédito da obra de Hobbes, intitulada “Hobbes on sovereignty: an unknown discussion” (1965), afirmando que este fragmento conteria informações reveladoras acerca tanto da evolução quanto da interpretação apropriada do pensador inglês.

Para o autor, a nova fonte, extraída da coleção do Duque de Devonshire, servia mais especificamente para contrariar aquela tendência interpretativa já criticada anteriormente, a qual alegava o caráter deontológico da teoria política de Hobbes. Com base na análise do manuscrito, Skinner apontou para o fato de que “parece claramente incorreto falar em direitos à ação, na visão de Hobbes, como ‘aqueles [direitos] que o indivíduo não pode ser obrigado a renunciar”, como argumentou Warrender no artigo “Obligations and Rights in Hobbes” (1962), isso porque “não há nenhum direito [...] em relação ao qual um indivíduo não possa ser obrigado a renunciar, com exceção dos casos especiais em que isso envolveria uma contradição” (SKINNER, 1965a, p. 215). Por exemplo, o direito à vida não pode ser renunciado, pois entraria em contradição com

o propósito original da instituição do Estado que é o de prevenir o perigo à vida. E assim como a interpretação deontológica de Hobbes se mostra inadequada para a questão do direito, segue Skinner, também o é para a teoria da obrigação política. “Quando Hobbes se refere à obrigação, não há nenhuma menção a uma hierarquia de comandos de Deus [...]. O poder de comandar é visto como o próprio título a ser obedecido” (SKINNER, 1965a, p. 216).

“Hobbes on Sovereignty: an unknown discussion” é certamente uma contribuição bastante pontual, um texto com pouco mais de cinco páginas que visa basicamente dar fundamento para a recém-lançada crítica a Warrender e Hood, publicada no ano anterior. Não obstante, note-se que, ao avançar estes argumentos, Skinner ainda não está caminhando na direção de resolver aqueles problemas metodológicos apontados em “Hobbes’s Leviathan”. Ao introduzir um fragmento inédito da obra de Hobbes, Skinner tem como objetivo investir contra a tendência crescente da interpretação de Hobbes utilizando-se do mesmo procedimento metodológico de seus alvos: a exegese do texto. Se o que se fazia necessário era mais história e menos filosofia, era então imperativo que o tópico central das discussões se deslocasse do texto de Hobbes para o seu contexto. E foi inspirado por esse imperativo que, ainda em 1965, o jovem Skinner deu início a uma série de publicações exclusivamente dedicadas ao contexto de Hobbes, uma empreitada que se estendeu por quase uma década e que marca a continuidade do recém iniciado projeto de revisão histórica da bibliografia em torno da obra de Hobbes.

O primeiro destes artigos por assim dizer “contextuais” foi “History and Ideology in the English Revolution”, publicado em 1965, texto em que Skinner explora a complexidade e a interdependência das ideologias que marcaram o período da Revolução Inglesa de 1640, que culminou na ascensão da ideologia Whig. O artigo visa mostrar, por meio de uma reconstrução de alguns dos principais argumentos políticos associados à revolução no século XVII, a contingência das disputas ideológicas na época, tirando da “ascensão Whig” a conotação de destino ou naturalidade. Para Skinner, mesmo que obras como *The Englishman and his History* de H. Butterfield tenha brilhantemente exposto o processo pelo qual a interpretação Whig da história se tornou uma ideologia aceita no século XVIII, restava ainda uma análise mais atenta do contexto onde visão Whig era apenas uma dentre muitas ideologias em conflito, e que apesar da resolução deste conflito ter sido a ascensão Whig, os indivíduos reais que compunham este grupo ideológico foram influenciados, cada um à sua maneira, pelas

demais ideologias rivais que apenas aparentemente foram suprimidas (SKINNER, 1965b, p. 151).

O artigo gira em torno da interpretação da Conquista Normanda na época da Revolução Inglesa.²⁴ Diferentemente das demais vertentes ideológicas da época, os Whigs foram os que negaram o impacto da Conquista sobre a vida dos ingleses, afirmando que, apesar da invasão e da tomada de poder por um povo estrangeiro, nenhuma liberdade civil teria sido cerceada. Do ponto de vista histórico, esta negação – que fez sentido no contexto da disputa entre monarquistas e parlamentaristas na Inglaterra do século XVII – era claramente falsa, e os historiadores da época continuaram a escrever acerca da Conquista Normanda como um evento crítico no qual os ingleses foram fatalmente subjugados. Todavia, a perpetuação da narrativa Whig levou a uma reação por parte de alguns historiadores que identificavam naquele discurso a produção de verdadeiros absurdos históricos. Mais especificamente, a reação veio no século XVIII com a escola escocesa, representada por pensadores como Hume, Robertson e Millar (SKINNER, 1965b, p. 155).

Para Skinner, a historiografia escocesa setecentista representou um momento tardio e mais sofisticado do debate em torno da Conquista Normanda, pois ao longo do século XVII os cronistas já vinham abordando este evento como um fato histórico incontestado, e o exemplo mais famoso é o de Hobbes, que em *Behemoth* traçou a origem dos arranjos constitucionais ao tempo da Conquista, reconhecendo que Guilherme I teria tomado posse do território inglês, no qual ele pôde elaborar um novo sistema legal a seu bel-prazer (SKINNER, 1965b, p. 156). Note-se que aqui, nesta primeira menção a Hobbes dentro de uma discussão mais ampla acerca da interpretação da Conquista Normanda na época da Revolução Inglesa, Skinner já enfatiza um de seus principais argumentos acerca da leitura de Hobbes: a afinidade entre os argumentos de Hobbes e os dos cronistas do século XVII é um indicativo, entre diversos outros, de que não há nada de *sui generis* na perspectiva de Hobbes (SKINNER, 1965b, p. 160).

Ao comentar as ideologias antagônicas aos whigs, Skinner menciona aquela que reconhecia a legitimidade da Conquista Normanda por meio da noção de obediência cristã, segundo a qual mesmo um evento trágico “não poderia ter acontecido se não

24 A "Conquista Normanda" se refere a uma série de eventos iniciados no verão e início de outono de 1066, quando o rei anglo-saxão Harold Godwinson teve de travar uma batalha contra a invasão nórdica em Stamford Bridge, e após a vitória contra os nórdicos, em seu retorno a Londres, foi então invadido em Pevensey pelo Duque de Normandia, que o derrotou em batalha e tomou o poder sobre o território da Inglaterra, vindo a ser conhecido como Guilherme, o Conquistador (VAN HOUTS, 1995, p. 832–834).

fosse de acordo com a providência divina” (SKINNER, 1965b, p. 164). A ideologia, impulsionada por Hobbes, preservava uma concepção essencialmente racional da obrigação política: já que toda conquista ou tomada de poder é igualmente legítima do ponto de vista religioso – pois, se aconteceu, *deve* estar de acordo com a providência divina – a relação mútua de proteção e lealdade entre governo e cidadãos é então o critério da obrigação, e caso o governo vigente seja conquistado por outro, é direito dos cidadãos se aliar aos conquistadores oferecendo-lhes lealdade em troca de proteção. Novamente, vemos a perspectiva de Warrender e Hood sendo diretamente refutadas: a questão da legitimidade religiosa não pode ser o critério para a obediência política, e sim uma relação de proteção por parte do poder instaurado e lealdade por parte de quem adere a esta proteção, de forma a evitar a *bellum omnium contra omnes*. Do ponto de vista metodológico, Skinner está investindo contra os mesmos argumentos combatidos nos textos anteriores, no entanto partindo não do texto de Hobbes, mas de uma análise dos discursos políticos que compunham o contexto em questão, uma abordagem que viria a se repetir daqui para a frente.

Skinner traça o surgimento da teoria absolutista dentro do debate em torno da interpretação da Conquista normanda. O argumento de legitimidade do conquistador por meio da força e a defesa da obrigação política pelo critério da obediência e lealdade foram dois dos pilares do discurso absolutista, que se desenvolveu durante o Interregno inglês, uma década antes de ganhar sua articulação final com Hobbes, e uma geração antes de ganhar sua roupagem histórica completa com Brady (SKINNER, 1965b, p. 169). Hobbes figura aqui como o exemplo mais célebre do argumento absolutista de que o poder da Coroa remonta ao direito de conquista, o qual afirma que as leis na Inglaterra se originaram da submissão efetuada pelo conquistados. Novamente, Skinner busca mostrar como Hobbes não estava sozinho ao avançar este argumento. A própria ideia de que Hobbes pudesse ser um gênio isolado cujas ideias não encontraram respaldo em seu tempo surgiu da concentração excessiva dos especialistas em pesquisas sobre a contribuição do autor para a teoria absolutista. Todavia, como Skinner demonstra, Hobbes não foi nem o único nem o primeiro autor do período da Revolução Inglesa a discutir a ideia de “conquista” como forma de adquirir poder, ou ainda a extrair conclusões absolutistas por meio da história. A origem do problema que cria uma interpretação historicamente mal-informada, segue o autor, só poderia ser o próprio método. No caso específico de Hobbes, “uma tal sugestão só poderia ser feita, de fato, dentro dos limites de uma metodologia particular para o estudo da teoria política, na

qual as figuras notáveis são abstraídas do seu ambiente intelectual, aparentando serem representativas ou únicas (SKINNER, 1965b, p. 170).

No entanto, demonstrar as afinidades ideológicas entre Hobbes e seus contemporâneos não seria uma tarefa resolvida simplesmente por meio de uma genealogia dos argumentos em torno da Conquista Normanda. Se fazia necessário abordar de forma mais ampla o contexto ideológico que circundava o autor, além de identificar quem eram os contemporâneos de Hobbes cujas participações no debate político da época realmente importavam. Este era o desenvolvimento natural do argumento que Skinner vinha construindo e o caminho trilhado pelas suas publicações no ano seguinte.

O ano de 1966 foi de fato um período produtivo para Skinner, que publicou não apenas o seu primeiro texto de caráter teórico – “The limits of historical explanations” – mas ainda dois artigos sobre o contexto intelectual de Hobbes. O primeiro deles foi “Thomas Hobbes and his disciples in France and England”, um trabalho que utilizou como recorte o período de onze anos de exílio de Hobbes na França, iniciado em 1640. O objetivo do artigo é avaliar, com base nas correspondências de Hobbes, o tamanho do impacto causado pelas ideias do pensador em Paris, um local onde ele conquistou diversos seguidores provenientes da sociedade intelectual francesa. Hobbes fugiu da Inglaterra em função da crescente sensação de risco de guerra civil, e ao chegar a Paris deu início ao período que viria a se provar como o mais intelectualmente produtivo de toda a sua vida (SKINNER, 1966b, p. 153).

Para Skinner, o tema da relação entre estes intelectuais e Hobbes jamais receberam qualquer atenção no que diz respeito à sua extensão e ao seu significado mais profundo (SKINNER, 1966b, p. 154). As próprias correspondências utilizadas como fontes – que permitiram a Skinner reconstruir a lista da maioria dos membros do conhecido “Círculo de Mersenne” com o qual Hobbes estabeleceu um contato mais direto – nunca haviam sido devidamente analisadas por outros estudiosos e assim utilizadas como uma referência central para uma intervenção na interpretação do pensador inglês. De acordo com o levantamento de Skinner, diversos foram os intelectuais com os quais se sabe que Hobbes estabeleceu contato, entre eles Fermat, Gassendi, Huygens, Pascal, Roberval, Torricelli, Kenelm Digby, John Bramhall, William Petty, Du Verdus, de Martel, Sorbière e o próprio Marin Mersenne que dá nome ao Círculo (SKINNER, 1966b, p. 155).

O argumento de Skinner afirma que as correspondências entre Hobbes e os franceses permitem estabelecer a relevância das conexões que o autor estabeleceu na França: os contatos tinham como objetivo maior deixar Hobbes atualizado em relação aos desenvolvimentos tanto no pensamento político quanto no científico – particularmente na matemática – da Europa continental, assim como divulgar as suas próprias pesquisas a fim de conseguir de Hobbes uma espécie de retorno ou comentário (SKINNER, 1966b, p. 157–158).

Mais uma vez é interessante notar como os artigos de Skinner sobre Hobbes vão paulatinamente trazendo à tona as principais preocupações metodológicas que viriam a ser denunciadas em “Meaning and understanding”. Assim como percebemos já na primeira publicação do jovem Skinner um esboço do que viria a ser posteriormente chamado de *mitologia da doutrina*, vemos agora, passados dois anos, um possível esboço da *mitologia do paroquialismo*. A razão de Skinner em evidenciar a relevância das relações entre Hobbes e seus discípulos na França era o de demonstrar que havia fundamento para sugerir que a interpretação convencional de Hobbes – que enfatizava sobretudo a rejeição das suas ideias – era não apenas falsa, mas derivada “de uma visão parcial da evidência, de uma concentração excessiva na reação paroquial inglesa” (SKINNER, 1966b, p. 163).

Em outras palavras, a tendência em considerar o ambiente intelectual inglês como o único contexto relevante para a repercussão das ideias de Hobbes levou à conclusão equivocada de que as suas ideias foram sistematicamente rejeitadas. Portanto, segue o argumento de Skinner, se fazia necessário equalizar a rejeição sofrida por Hobbes em território inglês com a larga aceitação de seus correspondentes no continente, ressaltando não só o tratamento recebido pelo filósofo na Academia de Montmor, por exemplo – local no qual foi tratado com especial referência, como um Mestre com o qual os membros da academia esperavam aprender –, mas igualmente a grande e imediata popularidade obtida pelo *Leviatã* na França (SKINNER, 1966b, p. 158–159).

Do ponto de vista metodológico, Skinner consolida aqui a sua guinada em direção a uma abordagem condizente com a crítica ao textualismo. Ao avançar o argumento sobre as implicações da repercussão das ideias de Hobbes fora da Inglaterra na interpretação convencional do autor como uma figura isolada e largamente rejeitada, em nenhum momento Skinner se atém a um ou outro texto específico de Hobbes, preferindo se manter no âmbito das percepções que os próprios intelectuais da época

tinham sobre o pensador inglês, o valor que atribuíam a algumas de suas ideias no contexto mais amplo do desenvolvimento da filosofia política, o prestígio que lhe atribuíam em questões de natureza científica, etc. Apesar de “Thomas Hobbes and his disciples in France and England” não ser o artigo mais longo ou denso desta série de trabalhos de Skinner sobre Hobbes, é um texto que demonstra a continuidade da abordagem contextualista que, poucos anos adiante, viria a ser formalmente anunciada ao melhor estilo polêmico do autor.

Ainda em 1966, Skinner publica ainda um segundo artigo sobre o contexto de Hobbes, dessa vez um texto mais extenso e aprofundado, apresentando uma versão certamente mais robusta da recém iniciada abordagem contextual. Intitulado “The ideological context of Hobbes’s political thought”, o estudo de Skinner se debruça sobre uma investigação da reputação contemporânea de Hobbes e se propõe a demonstrar que “não é possível desconectar questões sobre a interpretação apropriada das visões de Hobbes das questões sobre o contexto ideológico no qual elas foram desenvolvidas” (SKINNER, 1966c, p. 287).

O artigo inicia com uma queixa: a reputação moderna do *Leviatã* como uma obra “incrivelmente superior a todos os seus sucessores na teoria política”, como diria Collingwood em *The New Leviathan*, foi o que originou a tendência textualista dos estudiosos, que invariavelmente desviaram suas atenções de qualquer tentativa de relacionar as ideias do pensador inglês com a sua época ou seus contemporâneos. Quanto mais os intérpretes de Hobbes – como J. Laird, H. R. Trevor-Roper, J. Bowle e S. I. Mintz, que se somam a Warrender e Hood na lista de autores na mira da intervenção de Skinner – aceitavam o *Leviatã* como a maior obra prima da teoria política de língua inglesa, menos parecia haver qualquer conexão entre Hobbes e seus “não tão importantes” contemporâneos. Assim, a doutrina do *Leviatã* passou a ser considerada – por Trevor-Roper, por exemplo – como um fenômeno isolado, relacionado com a sua época apenas pela “grande oposição causada pela sua ousadia e originalidade” (SKINNER, 1966c, p. 286). Assim, a percepção de Skinner era a de que, na época em que escrevia, o pensamento político de Hobbes vinha sendo avaliado de uma forma enganosamente anti-histórica, como “um indivíduo em completo isolamento, o inventor de um tipo inteiramente novo de doutrina política”, e por isso passou a ser visto como “uma influência inevitável, um ponto de partida necessário para outros escritores políticos da época, incluindo Harrington e até mesmo Locke” (SKINNER, 1966c, p. 287).

Skinner reconhece que uma pesquisa bibliográfica atenta encontraria alguns trabalhos mais raros que se propõem a analisar Hobbes em relação ao seu contexto intelectual, sendo o principal deles o livro de John Bowle, *Hobbes and His Critics: a study in seventeenth century constitutionalism* (1951). Todavia, nem mesmo o livro de Bowle investiga de forma apropriada o tema da *afinidade* entre a doutrina de Hobbes e o seu meio intelectual, visto que o autor ilustrou de forma altamente simplificada o grupo que compõem “os críticos de Hobbes”, reunidos como representantes homogêneos de uma tradição que o próprio pensador teria desafiado sozinho. Por isso, Skinner acreditava que a tentativa de confrontar o indivíduo com o seu pano de fundo ideológico produziria não apenas uma imagem historicamente mais completa, mas seria igualmente relevante para entender a natureza da sua contribuição para a teoria política (SKINNER, 1966c, p. 287).

Retomando aqui o argumento de “Thomas Hobbes and his disciples in France and England”, Skinner reafirma a necessidade de distinguir entre a recepção geralmente negativa obtida por Hobbes na Inglaterra da recepção altamente favorável dos seus admiradores na Europa continental. Enquanto na Inglaterra a *Royal Society* certamente o ignorou, o Círculo de Mersenne o recebeu como visitante frequente e prestigioso, além de que não foi apenas na França que o pensador inglês obteve fama e reconhecimento. Por exemplo, é possível perceber a aceitação da doutrina hobbesiana no continente na propaganda política do partido *De Witt* na Holanda, assim como entre diversos apologistas do absolutismo espalhados pela Europa (SKINNER, 1966c, p. 289). E mais forte ainda foi a repercussão das ideias de Hobbes entre os juristas europeus, tais como Samuel Rachel, Gundling, Textor, Backman e Pufendorf, com os quais é possível dizer que Hobbes conquistou a aceitação mais evidente (SKINNER, 1966c, p. 290–291).

Se o quadro do contexto ideológico britânico e europeu do século XVII apresenta tamanha complexidade, como teria sido possível aos acadêmicos especializados em Hobbes concluir os ditos absurdos históricos que alegavam o seu isolamento e rejeição? De acordo com a análise de Skinner, o cerne do problema estava no fato de que as relações entre o pensamento político de Hobbes e as ideologias da época da Revolução Inglesa foram obscurecidas “pela tendência dos acadêmicos em se concentrar exclusivamente nas críticas dos numerosos oponentes clericais de Hobbes” (SKINNER, 1966c, p. 292). Isto é, a oposição clerical que tomou volume em função das acusações de ateísmo do sistema político de Hobbes fez com que os estudiosos não levassem em conta a recepção deste sistema em outras áreas do conhecimento. Em

suma, Skinner argumenta que os problemas da interpretação consensual de Hobbes estão centrados em dois elementos principais: uma visão simplista sobre as nuances e a complexidade das diferentes ideologias políticas da época, e uma impressão equivocada acerca das assunções e das intenções dos críticos de Hobbes (SKINNER, 1966c, p. 292). Nas palavras do autor:

A falha em reconhecer este elemento de popularidade tendeu a causar uma impressão enganosa das intenções dos críticos contemporâneos de Hobbes. Eles foram tratados como se estivessem atacando uma única fonte de opinião heterodoxa. É possível demonstrar, no entanto, que eles se concentraram em Hobbes não porque ele era visto como o opositor “isolado” da tradição, mas sim porque ele foi visto como o mais influente e capaz de apresentar um ponto de vista que estava por si só ganhando progressivamente mais aceitação e importância ideológica (SKINNER, 1966c, p. 295, tradução minha).²⁵

Na análise de Skinner, portanto, Hobbes deixa de ser um gênio isolado e rejeitado para se tornar o representante mais influente de uma perspectiva ideológica específica em ascensão no debate político da época. A perspectiva a qual Skinner se referia dizia respeito à teoria da obrigação política, sem dúvida o assunto mais comentado em relação à exegese da obra de Hobbes. “Foi principalmente a sua visão sobre a obrigação política [...] que ocasionou a Hobbes ser tratado entre escritores contemporâneos como uma autoridade”, afirma Skinner, de forma que ele foi debatido tanto por alguns dos teóricos mais tradicionalistas do absolutismo – com quem guardava grande afinidade no que tange as suas visões sobre a “fidelidade” [*allegiance*] – quanto pelos teóricos mais radicais do direito *de facto*, entre os quais o seu tratamento da obrigação política logo se tornou um modelo de referência (SKINNER, 1966c, p. 299).

O grande problema percebido por Skinner era o de que justamente essa aceitação contemporânea de Hobbes como *autoridade* sobre a questão do poder *de facto* passou quase completamente despercebida pelos estudiosos, um fato que se torna ainda mais relevante na medida em que as discussões sobre os pontos de vista de diversos destes teóricos fornecem, para Skinner, a evidência mais inequívoca – ainda que menos comentada – acerca da popularidade sua popularidade na época, bem como da grande relevância ideológica do chamado “hobbismo” no pensamento político da Revolução Inglesa (SKINNER, 1966c, p. 300–301). Skinner reconhece que, apesar dos críticos estarem indubitavelmente corretos em reivindicar uma ligação entre os teóricos *de facto*

25 No original: “The failure to acknowledge this element of popularity has tended to give a misleading impression of the intentions of Hobbes's contemporary critics. They have been treated as attacking a single source of heterodox opinion. It can be shown, however, that they concentrated on Hobbes not because he was seen as the 'singlehanded' opponent of tradition, but rather because he was seen to give the ablest and most influential presentation to a point of view which was itself gaining increasingly in fashionable acceptance and in ideological importance.”

dos anos 1690 e um grupo pioneiro de teóricos “hobbesianos” ou “hobbistas” dos anos 1650, este último grupo tem sido quase completamente ignorado pelos especialistas, ainda que seja da maior importância para estabelecer a reputação contemporânea e a verdadeiro caráter ideológico do pensamento político de Hobbes (SKINNER, 1966c, p. 303).

Skinner argumenta que a dificuldade em estabelecer uma lista de autores simpáticos a Hobbes é difícil também por uma questão de convenções linguísticas do século XVII. Mais especificamente, o debate político na época em que Hobbes viveu tinha como prática convencional a atitude de ser contrário à “citação de autoridades”, particularmente nos temas da política, o que sem dúvida teria contribuído para a impressão de que Hobbes possuiu uma espécie de “notoriedade solitária”. É fato que Hobbes não foi muito citado em sua época, mas o mesmo ocorreu com praticamente todos os escritores políticos: “qualquer reconhecimento veio a soar como uma falta de originalidade, uma reversão escravizante da missão tipicamente medieval para o endosso de qualquer visão” (SKINNER, 1966c, p. 304).

A falta de citações aos trabalhos de Hobbes como autoridade em política na época é difícil de provar, Skinner reconhece, no entanto é claro que na Inglaterra no século XVII existiam diversas opiniões políticas que os autores poderiam concordar, mas que prefeririam não ver impressas ou publicadas. Thomas Pierce, um contemporâneo de Hobbes, afirmou que o autor agiu de forma muito ousada em publicar visões que, embora ele acreditasse como verdadeiras, eram ainda assim “muito perigosas para serem faladas em voz alta”. Isso pode explicar, por exemplo, porque um autor como Sir William Petty jamais citou Hobbes em nenhum de seus trabalhos publicados, ainda que tenha recomendado o autor como a principal autoridade em teoria política nas suas memórias (SKINNER, 1966c, p. 305). Em suma, o fato de que “apenas um pequeno grupo de escritores reconheceu e seguiu declaradamente a autoridade de Hobbes não exclui a possibilidade de uma influência mais ampla” (SKINNER, 1966c, p. 305).

Outro ponto importante ressaltado por Skinner é que Hobbes expressou opiniões que, sob o ponto de vista de outros grupos hobbistas, já eram defendidas anteriormente, de forma que a teoria política de Hobbes não deveria ser vista como absolutamente inovadora, mas como, em certa medida, uma contribuição a uma forma de pensar específica que já vinha se desenvolvendo. Nesse sentido, o principal dentre estes autores hobbistas foi sem dúvida Anthony Ascham, autor de *A Discourse, Wherein in*

Examined, What Is Particularly Lawfull During the Confusions and Revolutions of Government (1648). Skinner passa então para alguns comentários sobre o livro, ressaltando os diversos pontos tipicamente hobbesianos do argumento do autor.

O que a análise de Skinner encontra é que, apesar de tanto a linguagem quanto as pressuposições ao longo do trabalho de Ascham serem de caráter fortemente hobbesiano, a obra e a autoridade de Hobbes jamais são mencionadas, além do fato de que não existem quaisquer evidências de que, previamente à publicação de seu livro, Ascham tenha lido *De Cive*, o único trabalho político publicado por Hobbes até o momento (SKINNER, 1966c, p. 310). No entanto, Ascham elaborou uma segunda edição ao livro no ano seguinte, em 1649, incluindo nove capítulos adicionais, nos quais ele não apenas expandiu e reforçou a sua argumentação inicial, mas agora a justificou por meio da invocação da autoridade de Hobbes no que tocava a teoria da obrigação política por meio de uma consideração acerca das origens do governo civil a partir do estado de natureza. Assim, Ascham deduziu, no típico estilo Hobbesiano, que é obrigação do cidadão obedecer a qualquer poder capaz de lhe oferecer proteção, assumindo que sem tal proteção nenhuma sociedade seria possível (SKINNER, 1966c, p. 310).

Com a publicação de “The ideological context of Hobbes’s political thought”, em suma, Skinner defendeu que essa tentativa de sugerir o contexto ideológico apropriado das doutrinas políticas de Hobbes – mostrando os seus seguidores na época, seu reconhecimento no exterior, e o medo de seus oponentes sobre a sua popularidade – é uma investigação que pode carregar implicações tanto analíticas quanto históricas ao pesquisador de história do pensamento político. Adicionar este pano de fundo histórico é, com efeito, adicionar um novo teste de plausibilidade para qualquer sugestão de interpretação da teoria política de Hobbes. A partir daqui, não poderia mais ser assumido que a questão do que é a sua teoria pode ser considerada como anterior ou independente da questão das suas relações intelectuais e contextuais. Qualquer interpretação deve implicar alguns links entre o ponto de vista de Hobbes e as visões de seus contemporâneos (SKINNER, 1966c, p. 313).

Dito isso, Skinner retoma as críticas de seus artigos iniciais e afirma que a interpretação tradicional segundo a qual Hobbes concebe sua teoria da obrigação política e da lei natural como oriunda do plano divino, como um “comando de Deus”, possui um grande potencial enganoso. Não se trata de dizer que a interpretação é completamente equivocada, no entanto, parece não corroborar com a posição de Hobbes

em seu contexto intelectual, pois se fosse o caso de que sua doutrina política é pautada na religião, seguiria que todo contemporâneo de Hobbes – seguidores, oponentes e simpatizantes – o teriam interpretado de forma igualmente errônea (SKINNER, 1966c, p. 314). Em outras palavras, “se torna claro [...] que aceitar uma interpretação deontológica das visões de Hobbes significa remover qualquer ponto de contato significativo entre Hobbes e o seu próprio meio intelectual” (SKINNER, 1966c, p. 316–317).

Para além do argumento em torno da relevância do contexto intelectual de Hobbes, a intenção de Skinner com “The ideological context of Hobbes political thought” foi enfatizar, em última instância, um elo entre as atividades de historiadores e filósofos. Na medida em que o argumento foi bem-sucedido, a implicação notada pelo autor é de que, onde o contexto ideológico é ignorado, os textos podem ser compreendidos pelos filósofos de maneiras que são historicamente absurdas. Por isso, o objetivo final de Skinner foi o de mostrar que a tarefa do historiador em compreender os contextos relevantes não é desconectada da tarefa do filósofo de interpretar textos. “Cabe ainda ao historiador apontar que mesmo a interpretação mais plausível do filósofo pode ser testada, e pode mesmo ser abandonada, sob a luz da evidência histórica” (SKINNER, 1966c, p. 317).

Após este artigo, Skinner realizou uma pausa de quase três anos, retomando as publicações em 1969 primeiro com “Meaning and understanding in the history of ideas”, e logo em seguida com mais um artigo dedicado ao contexto intelectual de Hobbes, “Thomas Hobbes and the nature of the Early Royal Society”, um texto que certamente acabou sendo ofuscado pela grande atenção que se voltou ao primeiro artigo, mas que dá continuidade ao projeto de revisão da interpretação do pensador inglês. O artigo levanta a questão do porquê Hobbes não foi convidado a se tornar membro da *Early Royal Society*, afirmando que as respostas para este fato podem vir a clarificar entendimentos equivocados sobre o próprio caráter da instituição em seus anos iniciais.

Diferentemente de textos anteriores, onde vimos Skinner se utilizando da estratégia narrativa de estabelecer uma interpretação consensual de Hobbes para então refutá-la, em “Thomas Hobbes and the nature of the Early Royal Society” o autor parte para uma abordagem oposta, sustentando justamente uma interpretação consensual acerca da exclusão de Hobbes da Sociedade Real, a qual afirmava que o fato de o pensador ter antagonizado pessoalmente e profissionalmente com dois dos fundadores mais influentes da instituição, que persuadiram o restante dos membros a não ter de

lidar com a personalidade de Hobbes mesmo sabendo que o autor se encaixaria na instituição. A razão de Skinner em reafirmar uma interpretação consensual se justifica, todavia, pela crença de que esta pode ser utilizada como ponto de partida para uma reconsideração de algumas teorias recentes acerca do conceito e da criação da própria Sociedade Real. Nesse sentido, Skinner menciona que as duas teorias predominantes acerca da natureza da Sociedade ambas envolviam o pressuposto de que Hobbes foi excluído não porque os membros não desejassem a sua presença, mas porque a própria natureza da Sociedade era tal que Hobbes por princípio jamais poderia ser concebido como membro (SKINNER, 1969b, p. 223). Sendo assim, enquanto as duas teorias predominantes acerca da natureza da Sociedade Real estavam indo contra a interpretação consensual sobre a exclusão de Hobbes, o objetivo de Skinner é mostrar que existem razões para considerá-la verdadeira.

O primeiro pressuposto questionado por Skinner é o de que a Sociedade era essencialmente um espaço no qual a ortodoxia religiosa e puritana era não apenas socialmente relevante, mas um elemento de importância significativa para a imagem que os membros tinham de si mesmos e para a motivação de seus trabalhos intelectuais. A ideia de que a exclusão de Hobbes da Sociedade seria decorrente da heterodoxia de suas obras, em particular do polêmico *Leviatã*, cresceu como um consenso entre os estudiosos, no entanto, ainda que Skinner não questione a plausibilidade da ideia, questiona sim o seu fundamento, afirmando que existem muitas evidências apontando para o fato de que a Sociedade Real não se enxergava desta forma. Em suma, quanto a este primeiro pressuposto, Skinner argumenta que, apesar da exclusão de Hobbes da Sociedade ser frequentemente citada como evidência acerca dos comprometimentos religiosos desta, esta explicação parece estar equivocada (SKINNER, 1969b, p. 227).

O segundo pressuposto questionado por Skinner é o de que Hobbes foi excluído, e de fato nunca poderia esperar ser legitimamente incluído, porque ele não era propriamente um cientista. Segundo Skinner, a ideia de que a Sociedade excluiria Hobbes por um motivo destes se equivoca tanto no que diz respeito ao lugar de Hobbes no movimento científico do século XVII, quanto em relação ao grupo sobre o qual a Sociedade estava realmente antagonizando: os intelectuais conservadores, defensores do *old learning*, como Casaubon, que denunciava tanto Hobbes quanto a Sociedade em função das implicações religiosas de suas pesquisas científicas (SKINNER, 1969b, p. 230–231).

Além disso, outra versão equivocada da interpretação da exclusão de Hobbes da Sociedade por motivos profissionais é aquela oferecida pelos historiadores como Louis Bredvold e Leslie Stephen, que explicavam a exclusão pelo fato de Hobbes ser um cientista incompetente. Aqui, vale dizer que Skinner não nega a plausibilidade de desconsiderar Hobbes enquanto um cientista profissional. A questão é que isso não poderia ser o motivo da sua exclusão, na medida em que a própria Sociedade não se via como um corpo exclusivo de cientistas profissionais que deixariam de incluir um membro da estatura de Hobbes por isso (SKINNER, 1969b, p. 233). Nesse sentido, Skinner cita diversos outros cientistas que, por um motivo ou outro, não se tornaram membros da Sociedade, o que encaminha o autor para o argumento de que, se não há uma explicação geral a ser dada para a exclusão de tantos cientistas profissionais proeminentes, então a única conclusão possível é a de que a noção da Sociedade Real como um corpo científico autoconsciente deve ser um anacronismo (SKINNER, 1969b, p. 238).

Com isso, Skinner encaminha seu artigo para uma conclusão mais geral acerca da natureza da Sociedade Real em seus anos iniciais, uma conclusão que, nas palavras do autor, “pode servir para sugerir uma reflexão final e mais positiva tanto sobre as relações de Hobbes com os membros da Sociedade, quanto sobre a natureza da Sociedade que eles criaram” (SKINNER, 1969b, p. 238). Por um lado, o fato de que um número considerável de cientistas proeminentes nunca foi incluído sugere ser pouco provável que a Sociedade estivesse “operando algo como uma política ‘científica’ autoconsciente”. Por outro lado, independentemente da exclusão deliberada de Hobbes ter sido motivada por questões profissionais ou religiosas, percebe-se que “os sentimentos pessoais puderam exercer uma influência considerável”. Assim, Skinner conclui que estes dois fatores, por fim, sugerem uma terceira via para a interpretação da natureza dos primórdios da Sociedade: “não uma academia puritana, e não um centro para a pesquisa científica, mas algo mais parecido com um clube de *gentlemen’s*” (SKINNER, 1969b, p. 238).

Após a publicação de “Thomas Hobbes and the nature of the Early Royal Society” e “Meaning and understanding in the history of ideas” em 1969, Skinner realizou novamente uma pausa de pouco mais de dois anos até a publicação do último texto que consideraremos aqui neste grupo de escritos inaugurais sobre o pensamento político de Hobbes. Publicado como um capítulo para a coletânea *The Interregnum* (1972), editada por G. E. Aylmer como para da série *Problems in Focus*, o texto

“Conquest and Consent: Thomas Hobbes and the Engagement Controversy” dá o fechamento para a interpretação inicial de Skinner sobre Hobbes a partir de uma avaliação da contribuição dos *Engagers* – que Skinner prefere chamar de “teóricos *de facto*”, como vimos – em particular porque o contexto de geração da teoria da obrigação política propagada por este grupo pode apontar para o contexto no qual os principais objetivos e características da filosofia política de Hobbes podem ser melhor compreendidos (SKINNER, 1972b, p. 80).

Skinner mostra que a Revolução Inglesa foi um evento crítico pelo fato de que instaurou um poder que enfrentaria grandes dificuldades para se legitimar. Apesar da justificação de que a execução do rei Charles I ocorreu para remover um líder tirano e reclamar aos cidadãos o direito de colocar limites sobre o poder dos governantes – como fez John Milton em seu tratado *The Tenure of Kings and Magistrates* –, este era um argumento que com muita dificuldade convenceria os Monarquistas e os Presbiterianos a aderirem à causa, os primeiros porque defendiam a origem divina do poder político, e os últimos por terem oficialmente jurado (por meio do *Solemn League and covenant*) proteger a vida do rei, e é justamente aí que entram os *Engagers*. A principal reivindicação destes teóricos da obrigação política era a de que seria possível obedecer aos poderes ordenados por Deus mesmo no caso de um novo poder instaurado por meio de usurpação (SKINNER, 1972b, p. 79–80). Dito isso, o argumento central levantado por Skinner é o de que um dos principais objetivos de Hobbes com a publicação do *Leviatã* foi o de contribuir precisamente para este debate sobre os direitos do poder *de facto* neste estágio da Revolução Inglesa (SKINNER, 1972b, p. 81).

Coube a Francis Rous elaborar o argumento que apelasse tanto aos Monarquistas quanto aos Presbiterianos: devemos obedecer a qualquer poder que está na posição de comandar a nossa obediência, pois, de acordo com a *Epístola aos Romanos* de São Paulo, aprendemos que a excelência no poder é uma evidência da vontade e da providência divinas (SKINNER, 1972b, p. 83). O argumento de Rous foi imediatamente combatido por suas fraquezas. Primeiro, afirmaram que Rous havia mal interpretado as injunções paulinas, confundindo a autoridade de uma instituição política com o poder exercido pela pessoa presente na instituição. Em seguida, sustentaram que a razão pela qual São Paulo intencionou fazer a distinção entre poder e autoridade foi a de que, sem tal distinção, não haveria nenhuma resistência justificável, por exemplo, contra um governo tirânico (SKINNER, 1972b, p. 84). Em pouco tempo, o fato é que o argumento

de Rous se viu profundamente arrasado pelas críticas que imediatamente recebeu (SKINNER, 1972b, p. 85).

Após as críticas a Rous, surgiu então a necessidade de um novo argumento no qual a ênfase se afastaria da questão da providência divina, criando assim uma defesa menos vulnerável para defender a obediência dos poderes políticos *de facto*, e o primeiro autor a levar adiante esta nova defesa foi, novamente, Anthony Ascham (SKINNER, 1972b, p. 87). Após Ascham, diversos *Engagers* elaboraram defesas que seguiam os seus princípios. Deslocando a ênfase da questão da origem divina do poder instaurado, estes autores convergiam sobre o ponto de que a função essencial do poder político é oferecer paz e segurança à sociedade civil, que em troca lhe presta obediência, e os *Engagers* concordavam na crença de que a ordem instaurada após a Revolução era plenamente capaz de oferecer os atributos requeridos para a submissão política (SKINNER, 1972b, p. 93).

No entanto, para Skinner, apenas um autor que contribuiu para a discussão dos direitos dos poderes *de facto* conseguiu eliminar todas as referências à providência divina e elaborar uma teoria da obrigação política inteiramente pautada em uma explanação sobre a natureza política do ser humano: Thomas Hobbes (SKINNER, 1972b, p. 94). Isso não significava dizer, é claro, que Hobbes teria influenciado os demais teóricos *de facto*, pois estes publicaram a maior parte de seus trabalhos antes mesmo que tivessem a possibilidade de ler qualquer obra de Hobbes. É notável, portanto, que estes teóricos tenham entrado em contato com os escritos de Hobbes após terem publicado pontos de vista marcadamente similares (SKINNER, 1972b, p. 94). De qualquer forma, o argumento de Skinner afirma que não deveria haver dúvidas de que “todos estes defensores dos poderes *de facto* estavam corretos em ver no *De Corpore Politico* e no *Leviatã* uma teoria da obrigação política que corroborava com as suas próprias conclusões”, isso porque Hobbes endossa todas as reivindicações mais características dos teóricos *de facto*: ele concorda não só que a conquista dá direito válido à aliança política, mas igualmente que um cidadão é liberto de qualquer voto ou juramento de obrigação quando ele é conquistado por um novo poder (SKINNER, 1972b, p. 95).

Sendo assim, Skinner afirma que as doutrinas e os principais trabalhos políticos de Hobbes podem ser vistos como uma contribuição algo tardia, ainda que uma defesa “altamente importante do ‘*engagement*’”, e mesmo que não esteja claro em que medida essa conclusão oferece um reflexo acurado das *intenções* de Hobbes ao escrever estes

trabalhos, “não pode haver dúvidas de que oferece” (SKINNER, 1972b, p. 96). Em suma, “Conquest and Consent” conclui, em primeiro lugar e reforçando conclusões anteriores, que seria um erro supor – como Skinner acusa os comentadores de Hobbes de terem suposto – que a teoria de Hobbes foi um fenômeno peculiar no mundo político de seu tempo. Em segundo lugar, Skinner finaliza sua crítica afirmando que qualquer historiador está fadado a compreender Hobbes equivocadamente se tentar explicar o seu status especial como escritor político apenas por meio das suas doutrinas (SKINNER, 1972b, p. 97).

4.2. Teoria e prática no período formativo de Skinner

No primeiro capítulo desta tese, quando abordamos as “fundações do contextualismo linguístico de Skinner”, pudemos observar algumas características centrais do período de gestação da perspectiva metodológica do autor. “The limits of historical explanations” (1966), apesar de não ser um texto que abordasse especificamente o campo de estudos da história do pensamento político, anunciou que a sua preocupação central estava no procedimento pelo qual os historiadores e filósofos elaboram suas explicações. E “Meaning and understanding in the history of ideas” sintetizou os insights metodológicos de inspiração laslettiana desenvolvidos nos textos sobre Hobbes que acabamos de analisar, no entanto com um adicional importante: a referência explícita a Austin e seu arcabouço conceitual oriundo da teoria dos atos de fala, que viria a ser o elemento distintivo das suas publicações metodológicas na década de 1970, como vimos.

Podemos então perguntar: os primeiros artigos de Skinner sobre Hobbes refletem suas concepções metodológicas da década de 1960? Na verdade, considerando este período de juventude do autor, o que se percebe é que ele não seguiu o caminho da reflexão metodológica em direção à aplicação na pesquisa, senão o exato oposto: a imersão de Skinner na historiografia da obra de Hobbes no decorrer de sua formação, associada aos conselhos mais gerais obtidos com Peter Laslett, forneceram alguns dos principais insights metodológicos que viriam a se desenvolver até a publicação de “Meaning and understanding” em 1969. Todavia, cabe lembrar que este último artigo demonstrou uma profundidade teórica muito maior – perceptível imediatamente nas menções a Collingwood e Austin – do que se pode perceber a partir da leitura dos artigos sobre Hobbes, o que sugere uma complexidade maior no entendimento do desenvolvimento das ideias metodológicas de Skinner.

Desta forma, se nos perguntarmos pela relação entre teoria e prática na obra de Skinner durante esta época, parece incorreto, inicialmente, falar em consistência ou inconsistência entre os artigos inaugurais de Hobbes e os dois textos metodológicos supracitados, não apenas porque os estudos sobre Hobbes iniciaram primeiro, mas principalmente pelo fato de que Skinner ainda não possuía um projeto intelectual bem definido com a intenção de pôr em prática uma metodologia. É preciso lembrar que, durante este período, Skinner era um estudante recém-formado sem qualquer experiência de pesquisa que, pela conjuntura da época, se viu precocemente na condição de professor e, a partir daí, começou a escrever seus primeiros trabalhos relevantes. Os textos abordados neste capítulo revelam, portanto, o período formativo do Skinner historiador, uma fase que, seguindo o nosso recorte, podemos dizer que finaliza em 1969.

Do ponto de vista prático, se olharmos mais especificamente para os artigos de Skinner sobre Hobbes aqui abordados, contata-se na argumentação do autor uma clara inspiração em Peter Laslett. Por exemplo, a quem lê um texto como “Market Society and Political Theory”, publicado por Laslett em 1964 e já mencionado por Skinner em “Hobbes’s Leviathan” poucos meses depois, ficam evidentes algumas referências laslettianas em Skinner. Isto é, o texto de Laslett, que é uma resenha ao livro *The Political Theory of Possessive Individualism, Hobbes to Locke* de C. B. Macpherson (1962), apresenta não apenas o tom fortemente crítico – e por vezes irônico ou provocativo – que acabaria sendo tão constante no estilo de Skinner, mas o enfoque central da crítica no caráter anti-histórico da análise de Macpherson e dos “perigos de um método” no qual o autor projeta as suas próprias crenças sobre os pensadores do passado em detrimento de um entendimento mais estrutural sobre o contexto da época (LASLETT, 1964, p. 154). Trata-se da mesma abordagem que vemos empregada por Skinner já em sua crítica a Hood, por exemplo, denunciando a ênfase filosófica e textualista do intérprete de Hobbes e reafirmando a máxima laslettiana de que a validação de uma determinada interpretação depende, por princípio, da demonstração de que o quadro social da época estava disposto de maneira tal que pudesse determinar as premissas de Hobbes da forma como foram assumidas pelo autor (SKINNER, 1964, p. 323).

Neste momento, como vimos, apesar de Laslett e Skinner terem sido colegas professores na Universidade de Cambridge, Laslett já possuía cinquenta anos e quase duas décadas de docência, enquanto Skinner possuía metade da idade e estava

começando a publicar os seus primeiros trabalhos. Assim, compreende-se a referência a Laslett que fica ainda mais explícita a partir daqueles artigos que aqui chamamos de “contextuais” de Skinner sobre Hobbes, mais particularmente “History and Ideology in the English Revolution” e “The ideological context of Hobbes’s political thought”. O primeiro desses artigos, por exemplo, possui no próprio título uma nota de rodapé na qual Skinner reporta que “a forma final deste texto deve muito à discussão com o Sr. Peter Laslett, do Trinity College, Cambridge, a quem estou muito grato tanto pelo encorajamento geral como pelo conselho acadêmico” (SKINNER, 1965b, p. 151). Com um tal depoimento, fica claro que a relevância de Laslett se deu não apenas no âmbito das reflexões teórico-metodológicas, mas igualmente no papel de orientador, disposto ao encorajamento e aconselhamento durante este período formativo de Skinner.

Todavia, quando falamos da importância de Laslett para o jovem Skinner, não devemos esquecer que, antes da sua tomada de decisão em “fazer com Hobbes” o que ele havia “feito com Locke”, ou da sua declaração de que “o que se faz necessário é mais história e menos filosofia” na história do pensamento político, Skinner estava interessado justamente nos debates e autores da filosofia, como Bertrand Russell, Wittgenstein, Austin etc. (MILLUM; SKINNER, 2008). E o que os artigos metodológicos da década de 1960 mostram é que Skinner não levou adiante a sugestão provavelmente equivocada de fazer menos filosofia e mais história, mas optou pelo esforço de colocar em diálogo as suas principais referências, mesmo que aparentassem contraditórias ao primeiro olhar. Após esta fase inicial por assim dizer mais laslettiana de Skinner na qual o intuito geral de seus trabalhos foi intervir na bibliografia especializada sobre Hobbes com um apelo ao contexto intelectual e ideológico no qual o pensador inglês estava inserido, vimos que da década de 1970 em diante Skinner adota uma abordagem filosófica mais acentuada, desviando sua atenção da tradicional e disputada interpretação da obra de Hobbes em direção à mais ou menos recente teoria dos atos de fala, que vinha ganhando cada vez mais espaço no âmbito da Pragmática, especialmente após os trabalhos de John Searle, que deu continuidade à reação – iniciada pelo segundo Wittgenstein e, logo em seguida, por Austin – contra o logicismo excessivo da filosofia da linguagem (SEARLE, 2012, p. 18).

Em suma, o que a comparação entre os textos de Skinner sobre Hobbes e os artigos metodológicos da década de 1960 mostra é que a abordagem do autor seguiu um movimento iniciado na perspectiva laslettiana e terminou na perspectiva austiniana e collingwoodiana. Ainda que Laslett tenha sido uma referência inicial importante, o

derradeiro afastamento veio mais provavelmente em função de incompatibilidades teóricas entre os autores. Skinner, ainda que tenha considerado a introdução de Laslett aos *Dois Tratados sobre o Governo* como um dos trabalhos mais impressionantes lidos durante os seus anos de graduando, confessou que após a leitura de *The World We Have Lost*, sentiu que Laslett estava “tomando o caminho errado”, lançando mão de uma abordagem estruturalista inspirada pela sociologia de Karl Mannheim (FURUTA, 2021, p. 145–147). Além disso, as diversas entrevistas dadas por Skinner nos últimos vinte anos revelam que, olhando de forma retrospectiva, o autor raramente menciona Laslett como uma referência central durante os anos iniciais da sua carreira. Assim, por exemplo, Skinner afirmou em entrevista a Koikkalainen e Syrjämäki em 2002 que, quando começou as suas pesquisas, “Collingwood foi, penso eu, a influência mais imediata e poderosa na direção do meu trabalho” (WHATMORE, 2016, p. 98).

Ao final da década, a influência de Collingwood já se percebia clara em “Meaning and understanding”, quando Skinner afirma que tomou diretamente do idealista inglês duas injunções metodológicas que, nas suas palavras, “juntas informaram muito da minha crítica à história da filosofia como era praticada” (KOIKKALAINEN; SKINNER; SYRJÄMÄKI, 2002, p. 45). A primeira dessas injunções foi a rejeição explícita de Collingwood sobre a ideia de que a história do pensamento – e não apenas do *pensamento político* – representava um estudo de diferentes respostas para as mesmas perguntas, como poderíamos esperar em uma história das ideias ao estilo de Lovejoy, por exemplo. Para Collingwood, como argumentou em sua *Autobiografia*, o estudo da história do pensamento mostra que tanto as perguntas quanto as respostas estão em contínua transformação, e esta foi uma ideia que Skinner considera ter lhe influenciado profundamente. Ligada a esta primeira injunção está a segunda, que é a sugestão collingwoodiana de que o historiador deve estudar o passado a partir da lógica da pergunta e resposta, isto é, interpretar um texto ou ação como uma tentativa de resolver um problema, ou melhor, de recuperar os problemas para os quais os textos ou ações servem como respostas (KOIKKALAINEN; SKINNER; SYRJÄMÄKI, 2002, p. 45–46).

A visão retrospectiva de Skinner sobre a importância das diferentes referências filosóficas com as quais entrou em contato durante estes anos iniciais ainda garante um espaço para os autores da filosofia analítica, que se mostram ainda mais relevantes que Collingwood ao longo das publicações metodológicas. Todavia, é curioso que Skinner normalmente prefira se referir a Wittgenstein do que a Austin quando remonta a este

período. Relembrando sua época de estudante, o autor comenta que, assim como muitos jovens da sua geração em Cambridge, se sentia fortemente atraído pela figura de Wittgenstein, que era a sua maior representação de um gênio filosófico. No entanto, a lembrança vem sempre com o adendo de que se tratava do Wittgenstein das *Investigações Filosóficas*, livro que Skinner comprou logo após a sua publicação em 1958 e ainda guarda até hoje. A verdade é que, no decorrer dos artigos metodológicos da década de 1970, desenvolver a teoria dos atos de fala foi o foco central do trabalho de Skinner e, portanto, usar o arcabouço conceitual de Austin se mostrou indispensável. Todavia, no longo prazo – e considerando o contexto de esgotamento do debate após as diversas críticas e réplicas por parte de Skinner –, percebe-se que a referência mais geral ao princípio wittgensteiniano de que devemos nos perguntar não apenas pelos significados das palavras, mas pela forma particular como são utilizadas em um determinado jogo de linguagem, foi o que realmente se manteve em Skinner (KOIKKALAINEN; SKINNER; SYRJÄMÄKI, 2002, p. 46).

Constatamos assim o movimento da primeira fase de Skinner em direção a uma abordagem híbrida que demonstrava um apelo tanto histórico quanto filosófico, alegando não apenas a relevância do contexto histórico na interpretação da história do pensamento político, mas a possibilidade de buscar na filosofia da linguagem a metodologia adequada para a disciplina, e foi exatamente isso o que Skinner fez com “Meaning and understanding”, artigo que demarca a transição para a segunda fase. Este artigo se provou especialmente influente, não apenas porque Skinner foi singularmente assertivo e confiante em seu discurso, mas por ter articulado da forma mais acessível o argumento de que um novo método era necessário para pôr um fim ao trabalho aparentemente absurdo realizado nas décadas anteriores (WHATMORE, 2016, p. 99). No próximo capítulo, passaremos para a análise do livro que, dentro da bibliografia sobre Hobbes, melhor representa a segunda fase intelectual de Skinner: *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*, publicado em 1996. Se até aqui a nossa comparação entre teoria e prática colocou em diálogo uma série de artigos publicados por Skinner ao longo de sua primeira década em Cambridge, *Razão e Retórica* é um livro denso proveniente de uma fase mais madura do autor, e uma representação algo tardia de uma pesquisa embasada nas ideias metodológicas que se desenvolveram do início da década de 1970 até o final da década de 1980.

5. RAZÃO E RETÓRICA NA FILOSOFIA DE HOBBS

Durante o período que compreende as décadas de 1960 e 1970, quando Skinner publicou a maior parte dos textos que abordamos até aqui, é possível notar algumas características gerais sobre o lugar dos estudos sobre o pensamento político na academia britânica, sobretudo em Cambridge. A abordagem contextualista que ali surgia, centrada em pioneiros como Peter Laslett e John Dunn, estava focada inicialmente na obra de John Locke, ao passo que a obra de Hobbes permanecia no âmbito dos filósofos e dos cientistas políticos que não necessariamente acompanhavam ou mesmo simpatizavam com as paulatinas críticas advindas dos historiadores. Antes de Skinner, os escritos de Hobbes não recebiam um tratamento de tipo contextual ou histórico desde, ao menos, as contribuições de Ferdinand Tönnies nas décadas finais do século XIX (COLLINS, 2009, p. 343).

Por este motivo, Skinner viu em Hobbes a oportunidade perfeita para retornar com novos olhos às fontes primárias e realizar uma revisão sistemática da bibliografia existente, algo que certamente animou os jovens estudiosos que adentravam o campo de estudos, mas que igualmente despertou o incômodo de diversos pesquisadores já estabelecidos na área. Proeminentes teóricos políticos britânicos tais como Bhikhu Parekh e Robert Berki, por exemplo, dirigiram suas queixas diretamente a Skinner, afirmando que os conceitos políticos mobilizados por Hobbes não deveriam ser confinados ao contexto do século XVII, visto que se tratava de um filósofo que desejava situar a sua teoria no contexto mais amplo da história universal (PAREKH; BERKI, 1973, p. 171). Seja como for, fato é que Skinner se tornou, se não o mais relevante, sem dúvida o mais conhecido intérprete de Hobbes no meio acadêmico internacional, tendo seus artigos de juventude inaugurado o que alguns consideram hoje o estudo acadêmico moderno sobre o filósofo inglês, assim como colocado a figura de Hobbes no epicentro dos projetos de pesquisa da Escola de Cambridge (COLLINS, 2009, p. 344).

Um ponto interessante é que, se olharmos para o conjunto das publicações de Skinner ao longo das décadas, chama atenção a prolongada pausa que o autor estabeleceu em seus estudos sobre Hobbes. Como vimos, os textos pioneiros sobre o contexto intelectual do pensador inglês se estenderam até o início da década de 1970, por volta da época em que Skinner passou a se dedicar à escrita de seu mais conhecido livro, *As fundações do pensamento político moderno*, publicado em 1978. Uma das possíveis explicações para essa prolongada pausa, ao que parece, pode ser encontrada nos próprios resultados alcançados pelo autor com a pesquisa. *As fundações do*

pensamento político moderno foi publicado em dois volumes dedicados ao pensamento político do Renascimento e da Reforma Protestante, respectivamente. A pesquisa que resultou no livro marcou um verdadeiro ponto de inflexão na carreira de Skinner, que a partir daí passou a dedicar as suas atenções quase exclusivamente à cultura intelectual humanista. Assim, ao longo da década de 1980, as publicações de Skinner se concentraram em Maquiavel e no republicanismo, em linha com outros trabalhos que vinham sendo desenvolvidos no campo da história do pensamento político, em particular o célebre *The Machiavellian Moment* de Pocock, que havia sido publicado já em 1975 (COLLINS, 2009, p. 344-345).

Com isso, podemos dizer que Skinner realizou uma guinada humanista em seus estudos a partir de meados da década de 1970, abandonando provisoriamente as pesquisas sobre o contexto intelectual de Hobbes durante toda a década de 1980. Foi apenas nos anos 1990 que Skinner se viu capaz de confluir estes dois campos de estudo em sua prática acadêmica, e *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*, publicado em 1996, marca a realização deste encontro. A conjunção entre Hobbes e o republicanismo humanista produziu uma nova contextualização da vida e obra do pensador inglês, enfocando a sua participação nos debates renascentistas em torno das implicações políticas e filosóficas da retórica. Como bem notou Jeffrey Collins, ao sustentar que Hobbes teve uma relação conflituosa com a arte da retórica, como veremos logo adiante, Skinner o apresentou de forma análoga à apresentação de Maquiavel em *As fundações*, isto é, como “um pensador movido pelas categorias intelectuais e pelas disputas do humanismo” (COLLINS, 2009, p. 345).

Vale dizer, todavia, que o estudo da retórica na obra de Hobbes já vinha se desenvolvendo nos anos anteriores à publicação do livro de Skinner, a exemplo dos livros *The Rhetoric of Leviathan*, publicado por David Johnston em 1986, e *Rhetoric of the Human Sciences*, publicado por John S. Nelson em 1990. Mesmo assim, o autor buscou ressaltar suas diferenças com o conceito de retórica utilizado nesses estudos, afirmando, por exemplo, que quando Johnston falava retórica de Hobbes, ele se refere às estratégias literárias utilizadas pelo pensador inglês a fim de indagar que ato político específico Hobbes teria praticado no *Leviatã*, enquanto, “em contraste, quando falo [Skinner] da retórica hobbesiana do *Leviatã*, emprego essa palavra da maneira como o próprio Hobbes a entenderia, segundo creio” (SKINNER, 1997, p. 21). Skinner optou pelo caminho contrário ao da visão prevalecente sobre a filosofia de Hobbes no meio anglófono, opondo-se à interpretação usual popularizada por Leo Strauss em *A filosofia*

política de Hobbes (1936) – segundo a qual Hobbes teria, em um dado momento da sua vida, “se voltado inteiramente para a concepção de uma ciência da política que pudesse aspirar ao mesmo grau de certeza das outras ciências nascentes” (BIGNOTTO, 1999) –, se alinhando com alguns acadêmicos continentais que consideravam Hobbes o autor de uma filosofia da virtude (BOROT, 1996, p. 124). Skinner se encontrou com esses acadêmicos em maio de 1996, em Amsterdã, realizando um debate que resultou no fortalecimento da referida interpretação do pensador inglês, em grande medida graças às trocas intelectuais entre Skinner e o filósofo francês Yves Charles Zarka, que no ano anterior havia publicado seu livro *Hobbes et la pensée politique moderne* (1995).

No mesmo ano deste que ficou conhecido como o “debate de Amsterdã” (SKINNER, 2001a), Skinner publicou *Razão e retórica* com o intuito de analisar aquilo que considerava ser o cerne da filosofia civil de Hobbes, para usar as palavras do autor, a aspiração de “transformar o estudo da teoria moral e política numa disciplina científica” (SKINNER, 1997, p. 17). A análise sobre o conceito hobbesiano de ciência civil já era, na década de 1990, uma questão largamente estudada pelos especialistas, no entanto, Skinner buscou abrir novas possibilidades no campo de estudos, particularmente ao atentar para a importância da cultura clássica no desenvolvimento intelectual de Hobbes, assunto que lhe encaminhou para o tema da retórica.

No livro, Skinner adotou uma perspectiva mais ampla sobre a noção de contexto intelectual, se comparado aos escritos de juventude. Nestes primeiros estudos, como vimos no capítulo anterior, Skinner buscou avaliar o significado da obra de Hobbes recorrendo ao contexto das disputas políticas na Inglaterra de meados do século XVII, bem como as relações intelectuais estabelecidas por Hobbes nas comunidades científicas, particularmente o Círculo de Mersenne. No presente livro, todavia, Skinner arriscou uma ampliação do contexto intelectual para uma história dos discursos relacionados à retórica entre a Antiguidade e o Renascimento, reconstruindo a cultura retórica humanista na Europa com o intuito de extrair a sua variante inglesa, decorrente da anglicização da retórica humanista na Era Tudor (BOROT, 1996, p. 124). Skinner parece ter seguido a sugestão de Jonathan Wiener que, já em 1974, havia afirmado que, apesar de serem importantes as contribuições do autor, a sua noção de contexto histórico deveria ser ampliada de forma a extrapolar o foco nas intenções de Hobbes rumo a uma consideração acerca das origens da filosofia de Hobbes anteriormente à Guerra Civil Inglesa (WIENER, 1974, p. 258). *Razão e retórica* certamente promove essa ampliação, ainda que o principal elemento pelo qual Skinner tenha buscado justificar, nesta obra, o

caráter inovador da sua abordagem sobre a filosofia civil de Hobbes tenha sido a sua orientação metodológica característica.

Mesmo que seja correto afirmar, como fez Donald J. Herzog (1997, p. 893), que é preciso ter cuidado ao ceder à tentação de tomar o retorno de Skinner a Hobbes na década de 1990 como uma tentativa de demonstração mais precisa do seu contextualismo linguístico, é igualmente notável que Skinner utilize o tradicional arcabouço conceitual desenvolvido ao longo dos artigos metodológicos como forma de explicar a proposta do livro ao longo da introdução. Nas palavras do próprio autor, sua meta com este trabalho era “situar a teoria e a prática hobbesianas da ciência civil no contexto intelectual em que ela foi formada”, de tal forma que a sua argumentação exemplificaria “uma abordagem particular do estudo e interpretação dos textos históricos”, uma abordagem que “consiste em tentar situar esses textos em contextos que nos permitam, por sua vez, identificar o que seus autores estavam *fazendo* ao escrevê-los” (SKINNER, 1997, p. 22).

Ademais, trata-se de um consenso entre os estudiosos que o próprio Skinner identifica uma forte correlação entre seus escritos metodológicos e historiográficos, sendo estes intencionados como exemplificações daqueles (GOODHART, 2000, p. 532). *Razão e retórica*, nesse sentido, é um livro que não foge à regra: representa não apenas um estudo sobre Hobbes e a retórica, mas uma defesa teórico-metodológica (NAPPI, 2011, p. 157). Como o próprio Skinner deixa claro na introdução ao livro, reconhecendo sua prolongada pausa nos estudos sobre Hobbes: “minha meta neste livro é tentar, talvez com algum atraso, praticar aquilo que prego” (SKINNER, 1997, p. 29).

Sendo assim, neste capítulo abordaremos, em primeiro lugar, o argumento geral desenvolvido por Skinner ao longo das duas partes do livro em conjunto com algumas das estratégias utilizadas pelo autor para executar a sua narrativa. Em seguida, seguindo a proposta da tese de avaliar a correlação entre teoria e prática nos estudos de Skinner sobre Hobbes, avaliaremos a relação entre a metodologia declarada de Skinner e a execução de seu argumento no decorrer do livro.

5.1. O argumento do livro e sua execução

Razão e retórica na filosofia de Hobbes foi descrito, na época de sua publicação, como um livro “ansiosamente aguardado por historiadores, cientistas políticos e historiadores da filosofia” (BOROT, 1996, p. 124), um livro que tinha por objetivo “estabelecer um esquema ambicioso para explicar a tradição retórica dos séculos XVI e

XVII e apresentar uma nova compreensão da filosofia de Hobbes” (VAUGHAN, 1997, p. 35) e, exatamente por isso, uma das “mais instigantes leituras de Hobbes produzidas nos últimos anos” (BIGNOTTO, 1999). Dividido em duas partes, cada qual contendo mais de duzentas páginas, o livro primeiro se dedicou a um minucioso estudo sobre a influência da tradição retórica clássica na Inglaterra renascentista, particularmente no período entre meados dos séculos XVI e XVII, encaminhando-se, na segunda parte, para uma nova leitura acerca das relações entre o pensamento retórico e a ideia de uma ciência civil no conjunto da obra de Hobbes.

Um primeiro aspecto notável é que, apesar do título indicar que o foco do livro será uma análise da filosofia de Hobbes, o pensador inglês sequer é mencionado – com poucas exceções – no decorrer de toda a primeira parte. Skinner inicia com uma exposição do currículo humanista e sua importância na escolarização inglesa do século XVI, utilizando para isso uma série de fontes primárias publicadas na época, tais como a tradução para o inglês do *De tradendis disciplinis* de Juan Luis Vives (1531), os originais *The scholemaster* de Roger Ascham (1570), *A Booke called the Foundation of Rhetorike* de Richard Rainolde (1564) e *The education of children in learning* de William Kempe (1588), bem como pesquisas contemporâneas sobre o humanismo inglês, a exemplo de *English humanists and Reformation Politics*, de J. K. McConica (1965).

Com base nesse conjunto de trabalhos, Skinner foi capaz de apontar algumas características próprias do contexto educacional inglês no final do século XVI, período que compreende a infância de Hobbes. Destacou-se o fato de que os teóricos educacionais ingleses do Renascimento estavam há décadas buscando reviver o currículo romano baseado nos *studia humanitatis*, o qual priorizava o estudo da retórica, gramática, poesia, história e filosofia moral, além do tradicional estudo do direito consuetudinário inglês. Neste processo, sobressaíram-se algumas obras como fundamentais para o desenvolvimento do currículo, além daquelas já mencionadas, em especial *The Book named the Governor*, de Thomas Elyot (1531).

Ao final do século XVI, o resgate do humanismo pelos educadores ingleses estava consolidado, um processo que, do ponto de vista prático, ocasionou no currículo das escolas um enfoque central nos *studia liberalia* ou *studia humanitatis*, que compreendia essencialmente o domínio da poesia, história, filosofia moral e retórica. Foi neste contexto que Hobbes deu início a sua fase escolar, em meados da década de 1590, passada a fase elementar que ia até os sete anos de idade da criança. Durante este

período, havia o que Skinner chama de um acordo considerável entre os pedagogos ingleses sobre o objetivo apropriado da educação ginásial. Sendo assim, a educação do jovem Hobbes iniciou em um nível mais básico pelo estudo da gramática latina, se encaminhando nos anos mais avançados para o estudo da retórica, no qual se esperava do aluno o exercício pleno da fala e da escrita autorais em latim. Neste momento, algumas das referências principais para o currículo escolar humanista foram o manual *Progymnasmata*, de Aftônio – tido como um dos compêndios mais populares para o ensino da retórica dentro das escolas –, assim como o *Rhetorica ad Herennium*, obra considerada indispensável cuja autoria era incerta, mas tradicionalmente atribuída a Cícero (SKINNER, 1997, p. 54).

No que toca especificamente a Hobbes, o que Skinner faz na primeira parte do livro é essencialmente contextualizar o fato de que o pensador inglês teve sua formação inicial dentro dos moldes do *revival* humanista desenvolvido na Inglaterra da Era Tudor. Neste momento da argumentação, interessa menos ao autor fazer um apanhado biográfico de Hobbes do que oferecer uma compreensão detalhada da forma como os humanistas ingleses estavam teorizando a eloquência. Skinner identifica que, ao final do século XVI, poucas décadas antes do início do período estudantil de Hobbes, iniciou-se um processo que considera ter sido possivelmente “a ocorrência mais importante da história do pensamento retórico inglês”, a saber, o fato de que os retóricos ingleses começaram a escrever os seus tratados e compêndios em língua vernácula, ampliando notavelmente o público que podia ter acesso ao conteúdo produzido (SKINNER, 1997, p. 73). Neste processo, a principal consequência notada por Skinner, repetida em inúmeros exemplos ao longo de toda a primeira parte do livro, foi a larga afinidade dos trabalhos dos humanistas ingleses com os pensadores romanos no que diz respeito ao tratamento da retórica (SKINNER, 1997, p. 76-77).

Em sua pesquisa sobre os currículos escolares do século XVI, Skinner percebeu que a *Retórica* de Aristóteles quase nunca os compunha, demonstrando uma clara predileção pelos retóricos romanos. Em parte, pode-se atribuir esse fenômeno à baixa circulação do livro de Aristóteles na época, algo que só viria a mudar após 1545 com a edição de Jacob Sturm (SKINNER, 1997, p. 56-57). Skinner argumenta que o livro de Aristóteles diferia da abordagem dos romanos a tal ponto que seus argumentos pareciam de difícil assimilação pelos retóricos ingleses. Ainda assim, alguns pensadores fugiram à regra e enfatizaram a importância da *Retórica* de Aristóteles, entre eles John Hoskins, autor das *Instruções sobre a fala e o estilo*, e também Francis Bacon, como pode ser

percebido em seu *Da proficiência e do progresso do saber divino e humano*. No entanto, segue Skinner, foi Hobbes quem proporcionou “o melhor exemplo do retórico secular da época que claramente possuía um conhecimento íntimo da *Retórica* de Aristóteles” (SKINNER, 1997, p. 59).

Se olharmos para o procedimento metodológico de Skinner no decorrer deste primeiro momento da argumentação, na primeira parte do livro, veremos que o autor realizou uma leitura extensa de compêndios educacionais do século XVI, extraíndo dela algumas informações contextuais acerca do currículo escolar inglês na época do período formativo de Hobbes. Dentre essas informações, a mais relevante é aquela que diz respeito ao que os humanistas ingleses estavam fazendo ao escreverem suas obras: ao longo de todo o século XVI, estavam resgatando os *studia humanitatis* e, ainda que não de forma consensual – como o próprio caso de Hobbes demonstra –, estavam demonstrando uma forte predileção pelos teóricos romanos da retórica.

Todavia, é de se notar que, do ponto de vista do método, o caminho utilizado por Skinner para responder à pergunta do que os humanistas ingleses *estavam fazendo* foi o da leitura atenta de um conjunto de obras consideradas representativas o suficiente para demonstrarem um movimento claro dentro do contexto educacional inglês. Não se tratava aqui de estabelecer o conjunto de convenções sociais e linguísticas da época a fim de entender o argumento dos humanistas ingleses como um “lance” capaz de interferir e transformar aquelas convenções, tanto é que Skinner não oferece ao leitor uma avaliação do contexto educacional anterior ao *revival* humanista. Veremos que, não só neste primeiro momento da argumentação, mas ao longo de todo o restante da primeira parte do livro, Skinner emprega uma abordagem essencialmente focada em inferências baseadas em uma leitura atenta de um conjunto de textos para reforçar o seu argumento acerca do contexto intelectual.

Dito isso, Skinner aborda em todo o restante da primeira parte do livro os entendimentos da retórica de forma comparativa entre os humanistas ingleses, dentre eles Thomas Elyot, Thomas Wilson, Roger Ascham, Thomas Smith, John Checke e Henry Peacham, e os retóricos romanos, mais especificamente Cícero e Quintiliano. A partir do segundo capítulo do livro, intitulado “A política de eloquência”, Skinner discorre sobre a importância da noção romana do *vir civilis* – o engajamento nas atividades da vida pública (*negotium*) em oposição à atividade contemplativa (*otium*) – para os humanistas da era Tudor, num contexto em que o domínio da retórica havia se tornado um requisito para a obtenção de cargos públicos importantes, como

conselheiros políticos, etc. O *vir civilis* romano se tornou especialmente atrativo àqueles humanistas pelo fato de que ele “os ajudava a reivindicar na condução do governo um lugar para os leigos instruídos” (SKINNER, 1997, p. 108).

Ao abordar as qualidades do *vir civilis*, Skinner demonstrou por que foi dado um valor tão grande para a retórica: o seu domínio, em particular o do Estilo Grandioso, era um requisito para “pleitear e deliberar com eficácia nos tribunais e nas assembleias de uma comunidade”, por isso as qualidades adquiridas por quem se dedicasse ao estudo da retórica, na Inglaterra dos Tudor, haviam adquirido uma importância central para o efetivo cumprimento dos deveres civis, pois somente com elas um indivíduo poderia esperar ser capaz de persuadir os seus concidadãos “das verdades que a razão traz à luz” (SKINNER, 1997, p. 123).

O elemento mais importante de se notar ao longo dos seis capítulos que constituem a primeira parte do livro, todavia, é a estratégia retórica utilizada não pelos humanistas ingleses, mas pelo próprio Skinner. Repetidas vezes, o autor realiza comparações entre Cícero e Quintiliano, de um lado, e os retóricos da era Tudor, do outro. Com essa estratégia, o objetivo central foi demonstrar que estes estavam constantemente replicando as concepções daqueles, fosse no entendimento de que a eloquência era necessária pois a razão sem retórica não era capaz de convencer (SKINNER, 1997, p. 134), ou ainda nos próprios meios da persuasão, isto é, as técnicas que permitem ao autor falar e escrever de forma convincente. Dentre essas técnicas, Skinner destacou a *invocação dos lugares-comuns* – os “tipos secundários de argumentos que podem ser transferidos e aplicados a muitos casos diferentes” – bem como o *despertar das emoções* na plateia – ideia que colocava a comoção pública pela emotividade como tarefa essencial do orador – além do *estabelecimento do ethos* – que se refere à ideia de apresentar uma boa imagem de si mesmo, seja pela criação de uma impressão de modéstia, evitando assim qualquer vestígio de arrogância, ou ainda pela seleção dos temas a serem abordados no discurso, que deveriam entregar aos ouvintes assuntos inéditos e de relevância pública (SKINNER, 1997, p. 177-178). Em todos os casos, Skinner percebeu que os humanistas ingleses se voltavam para os retóricos romanos não como simples referências, mas como autoridades a serem seguidas, reproduzindo assim em grande escala as suas definições acerca dos conceitos-chave da teoria da eloquência (SKINNER, 1997, p. 121).

De forma a finalizar o seu argumento na primeira parte do livro que, como dissemos, pouco menciona Hobbes, Skinner discorre sobre os dois pontos principais que

formam o alicerce da sua comparação entre os retóricos ingleses e romanos, a saber, a redescritção paradiastólica e o uso das imagens. Em primeiro lugar, Skinner dedica longas páginas a uma demonstração da recorrência do tema da paradiástole entre pensadores clássicos e renascentistas, citando, por exemplo, a *Ars amatoria* de Ovídio e as *Epistulae morales* de Sêneca, assim como o tão recorrente *Institutio oratoria* de Quintiliano, apontando assim as fortes correspondências intelectuais entre estas obras e os trabalhos dos humanistas ingleses, tanto por parte dos teóricos da retórica quanto pelos poetas, a exemplo de Sidney em sua *Defesa da poesia* (1595), Bacon em *Of the colours of good and evil* (1597), Henry Crosse em *Vertues Common-wealth* (1603), Thomas Nashe em *Anatomie of Absurditie* (1589), e assim por diante (SKINNER, 1997, p. 213-215). Ambas as partes estavam de acordo com a percepção da virtude e do vício como vizinhos – ideia definidora da paradiástole – que serve ao bom orador como importante recurso discursivo.

O ponto crucial da ênfase dada por Skinner sobre a paradiástole é uma transformação no contexto intelectual inglês por volta do fim do século XVI que tocava especificamente no assunto. Novamente por influência romana – desta vez oriunda das *Histórias* de Tácito, que havia recebido tradução para o inglês em 1591 por Henry Savile, assim como *Moralia* de Plutarco, que por volta da mesma época foi traduzida por Phielmon Holland – ocorreu uma mudança nas discussões a respeito da relação entre vícios e virtudes: enquanto os retóricos clássicos tipicamente abordavam a redescritção paradiastólica como forma de “aumentar o que se pode dizer a favor de determinado ato, ou de minimizar o que se pode dizer contra ele” (SKINNER, 1997, p. 218), a visão que se popularizava entre os retóricos da Era Tudor era mais negativa, apresentando a paradiástole como uma mera forma de relativizar as virtudes (SKINNER, 1997, p. 225-226). Aquilo que antes se considerava apenas uma figura de linguagem elevou-se no contexto inglês um outro patamar de gravidade, trazendo à tona a questão de saber se seria possível, em algum momento, abordar os temas da filosofia moral de forma inequívoca, sem ambiguidades (SKINNER, 1997, p. 231).

Sendo assim, ao final do século XVI, o sentimento que rondava a paradiástole era de que “havia se tornado perigosa demais para ser tolerada”, o que tornava imperativo a busca por uma solução sobre como controlá-la. Nesse contexto é que surge Hobbes, que se dispõe a resolver este que constituía um dos maiores enigmas da filosofia moral, dando início ao seu projeto de construção de uma ciência civil (SKINNER, 1997, p. 239). Skinner passa então para a segunda parte do livro, dedicada

exclusivamente a uma análise da obra de Hobbes, desde os escritos de juventude até as suas últimas publicações.

O argumento de Skinner na segunda parte do livro se opõe, antes de mais nada, à interpretação de que o nítido uso de estratégias retóricas no *Leviatã* estava relacionado com a audiência para a qual o livro se dirigia, mais ampla do que de costume. Em outras palavras, tal interpretação colocava que os públicos mais amplos requeriam algo a mais do que um tratado formalmente científico, isto é, necessitavam de algo como a retórica, que lhes pudesse viabilizar o convencimento por meio da persuasão, já que não pela razão. A essa vertente Skinner rebate afirmando que a versão latina do *Leviatã*, claramente dirigida ao público especializado, utilizava da mesma forma as estratégias retóricas da versão original. Ou seja, mesmo que isso seja apenas um indício, pareceu a Skinner que uma explicação mais adequada poderia ser oferecida para a questão da relação entre Hobbes e a tradição retórica humanista. Assim, segundo o autor, as mudanças do estilo literário de Hobbes ao longo da sua trajetória intelectual deveriam ser procuradas não tanto numa avaliação do público-alvo de suas obras, mas numa reconsideração sobre o papel da retórica dentro da ciência civil hobbesiana (MILLER; STRONG, 1997, p. 328).

Seguindo essa perspectiva, Skinner desenvolveu como argumento central da obra uma divisão da relação entre Hobbes e a tradição retórica em três fases. Inicialmente, como foi argumentado nos primeiros capítulos sobre o currículo educacional inglês, Hobbes teria bebido de fontes clássicas, assim como os humanistas do renascimento, buscando em Cícero a referência central da noção de que “a razão por si só não basta”, de que “a razão é necessária pois nos permite desvendar a verdade, mas igualmente necessária é a retórica, que nos permite expor a verdade com eloquência, obtendo assim a persuasão pela fala” (SKINNER, 1997, p. 18). Skinner se opõe à visão largamente aceita de Hobbes como um pensador cuja formação se assenta essencialmente na revolução científica do século XVII. Parte de seu objetivo é sugerir que esta visão é enviesada e provavelmente enganadora, pois em seus anos de obscuridade – antes da fama internacional conquistada com a publicação de *Sobre o cidadão* em 1642 – Hobbes deveu sua formação intelectual sobretudo à cultura humanista (SKINNER, 1997, p. 295).

Trabalhos como a sua rigorosa tradução do original em grego para o inglês da *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides publicada em 1629, o seu poema *De Mirabilibus Pecci, Carmen*, publicado em 1636 contendo cerca de quinhentos

hexâmetros latinos de autoria do próprio Hobbes, bem como a sua tradução do latim para o inglês da *Retórica* de Aristóteles, publicada em 1637, são exemplos dos escritos humanistas de Hobbes em sua fase de relativa obscuridade (SKINNER, 1997, p. 316). Esses trabalhos são resultados dos estudos que o pensador vinha realizando desde a sua formação básica, que não se limitaram à *Retórica* de Aristóteles, como pode ser percebido pela familiaridade com que Hobbes descrevia e citava obras tais como *Orator*, *De optimo oratore* e *De oratore*, ambas de Cícero, assim como o *Institutio oratoria*, de Quintiliano (SKINNER, 1997, p. 310). Por meio de um exame detalhado dos trabalhos humanistas de Hobbes, Skinner demonstrou que o pensador inglês fez um uso sistemático das normas retóricas padronizadas de sua época, as quais incluíam, por exemplo, as noções de que os pronunciamentos públicos deveriam se adequar aos gêneros demonstrativo, deliberativo ou forense, e que deveriam se organizar de acordo com as regras retóricas que possibilitavam a invenção, a disposição e a ornamentação dos argumentos persuasivos (SKINNER, 1997, p. 322).

No entanto, por volta de 1629, ao viajar para a França pela primeira vez com quarenta anos de idade, Hobbes teve seu primeiro contato com *Os Elementos* de Euclides, fato que lhe causou um profundo impacto e que John Aubrey descreve, em sua biografia de Hobbes, como uma experiência epifânica que lhe ocasionou a paixão imediata pela geometria, em função do poder demonstrativo das proposições do matemático grego (SKINNER, 1997, p. 339). A experiência alterou os rumos do pensamento filosófico de Hobbes, que decidiu por se afastar dos *studia humanitatis* a que se havia dedicado até então. A partir da leitura de Euclides, do seu interesse pelos experimentos científicos de Charles Cavendish e das conversas estabelecidas com Mersenne em Paris, Hobbes extraiu os princípios que viriam a constituir a sua ciência civil: a noção de que a única coisa real no mundo é o movimento, e que toda a filosofia pode ser dividida em *corpus*, *homo* e *civis* (SKINNER, 1997, p. 344; MILLER; STRONG, 1997, p. 326). Assim, Hobbes passou por uma conversão epistemológica ao método da geometria euclidiana, uma experiência que o levou, como bem resumiu Luc Borot, a abandonar a arte da persuasão em nome da arte da dedução (BOROT, 1996, p. 125).

O fenômeno notado por Skinner é que Hobbes não se contentou em abandonar o uso da retórica como estratégia narrativa em seus trabalhos, mas realizou uma série de ataques que demonstraram um profundo despreço em relação à arte da eloquência. Essa fase da relação de Hobbes com a retórica se fez visível tanto em *Elementos* quando

em *Sobre o cidadão*, obras cujos objetivos principais, nas palavras de Skinner, foram “questionar e derrubar os esteios centrais da *ars rhetorica*” (SKINNER, 1997, p. 345). Nesse sentido, Hobbes realizou ataques contra as principais técnicas retóricas, como a *inventio* e o *ornatus*, bem como ao próprio ideal humanista de cidadania, o *vir civilis*, que é parte constituinte da teoria clássica e renascentista da eloquência (SKINNER, 1997, p. 375). Mais relevante ainda foi o ataque à já referida técnica da redescritção paradiastólica, cujo perigo para Hobbes era a criação de um mundo de completa arbitrariedade moral onde os conflitos humanos não pudessem ser resolvidos por meio de um acordo racional, resultando num estado constante de hostilidade mútua (SKINNER, 1997, p. 372). Em suma, o projeto inicial da ciência civil de Hobbes partiu de um repúdio aos valores humanistas e à figura do orador, na defesa de que uma ciência autêntica não deveria adornar as suas descobertas com os floreios da retórica (SKINNER, 1997, p. 364).

A partir da segunda fase, Hobbes passou a desenvolver os traços do seu estilo científico, marcado pela crença de que a verdadeira eloquência advém da “arte da lógica, e não da arte da retórica” (SKINNER, 1997, p. 407). Isto é, Hobbes ofereceu um conceito bastante inflexível de ciência civil, na qual o raciocínio lógico entrou como o pressuposto central da resolução dos conflitos sociais, algo que deve ter ocasionado, como lembra Skinner, um choque provavelmente intencional nos contemporâneos que primeiro leram a obra (SKINNER, 1997, p. 412). De forma a demonstrar a sua nova abordagem, Hobbes se dedicou a uma análise científica da justiça, buscando uma definição para o conceito que evitasse todo equívoco e ambiguidade, permitindo a identificação de atos justos e injustos através de um critério puramente empírico (SKINNER, 1997, p. 413). Hobbes chegou à conclusão de que um ato é injusto quando ocorre a violação de um pacto que implique em uma incapacidade de agir, enquanto o ato justo é aquele que “não implica nenhuma infração dessa natureza em relação a uma promessa ou um pacto” (SKINNER, 1997, p. 414-415). Ou seja, a definição científica da justiça oferecida por Hobbes se relacionava diretamente com a existência de um pacto (*covenant*). Como o próprio autor afirmou, em *Os elementos*, uma injustiça não pode ser praticada “a menos que algo sob a forma de um *pacto* lhe tenha sido prometido” (SKINNER, 1997, p. 415, grifo do autor).

Segundo o argumento de Skinner, após o período da publicação de *Elementos e Sobre o cidadão*, que marcaram a segunda fase, Hobbes passou por um processo de reconsideração do papel da eloquência nos discursos políticos, cuja origem é bastante

incerta, mas que se consolida com a publicação do *Leviatã*, em 1651, marcando assim a transição para a terceira fase. Seguindo o relato autobiográfico de Hobbes, como descrito na sua *Vita* em versos, a decisão em escrever um livro que militasse pelo poder monárquico veio de um evento clímax: quando o príncipe Carlos, herdeiro do trono inglês, chegou a Paris em 1646 juntamente de seu séquito, trazendo a notícia de que os seus inimigos políticos estavam relatando as derrotas monarquistas como sinais da providência divina. O fato ocasionou em Hobbes um sentimento de urgência ao que considerava um absurdo inaceitável, a corrupção da vontade de Deus. Sua prioridade, a partir daí, se tornou a de escrever uma obra capaz de absolver as leis divinas (SKINNER, 1997, p. 442).

Durante este processo, Skinner constata que Hobbes retornou, ainda que de maneira mais atenuada, ao pressuposto humanista de que os métodos da ciência deveriam ser complementados pela força persuasiva oriunda do discurso eloquente. O *Leviatã*, não obstante, mantém as mesmas aspirações científicas das obras anteriores de Hobbes, porém reflete de forma mais adequada, na opinião de Skinner, sobre a relação mútua entre *ratio* e *oratio*, isto é, entre razão e discurso (SKINNER, 1997, p. 445-446). Ainda que jamais tenha expressado qualquer entusiasmo pela retórica, demonstrando continuamente suas inquietações a respeito do potencial enganador da eloquência, Hobbes teria concluído, já com idade mais avançada, que a retórica era indispensável, mesmo que indesejável, abandonando assim a anterior insistência em que esta não deveria compor a ciência civil.

Skinner constata que, no *Leviatã*, Hobbes passou a defender novamente uma compreensão humanista das relações entre a razão e a retórica por meio de uma reavaliação pormenorizada dos elementos que a constituem (SKINNER, 1997, p. 471). Dentre eles, é em relação à teoria da *elocutio* que Hobbes “muda mais integralmente de ideia a respeito da arte da retórica” (SKINNER, 1997, p. 476). A *elocutio*, que sempre foi um dos principais tópicos da retórica clássica, tinha como dois aspectos principais as noções de perspicuidade e concisão nos discursos, sobre os quais Hobbes lança um novo olhar. Enquanto em *Sobre o cidadão* o autor buscou apartar essas noções “de qualquer ligação com a teoria da eloquência”, reservando-as como características próprias do discurso científico, no *Leviatã* Hobbes enalteceu a perspicuidade e a concisão aceitando o pressuposto que antes fora negado, a saber, “o de que essas virtudes literárias constituem um aspecto da *elocutio*”, de forma que “o autor que as possuir deverá ser reconhecido como alguém que dominou um dos principais

componentes da arte da retórica” (SKINNER, 1997, p. 478). E de forma semelhante à reavaliação da *elocutio*, posicionando-a no âmbito da retórica, Hobbes procede em relação aos outros conceitos, tais como o *ornatus* e o *vir civilis* (SKINNER, 1997, p. 479-488).

Apesar da sua reavaliação dos elementos da retórica, no entanto, Skinner argumenta que o retorno de Hobbes ao ideal humanista foi oriundo de uma visão nitidamente pessimista acerca dos poderes da razão. A antiga crença na autossuficiência de um discurso semelhante ao do método euclidiano cedeu lugar à aceitação de que mesmo o argumento mais claro e racional poderia ser imediatamente descartado caso contrariasse as paixões ou os interesses do indivíduo a quem o argumento se dirigia. Foi exatamente essa a nova ênfase trazida pelo *Leviatã*, o enfoque maior nos interesses, que introduziu “não somente um conceito novo na filosofia civil de Hobbes, mas um conceito que carrega muito do peso do ceticismo hobbesiano sobre a eficácia da argumentação racional” (SKINNER, 1997, p. 463). Com isso, Hobbes atingiu a terceira e última fase do seu progressivo afastamento com a ideia de uma unidade metodológicas das ciências morais e naturais (SKINNER, 1997, p. 470).

Tendo em vista a impotência da razão perante os interesses humanos, Hobbes passou a conceder, portanto, que as descobertas da ciência civil necessitavam ser proclamadas com eloquência para que pudessem conquistar a credibilidade por parte dos ouvintes. Uma concessão certamente significativa, que “não apenas anuncia sua conversão ao ideal retórico de uma aliança entre *ratio* e *oratio*, como também apresenta sua conclusão em termos que ecoam de perto os dos próprios retóricos clássicos” (SKINNER, 1997, p. 467-468). Ainda que tenha se insinuado pela primeira vez na publicação de *Answer to Sir William Davenant’s Preface before Gondibert* (1650), a reconversão de Hobbes ao humanismo aparece, no *Leviatã*, em sua análise do conceito de poder, no qual a eloquência aparece ao lado da ciência na descrição das faculdades do espírito humano (SKINNER, 1997, p. 466). A nova perspectiva hobbesiana se declara da forma mais enfática na sua análise dos dois gêneros discursivos denominados “Pleitos” (*genus iudiciale*) e “Deliberações” (*genus deliberativum*), em uma passagem que Skinner reproduz na íntegra em *Razão e retórica*:

Em todas as Deliberações e em todos os Pleitos, a faculdade do Raciocínio sólido é necessária, pois, sem ela, as Resoluções do homem são precipitadas, e suas Sentenças, injustas; no entanto, não existindo a poderosa Eloquência, que assegura a atenção e o Consentimento, serão pequenos os efeitos da Razão. Mas essas são Faculdades contrárias, fundamentando-se a primeira nos princípios da Verdade e, a segunda, nas

Opiniões já aceitas, verdadeiras ou falsas, assim como nas Paixões e Interesses dos homens, que são diferentes e mutáveis (HOBBES apud SKINNER, 1997, p. 467).

Assim, chegamos a um fechamento daquilo que constitui o cerne do argumento do livro de Skinner, a saber, a divisão tripartite da perspectiva de Hobbes sobre as relações entre retórica e ciência, que começa nos escritos humanistas das décadas de 1820 e 1830, passa por *Elementos e Sobre o cidadão* no início da década de 1640, e finaliza com a publicação do *Leviatã* em 1651.

Na conclusão do livro, ao indagar uma última vez pelos motivos que fizeram Hobbes mudar de ideia, Skinner reproduz a própria resposta oferecida por Hobbes em *Behemoth or the Long Parliament*, publicado postumamente em 1681, onde afirma que se viu obrigado a reconsiderar o lugar da retórica no debate público em função da guerra civil inglesa, que lhe servia como o maior exemplo de que mesmo as doutrinas mais perigosas e indesejáveis “possuem sempre a esperança de triunfar, na medida em que sejam pronunciadas de forma eloquente, o que se vê demonstrado pelo sucesso dos democratas na Câmara dos Comuns” (SKINNER, 1997, p. 576). Como bem sintetiza Skinner, a revolução inglesa apareceu para Hobbes “como uma vitória do poder irracional mas esmagador da retórica neoclássica e antinomiana sobre o reduzido poder da ciência e da racionalidade” (SKINNER, 1997, p. 578), e o recurso à retórica surgiu como um mal necessário, um artifício dirigido sobretudo aos “tolos e ignorantes” sobre os quais não se poderia esperar o convencimento pela razão, mas que poderiam ser manipulados “manejando as armas da ridicularização, zombando de seus excessos, fazendo chacota de seus erros”, entre outras táticas (SKINNER, 1997, p. 580).

Skinner adianta, já na introdução ao livro, que a sua investigação sobre o contexto em que Hobbes desenvolveu a sua ideia de ciência civil culminou em uma tese acerca do que o próprio Hobbes entendia ter demonstrado com sua obra, o que Skinner considera o primeiro resultado direto da sua abordagem. Afirma-se que a demonstração de Hobbes foi “que a melhor maneira de se servir à causa da paz é através de um compromisso permanente com a justiça e com toda a gama das demais virtudes sociais”, de tal forma que o cultivo das virtudes constituiria peça-chave da sua filosofia madura. Contrário à recorrente caracterização de Hobbes como “o criador de um tipo egoísta ou pactário de teoria moral”, Skinner defendeu a tese de que ele é, “em essência, um teórico das virtudes, cuja ciência civil centra-se na afirmação de que evitar os vícios e manter as virtudes sociais é indispensável à preservação da paz” (SKINNER, 1997, p. 26). E um segundo resultado alcançado por Skinner, por fim, foi o entendimento

particular sobre o desenvolvimento intelectual de Hobbes com o humanismo. Nas palavras do autor, “Primeiro, [...] Hobbes imbuu-se de uma compreensão retórica da *scientia civilis*; em seguida, dedicou-se a repudiar exatamente essa abordagem; mais tarde, veio a endossar justamente a abordagem que antes havia repudiado”, ou seja, em sua “atitude final perante a cultura do humanismo, no *Leviatã*, [Hobbes] reflete um desejo de se reapropriar de grande parte do que ele havia descartado anteriormente” (SKINNER, 1997, p. 26-27).

5.2. Teoria e prática

Feita a síntese do argumento central desenvolvido em *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*, cabe agora uma avaliação da execução do argumento a nível metodológico, a fim de confrontar o procedimento operado por Skinner ao longo do livro com as suas principais concepções teórico-metodológicas, particularmente aquelas desenvolvidas nos subcapítulos 1.3 – referente às suas intervenções na teoria dos atos de fala – e 1.4 – referente ao significado da retórica na sua obra – do presente trabalho.

Vimos que Skinner se inseriu, por meio de diversas publicações ao longo das décadas de 1970 e 1980, dentro dos debates em torno da interpretação da obra de Austin e da filosofia da linguagem ordinária como um todo, respondendo a autores como Peter Strawson e Gilbert Ryle sobre questões relativas à dimensão ilocucionária dos atos de fala, aos diferentes níveis pelos quais podemos interpretar *intenções* nesses atos, bem como à especificação da sua natureza *convencional*, que relaciona os atos de fala com o contexto linguístico da sua execução. Skinner se posicionou de forma bastante enfática, intervindo de forma minuciosa na teoria que ali se desenvolvia, argumentando, por exemplo, que a declaração da ação em um verbo performativo não deveria ser o critério para o estabelecimento de um ato intencional (SKINNER, 1970, p. 128), que um elemento de convenção social é intrínseco e necessário a qualquer ato de fala (SKINNER, 1970, p. 137), que a definição da *performance* na ação linguística deveria ser reformulada (SKINNER, 1971, p. 3-4), que os atos de fala deveriam passar por uma *redescrição ilocucionária* para que, em conjunto com uma análise das convenções sociais, pudessem receber algo como uma *explicação* (SKINNER, 1971, p. 14), que a correta recuperação das intenções autorais requereria uma distinção clara entre *intenções* e *motivos* (SKINNER, 1971, p. 16) e que o entendimento adequado do significado dos textos deveria considerar três camadas (*meaning1*, *meaning2* e

*meaning*3) (SKINNER, 1972, p. 396-397), apenas para sumarizar alguns dos pontos principais da metodologia.

Diante de todo esse conjunto de premissas teóricas, sistemas conceituais e regras de procedimento que possuem alta complexidade e requerem um poder considerável de abstração, encontram-se algumas dificuldades práticas de execução na pesquisa empírica que nem mesmo Skinner foi capaz de contornar. Se é incorreto, como afirmamos no capítulo anterior, contrastar os seus escritos inaugurais sobre Hobbes com uma determinada perspectiva metodológica – visto que Skinner ainda não possuía, nas décadas de 1960 e 1970, uma definição clara para tal –, neste momento podemos falar que *Razão e retórica*, um livro da fase madura do autor e declaradamente uma aplicação do contextualismo linguístico, apresenta uma correlação fraca com os textos que compõem a metodologia. Por esse motivo é que diversos autores perceberam o fato curioso de que, apesar das severas e duradouras críticas que Skinner recebeu ao longo dos anos em função das suas publicações de caráter metodológico, seus livros que se pretendiam aplicações do contextualismo linguístico tiveram uma recepção muito mais favorável dentro do campo da história intelectual.²⁶

Quando afirmamos que a correlação entre a metodologia e sua aplicação é fraca, é preciso dizer, em primeiro lugar, que Skinner busca de forma bastante clara e explícita mobilizar algumas das ideias mais gerais da sua metodologia, como a importância de uma avaliação do contexto social e intelectual para a compreensão do texto, bem como a premissa wittgensteiniana das palavras como ações, o que norteia a leitura de Skinner sobre Hobbes sempre para um entendimento sobre o que o autor “estava fazendo” com suas publicações. Se olharmos, por exemplo, para o sétimo capítulo do livro, intitulado “A rejeição hobbesiana da eloquência”, veremos toda uma estrutura que visa explicitar ao leitor as intenções de Hobbes, a exemplo dos títulos dos subcapítulos – “O afastamento do humanismo”, “O ataque à *inventio*”, “O ataque à *elocutio*”, “O ataque ao *vir civilis*” – que indicam constantemente o que Hobbes estava fazendo ao escrever seus

26 É claro que se trata aqui de uma generalização, pois mesmo que seja correto afirmar que a recepção dos trabalhos de história do pensamento político de Skinner – como *As fundações do pensamento político moderno* – tenha obtido uma recepção geralmente favorável, nem sempre os textos metodológicos do autor foram recebidos negativamente. Um exemplo é a recepção sueca da obra de Skinner, na qual análises críticas como as de Liedman (1981) e Åsard (1987) receberam o contraponto mais positivo de Edling & Mörkenstam (1995), que advém da ciência política. Outros exemplos são a recepção da metodologia de Skinner na historiografia estadunidense com Melvin Richter (1987, 1990) e na sociologia brasileira com Silva (2006, 2008, 2010).

textos, a saber, atacando os conceitos-chave da tradição humanista retórica em prol da sua incipiente ciência civil.

No entanto, percebe-se também que a interpretação sobre as intenções de Hobbes ao longo de sua carreira, particularmente no que diz respeito a sua visão sobre as relações entre razão e retórica, advém não de uma análise das convenções sociais e linguísticas da época, mas à atenta leitura de um conjunto determinado de obras – tanto de Hobbes quanto de alguns de seus contemporâneos e suas referências – que visam formar um quadro, mesmo que limitado, do contexto intelectual inglês nos séculos XVI e XVII. Richard Flathman corretamente sugeriu, em sua análise do livro de Skinner, que a época de Hobbes compreende ainda outros contextos intelectuais ou filosóficos possíveis, de forma que o estabelecimento apropriado das convenções sociais e linguísticas começa a crescer exponencialmente em complexidade (FLATHMAN, 1998, p. 822). Skinner tentou demonstrar, por meio de uma bibliografia que mesclava obras da teoria educacional inglesa do século XVI com alguns dos principais retóricos ingleses da época em contraste com os clássicos romanos, que havia certas convenções no entendimento acerca dos poderes da retórica e do seu papel no meio público, e que a obra de Hobbes operou diferentes intervenções – ou *lances* – nessas convenções em momentos distintos da sua trajetória intelectual. Fica em aberto, no entanto, a representatividade do conjunto de fontes abordadas por Skinner para o estabelecimento plausível do contexto intelectual, bem como o peso das evidências que dão a base para o argumento sobre as perspectivas de Hobbes sobre a retórica.

Outro problema prático imediatamente perceptível pelo leitor que busca nos textos metodológicos de Skinner uma espécie de guia para a condução de uma pesquisa em história intelectual é que as sentenças utilizadas pelo autor para endossar determinada visão sobre as intenções de Hobbes não apenas são de um tipo muito mais complexo que aquelas utilizadas pelos linguistas em seus exemplos – bastando aqui lembrar de “O gelo ali é muito fino”, de Strawson, que gerou uma prolongada análise por parte de Skinner – mas, não menos importante, estão espalhadas no tempo, frequentemente por anos ou décadas (GOODHART, 2000, p. 539). Os tipos de sentenças que interessam a um historiador do pensamento político como Skinner refletem sobre as minúcias dos argumentos filosóficos e mobilizam referências numerosas a outras obras, além de serem complementadas ou corrigidas em publicações posteriores pelo autor.

Assim, para ilustrar os ataques de Hobbes ao humanismo, por exemplo, Skinner reuniu fragmentos de diferentes obras publicadas em momentos e circunstâncias distintas, como no caso do sétimo capítulo em específico, particularmente de *Sobre o cidadão*, publicada em 1642, e *Os elementos da lei*, obra escrita por volta de 1640 porém publicada de forma duvidosa apenas em 1650. Outro exemplo é quando Skinner discorre acerca da perspectiva de Hobbes sobre a *clareza* como artifício indispensável ao discurso científico. Em um único parágrafo, o autor reúne fragmentos não só do *Leviatã*, mas ainda de *The Questions Concerning Liberty, Necessity, and Chance* – uma reimpressão ampliada da correspondência trocada com Bramhall em 1645, publicada em 1656 –, e *An Answer to a Book Published by Dr. Bramhall*, publicado postumamente em 1682 (SKINNER, 1997, p. 477; GOODHART, 2000, p. 538). Trata-se apenas de dois exemplos que refletem uma abordagem recorrente ao longo do livro. Seguindo essa ótica, torna-se impossível isolar as sentenças que compõem o discurso de Hobbes sobre determinado tema na categoria de um ato de fala, visto que, como bem notou Michael Goodhart, declarações datadas de contextos distintos e extraídas de diferentes trabalhos não podem, por princípio, constituir uma única ação social dotada de uma única intenção original (GOODHART, 2000, p. 538).

É importante ressaltar que a dificuldade de execução da metodologia não invalida de forma alguma o argumento mobilizado por Skinner no decorrer de *Razão e retórica*. Pelo contrário, a leitura atenta operada pelo historiador inglês sobre os textos de Hobbes parece indicar de forma convincente o movimento das percepções do pensador sobre a retórica ao longo da vida, desde a sua formação nos moldes do humanismo, passando pelo afastamento decorrente do contato com a obra de Euclides e com os círculos intelectuais na França, até o retorno à retórica após as derrocadas monarquistas na Inglaterra. Não nos comprometemos aqui com uma avaliação pormenorizada do argumento, visto que o objetivo da tese é avaliar sobretudo a sua execução, mas podemos mencionar alguns intérpretes de Hobbes que levantaram suas objeções a Skinner – particularmente no âmbito da ciência política – na medida em que isso auxilia na compreensão de algumas possíveis fraquezas da abordagem empregada no livro.

Geoffrey Vaughan, ao lançar sua resenha de *Razão e retórica* no mesmo ano da publicação do livro, notou que a separação entre três fases da relação de Hobbes com o humanismo não é tão nítida quanto Skinner sugere, questionando particularmente a ideia de que o pensador inglês teria abandonado por completo a arte da retórica em sua

“fase supostamente científica” (VAUGHAN, 1997, p. 37-38). De fato, Vaughan coloca em questão o núcleo do argumento do livro, afirmando que “existem mais evidências para afirmar que ele [Hobbes] não alterou seu entendimento sobre o poder da razão” para persuadir do que o contrário, de forma que poderíamos facilmente sustentar que Hobbes jamais alterou as suas visões sobre a relação entre razão e retórica no período crucial da década de 1640, que engloba a sua “guinada científica” (VAUGHAN, 1997, p. 41).

De forma semelhante, Richard Flathman – outro cientista político – questionou o suposto período de abandono da retórica por Hobbes, afirmando que existem numerosos casos de “floreios retóricos” tanto em *Sobre o cidadão* quanto em *Elementos*, tomando como exemplo a “humildade que Hobbes demonstra no início de *Elementos*”, o que parece ao autor “uma clara tentativa de ‘ganhar a confiança do público’, isto é, de estabelecer o ‘*Ethos*’ apropriado” (FLATHMAN, 1998, p. 821, tradução minha). Flathman critica o argumento basilar de Skinner com base justamente numa leitura de Hobbes mais focada no texto, afirmando que a maior dificuldade com o livro deriva da sua “indiferença com as visões mais especificamente e distintamente filosóficas de Hobbes”, a saber, sua perspectiva nominalista. Além disso, Flathman faz a objeção de que os contextos intelectuais relevantes para a interpretação do que “Hobbes estava fazendo” com suas obras são inúmeros, como o contexto das reflexões filosóficas sobre linguagem e significado, por exemplo, que remonta à obra de Platão e que foi de relevância crucial para a filosofia da ciência na época de Hobbes, um tema que o pensador inglês possuía profunda familiaridade e engajamento (FLATHMAN, 1998, p. 822).

Tracy Strong e Ted Miller, também da ciência política, apontaram que a abordagem de Skinner o fez dar muita atenção para os entendimentos da *retórica* na época de Hobbes, menosprezando o tão importante entendimento do conceito de *ciência* no mesmo período, de forma que, em sua leitura de *Sobre o cidadão* e *Elementos*, Skinner teria rapidamente aceitado uma “noção bastante convencional do que Hobbes estava fazendo em relação à ciência” (MILLER; STRONG, 1997, p. 331). Os autores se queixam que, em sua narrativa, Skinner atribui a Hobbes nada mais que a intenção de persuadir a sua audiência a segui-lo no caminho da razão, uma visão insuficiente daquilo que o pensador inglês estava fazendo com seus textos. Ademais, questionam o fato de que o livro de Skinner pouco menciona outros atores e instituições importantes do contexto inglês na época, como o rei e sua corte, a nobreza e as diferentes escolas

intelectuais, além do fato de que a relação de Hobbes com a religião nunca é mencionada (MILLER; STRONG, 1997, p. 335).

Não menos importante, os autores afirmam que o argumento geral do livro de Skinner deixa muitas questões em aberto em relação aos conflitos entre a retórica e a filosofia hobbesiana da ciência civil, levantando mais perguntas do que as respostas oferecidas. Por exemplo, quando Skinner afirma que a nova ciência civil de Hobbes surgiu como uma alternativa aos ideais da educação humanista e que, no *Leviatã*, o pensador se reaproximou da retórica, como deveríamos interpretar essa reaproximação? Se o retorno de Hobbes ao pensamento humanista advém de uma postura irônica, pessimista e resignada acerca da natureza do entendimento humano – que prioriza os interesses em relação ao convencimento pela demonstração racional –, como deveríamos denominar esse novo híbrido entre razão e retórica? São questões que o livro de Skinner não se compromete em responder (MILLER; STRONG, 1997, p. 334).

Dito isso, a crítica aqui colocada não se dirige à narrativa construída por Skinner sobre as relações entre razão e retórica na filosofia de Hobbes, mas principalmente à forma como se desenvolveu a metodologia do contextualismo linguístico durante parte considerável da carreira do autor, adotando uma série de comprometimentos teóricos sobre a correta definição dos atos ilocucionários ou sobre o procedimento adequado para se interpretar intenções que são, em última instância, difíceis de serem operacionalizados no processo de pesquisa e interpretação dos textos históricos. Nesse sentido, creio que seja importante ecoar a pergunta levantada por Goodhart: qual é o significado prático de empregar o método de Skinner no estudo da história do pensamento político? (GOODHART, 2000, p. 531-532).

Na prática, significa que o historiador deve, por princípio, se guiar pela máxima de Wittgenstein segundo a qual as “palavras são também ações”, a qual sugere que os textos com os quais o historiador trabalha são atos localizados no espaço e no tempo – de tal forma que perguntar pelo significado de um texto é sempre perguntar pelo que um pensador estava fazendo ao escrevê-lo – e, assim, requerem um tratamento especial a fim de extrair-lhes um significado mais próximo possível da intenção original do autor. Além disso, os argumentos mobilizados pelos autores estudados pelo historiador devem ser encarados, seguindo a máxima collingwoodiana, como respostas a perguntas específicas dentro da história mais ampla do pensamento. De forma a realizar este tratamento propriamente histórico do texto, para usar aqui as palavras de Skinner em entrevista concedida ao *Chicago Journal of History* em 2016, é preciso primeiro “tentar

recuperar os conceitos usados pelos autores [...] e depois tentar perceber como é que eles põem esses conceitos para funcionar” (SKINNER, 2016, p. 122), construindo assim o contexto intelectual dentro do qual se posicionam os diversos atores dos debates filosóficos ou políticos.

Ao leitor de *Razão e retórica na filosofia de Hobbes* essa abordagem fica bastante clara. Por meio de uma leitura extensa de trabalhos publicados pelos retóricos ingleses na Inglaterra dos Tudor, Skinner percebeu que os conceitos mobilizados por esses autores – que em grande parte produziram trabalhos que compunham o sistema educacional inglês – possuíam larga semelhança àqueles observáveis nas obras dos retóricos romanos, em particular Cícero e Quintiliano, de forma que se torna plausível afirmar que, ao “colocar esses conceitos para funcionar”, os retóricos ingleses estavam promovendo um *revival* de caráter humanista ao longo do século XVI, assumindo em seus próprios trabalhos a autoridade dos clássicos. Todavia, como Skinner sempre ressaltou, os contextos intelectuais são sempre conflitantes, e ao final do século os defensores da retórica romana se tornaram alvos intelectuais para autores como Hobbes que, apesar da formação humanista inicial, liam os clássicos com um forte posicionamento crítico.

A partir da segunda parte do livro, a narrativa de Skinner que até então pairava sobre o contexto do retorno humanista, deslocando-se entre referências a Cícero, Quintiliano e os retóricos ingleses, finalmente converge para a figura de Hobbes, dissecando suas principais obras a fim de demonstrar a apreciação do pensador inglês sobre aqueles conceitos identificados na primeira parte do livro, os conceitos-chave da retórica humanista. De um ponto de vista procedimental, o livro de Skinner mostra de forma brilhante que, para que seja possível abordar a filosofia de Hobbes de forma propriamente histórica, é preciso que quase metade do livro se dedique não à obra do autor, mas ao contexto intelectual que o precedeu. Além disso, a relação entre retórica e razão na filosofia de Hobbes é constantemente avaliada com base nas crenças pessoais do autor, como a sua convicção – em um certo momento da vida – na autossuficiência do discurso científico, ou ainda a sua defesa do monarquismo como o sistema político mais adequado para a garantia da paz.

Ou seja, ao estabelecimento do contexto intelectual e à análise minuciosa dos textos se somam a avaliação do contexto social e a própria biografia do autor. Ainda assim, dando aqui um fechamento à crítica que afirma uma correlação fraca entre a abordagem de Skinner em *Razão e retórica* com os seus escritos metodológicos, não é

nem um pouco claro a forma como os argumentos mais específicos sustentados nesses escritos – particularmente aqueles que intervêm na teoria dos atos de fala – podem ser operacionalizados na prática de pesquisa, ou mesmo qual a relevância dos comprometimentos teóricos assumidos nos mesmos escritos para as premissas mais amplas da metodologia, como as máximas de Collingwood e Wittgenstein.

Por outro lado, vimos também ao final do primeiro capítulo que um dos principais elementos da concepção de Skinner sobre a teoria dos atos de fala era a sua ideia sobre as relações entre retórica e mudança conceitual, onde argumentamos que o autor buscou sempre olhar para os textos históricos não como um mero conjunto de proposições, mas como *performances*, lances retóricos que visavam a persuasão dentro de um debate político ou filosófico. A própria definição de Skinner da sua abordagem como uma “perspectiva retórica” (SKINNER, 1999, p. 64) apontava para o entendimento austiniiano de que a retórica constitui parte intrínseca da linguagem, relativizando a dicotomia entre *descrever o mundo e agir no mundo* em prol da noção de que falar é sempre agir. Nesse sentido, a abordagem de Skinner deslocou a ênfase da avaliação do valor de verdade de um determinado texto ou argumento para uma avaliação dos seus diversos *usos*, considerando tanto a análise do significado situacional do texto – o seu significado dentro de uma ocasião histórica determinada – quanto o auto entendimento do autor sobre o que ele mesmo estava fazendo ao escrevê-lo, isto é, as suas intenções originais, cuja recuperação corresponde ao que Skinner entende como a *identidade histórica* do texto (PALONEN, 1997, p. 66).

Se olharmos para a perspectiva de Skinner acerca do papel da retórica na fundamentação mais ampla da sua metodologia em contraste com um livro como *Razão e retórica*, perceberemos uma correlação muito mais clara entre teoria e prática na obra do autor. Ao longo de todo o livro, desde a análise da relevância dos retóricos romanos para os humanistas ingleses até a interpretação das percepções de Hobbes sobre a retórica no decorrer da sua carreira, Skinner em nenhum momento se dispôs a questionar os argumentos dos autores sobre, digamos, a relevância da *ars rhetorica* no sistema educacional e nos embates políticos, ou ainda sobre a ciência civil de Hobbes *em si*. Skinner manteve-se fiel ao princípio de olhar para os textos buscando não um julgamento rigoroso do argumento científico, mas as performances que mais provavelmente poderiam estar sendo executadas por meio deles, ou, para falar como Wittgenstein, a gama de *coisas* que poderiam ser feitas por meio do uso dos conceitos.

Um exemplo é a própria conclusão do livro de Skinner, que reflete, naturalmente, as preocupações que nortearam a sua leitura de Hobbes. Após um repúdio veemente sobre os principais elementos da *ars rethorica*, o pensador inglês passou a conceder, no *Leviatã*, que a força da eloquência seria necessária para a manutenção da soberania da razão (SKINNER, 1997, p. 573-574). Para demonstrar essa conclusão, Skinner nunca esteve interessado numa discussão acerca da validade dos conceitos mobilizados por Hobbes, tais como a concepção específica sobre os tropos e as figuras de linguagem que formam a prática hobbesiana da retórica ou ainda o ataque ao ideal do *vir civilis*, à *inventio* e à *elocutio*, mas especialmente nos elementos contextuais que poderiam ser inferidos com base na interpretação de toda uma série de textos em conjunto, como o fato de que diversos autores ligados aos círculos intelectuais frequentados por Hobbes durante o seu exílio na França estavam promovendo conclusões bastante semelhantes sobre o papel da retórica no discurso científico em seus trabalhos, tais como François de La Mothe le Vayer, contemporâneo e parceiro de Hobbes em Paris (SKINNER, 1997, p. 573). Além disso, os próprios motivos pessoais do pensador inglês constituem elementos de suma importância para a argumentação de Skinner, como a sua defesa da coroa britânica que serviria de base para uma súbita e urgente mudança de opinião acerca das relações entre razão e retórica na sua ciência civil (SKINNER, 1997, p. 574-575).

No que diz respeito à relação da abordagem retórica de Skinner com o seu entendimento sobre o problema da mudança conceitual, podemos perceber a mesma correlação mais clara com a abordagem empregada em *Razão e retórica*. Vimos que Skinner encarou o mencionado problema a partir da noção de que a utilização dos conceitos poderia ser avaliada por meio do grau de proximidade com as convenções a ele atreladas, tornando possível perceber os momentos em que uma tentativa de transformação do uso geralmente aceito do conceito é realizada, visando algum tipo de transformação linguística e social (SKINNER, 1999, p. 66-67). Vimos ainda que a interpretação skinneriana da mudança conceitual compreende que não são os conceitos propriamente ditos que se alteram, mas os *usos* pelos quais os submetemos dentro de um discurso, visto que os conceitos são entendidos como instrumentos para a realização de um conjunto de ações possíveis.

A título de exemplo, em sua narrativa da divisão em três fases da relação de Hobbes com a retórica, Skinner primeiro estabeleceu que a autoridade dos pensadores romanos do período clássico sobre o entendimento dos humanistas ingleses do século

XVI acerca da retórica poderia ser vista como um senso comum, uma convenção. Feito isso, ao interpretar a obra de Hobbes, Skinner buscou demonstrar como os argumentos do pensador inglês se posicionavam em relação àquela convenção. Ao defender o argumento da “guinada científica”, por exemplo, buscou demonstrar que Hobbes realizou uma tentativa – ao final, fracassada – de surgir como um “ideólogo inovador”, isto é, aquele indivíduo que manipula o vocabulário convencional a fim de alterar uma moral pré-estabelecida e operar uma mudança conceitual (SKINNER, 1999, p. 67-68).

Segundo a narrativa de Skinner, a ideia de Hobbes era convencer os seus contemporâneos de que os artifícios retóricos não deveriam compor o discurso científico pois eram desnecessários e indesejáveis, no entanto, percebendo a sua incapacidade persuasiva para tal, Hobbes teria optado, no *Leviatã*, por um retorno pessimista “às raízes humanistas que havia cortado”, ecoando, ainda que de maneira resignada, os retóricos romanos mais uma vez (SKINNER, 1997, p. 466). Não se tratava, portanto, de perceber uma mudança no conceito de retórica em si, mas de constatar o novo prisma moral que Hobbes direcionou para os elementos constitutivos da retórica por meio do seu uso da linguagem.

Existe ainda um outro sentido pelo qual podemos interpretar a relevância da perspectiva retórica de Skinner em sua abordagem prática. Miller e Strong, em sua crítica ao livro, sugeriram que o autor não apenas vê na obra do pensador inglês um campo promissor para a aplicação da sua abordagem metodológica, mas que Hobbes tem servido a Skinner desde os primeiros escritos de juventude como um modelo de escrita, argumentativo e narrativo, fornecendo-lhe um “modo inglês” de escrever teoria política (MILLER; STRONG, 1997, p. 323). Trata-se de uma sugestão que, em certa medida, se pode inferir pelas palavras finais do livro, onde Skinner discorre sobre a influência geral do estilo argumentativo do *Leviatã* na filosofia inglesa:

Não se pode esperar que a razão triunfe, implica ele [Hobbes], uma vez que os tolos e os ignorantes sempre estarão em maioria. Mas podemos ao menos ter a esperança de desconcertá-los, manejando as armas da ridicularização, zombando de seus excessos, fazendo chacota de seus erros e atraindo nossos leitores para uma aliança desdenhosa contra seu obscurantismo generalizado. [...] Esse tom de voz teve imensa influência na filosofia inglesa. Foi o tom que levou Clarendon a emitir o protesto de que Hobbes escarneia de seus adversários, em vez de fazer qualquer tentativa de debater com eles. [...] Hobbes foi o primeiro filósofo inglês a aperfeiçoar e praticar esse estilo. [...]. O modo de escrever filosofia a que isso deu origem revelou, por sua vez, ser um de seus legados permanentes (SKINNER, 1997, p. 580-581).

Ainda que não precisemos concordar com Miller e Strong no fato de que Skinner teria se apropriado de um estilo narrativo encontrado no *Leviatã*, ou mesmo em Hobbes,

no qual a história da filosofia seria apresentada como uma “sequência de equívocos mais ou menos absurdos finalmente desmascarados por uma mistura de sátira civilizada e racionalidade impiedosa” (MILLER; STRONG, 1997, p. 326), podemos dizer com certa confiança que o autor possui uma clara afinidade pessoal com o mencionado estilo retórico, o que parece bastante coerente especialmente ao leitor dos seus textos metodológicos, nos quais os ditos absurdos das pesquisas sobre história do pensamento político foram elencados e denunciados a fim de promover uma abordagem de pesquisa mais racional que pudesse esclarecer as confusões anteriores e reformular o debate sistematicamente, da forma como vimos ao longo do primeiro capítulo desta tese. Se olharmos para a própria descrição do estilo de Hobbes no trecho supracitado, parece correto afirmar que a retórica utilizada por Skinner é essencialmente hobbesiana.

Desta forma, conclui-se que a prática historiográfica de Skinner incorpora um forte componente retórico, seja na concepção filosófica que compreende a importância crucial do *uso* linguístico nas performances discursivas – concepção essa que remonta aos debates promovidos por Wittgenstein e Austin – ou ainda no próprio estilo pelo qual Skinner escolheu apresentar os seus trabalhos, isto é, um estilo fortemente crítico, provocativo e irônico que, por sua vez, poderíamos dizer com Miller e Strong que remonta a Hobbes. Em compasso com outros historiadores interessados na retórica, como Brian Vickers e Marc Fumaroli, Skinner tentou, em *Razão e retórica*, restaurar a cultura retórica do Renascimento, “retratando, no seu relato da história da anglicização da retórica humanista na era Tudor, a versão inglesa dessa cultura como dominada por uma linguagem principalmente ética e cívica” (BOROT, 1996, p. 124).

Por fim, através de uma leitura dos argumentos sustentados por Skinner em *Razão e retórica na filosofia de Hobbes* em contraste com uma análise dos procedimentos pelos quais o autor executou a sua narrativa, tentamos demonstrar neste capítulo que, quando pensamos no grau de correlação entre os escritos metodológicos que compõem a sua versão do contextualismo linguístico e um livro de maturidade como *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*, encontraremos uma afinidade entre teoria e prática na obra de Skinner apenas se olharmos para algumas das concepções mais “gerais”, por assim dizer, da metodologia. Uma consequência disso é que a clara intenção de Skinner, em seus textos de juventude, de intervir de maneira mais minuciosa na teoria austiniana dos atos de fala se revelou, em última instância, ser infrutífera para a prática de pesquisa. É claro que, como afirmamos já na introdução do presente trabalho, os debates em torno da vertente skinneriana do contextualismo

linguístico continuam ainda nos dias de hoje, de forma que não podemos extrair da leitura de *Razão e retórica* – um livro publicado na década de 1990 – nossas conclusões finais acerca da relação entre teoria e prática nos escritos de Skinner sobre Hobbes. Para isso, teremos ainda que analisar um último livro, no capítulo que segue, dando assim um fechamento para a nossa análise.

6. HOBBS E A LIBERDADE REPUBLICANA

No decorrer década de 1990, na mesma época em que escreveu e publicou *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*, Skinner começou a demonstrar um engajamento cada vez maior com o republicanismo, passando a compor o grupo de teóricos neorepublicanos, como J. G. A. Pocock e Philip Pettit, que buscavam na interpretação histórica dos discursos políticos uma alternativa ao liberalismo e ao republicanismo clássicos. Uma primeira sinalização forte de Skinner em direção ao neorepublicanismo foi o ensaio “The Republican Ideal of Political Liberty”, publicado como capítulo final do livro *Machiavelli and Republicanism* (1990). O texto de Skinner funcionou como uma análise da relevância dos capítulos anteriores, que enfocaram a relação de Maquiavel com a tradição republicana, para avançar uma crítica contra a tradicional visão da liberdade política delineada por Isaiah Berlin, que em seu ensaio *Two Concepts of Liberty* estabeleceu e popularizou a dicotomia entre liberdade positiva e negativa na filosofia política britânica (SKINNER, 1990, p. 293).

Skinner estava propondo, por assim dizer, um terceiro conceito de liberdade política, de inspiração republicana, no qual a noção de liberdade individual típica da liberdade negativa seria complementada pela noção mais positiva da necessidade de participação política e do exercício da virtude cívica. Em outras palavras, a noção proposta por Skinner estabelecia que, em nome da nossa própria liberdade individual, devemos ser compelidos a exercer honestamente nossas responsabilidades civis (COLLINS, 2009, p. 346). A liberdade só se mantém na medida em que os cidadãos da república apresentam o conjunto de capacidades denotadas pelo conceito romano de *virtus*, como a coragem para defender a comunidade contra a ameaça de dominação por inimigos externos e a prudência na condução do serviço público (SKINNER, 1990, p. 303-304).

Skinner levou seu argumento em prol da liberdade republicana adiante, expandindo-o com a publicação de *Liberdade antes do liberalismo*, sua aula inaugural como *Regius Professor* de História Moderna na Universidade de Cambridge, apresentada em 1997 e publicada como livro no ano seguinte. Nessa ocasião que marca um engajamento ainda mais forte com o neorepublicanismo, Skinner optou por intervir diretamente nos debates sobre a natureza e as definições da liberdade na história do pensamento político, argumentando que o conceito não poderia ser visto como fixo e universal, mas como uma noção cambiante e moldada por fatores sociais e políticos específicos. Atacando algumas ideias mais tradicionais associadas à liberdade na

história do pensamento político, Skinner contestou a noção de que a liberdade seria uma questão individual e que cada indivíduo a possuiria como um direito inato, sustentando que a liberdade só poderia ser entendida a partir de um olhar sobre as relações sociais e políticas historicamente determinadas em que as pessoas estão envolvidas. Ademais, Skinner questionou também a visão tradicional que identificava o liberalismo como a origem e a base da liberdade moderna, buscando demonstrar que a liberdade foi uma questão importante para muitos pensadores políticos anteriores ao liberalismo.

Podemos dizer que o crescente interesse de Skinner em engajar-se com o republicanismo foi um dos principais motores para a elaboração deste que é o principal livro do autor sobre a obra de Hobbes na fase tardia de sua carreira, *Hobbes e a liberdade republicana* (2008), livro que foi publicado em um contexto de debates crescentes sobre as definições do conceito de liberdade e sobre o papel do Estado. Entre o período final do século XX e início do XXI, percebia-se um interesse renovado por parte de pesquisadores sobre a teoria política republicana, que enfatizava o estudo de conceitos como a virtude cívica, o bem comum, as garantias para a liberdade individual etc.

Skinner apresentou uma leitura crítica da obra de Hobbes, colocando em contraste as ideias do pensador com as teoria republicanas da liberdade política desenvolvidas por autores como Nicolau Maquiavel e James Harrington – duas das principais referências de Skinner, o primeiro para contextualizar a tradição republicana da liberdade e mostrar como Hobbes se afastou dessa tradição, e o último para colocar a sua própria teoria republicana como um contraponto às ideias de Hobbes sobre o Estado e a liberdade – ao mesmo tempo em que trava um diálogo com alguns teóricos contemporâneos da liberdade e com a historiografia do pensamento político de forma mais ampla.

Um desses teóricos é Philip Pettit, com quem Skinner discute a teoria da liberdade como não-dominação e a contrasta com a teoria da não-interferência de Hobbes, demonstrando a maior compatibilidade da teoria de Pettit com a tradição política republicana. Skinner faz ainda referência a algumas das interpretações de Hobbes feitas por Leo Strauss, na defesa de que o pensamento político de Hobbes é mais complexo do que sugere a leitura tradicional de sua obra. J. G. A. Pocock é outro importante estudioso da tradição republicana da liberdade, e suas obras são citadas por Skinner como fontes para entender o contexto histórico e político em que as teorias republicanas foram desenvolvidas.

Em geral, as ideias desses autores se relacionam em torno da defesa da liberdade política como um valor fundamental para a vida em sociedade. No entanto, ambos diferem em relação à concepção de liberdade em si e em como essa liberdade deve ser garantida pelo Estado. Enquanto Hobbes defende a liberdade como não-interferência e acredita que o Estado deve ser forte para proteger essa liberdade, os autores republicanos defendem uma concepção mais participativa e deliberativa da política, na qual a liberdade é vista como não-dominação e a participação ativa dos cidadãos é considerada fundamental para a sua proteção.

Dentre os debates travados com os interlocutores de Skinner em *Hobbes e a liberdade republicana*, provavelmente o mais importante seja o debate com Pettit, ao menos para a teoria política contemporânea. Trata-se de um debate que teve início em meados dos anos 1990, quando Pettit publicou seu livro *Republicanism: A Theory of Freedom and Government* (1997), obra que pode ser vista como uma resposta aos trabalhos de Skinner, em particular a sua interpretação histórica do republicanismo em *As fundações do pensamento político moderno*. Nessa obra, Skinner argumentou que o republicanismo se baseava na definição da liberdade como *não-dominação*, que é alcançada quando os indivíduos não estão sujeitos à vontade arbitrária de outros, no entanto, Pettit rebateu essa visão de Skinner ao argumentar que a liberdade como não-dominação poderia ser alcançada não apenas pela ausência de interferência arbitrária, mas também pela presença de instituições políticas que protegem os cidadãos contra a interferência.

Assim, enquanto Skinner enfatizou a dimensão negativa da liberdade como não-interferência, Pettit argumentou que a liberdade como não-dominação possui ainda uma dimensão positiva, em que o Estado deve fornecer as condições para que os indivíduos possam agir livremente e de forma autônoma. Em outras palavras, o teórico irlandês argumentou que a liberdade não deveria ser entendida simplesmente como ausência de coerção ou interferência externa, mas como a capacidade de agir de acordo com nossas próprias escolhas e objetivos. A liberdade é a ausência de dominação, ou seja, a capacidade de agir sem estar sujeito à vontade arbitrária de outro indivíduo ou grupo. E para alcançar essa liberdade, Pettit, defendeu a necessidade de uma forma republicana de governo, na qual o poder político seja compartilhado entre todos os cidadãos e não monopolizado por uma elite ou governante. O autor sustenta que a democracia representativa liberal é insuficiente para garantir a liberdade como ausência de

dominação, propondo um modelo de democracia deliberativa, no qual os cidadãos discutem e deliberam sobre questões políticas e tomam decisões em conjunto.

Mais especificamente no que diz respeito à interpretação da filosofia política de Hobbes, Skinner buscou em *Hobbes e a liberdade republicana*, como veremos agora, questionar algumas percepções compartilhadas não apenas por Philip Pettit, mas outros historiadores como Johan Sommerville, Richard Tuck e Lodi Nauta²⁷. De forma geral, a intenção de Skinner ao publicar este livro foi a de corrigir o “acordo amplamente difundido” de que as crenças básicas de Hobbes sobre a liberdade pouco ou em nada se alteraram se olharmos para o conjunto mais amplo de sua obra. Enquanto estes autores concordam em que entre *Os elementos* e o *Leviatã* não podemos encontrar quaisquer evidências de mudanças relevantes na teoria, e mesmo que a própria ideia de considerar uma alteração significativa pode ser vista como essencialmente equivocada, Skinner contrapõe uma visão radicalmente oposta: “a análise de Hobbes da liberdade no *Leviatã* representa não uma revisão, mas um repúdio ao que ele havia anteriormente argumentado” (SKINNER, 2010, p. 14).

6.1. O argumento do livro e sua execução

Um primeiro ponto importante a se ressaltar, no que diz respeito à construção do argumento de *Hobbes e a liberdade republicana*, é a relevância do supracitado debate em torno de neorepublicanismo e das definições da *liberdade republicana* no âmbito da história do pensamento político. No decorrer dos textos em que se debruçou sobre o tema, Skinner teve sempre a figura de Hobbes como um antagonista da liberdade republicana pois, ainda que tivesse reconhecido a importância da retórica nos discursos políticos, o pensador manteve a sua percepção da perspectiva de liberdade propagada pelos republicanos da época como incoerentes ou mesmo absurdas. Em outras palavras, a caracterização de Skinner sobre a doutrina política de Hobbes pode ser vista como essencialmente antirrepublicana, percepção que se provou altamente influente – como demonstraram diversos trabalhos acerca do republicanismo inglês na década de 1990 – dentro do campo de estudos de história pensamento político (COLLINS, 2009, p. 347).

Em *Liberdade antes do liberalismo*, todavia, Skinner não dedicou em seu discurso espaço suficiente para uma maior interlocução entre os textos de Hobbes ou

27 Ver Sommerville (1992), *Thomas Hobbes: Political Ideas in Historical Context*; Tuck (1996), *Introdução a Thomas Hobbes*; Nauta (2002), “Hobbes on Religion and the Church between ‘The Elements of Law’ and ‘Leviathan’: A Dramatic Change of Direction?”.

para um balanço do contexto intelectual da época de Hobbes, dando um enfoque exclusivo para o *Leviatã* e mencionando de forma breve o relacionamento do pensador inglês com os teóricos republicanos. A omissão se justifica, é claro, pelo fato de que Skinner escreveu exaustivamente sobre os referidos temas em publicações anteriores, como vimos. No entanto, o fato é que *Hobbes e a liberdade republicana* surge de uma necessidade em dedicar a devida atenção, ainda que de uma forma atualizada, à leitura de Hobbes como pensador antirrepublicano.

Pela primeira vez, Skinner produziu uma argumentação mais aprofundada sobre o longo processo em que se desdobrou a oposição de Hobbes ao republicanismo, que se manteve singela nos textos da década de 1640, mas que ganhou força na década seguinte. Nesse sentido, a inovação trazida pela interpretação de Skinner no livro de 2008 foi o apanhado histórico do desenvolvimento da concepção de liberdade do autor em sua relação dinâmica com a tradição republicana da época da Revolução Inglesa (COLLINS, 2009, p. 350). Como o autor deixa claro no prefácio do livro, sua preocupação principal reside na elaboração, por parte de Hobbes, de uma nova concepção do *homem livre* como uma abordagem antagônica à visão republicana da liberdade, que se constitui como sua *teoria rival* após a publicação do *Leviatã* em 1951 (SKINNER, 2010, p. 13).

A estrutura do livro segue um roteiro bastante claro e condizente com o argumento geral do livro. Em primeiro lugar, de forma a introduzir a figura de Hobbes em seus anos iniciais, Skinner oferece um novo apanhado acerca dos “começos humanistas de Hobbes”, assunto já tão bem abordado em *Razão e retórica da filosofia de Hobbes*, mas que ressurge em *Hobbes e a liberdade republicana* dotado de uma retórica atualizada. Já neste breve primeiro capítulo, Skinner demonstra a estratégia argumentativa que dará o tom do restante do livro, a saber, a alternância entre textos e imagens como fontes para embasar as questões relativas aos contextos político e intelectual do passado. Assim, o engajamento inicial de Hobbes com os *studia humanitatis* e a *ars rethorica* são atestados não apenas pelos textos que o pensador produziu na época – como a tradução para o latim do tratado de Aristóteles sobre a retórica, o poema épico *De mirabilibus pecci*, bem como a tradução completa da História da Guerra do Peloponeso de Tucídides – mas pelas imagens que giram em torno ou muitas vezes compõem esses textos.

Por exemplo, no que diz respeito à tradução de Tucídides, a elaboração de um refinado frontispício por parte de Hobbes é utilizada para endossar o fato de que o

jovem pensador havia crescido como um fiel praticante do estilo literário em voga na Inglaterra de finais do século XVI e início do século XVII, aquele que buscava inspiração em Quintiliano para afirmar que “o meio mais efetivo de emocionar e persuadir uma audiência será sempre o de fornecer a esta uma *imago* ou pintura daquilo que queremos lhe fixar na mente” (SKINNER, 2010, p. 28). A difundida crença de que a forma mais eficaz de garantir o convencimento é no apelo “aos olhos e aos ouvidos”, presente na literatura científica da época em obras como *The Paintings of the Ancients*, de Francisco Junius, explica para Skinner a prosperidade com que se desenvolveu um novo e altamente popular gênero literário na Inglaterra durante o início dos anos seiscentos, os livros de emblemas ou *emblemata*, cujos trabalhos pioneiros remontam à *Emblemata* de Andrea Alciato (1531), o *Theatre des bonés engines* de Guilherme de La Perrière (1540), os *Emblemes* de Georgette de Montenay (1567), entre outros.

Por meio dos registros de catálogo da biblioteca Hardwick, Skinner constata a existência de exemplos desse gênero literário à disposição de Hobbes, algo que se mostra mais relevante se considerarmos o desenvolvimento do gênero para o que Skinner chama de “frontispício refinado”, uma nova forma de utilização das técnicas dos livros de emblemas em traduções de textos clássicos gregos e latinos. A título de exemplo, a tradução de *Vidas* de Plutarco por Thomas North é uma demonstração insipiente do fenômeno, seguida pelas traduções de Tito Lívio e Suetônio por Philemon Holland no início do século XVII, todas obras que possuíram exemplares na biblioteca de Hardwick. Dessa forma, Skinner argumenta de forma convincente que, quando Hobbes optou por incluir um elaborado frontispício em sua tradução de Tucídides, o autor “estava se inserindo assim em uma tradição humanista bem estabelecida de eloquência visual” (SKINNER, 2010, p. 31).

A imagem produzida por Hobbes elencava, em cada extremo do quadro, as figuras dos governantes Péricles e Arquidamos, cada qual associada à uma figura que representava os métodos de governo distintos por eles empregados: sob a figura de Arquidamos, desenha-se uma mesa na qual debatem ativamente a aristocracia espartana em conjunto com o monarca; e sob a figura de Péricles, contrapõem-se a ilustração de um discurso público no qual o povo assiste passivamente (SKINNER, 2010, p. 32). É importante notar que, ainda que a popularidade dos livros de emblemas fosse consideravelmente alta de uma forma geral, o mesmo não poderia ser dito em relação a muitos dos principais teóricos políticos da época de Hobbes, como Bodin, Grotius e outros, tornando mais notável a escolha de Hobbes pela representação visual das ideias

políticas. De fato, tanto *Do cidadão* quanto o *Leviatã* revelam que o gosto pela tradição visual adquirido nos anos de juventude de Hobbes se mantiveram persistentes ao longo de toda a sua vida, motivo pelo qual Skinner defende que “nenhuma interpretação das teorias de Hobbes sobre a liberdade e a obrigação pode se permitir negligenciar essas traduções visuais de seu raciocínio” (SKINNER, 2010, p. 33).

Passado o breve primeiro capítulo de apresentação, Skinner se encaminha para uma análise mais detalhada dos principais escritos políticos de Hobbes, no entanto, assim como em *Razão e retórica na filosofia de Hobbes* vimos Skinner relacionando os escritos do autor com a tradição retórica, agora vemos um enfoque exclusivo no conceito de liberdade, da forma como foi progressivamente se desenvolvendo desde a publicação do primeiro volume de *Os elementos da lei natural e política*, que em 1650 havia sido publicado como *Humanae Nature*, até o *Leviatã*.

O segundo capítulo se dedica, justamente, a esse primeiro volume de *Os elementos*, livro que surgiu com o propósito de expor as questões relativas à natureza humana. A esta altura, a metodologia empregada por Hobbes era a do estabelecimento dos conceitos-chave ligados aos problemas filosóficos em questão, todavia, Skinner constata com surpresa que, quando se voltou para o fundamental conceito de liberdade humana, ao considerar “os poderes naturais do corpo e da mente do homem”, Hobbes optou por não se aprofundar em uma definição mais precisa do conceito, deixando-a em aberto enquanto prefere a abordagem mais prática de exemplificar situações nas quais “faz sentido” falar em liberdade humana (SKINNER, 2010, p. 38).

Um desses casos foi, para Hobbes, aquele que envolve a tomada de decisão sobre a realização de uma determinada ação, isto é, “a ‘liberdade de fazer ou não’ a ação em questão” (SKINNER, 2010, p. 39). Hobbes desenvolveu, no primeiro volume de *Os elementos*, uma teoria da ação que girava em torno do entendimento da *vontade* enquanto o estágio final da deliberação do intelecto humano, o “último apetite” ou “último medo” que, surgido da escolha por fazer ou não fazer, encaminha para a ação propriamente dita. O conhecido dilema sobre o caráter da vontade em situações em que um indivíduo se vê coagido a seguir uma determinada linha de ação – como aquele produzido por Aristóteles em *Ética a Nicômaco*, do homem que “do navio lança seus bens ao mar para salvar a sua pessoa”, que tanto inspirou escritores de livros de emblemas – foi, para Hobbes, de resolução simples: agimos de forma voluntária, de acordo com a nossa derradeira vontade, em todas as situações, independentemente de sermos movidos pela cobiça, pelo medo ou pela força. Para Hobbes, mesmo que seja

coagido, um indivíduo age de forma completamente voluntária. (SKINNER, 2010, p. 42).

É claro que uma tal consideração sobre o problema da ação livre não passaria desapercibida entre os leitores, muitos deles vinculados à tradição escolástica da teoria do agir livre. Tal foi o caso de John Bramhall, que em sua *Defence of True Liberty* de 1655 rebateu aos argumentos de Hobbes em prol de uma concepção da ação livre ligada ao exercício da razão, em oposição às paixões que, por sua vez, conduziriam o indivíduo a um curso de ação instintivo e incontrolável. A visão de Bramhall, de fato, ecoava todo um conjunto de crenças propagadas na cultura literária humanista do Renascimento e amplamente difundidas entre os humanistas ingleses do período elisabetano, segundo as quais “agir impelido pela razão não é agir como um homem livre”, pois que a verdadeira liberdade reside não no mero desejo, mas na vontade que surge da alma humana como dádiva divina que lhe “capacita a querer livremente e, portanto, agir livremente” (SKINNER, 2010, p. 43-44). Como bem nota Skinner, os humanistas aparentemente estavam buscando inspiração mais no *Timeu* de Platão que na obra de Aristóteles, que ilustrava as “duas almas do homem, uma governada pela razão ou pelo espírito e a outra pelas afeições ou pela carne” (SKINNER, 2010, p. 45).

Novamente, a fim de conferir maior robustez ao argumento, Skinner se utiliza largamente de registros imagéticos dos livros de emblemas, como o de Pierre Coustau em seu *Le pegme de Pierre* (1560), que retratou a metáfora do cavalo chucro que, tal como um indivíduo que age de acordo com os desejos do coração, precisa ser rigorosamente domado a fim de ser controlado de acordo com a vontade capaz e sensata do montador (SKINNER, 2010, p. 47), ou ainda o de Jean Jacques Boissard, que em seu *Emblematum liber* de 1593 representou o princípio do *libertas vera est affectibus non servire* como uma balança de dois pratos que, simbolizando a prudência, expressa a necessidade de manter o equilíbrio para “nos livrar das paixões que de outra maneira nos reduzirão à escravidão” (SKINNER, 2010, p. 48-49).

Toda essa tradição imagética fornece o pano de fundo construído por Skinner para a sua introdução à história do conceito de liberdade no conjunto dos escritos de Hobbes. Em suma, a descrição da liberdade em *Os elementos* de Hobbes trouxe argumentos altamente contundentes e até mesmo escandalosos”, como diria Skinner, dentro de um contexto de relativo consenso humanista no cerne do pensamento político inglês. Não apenas Hobbes descarta o conceito de ação livre por meio de sua concepção sobre a vontade humana, como direciona o conceito de liberdade para o âmbito da

liberdade natural, aquela na qual podemos “fazer tudo o que quisermos como e quando quisermos” (SKINNER, 2010, p. 53).

É claro que, como Skinner não deixa de notar, a descrição da liberdade como um estado de natureza era um dos lugares comuns da literatura política na época, no entanto, segue o argumento, existe uma diferença central entre Hobbes e seus antecessores que é o entendimento acerca não da descrição da liberdade, mas do seu próprio caráter. Enquanto o referido lugar comum apontava para uma compreensão da liberdade natural como pacífica e sociável, para Hobbes esse estado pré-político era justamente o obstáculo a ser superado para que se pudesse alcançar algo como a paz ou a sociabilidade (SKINNER, 2010, p. 55-56).

Em outras palavras, já tocando aqui na teoria hobbesiana do Estado, a paz em sociedade só pode ser adquirida por meio da restrição da nossa própria liberdade natural, ainda que essa restrição ou “confisco” possa acontecer de formas distintas, das quais Hobbes ressalta duas. Em primeiro lugar, podemos perder a *capacidade* de agir de acordo com nossas vontades e poderes quando somos impedidos *fisicamente* de executar a ação, isto é, por meio de recursos materiais – como a prisão, o uso de correntes etc. – ou podemos perder o *direito* de conduzir a mesma linha de ação, desta vez por meio de um *pacto* no qual escolhemos limitar a nossa própria liberdade, pacto este que se configura como “um tipo específico de contrato ou transferência de direito pelo qual uma das partes, mais do que executar imediatamente os termos do contrato, faz a promessa confiável de transferir seu direito a uma data ulterior” (SKINNER, 2010, p. 59). É com essa forma de restrição da liberdade – do indivíduo que se sujeita aos imperativos do Estado a fim de tornar-se um súdito e poder viver em paz – que Hobbes está principalmente preocupado e que Skinner analisa já em vias de se encaminhar para o próximo capítulo do livro.

Enquanto neste capítulo inicial Skinner se esforçou em apresentar a descrição inicial da liberdade em *Os elementos* de Hobbes – um estado de natureza no qual agimos da forma que nos apraz, de acordo com nossos poderes e vontades, o qual podemos perder seja pela imposição da força quanto pela sujeição voluntário às leis do governo –, o capítulo seguinte o autor dá continuidade à análise de *Os elementos*, no entanto agora dando enfoque para os esforços de Hobbes em combater algumas das principais tradições rivais que formaram a querela em torno do conceito de liberdade no discurso político da época. Skinner analisa as respostas oferecidas por Hobbes à monarquia constitucional, à teoria do Estado misto e ao republicanismo, partindo do

pressuposto de que o pensador tem como uma de suas principais ambições, em *Os elementos*, “resistir a essas várias tradições do pensamento constitucional e diminuir seu prestígio” (SKINNER, 2010, p. 81).

Em primeiro lugar, Hobbes respondeu aos defensores do “Estado misto” que, inspirados no *De magistratibus & republica venetorum* de Gasparo Contarini, viam no modelo veneziano de governo uma possibilidade de harmonizar três formas distintas de soberania, onde a autoridade legislativa fica a cargo do Grande Conselho formado pelo conjunto dos cidadãos, a liderança do governo fica sob a presidência do Doge e a vigilância sobre o cumprimento do trabalho de governo é promovida pelo Senado (SKINNER, 2010, p. 72-73). A versão que se popularizou entre os teóricos constitucionais ingleses, todavia, era um pouco distinta da de Contarini: no lugar do Grande Conselho formado pelos cidadãos, o poder legislativo seria entregue ao monarca em conjunto com as duas Câmaras do Parlamento, um sistema caracterizado como “regime misto de monarquia, oligarquia e democracia (SKINNER, 2010, p. 74).

A esse modelo de “monarquia mista” Hobbes responde que a divisão da soberania entre diferentes grupos não diminui em nada a relação de sujeição entre os indivíduos e o Estado, com o agrave de que a existência de mais de um poder pode gerar discordâncias internas e, conseqüentemente, a guerra. Hobbes sustenta a noção do direito de soberania como poder único e indivisível “de natureza tal que seu detentor não pode, mesmo que queira, abandonar uma parte e conservar o restante (SKINNER, 2010, p. 82). Tal conceito de soberania se viu ecoado por emblemas como o de Gregorius Kleppisius, em seu *Emblemata varia* (1623), que retrata dois indivíduos competindo para soar uma trompa, que todavia só pode ser soada por um indivíduo a cada vez (SKINNER, 2010, p. 83).

Enquanto a ideia do Estado misto foi descartada por Hobbes como “menos um erro que uma impossibilidade”, segue Skinner, sua preocupação central era com a alegação, familiar tanto aos monarquistas constitucionais quanto aos republicanos, de que é possível viver como *homem livre* no seio de uma forma específica de governo. Hobbes concentra seu argumento no cerne da definição da liberdade para demonstrar que os autores que defendem a liberdade em sociedade estão, na verdade, se referindo a uma outra coisa. De acordo com o argumento de Hobbes, os republicanos se referem não à liberdade, mas à soberania, visto que a ideia de uma República seria compartilhar o poder entre todos os súditos. E quanto aos monarquistas constitucionais, Hobbes se demonstra ainda mais perplexo, não conseguindo identificar exatamente o que se

referem quando afirmar serem livres dentro de uma monarquia (SKINNER, 2010, 84-86).

A conclusão de *Os elementos* oferece uma definição de liberdade que serve como resposta às tradições do pensamento político que Hobbes estava mobilizando: “liberdade é o estado de quem não é súdito”, isto é, de quem não se submete a nenhuma forma de governo (SKINNER, 2010, p. 87). Dirigindo-se mais especificamente à tradição republicana, Hobbes afirma que “a liberdade equivale nas repúblicas simplesmente à honra de ser tratado como igual aos demais súditos”, posto que em nenhum governo republicano podemos manter nosso estado de natureza. E, com relação aos monarquistas constitucionais, a definição oferecida por Hobbes funciona como um delimitador que o afasta da defesa jurídica do absolutismo de Jean Bodin em seu *Six Bookes of a Commonweale* (1606), a fim de se alinhar com os proponentes do direito divino dos reis (SKINNER, 2010, p. 87).

A veiculação de *Os elementos da lei natural e política* se deu, com toda a sua declarada defesa do absolutismo, em um contexto de fortes disputas entre a Coroa e o Parlamento, em particular por motivo da política do *ship-money* que trouxe consigo uma nova tributação para o povo, essa tida como altamente injusta por teóricos republicanos como Henry Parker, descrito por Skinner como o “mais formidável proponente da causa parlamentar”, que publicou o seu *The Case of Shipmony* em novembro de 1640, propositalmente coincidindo com a abertura do Parlamento Longo, que veio a suceder o Parlamento Curto na Inglaterra. De forma geral, Parker associou a imposição da tributação como decorrente do poder descontrolado do monarca.

É claro que críticas às políticas arbitrárias da coroa já circulavam amplamente na época de Hobbes, todavia, o panfleto de Parker trouxe um tom alarmante que inspirava a revolta contra o poder soberano. E assim que o Parlamento Longo se consolidou, os ataques contra os pensadores políticos que se manifestaram em prol do absolutismo se ampliaram notoriamente. Foi justamente nesse momento, como nota Skinner, que Hobbes percebeu o perigo que corria ao residir na Inglaterra, tendo suas ideias alcançado tão vasta circulação. Se o próprio bispo Maynwaring havia sido aprisionado por ter defendido a completa sujeição dos súditos do reino ao poder divino do monarca, Hobbes começou a temer que algumas de suas proposições em *Os elementos* lhe pudessem render um destino semelhante, o que resultou em um estado de crescente pânico, como descreve Skinner. Ainda em novembro de 1640, poucas semanas após a publicação do fervoroso panfleto de Parker, Hobbes “partiu precipitadamente para a

França, deixando suas posses para serem enviadas mais tarde”, estabelecendo-se em Paris na residência de Charles du Bosc, permanecendo fora da Inglaterra pelos próximos onze anos (SKINNER, 2010, p. 94).

Foi no exílio que Hobbes se viu apto a dar continuidade aos seus escritos políticos, e particularmente no que toca o desenvolvimento do conceito de liberdade, enquanto em *Os elementos* o pensador havia oferecido descrições mais vagas, na análise de Skinner, sobre as situações em que faria sentido mobilizar o termo, agora suas preocupações voltariam para uma definição mais bem acabada da liberdade. Após dois anos em que Hobbes se dedicou a uma revisão e tradução de *Os elementos* para o latim, foi dado início ao trabalho que primeiro surgiu como *Elementorum philosophie section tertia de cive*, reimpresso em 1647 em versão revisada e ampliada com o título abreviado *Do cidadão*. E dentre as principais modificações produzidas por Hobbes em relação a *Os elementos*, a principal foi provavelmente a “introdução de uma nova análise do conceito de liberdade”, ao qual passaremos agora (SKINNER, 2010, p. 95).

Novamente, Skinner se utiliza de diversas imagens extraídas dos livros de emblemas a fim de agregar ao pano de fundo histórico da obra de Hobbes alguns dos principais *topos* da época. Entre eles, a imagem do dragão de múltiplas cabeças que, ilustrada por Sebastián de Covarrubias em seu *Emblemas Morales*, ilustrava a ideia do *tot sententiae*, isto é, da inescapável condição em que a multidão de indivíduos pode produzir inúmeras opiniões conflitantes, tal qual a imagem da *Pacis fructus* de Haecht Goidtsenhoven em seu *Microcosmos: parvus mundus*, ilustrando os frutos abundantes que apenas a paz pode oferecer, eram do conhecimento de Hobbes e foram mobilizadas em sua definição de liberdade, uma definição que, como Skinner bem define, pode ser vista como um *retrato emblemático* da liberdade (SKINNER, 2010, p. 102).

Apoiando-se nos retratos dos povos originários da América que, para Hobbes, ofereciam um exemplo contemporâneo da liberdade natural que se poderia comparar com aquela desfrutada pelos povos germânicos da Antiguidade, Hobbes inclui um frontispício representando a liberdade natural como perversa e diabólica, padecendo com o avanço progressivo do império cristão. Logo abaixo, o emblema apresenta a página-título situada entre duas figuras humanas: do lado esquerdo, o *Imperium* é representado como uma mulher jovial e bem vestida, segurando em sua mão direita a balança que representa o *direito* e, na mão esquerda, uma adaga que aponta para o céu simbolizando o contato com Deus; do lado direito, a *Libertas* é representada como uma senhora velha e amargurada, vestindo trajes indígenas, apoiando um arco em seu braço

esquerdo e carregando uma lança na mão direita que, por sua vez, aponta diretamente para o chão (SKINNER, 2010, p. 104). A análise de Skinner mostra que Hobbes possuía “um conhecimento complexo das tradições visuais” de seu próprio tempo, reproduzindo diversos elementos desse contexto em sua própria argumentação imagética, como mostra, por exemplo, a notável semelhança entre a *Libertas* de Hobbes e outras representações da época, como a *America* de Cesare Ripa (1611).

Se os argumentos iniciais de *Do cidadão* não mostram uma diferença significativa na argumentação de Hobbes acerca da liberdade, se comparado ao livro anterior, é a partir do nono capítulo que as coisas começam a mudar, quando Hobbes se propõe, pela primeira vez, a oferecer uma definição mais ampla do conceito de liberdade. Tal definição, por sua vez, colocava que a *libertas* deveria ser entendida como a *ausência de impedimento ao movimento*, isto é, como a ausência de uma obstrução que pode ser de tipo *externo* ou *absoluto*, quanto de tipo *arbitrário*. Por impedimentos absolutos, Hobbes assinala aqueles em que um obstáculo se impõe fisicamente sobre o movimento corporal, impossibilitando o seu movimento em uma direção desejada, como quando a água é presa em um vaso que a impede de escoar, ou quando um muro se sobrepõe a um caminho ou estrada (SKINNER, 2010, p. 111-112). O impedimento arbitrário, por sua vez, remete à escolha, ao *arbitrio* do indivíduo que possui o poder de restringir uma própria liberdade. Como quando um indivíduo – para seguir aqui o exemplo de Hobbes – que pode se atirar ao mar sem quaisquer impedimentos externos resolve, por escolha própria, não o fazer, de forma que essa autorregulação do movimento serve como impedimento arbitrário (SKINNER, 2010, p. 112-113).

Mais notável é o fato de que Hobbes introduz, em *Do Cidadão*, o conceito que ficara completamente ausente em *Os elementos*, a saber, a distinção entre *libertas* e *libertas civilis*, ou liberdade civil. Como vimos, na obra anterior, Hobbes havia colocado que o ato de se submeter ao Estado implicava na entrega da própria liberdade em troca da paz e da segurança fornecidos pela estrutura da sociedade, pois que a liberdade é a condição de quem não é súdito. Agora, em contraste, o pensador concede que, mesmo na condição de súditos, mantemos uma parcela considerável de liberdade civil, caracterizada antes de mais nada pelo fato de que em geral possuímos grande poder de mobilidade dentro da sociedade civil – enquanto não formos presos ou acorrentados, nossos corpos podem circular com relativa liberdade – além do fato de que mantemos o poder de fazer tudo o que for necessário para mantermos nossa vida ou

saúde, mesmo que isso implique em uma contravenção sujeita a punição pelo Estado (SKINNER, 2010, p. 117-118).

Encaminhando-se para o final da análise de *Do Cidadão*, Skinner demonstra como a nova conceituação de Hobbes sobre a *libertas civilis* operou um efeito retórico importante, especialmente se considerarmos as reivindicações dos teóricos republicanos de que apenas é possível viver em liberdade em um governo democrático. Enquanto em *Os elementos* Hobbes enfatizou que “os súditos são escassamente mais livres que os escravos”, na presente obra inverteu a ênfase sugerindo que “mesmo os escravos são escassamente menos livres que os súditos”. Em suma, como bem resumiu Skinner, Em *Do Cidadão* Hobbes declarou que “mesmo os que vivem como súditos de soberanos absolutos estão tão autorizados a considerar a si mesmos como possuidores da *libertas civilis* quanto os que vivem em democracias ou Estados livres” (SKINNER, 2010, p. 121).

Assim, Hobbes logrou uma definição mais bem acabada de seu conceito de liberdade, ainda que suas considerações sobre o tema tiveram de ser avaliadas a partir de um apanhado geral de passagens espalhadas pelo livro. Foi apenas com a publicação do *Leviatã* que, como bem lembra Skinner, Hobbes dedica um capítulo inteiro especificamente à liberdade, o capítulo 21 intitulado “Da liberdade dos súditos”. Não apenas o conceito ganha relevância e proeminência, como recebe uma alteração que, apesar da aparência sutil, revela transformações profundas no conceito. “Se previamente [Hobbes] definira a liberdade [...] como a ausência de impedimentos ao movimento, agora a define como a ausência de impedimentos *externos* ao movimento” (SKINNER, 2010, p. 126).

Por meio de uma atenta análise do texto de Hobbes, Skinner argumenta que a principal transformação trazida pela introdução do novo conceito foi um abandono do conceito dos *impedimentos arbitrários* descritos em *Do Cidadão*. Definindo a liberdade como a ausência de impedimentos *externos* ao movimento, Hobbes estipulou que só há um tipo de impedimento capaz de subtrair a alguém a sua liberdade, o impedimento que anteriormente Hobbes chamaria de *absoluto*, isto é, aqueles que “têm o efeito de deixar um corpo fisicamente impotente” independentemente do livre arbítrio do indivíduo (SKINNER, 2010, p. 127). A nova definição de Hobbes ainda se viu ecoada no não menos importante texto no qual o pensador redigiu a sua versão de um debate travado com Bramhall, publicado em *The Questions Concerning Liberty*, no qual declara o conceito de liberdade como “a ausência de quaisquer impedimentos a ação que não

estão contidos na natureza e na qualidade intrínseca do agente envolvido” (SKINNER, 2010, p. 128).

Saindo um pouco da análise mais estrita do texto, Skinner discorre sobre as possíveis motivações de Hobbes para mudar de ideia em relação à definição de liberdade. Segundo a leitura do autor, uma das principais fraquezas de obras anteriores teria sido a ausência de uma distinção mais clara entre *liberdade* e *poder*, isto é, entre “possuir a liberdade de agir e possuir o poder de executar a ação” (SKINNER, 2010, p. 129). A reformulação do conceito teria assim surgido, portanto, para dar conta dos diferentes impedimentos ao movimento dentro de um mesmo sistema filosófico. A fim de exemplificar a nova definição, Hobbes argumentou que podemos considerar carente de *liberdade* uma pessoa que esteja presa, amarrada ou impedida por obstáculos externos a si mesma de movimentar-se, ainda que não possamos dizer o mesmo de uma pessoa que, por alguma doença ou debilidade, tenha perdido o movimento das pernas: em se tratando de um impedimento que está na própria pessoa e não em obstáculos externos, diz-se que foi perdido o *poder* de se movimentar, e não a liberdade (SKINNER, 2010, p. 130).

A referida fraqueza na teoria pioneira de Hobbes foi uma das razões internas que conduziram o pensador a sua redefinição do conceito de liberdade. No entanto, Skinner está ainda interessado nas razões externas que o direcionaram para o mesmo caminho, razões que teriam criado “as condições para montar um poderoso araque contra vários dos novos oponentes da soberania absoluta que haviam alcançado uma proeminência fatal na Inglaterra” (SKINNER, 2010, p. 134-135). Aqui, Skinner busca mais propriamente demonstrar uma parte daquilo que Hobbes *estava fazendo* ao escrever e divulgar o *Leviatã*, a saber, direcionando um ataque a certos grupos sociais considerados inimigos, sendo o principal deles os pensadores republicanos, frequentemente descritos por Hobbes como “autores democráticos” que “extraíam seus princípios políticos dos livros de História e de Filosofia dos gregos e romanos antigos” e cujo maior defeito era a popularização de crenças perigosas acerca do conceito de liberdade, entre elas a crença de que ser livre é “viver independentemente de um poder arbitrário, e, por conseguinte, que somente podemos esperar viver como homens livres sob Estados livres opostos às monarquias” (SKINNER, 2010, p. 136).

Hobbes percebeu rapidamente a ascensão dos discursos republicanos no debate público inglês. A redefinição do conceito de liberdade no *Leviatã*, portanto, surgiu da necessidade de “enfrentar os teóricos da liberdade republicana em seu próprio terreno”,

sentimento que levou Hobbes a investir numa resposta mais bem elaborada à teoria republicana da liberdade (SKINNER, 2010, p. 143-144). Uma das principais inferências do novo conceito foi a própria definição de *homem livre*, tido como “aquele que, naquelas coisas que graças a sua força e engenho é capaz de fazer, não é impedido de fazer o que tem vontade de fazer” (HOBBS apud SKINNER, 2010, p. 144).

Ao lançar tal definição, Hobbes assumia os riscos de expor uma noção certamente polêmica para o discurso político inglês da época, pois, como lembra Skinner, o significado geralmente aceito do termo era de que um homem livre era aquele que estava livre da *possibilidade* de ser impedido arbitrariamente, e não livre apenas do impedimento propriamente dito. Em suma, “enquanto para eles [os republicanos] o estar livre da possibilidade de interferência arbitrária é condição necessária para ser um homem livre, para ele [Hobbes] a ausência de interferência já é condição suficiente” (SKINNER, 2010, p. 147). O grande feito de Hobbes com essa definição antagônica, de acordo com a análise de Skinner, foi o de ter logrado, pela primeira vez, uma explicação precisa sobre a inadequação do conceito republicano de liberdade, o que Skinner considera “um marco na evolução das teorias modernas da liberdade” ao estabelecer que “ser um homem livre nada tem a ver com o ter que viver [...] independentemente da vontade de outrem”, mas com “não estar incapacitado por impedimentos externos a agir segundo vontade e poderes próprios” (SKINNER, 2010, p. 149).

O ponto chave da resposta de Hobbes aos republicanos foi, por conseguinte, a alegação de que é impossível ser menos livre em uma monarquia do que em uma república pois, independentemente do regime de governo, somos todos levados a autorizar a limitação da nossa liberdade natural por parte das *leis* de regem a ordem social, assim como mantemos o poder de agir de acordo com nossos desejos e vontades mesmo que isso implique em uma desobediência às leis e acarrete consequências tais como a privação dessa mesma liberdade. Ou seja, não há qualquer forma de governo em que seja possível manter de forma *irrestrita* a nossa liberdade natural (SKINNER, 2010, p. 153-154).

Encaminhando-se para o final da análise sobre os textos de Hobbes, Skinner expõe a reação do pensador à derrota da monarquia e ascensão da nova República inglesa a partir do *Behemoth*. O reconhecimento da derrota da monarquia por parte de Hobbes veio, segundo Skinner, “de bom grado”, demonstrando disposição para se aliar ao novo Estado. O fato que, segundo alguns comentadores, representou uma traição aos

princípios políticos sustentados anteriormente, para Skinner se refere justamente ao cerne do que Hobbes sempre defendeu: a existência de um poder soberano que ofereça segurança e paz em troca da obediência civil (SKINNER, 2010, p. 168-169). Hobbes declara que o propósito do *Leviatã* foi o de expor “a relação mútua entre proteção e obediência”, um princípio que, como lembra Skinner, foi fundamental em sua teoria da obrigação política (SKINNER, 2010, p. 170). Tal teoria se relaciona, por fim, à própria definição do conceito de Estado oferecida por Hobbes da forma mais brilhante com o seu frontispício ao *Leviatã*, como uma pessoa formada pela multidão “mediante pactos recíprocos uns com os outros”, e que usa “a força e os recursos de todos da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum” (HOBBS apud SKINNER, 2010, p. 176).

6.2. Reencontrando o passado

Skinner relata que, com o passar dos anos, se viu paulatinamente abandonando a antiga relutância em aceitar que existem continuidades profundas e duradouras na história do pensamento político ocidental. E ainda que não tenha sido evidente desde o início, o autor percebeu que o seu próprio interesse na obra de Hobbes acabou por expressar esse ponto de vista. Skinner não estava interessado na figura do pensador inglês como o fundador de um sistema isolado de pensamento político, mas particularmente como um formidável contribuinte ao debate em torno do conceito de ciência civil que permeou todo o período do Renascimento (SKINNER, 2016, p. 44). Por outro lado, ainda que, em *Hobbes e a liberdade republicana*, Skinner continue mobilizando os termos característicos de sua visão metodológica original na própria descrição do objetivo do livro, essa mesma visão já vinha se alterando anos atrás, como é possível perceber já em 2002 quando Skinner foi entrevistado por P. Koikkalainen. Nesta oportunidade, o autor relatou com elevado espanto a lembrança de alguns de seus comportamentos intelectuais de juventude mais característicos, desde o autointitulado “ataque terrorista” de “Meaning and understanding in the history of ideas”, reavaliado como o fruto de uma “raiva frustrada” contra o *status quo* das disciplinas de teoria política e história do pensamento político (SKINNER, 2002, p. 38). Superado esse sentimento, e após a longa consideração de boa parte das críticas que foram dirigidas ao seu projeto metodológico inicial, Skinner se viu livre para reconsiderar a sua própria abordagem no que diz respeito às relações entre passado e presente.

Do ponto de vista da execução, o argumento geral mobilizado por Skinner ao longo de *Hobbes e a liberdade republicana* apresenta, tal qual como vimos na análise de *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*, uma correspondência fraca com os escritos metodológicos das décadas de 1960 até 1990, o que neste caso é algo bastante esperado, tendo em vista que o livro foi publicado em 2008 e reflete as transformações metodológicas da obra de Skinner. A nova abordagem continua sendo perfeitamente compatível com os princípios gerais da abordagem collingwoodiana, visto que a todo momento Skinner está buscando demonstrar – por meio de uma atenta e meticulosa análise dos textos associada, neste caso, à análise de imagens que em muito enriquecem a construção e a relevância do contexto histórico de Hobbes – as perguntas para as quais os argumentos de Hobbes serviam como respostas. Nesse sentido, foi demonstrado de forma convincente que o pensador inglês lutou, por meio de seus textos, contra o ideal da liberdade republicana que avançava junto com o novo parlamento que se instalava na Inglaterra, até que o derradeiro fracasso da monarquia lhe rendesse uma aceitação resignada da nova ordem. O livro de Skinner serve, desta forma, como uma imponente documentação dos momentos em que Hobbes contrapõe o conceito republicano de liberdade, operando uma fusão “entre a historiografia do pensamento político e o debate analítico e normativo na teoria política contemporânea” (SILVA, 2013, p. 175).

Por isso, não avançaremos nesse momento a crítica já mencionada da incompatibilidade entre os textos metodológicos originais e as realizações práticas posteriores, visto que um dos principais feitos do livro é justamente consolidar uma nova perspectiva interpretativa sobre as relações entre passado e presente que, em declarada oposição às opiniões sustentadas na juventude, definem agora a versão mais atualizada da abordagem skinneriana. Ao constatar que o argumento de Hobbes contra a definição republicana da liberdade “venceu a batalha” e permaneceu no tempo como uma visão largamente aceita pela tradição liberal do pensamento político, Skinner está consumando, como bem resumiu Silva, o “afastamento de alguns de seus postulados metodológicos originais” por meio do reconhecimento de que as tradições intelectuais não devem ser absolutamente fechadas ao contexto histórico em que foram produzidas, visto que há uma parcela de continuidade entre essas tradições e o tempo presente que não pode ser descartada (SILVA, 2013, p. 183).

Podemos assumir, portanto, que ao menos desde a publicação de *Hobbes e a liberdade republicana* os trabalhos de Skinner podem ser compreendidos como tendo se deslocado “da metodologia para a política”, como colocou Richard Whatmore, muito

em função do reconhecimento da possibilidade de se escrever história intelectual e oferecer explicações históricas sobre ideias e conceitos históricos sem maiores referências ao contextualismo linguístico e pela declarada intenção em produzir um engajamento entre a análise histórica e os debates políticos contemporâneos (WHATMORE, 2016, p. 108).

Tal deslocamento pode ser compreendido, por sua vez, em função do crescente comprometimento de Skinner com o neorrepblicanismo, como diversos autores notaram. Não precisamos concordar com as críticas mais enfáticas e provavelmente exageradas de um autor como Émile Perreau-Saussine – que não contempla a consciente reconsideração do próprio Skinner sobre os princípios metodológicos do contextualismo linguístico ao denunciar a sua obra como fruto de uma hipocrisia, isto é, como decorrente da negação da possibilidade da história do pensamento político transcender o seu próprio contexto histórico concomitante à defesa da continuidade da teoria política de Maquiavel para o tempo presente (PERREAU-SAUSSINE, 2007, p. 118-120) – a fim de reconhecermos que, apesar da aparente contradição, o que de fato aconteceu com a metodologia de Skinner foi um legítimo “reencontro com o passado”, para usar o título da relevante entrevista de 2002 que resume o sentimento geral da sua nova abordagem.

O fato é que a relativização do contextualismo linguístico – dos textos pioneiros que lançavam uma distinção forte entre a história e a teoria política – em direção ao ímpeto de “ingressas em debates políticos atuais” foi uma mudança cujas origens remontam à década de 1990 com a publicação de *Liberdade antes do liberalismo*, momento em que Skinner “passou a conceber o trabalho de historiador como análogo à atividade do arqueólogo que resgata tesouros do passado para melhor compreender o presente”, para citar o recente apanhado da obra oferecido por Alberto de Barros (BARROS, 2023, p. 286). De todos os tesouros escondidos na história do pensamento político, o mais valioso para Skinner foi, sem dúvida, a concepção republicana de liberdade.

Sendo assim, se avaliamos a interpretação de Skinner sobre as relações entre Hobbes e a liberdade republicana, precisamos também considerar as relações entre Skinner e a liberdade hobbesiana como um esforço de transformação do contextualismo linguístico. *Hobbes e a liberdade republicana* não é apenas um livro sobre as alterações no conceito de liberdade construído por Hobbes ao longo de seus escritos, mas um lance promovido pelo próprio Skinner no âmbito da teoria política contemporânea. É possível

compreender o lance de Skinner como tendo iniciado a partir de uma tentativa de refutação dos *Dois conceitos de liberdade* de Isaiah Berlin. Este texto de Berlin, originalmente publicado em 1958 e que popularizou no campo da filosofia a distinção entre as liberdades *positiva* e *negativa*, definindo a liberdade como a *presença* ou a *ausência* de algo – a liberdade positiva como a participação política dos cidadãos no autogoverno da cidade e a liberdade negativa como a ausência de obstáculos à realização das nossas ações (SILVA, 2013, p. 176). Skinner, por outro lado, avançou argumentos contra ambas as concepções, propondo um conceito alternativo.

A conceituação da liberdade por Skinner buscou inspiração, em primeiro lugar, nos textos de Maquiavel, onde o autor encontrou a referência para defender que os dois conceitos de Berlin poderiam ser agrupados em uma única concepção. Enquanto é fato que a liberdade dos cidadãos só pode ser mantida por meio da disposição destes em se engajar na vida civil, também é o fato de que a liberdade necessita de algum tipo de constrangimento legal que regule os espaços sociais a fim de evitar que os comportamentos contrários à própria liberdade perpetuem. A liberdade não pode se definir “nem pela simples ausência de oposição externa às ações individuais, nem pela pura presença da participação dos cidadãos no autogoverno da cidade”, mas pela ausência de uma modalidade específica da interferência que deriva do poder arbitrário e que traz como consequência a dominação de uns sobre outros (SILVA, 2013, p. 176). E como bem resumiu Barros, a interpretação de Skinner sobre Maquiavel lhe forneceu uma perspectiva em que as virtudes cívicas devem ser estimuladas para que os cidadãos se resguardem de impedimentos arbitrários às suas ações, ao mesmo tempo em que as leis civis devem cumprir o papel de regular os espaços de não interferência e de proteger contra intervenções desnecessárias (BARROS, 2023, p. 24). Desta forma, tendendo mais a ressaltar este último aspecto da noção de liberdade, Skinner lança a sua concepção neorromana de liberdade como uma modalidade de liberdade negativa, definida como a *ausência de interferência arbitrária* (BARROS, 2023, p. 25).

Por meio do estudo de obras de Hobbes, Maquiavel e tantos outros pensadores políticos clássicos e renascentistas, Skinner aderiu assim à teoria republicana da liberdade em grande sintonia com a teoria de Pettit, exposta em seu livro *Republicanism: A Theory of Freedom and Government* (1997). Enquanto os trabalhos pioneiros sobre o pensamento político de Hobbes lhe serviram como uma espécie de introdução ao tema – tendo sido Hobbes o “mais formidável inimigo” da liberdade republicana, como o próprio Skinner colocou – os textos de Maquiavel lhe

proporcionaram uma base teórica para contrapor a teoria liberal que em muito acabou se inspirando em Hobbes. E o caminho de Skinner em direção à defesa do republicanismo foi ao mesmo tempo o caminho da transformação da sua vertente do contextualismo linguístico. Enquanto a metodologia partia do pressuposto do afastamento do presente na busca da *identidade histórica* dos eventos sociais, com foco nas performances dos discursos políticos, a ideia de um fechamento do contexto histórico e a crítica mais enfática ao anacronismo cederam lugar a um reconhecimento da validade de se pensar o presente através do passado e de realizar estudos de média e longa duração sobre os discursos políticos, como aquele que liga Maquiavel aos dias de hoje.

Poucos anos antes da publicação de *Hobbes e a liberdade republicana*, Skinner havia divulgado suas visões sobre a definição da liberdade em seu texto “A Third Concept of Liberty”, lido em novembro de 2001 na Academia Britânica. O trabalho é altamente devedor das críticas e comentários de colegas como Lena Halldenius, Jonathan Harrinson, Susan James, Ingmar Persson, Amartya Sen e James Tully, e nele Skinner aprofunda sua crítica aos dois conceitos de liberdade de Berlin. Em primeiro lugar, a liberdade é sempre negativa, no sentido de que aquilo que Berlin entendia como liberdade positiva é uma consequência necessária da própria liberdade negativa. Dito em outras palavras, em todos os casos em que existe a ausência de impedimentos arbitrários a um agente para realizar seus próprios objetivos, esse mesmo agente sempre possui a liberdade para agir e se engajar. Portanto, de certa forma corrigindo o influente título do ensaio de Berlin, Skinner constata que existe apenas um conceito de liberdade (SKINNER, 2002, p. 237-238).

Resolvida a questão de que falar em liberdade é sempre falar no seu caráter negativo, Skinner passa para uma consideração sobre as limitações do conceito de liberdade negativa de Berlin. Aqui vale dizer que o autor não se dirigia apenas a Berlin, mas igualmente aos seus contemporâneos. A mesma limitação encontrada no esforço de conceituação do conceito de liberdade oferecido por Berlin foi percebida por Skinner com praticamente todos os trabalhos sobre teoria da liberdade que o autor havia se deparado até então (SKINNER, 2002, p. 246). A limitação diz respeito à ausência de um importante debate histórico em torno da definição clássica e mais duradoura da liberdade negativa oferecida por Hobbes, que Berlin toma como referência central de sua definição. O caráter polêmico do argumento de Hobbes, tão bem demonstrado por Skinner em *Hobbes e a liberdade republicana*, foi justamente o fato de que o pensador inglês estava respondendo a uma poderosa versão alternativa da liberdade negativa, a

própria liberdade republicana, da forma como se mostrou nos debates públicos ingleses do início do século XVII (SKINNER, 2002, p. 246).

Assim, o objetivo de Skinner se tornou o de “trazer de volta à superfície”, para usar as palavras do autor, essa visão alternativa de liberdade negativa que foi descreditada por Hobbes e abandonada ao esquecimento (SKINNER, 2002, p. 247). A visão alternativa, como vimos na análise do livro aqui apresentada, era a de que a simples ausência de impedimentos ao movimento não bastava para garantir a liberdade. A mera existência de um poder arbitrário capaz de interferir em nossas atividades sem o nosso consentimento é por si só um elemento limitador da liberdade (SKINNER, 2002, p. 248). Se olharmos em conjunto o artigo “A Third Concept of Liberty”, de 2002, com *Hobbes e a liberdade republicana*, publicado seis anos mais tarde, vemos o maior exemplo do projeto intelectual e metodológico mais recente de Skinner. Sua análise histórica dos debates entre Hobbes e os republicanos não apenas é utilizado para reformular a forma como compreendemos a teoria de Hobbes, mas para resgatar uma visão da liberdade obscurecida por uma outra narrativa vencedora, trazendo-a para o presente como conceito possível para pensarmos o nosso próprio tempo.

Por fim, vale dizer que, do ponto de vista da interpretação de Hobbes, o argumento de Skinner sobre a mudança radical na visão de Hobbes sobre o conceito de liberdade permanece uma questão em aberto. Diversos estudiosos têm persistentemente demonstrado uma visão menos enfática sobre a referida mudança no pensamento de Hobbes. Se o objetivo de Skinner era demonstrar que o argumento exposto no *Leviatã* foi “não uma revisão, mas um repúdio” aos argumentos originais de uma obra como *Os elementos*, pesquisas atuais continuam defendendo o caso de que “Hobbes nunca se move muito longe de suas posições originais”, mesmo que uma “mudança de ênfase é marcada” (SPRINGBORG, 2010, p. 159). Patricia Springborg mostra, assim como tantos intelectuais na atualidade, que as questões levantadas por Skinner sobre a interpretação do pensamento político de Hobbes – particularmente sobre as definições da liberdade e a genealogia do Estado moderno – continuam servindo de inspiração para novas investigações sobre os espaços intelectuais percorridos por Hobbes, desde a biblioteca de Chatsworth em Derbyshire até as casas de nobres em Londres, passando pelo exílio na França, buscando uma compreensão mais apurada dos contextos e das ideias que marcaram a trajetória do pensador inglês (SPRINGBORG, 2019, p. 38).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, embarcamos em uma densa leitura de parte significativa da obra de Quentin Skinner, agrupando seus artigos metodológicos mais notórios com os principais escritos do autor sobre Thomas Hobbes, tendo como objetivo maior oferecer uma compreensão prática da metodologia proposta por Skinner por meio de seus próprios trabalhos. Iniciamos a jornada pela discussão teórica, analisamos as partes constituintes do contextualismo linguístico de Skinner com o modelo proposto pelo seu principal interlocutor no assunto, J. G. A. Pocock, em conjunto da leitura dos principais artigos metodológicos das décadas de 1960 e 1970 escritos por Skinner, onde o autor formou as bases de sua concepção metodológica de juventude e se empenhou fortemente em desenvolver a teoria dos atos de fala em diálogo com Peter Strawson, Gilbert Ryle, entre outros. Ademais, abordamos a centralidade do conceito de retórica dentro do pensamento de Skinner e sua própria concepção da mudança conceitual.

Dando um passo atrás, continuamos o trabalho com alguns apontamentos gerais sobre as perspectivas teóricas de três das maiores referências intelectuais de Skinner: R. G. Collingwood, J. L. Austin e Peter Laslett. Foi avaliado o efeito duradouro das lições metodológicas de Collingwood no procedimento analítico de Skinner em contraste com a influência mais intensa, ainda que mais efêmera, do debate da filosofia da linguagem de Austin. Não menos importante foi Laslett, que serviu não só como referência teórica, mas como um modelo prático de como criticar e reformular a filosofia política por meio da perspectiva histórica. Skinner, por sua vez, obteve desse conjunto de autores parte significativa da teoria utilizada para elaborar a sua própria abordagem.

Um fato historiográfico não menos relevante foi a reação alarmante causada por alguns dos textos de Skinner aqui abordados, em particular o seu clássico “Meaning and understanding in the history of ideas”, que despertou e, após mais de cinquenta anos, continua despertando a resposta de tantos outros filósofos, historiadores, sociólogos e cientistas políticos ao redor do globo. Correndo o risco de apresentar uma seleção arbitrária em face da enorme quantidade de críticas à metodologia de Skinner, finalizamos a seção teórico-metodológica da tese com alguns dos principais ataques teóricos desferidos contra o autor no decorrer das décadas que seguiram à publicação do supracitado artigo, avaliando também as respostas oferecidas por Skinner aos seus críticos e algumas reformulações do método ao longo deste processo.

De forma geral, olhando para o conjunto da primeira parte da tese, estabelecemos *grosso modo* uma divisão do contextualismo linguístico de Skinner em

três fases. Primeiro, o período de juventude que compreende a década de 1960, um momento conturbado, polêmico e altamente produtivo no qual o jovem professor da Universidade de Cambridge se dedicou a assuntos da ordem do dia em teoria da história e história do pensamento político, culminando na publicação de “Meaning and understanding in the history of ideas” em 1969. Como o próprio Skinner relata em sua mais recente publicação, essa foi a época em que toda uma nova geração de jovens estudiosos resolveu desafiar a ortodoxia vigente no campo da história da filosofia política, questionando o entendimento das divisões de papel entre o filósofo político e o historiador da filosofia política. Essa geração, que inclui Skinner, Pocock e John Dunn, buscou entre outras coisas desviar a ênfase mais exclusiva nos textos canônicos para uma visão mais ampla sobre as ideologias políticas (SKINNER, 2023, p. 194).

A partir da década de 1970, inicia-se a segunda fase, a qual podemos dizer que se estende até a publicação da coletânea editada por James Tully, *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*, publicada em 1988, que oferece uma espécie de fechamento provisório do debate. Neste momento, Skinner investiu diversos textos numa tentativa de contribuir e aprimorar a teoria dos atos de fala de J. L. Austin, dialogando mais diretamente com os filósofos analíticos mais relevantes do debate. O gatilho para a aproximação de Skinner com a filosofia da linguagem se deu pelo fato de ter encontrado nos escritos de Austin um evidente referencial teórico para as reformulações que vinham surgindo desde a década anterior.

Para Skinner, o entendimento das lutas ideológicas atreladas aos textos removiam-lhes o caráter de meros tratados sistemáticos de filosofia política, apresentando as consequências políticas decorrentes das performances desses mesmos textos. O proferimento de um desses lances argumentativos, por sua vez, aponta para uma das possíveis intenções do autor que as proferiu, e isso interessa não só ao historiador, mas a todos os que estudam os textos políticos do passado. A partir da segunda fase, portanto, Skinner buscou aprimorar o entendimento de que não devemos criar uma distinção forte entre a filosofia política e a ideologia, pois os pensadores são também combatentes cujos textos emergem como complexas ações que podem se aproximar ou se afastar de uma intenção original (SKINNER, 2023, p. 195).

Por fim, a terceira fase pode-se dizer que vai da década de 1990 ao presente, a fase madura em que Skinner revê de forma bastante sóbria o seu legado intelectual e se dedica a diversas ressalvas e reformulações daquilo que ficou conhecida como a sua perspectiva metodológica característica. Diversos especialistas analisaram a obra

metodológica de Skinner até a década de 1990, e o sentimento geral era de que a relevância daqueles argumentos teóricos tão arduamente defendidos – como o da definição mais precisa dos atos ilocucionários – permanecia uma questão em aberto. Skinner se viu compelido a alterar suas posições originais, confessando que os textos de juventude foram escritos num espírito de entusiasmo e reivindicavam mais do que a teoria era capaz de oferecer (ROGERS, 1990, p. 271). Skinner repudiou alguns dos traços mais notáveis de seus textos de juventude, como a linguagem irônica e o tom polêmico e provocativo, e do ponto de vista da metodologia, abandonou igualmente a rigidez com que abordava alguns conceitos-chave da metodologia, como o de contexto histórico.

Partindo para a segunda e última parte da tese, foi dado início à ambiciosa proposta de comparar o conjunto da obra metodológica de Skinner com os seus principais trabalhos empíricos sobre a vida e o pensamento de Thomas Hobbes. O pensador inglês figura neste trabalho como peça-chave do desenvolvimento intelectual de Skinner. Como procuramos demonstrar, Skinner foi extremamente bem-sucedido na tarefa de pôr em prática aquele projeto primeiro concebido no início da década de 1960, o de fazer com Hobbes o que Laslett havia feito com Locke. No campo da historiografia, Skinner garantiu o seu lugar entre os historiadores que mais movimentaram o debate em torno das origens e do caráter da filosofia política de Hobbes nas últimas décadas.

Para cada uma das fases do contextualismo linguístico de Skinner, buscamos uma correspondência a nível prático nos escritos do autor sobre Hobbes. Se na fase de juventude não podemos dizer que havia uma metodologia organizada, ao menos pudemos constatar que algumas publicações sobre o contexto intelectual de Hobbes surgiram de forma concomitante aos primeiros escritos metodológicos, o que já indicava a confessa intenção do autor em casar a teoria com a prática tendo o clássico pensador inglês como referência central. Por outro lado, *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*, que foi publicado em 1996, é um exemplo bastante tardio da segunda fase metodológica de Skinner, na medida em que mantém parte do vocabulário típico de seus artigos da década de 1970 ao mesmo tempo em que coloca em evidência o tema da retórica que, como vimos no primeiro capítulo, assinala para as transformações na perspectiva filosófica de Skinner.

Finalizando o debate, passamos para a análise de *Hobbes e a liberdade republicana*, uma excelente demonstração da perspectiva mais madura da abordagem de

Skinner. Nesta fase, a busca pela identidade histórica do texto mostra que pode conviver com uma forma pragmática de anacronismo. Ao mesmo tempo em que Skinner remonta o caráter histórico da ofensiva intelectual de Hobbes contra as teorias rivais da liberdade, sobretudo a liberdade republicana, o autor declara que é possível e até mesmo desejável que criemos pontes entre o passado e o presente como forma de intervir ativamente nos rumos do debate político contemporâneo. Como vimos, o interesse em demonstrar como Hobbes solapou uma vertente específica de liberdade republicana era justamente desenterrá-la e trazê-la como referência para uma nova conceituação da liberdade no século XXI.

Hoje os desafios historiográficos com que se depara o contextualismo linguístico de Skinner são outros, e instigam novas questões. Um dos fenômenos mais relevantes na historiografia recente foi, sem dúvida, a emergência dos debates sobre a história global, campo de estudos que surge hoje como grande proeminência no meio acadêmico internacional. A história global trabalha com a premissa de descentralizar as narrativas históricas tradicionalmente construídas sob uma perspectiva eurocentrada, desafiando assim as noções de centro e periferia e integrando as trajetórias e processos históricos de agentes localizados nas mais diversas regiões do globo (ESPADA LIMA, 2018, p. 60). Além disso, o historiador global busca dar conta de compreender e explicar a globalização, esse conceito que, como bem colocou Hartog, ocupa hoje o lugar que ocupava a “modernização” em meados do século passado, isto é, um conceito polissêmico e disputado – “não há uma só globalização tomando, por assim dizer, de viés o mundo inteiro ao mesmo tempo” (HARTOG, 2013, p. 177).

No campo da história intelectual, as possibilidades práticas e teóricas da história global já vêm, de alguma forma, sendo exploradas. Enquanto Sanjay Subrahmanyam aponta o dedo diretamente aos historiadores intelectuais de Cambridge por “não considerarem a possibilidade de se explorar a história intelectual fora da Europa Ocidental e da América do Norte”, autores como Knud Haakonssen e Richard Whatmore, que são historiadores intelectuais atuantes na academia britânica, defendem-se ao colocar que o trabalho de Pocock, a título de exemplo, pode ser compatível com muitas das definições dos requisitos atualmente exigidos pela abordagem global (HAAKONSSSEN; WHATMORE, 2016, p. 19). Livros como *The Maori and New Zealand Politics* (1965), *The Machiavellian Moment* (1970) e *Three British Revolutions* (1980) demonstram uma atitude profundamente crítica da ideia de “Europa” como entidade isolada dotada de uma história própria, e neles podemos observar um padrão

narrativo no qual Pocock aparece como um “historiador da migração”, para usar as palavras de Whatmore e Haakonssen, isto é, não apenas das migrações de pessoas em novas e distantes terras, mas do transplante de novas formas de ver o mundo através do espaço e do tempo. Uma parte crucial do trabalho de Pocock foi mostrar que esse “transplante” de pessoas e ideias acaba criando uma nova “autorreflexão de que se está sendo transplantado”, fenômeno que adquire a sua própria história – ou, mais provavelmente, suas próprias histórias (HAAKONSSSEN; WHATMORE, 2016, p. 22).

Sem perder o hábito de se posicionar diante das suscitações causadas pelos desafios historiográficos do presente, Skinner assinala em seu recente texto ao assim chamado giro global, reconhecendo os não apenas os benefícios da abordagem, mas mesmo a sua urgência e necessidade para temas como o da crise climática (SKINNER, 2023, p. 205). No entanto, a recepção da história global por Skinner veio com uma ressalva. De acordo com Skinner, a tarefa a que se dispõem os historiadores globais é a construção de um projeto “imenso e intergeracional” que requer “uma ampla gama de expertise linguística” além de “uma excepcional sofisticação sobre o entendimento de conceitos não-familiares e como eles se encaixam na criação de sistemas culturais distintos”. O não cumprimento desses complicados requisitos é, para Skinner, a causa do principal perigo da abordagem – cuja presença o autor afirma já ter verificado em trabalhos recentes –, isto é, o surgimento de “formas superficiais e comemorativas de academicismo venham a dominar o campo com grande facilidade” (SKINNER, 2023, 206).

Assim, assinalando para o futuro da historiografia, Skinner afirma que defender a abordagem global não é tão importante quanto perguntar “para que o conceito de globalização é bom” ou em que momentos uma análise global se faz necessária, ou seja, fazer história global quando for o caso, porém sem abandonar a possibilidade de uma escrita da história não-global. E em resposta sutil às vertentes decoloniais e pós-coloniais que dirigem uma forte crítica ao lugar ocupado pelo pensamento ocidental no âmbito mais global da história, Skinner adverte: “Nós precisamos nos atentar em não jogar o bebê junto com a água do banho”. O impacto do imperialismo ocidental ao longo dos séculos nos impõe uma situação na qual, se queremos compreender a política numa escala global, precisamos fazê-la de mãos dadas com o estudo do pensamento político ocidental, que ao longo da história se entrelaçou nos valores e atitudes políticos de indivíduos nas mais diversas partes do globo. E se o estudo das tradições ocidentais do pensamento político começar a ser negligenciado, finaliza Skinner, acabaremos por

negligenciar a compreensão de como alguns dos conceitos mais caros do mundo global contemporâneo vieram a se tornar realidade (SKINNER, 2023, p. 207).

Por fim, cabe mencionar que o legado intelectual de Skinner possui um grande potencial de desenvolvimento no futuro. Assim como na história dos conceitos já é possível utilizar recursos tecnológicos como o processamento de linguagem natural associado ao reconhecimento de caracteres para explorar com algum grau de automatização os possíveis significados de um conceito histórico, podemos igualmente pensar na utilização dos mesmos recursos para a análise de possíveis intenções autorais. Talvez, num contexto em que possamos unir estudos de história e linguística em conjunto com os mais complexos algoritmos de computadores, talvez aquele ambicioso projeto original – de reconstruir com algum grau de certeza as intenções originais de um agente político do passado – possa ser reaberto para novos experimentos.

E mesmo que o desenrolar da metodologia seja outro, o conjunto da obra de Skinner analisado ao longo deste trabalho deixa também um importante legado para o presente. Em tempos de crise como o atual, mais do que nunca percebemos a necessidade da historiografia em agir dentro da conjuntura social e política da qual faz parte. Se pensarmos, por exemplo, na iminente e anunciada crise climática, como bem nos lembrou Yuval Harari em suas *21 lições para o século 21*, a humanidade se encontra numa situação delicada em que tudo o que damos por certo pode mudar radicalmente seja com os rápidos avanços tecnológicos – particularmente o da inteligência artificial – ou com os abalos climáticos e suas necessárias consequências. Um dos desafios mais importante hoje, bem alerta Harari, é o de reformularmos a nossa própria noção de democracia – conceito já tão esvaziado pelo debate político mais amplo – que carece de uma alternativa ou reforma do modelo liberal. Skinner, olhando para um legado intelectual de mais de cinquenta anos, oferece ao estudioso das ciências humanas o modelo exemplar de como unir a análise histórica do pensamento político clássico e moderno com as demandas mais relevantes do tempo presente.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, B. S. **A república e a contingência: a recepção do pensamento político de Maquiavel pela Escola de Cambridge (Quentin Skinner e John Pocock)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.
- ARAÚJO, C. Apresentação: um “giro linguístico” na história das idéias políticas. In: **Linguagens do Ideário Político**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2013. p. 9–21.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BARROS, A. R. G. de. Quentin Skinner e a história das ideias políticas. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 274–293, 2023.
- BARROSO, A. V. L. T. A virada linguística e o contextualismo linguístico: contribuições teóricas para se pensar a história intelectual. **Revista de Teoria da História**, v. 14, n. 2, p. 170–182, 2015.
- BEVIR, M. The errors of linguistic contextualism. **History and Theory**, v. 31, n. 3, p. 276–298, 1992.
- BIGNOTTO, N. **Retórica de Hobbes**. Disponível em: <<http://jornalderesenas.com.br/resenha/retorica-de-hobbes/>>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- BLOCH, M. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Tradução: André Telles. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BOROT, L. Quentin Skinner, Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes, **CUP (Cambridge)**, 1996, p. 124-126.
- BOUCHER, D. **Texts in context: revisionist methods for studying the history of ideas**. Dordrecht: Martinus Nijhoff, 1985.
- CERMANN, M.; MITTERAUER, M. Obituary: Peter Laslett. **Historical Social Research**, v. 26, n. 4, p. 251–255, 2001.
- CEZAR, T. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). **História da historiografia**, v. 8, n. 17, p. 440–461, 2015.
- COLLINGWOOD, R. G. **A Ideia de História**. Tradução: Alberto Freire. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- COLLINS, J. R. Quentin Skinner’s Hobbes and the neo-republican project. **Modern Intellectual History**, v. 6, n. 2, p. 343–367, 2009.
- CURTO, D. R. Nota de apresentação. In: **Visões da política: sobre os métodos históricos**. Algés: Difel, 2002. p. IX–XVI.

- D'ORO, G.; CONNELLY, J. **Robin George Collingwood**. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/collingwood/>>. Acesso em: 2 abr. 2021.
- DASENBROCK, R. W. J. L. Austin and the Articulation of a New Rhetoric. **College Composition and Communication**, v. 38, n. 3, p. 291, 1987.
- DRAY, W. **Filosofia da História**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- DRAY, W. **History as re-enactment: R. G. Collingwood's Idea of History**. Oxford: Clarendon Press, 1995.
- DUNN, J.; WRIGLEY, T. Thomas Peter Ruffell Laslett. **Proceedings of the British Academy**, v. 130, p. 109–129, 2005.
- ESPADA LIMA, H. História Global do Trabalho: um olhar desde o Brasil. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 59–70, 2019.
- FEAR, C. The question-and-answer logic of historical context. **History of the Human Sciences**, v. 26, n. 3, p. 68–81, 2013.
- FERES JÚNIOR, J. De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. **Dados**, v. 48, n. 3, p. 655–680, 2005.
- FERES JÚNIOR, J.; JASMIN, M. G. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: **História dos conceitos: debates e perspectivas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.
- FILHO, D. M. DE S. Apresentação: a filosofia da linguagem de J. L. Austin. In: **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. p. 7–17.
- FILHO, D. M. DE S. A teoria dos atos de fala como concepção pragmática de linguagem. **Filosofia Unisinos**, v. 7, n. 3, p. 217–230, 2006.
- FLATHMAN, R. Quentin Skinner, Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes. **Ethics**, v. 108, n. 4, 1998, p. 820-823.
- FURUTA, T. Without Laslett to the lost worlds: Quentin Skinner's early methodology. **Japanese Journal of Political Science**, v. 22, n. 3, p. 144–162, 2021.
- GOODHART, M. Theory in practice: Quentin Skinner's Hobbes, reconsidered. **The Review of Politics**, v. 62, n. 3, p. 531–561, 2000.
- GRAHAM, K. How do illocutionary descriptions explain? In: **Meaning & Context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988. p. 147–155.
- GRICE, H. P. Meaning. **The Philosophical Review**, v. 66, n. 3, p. 377–388, 1957.

- HAAKONSSSEN, K; WHATMORE, R. Global possibilities in intellectual history: a note on practice. **Global Intellectual History**, v. 2, n. 1, p. 18-29, 2017.
- HARLAN, D. Intellectual History and the Return of Literature. **The American Historical Review**, v. 94, n. 3, p. 581–609, 1989.
- HARTOG, F. Experiências do tempo: da história universal à história global? **História, histórias**, v. 1, n. 1, 2013, p. 164-179.
- HERZOG, D. Review of Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes. **Political Theory**, v. 25, n. 6, 1997, p. 893-895.
- JAMES, S. J.G.A. Pocock and the idea of the “Cambridge School” in the history of political thought. **History of European Ideas**, v. 45, n. 1, p. 83–98, 2019.
- JASMIN, M. G. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 27–38, 2005.
- JOHNSTON, W. M. **The Formative Years of R. G. Collingwood**. [s.l.] Springer, 1967.
- KNIGHT, C. Unit-ideas unleashed: a reinterpretation and reassessment of lovejovian methodology in the history of ideas. **Journal of the Philosophy of History**, v. 6, p. 195–217, 2012.
- KOIKKALAINEN, P. Peter Laslett and the contested concept of political philosophy. **History of Political Thought**, v. 30, n. 2, p. 336–359, 2009.
- KOIKKALAINEN, P.; SKINNER, Q.; SYRJÄMÄKI, S. Interview with Quentin Skinner; Quentin Skinner on Encountering the Past. **Finnish yearbook of political thought**, v. 6, p. 34–183, 2002.
- KORTA, K.; PERRY, J. **Pragmatics**. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/pragmatics/>>.
- LAMB, R. Quentin Skinner’s revised historical contextualism: a critique. **History of the Human Sciences**, v. 22, n. 3, p. 51–73, 2009.
- LASLETT, P. Review: Market Society and Political Theory. **The Historical Journal**, v. 7, n. 1, p. 150–154, 1964.
- LASLETT, P. Introduction. In: **Two Treatises of Government**. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 3–133.
- LESLIE, M. In Defence of Anachronism. **Political Studies**, v. 18, n. 4, p. 433–447, 1970.
- LI, H. Ideas in Context: Conversation with Quentin Skinner. **Chicago Journal of History**, v. 2, n. 7, p. 119–128, 2016.

- LONGWORTH, G. **John Langshaw Austin**. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/austin-jl/>>. Acesso em: 2 abr. 2021.
- MAJOR, R. The Cambridge School and Leo Strauss: Texts and Context of American Political Science. **Political Research Quarterly**, v. 58, n. 3, p. 477–485, 2005.
- MARTINS-COSTA, A. **Giro linguístico e historiografia: o debate na revista History and Theory (1960-1992)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.
- MILLER, S. Speech acts and conventions. **Language Sciences**, v. 22, p. 155–166, 2000.
- MILLER, T.; STRONG, T. Meanings and Contexts: Mr Skinner’s Hobbes and the English Mode of Political Theory. **Inquiry**, v. 40, n. 3, 1997, p. 323-355.
- MILLUM, D.; SKINNER, Q. **Interview with Professor Quentin Skinner - Making History**. Disponível em: <https://archives.history.ac.uk/makinghistory/resources/interviews/Skinner_Quentin.html>. Acesso em: 4 maio. 2022.
- NAPPI, T. Como interpretar os textos do passado: aspectos da visada teórica de Quentin Skinner. **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, n. 2, 2011, p. 153-162.
- OLSEN, N. **History in the Plural: an introduction to the work of Reinhart Koselleck**. New York: Berghahn, 2014.
- PALONEN, K. Quentin Skinner’s rhetoric of conceptual change. **History of the Human Sciences**, v. 10, n. 2, p. 61–80, 1997.
- PAREKH, B.; BERKI, R. N. The History of Political Ideas: A Critique of Q. Skinner’s Methodology. **Journal of the History of Ideas**, v. 34, n. 2, p. 163–184, 1973.
- PEREIRA, G. F. **A teoria da história de R. G. Collingwood**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- PERREAU-SAUSSINE, E. Quentin Skinner in Context. **The Review of Politics**, v. 69, n. 1, p. 106-122, 2007.
- PINTO, R. L. Uma introdução ao neo-republicanismo. **Análise Social**, v. XXXVI, n. 158–159, p. 461–485, 2007.
- POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. Tradução: Fábio Fernandez. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2013.
- POCOCK, J. G. A. A response to Samuel James’s ‘J. G. A. Pocock and the Idea of the “Cambridge School” in the History of Political Thought’. **History of European Ideas**, v. 45, n. 1, p. 99–103, 2019.

- REGENT, N. Quentin Skinner, contextual method and Machiavelli's understanding of liberty. **History of the Human Sciences**, p. 095269512110499, 2022.
- RICHTER, M. Begriffsgeschichte and the history of ideas. **Journal of the History of Ideas**, v. 48, n. 2, p. 247–263, 1987.
- RICOEUR, P. **Hermeneutics and the Human Sciences**: Essays on Language, Action and Interpretation. New York: Cambridge University Press, 2016.
- ROGERS, B. Philosophy for Historians: The Methodological Writings of Quentin Skinner. **History**, v. 75, n. 244, 1990, p. 262-271.
- SCHMITZ, F. **Wittgenstein**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.
- SEARLE, J. O que é a linguagem: algumas observações preliminares. In: **A filosofia da linguagem de John Searle: força, significação e mente**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 17–51.
- SILVA, R. Retórica e contingência na teoria política. **Política e Sociedade**, n. 9, 2006.
- SILVA, R. Liberdade e lei no neo-republicanismo de Skinner e Pettit. **Lua Nova**, n. 74, p. 151–194, 2008.
- SILVA, R. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **Dados**, v. 53, n. 2, p. 299–335, 2010.
- SILVA, R. Da história do pensamento político à teoria política histórica: variações da hermenêutica do conflito de Quentin Skinner. **Lua Nova**, n. 102, p. 137–171, 2017.
- SKINNER, Q. Hobbes's 'Leviathan'. **The Historical Journal**, v. 7, n. 2, p. 321–333, 1964.
- SKINNER, Q. Hobbes on Sovereignty: an Unknown Discussion. **Political Studies**, v. 13, n. 2, p. 213–218, 1965a.
- SKINNER, Q. History and Ideology in the English Revolution. **The Historical Journal**, v. 8, n. 2, p. 151–178, 1965b.
- SKINNER, Q. The Limits of Historical Explanations. **Philosophy**, v. 41, n. 157, p. 199–215, 1966a.
- SKINNER, Q. Thomas Hobbes and his disciples in France and England. **Comparative Studies in Society and History**, v. 8, n. 2, p. 153–167, 1966b.
- SKINNER, Q. The ideological context of Hobbes's political thought. **The Historical Journal**, v. 9, n. 3, p. 286–317, 1966c.
- SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas. **History and Theory**, v. 8, n. 1, p. 3–53, 1969a.

SKINNER, Q. Thomas Hobbes and the nature of the Early Royal Society. **The Historical Journal**, v. 12, n. 2, p. 217–239, 1969b.

SKINNER, Q. Conventions and the understanding of speech acts. **The Philosophical Quarterly**, v. 20, n. 79, p. 118–138, 1970.

SKINNER, Q. On performing and explaining linguistic actions. **The Philosophical Quarterly**, v. 21, n. 82, p. 1–21, 1971.

SKINNER, Q. Motives, intentions and the interpretation of texts. **New Literary History**, v. 3, n. 2, p. 393–408, 1972a.

SKINNER, Q. Conquest and Consent: Thomas Hobbes and the Engagement. In: **The Interregnum: The Quest for Settlement 1646-1660**. London: Macmillan, 1972b. p. 79–98.

SKINNER, Q. “Social meaning” and the explanation of social action. In: GARDINER, P. (Ed.). **The Philosophy of History**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 1974a. p. 106–126.

SKINNER, Q. Some problems in the analysis of political thought and action. **Political Theory**, v. 2, n. 3, p. 277–303, 1974b.

SKINNER, Q. Hermeneutics and the role of history. **New Literary History**, v. 7, n. 1, p. 209–232, 1975.

SKINNER, Q. A reply to my critics. In: TULLY, J. (Ed.). **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988. p. 79–96.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. Tradução: Renato Janine Ribeiro; Tradução: Laura Teixeira Motta. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SKINNER, Q. **Razão e retórica na filosofia de Hobbes**. Trad. De Vera Ribeiro. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1997.

SKINNER, Q. Rhetoric and Conceptual Change. **Redescriptions: Political Thought, Conceptual History and Feminist Theory**, v. 3, n. 1, p. 60, 1999.

SKINNER, Q. **Hobbes: The Amsterdam Debate**. Georg Olms Verlag, 2001a.

SKINNER, Q. The rise of, challenge to and prospects for a collingwoodian approach to the history of political thought. In: CASTIGLIONE, D.; HAMPSHER-MONK, I. (Eds.). **The History of Political Thought in National Context**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001b. p. 175–188.

SKINNER, Q. A Third Concept of Liberty. *Proceedings of the British Academy*, n. 117, p. 237-268, 2002.

- SKINNER, Q. **Visions of Politics**, vol. 1 - Regarding Method. Cambridge: Cambridge University Press, 2002a.
- SKINNER, Q. **From Humanism to Hobbes: Studies in Rhetoric and Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- SKINNER, Q. Political Philosophy and the uses of history. In: BOURKE, R.; SKINNER, Q. (Eds.). **History in the Humanities and Social Sciences**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2023, p. 194-210.
- SKINNER, Q.; SEBASTIÁN, J. F. Intellectual History, Liberty and Republicanism: An Interview with Quentin Skinner. **Contributions to the History of Concepts**, v. 3, n. 1, p. 103–123, 2007.
- SPRINGBORG, P. The Paradoxical Hobbes: A Critical Response to the Hobbes Symposium. **Political Theory**, v. 36, n. 5, p. 676-688, 2009.
- SPRINGBORG, P. Liberty Exposed: Quentin Skinner's Hobbes and Republican Liberty. **British Journal for the History of Philosophy**, v. 18, n. 1, p. 139-162, 2010.
- SPRINGBORG, P. Quentin Skinner and Hobbes's Artificial Person of the State Redux. **Global Intellectual History**, 2019, p. 1-47.
- STRAUSS, L. **Perseguição e a arte de escrever**. São Paulo: É Realizações, 2015.
- STRAWSON, P. Intention and conventions in speech acts. **The Philosophical Review**, v. 73, n. 4, p. 439–460, 1964.
- STRAWSON, P. Intenção e convenção nos atos de fala. **Ciência & Filosofia**, n. 5, p. 221–242, 1996.
- TARLTON, C. D. Historicity, meaning, and revisionism in the study of political thought. **History and Theory**, v. 12, n. 3, p. 307–328, 1973.
- VAN HOUTS, E. The norman conquest through European eyes. **English Historical Review**, v. 110, n. 438, p. 832–853, 1995.
- VAUGHAN, G. Quentin Skinner's Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes. **History of European Ideas**, v. 23, n. 1, 1997, p. 35-43.
- WALSH, W. H. **Introdução à filosofia da história**. Tradução: Waltensir Dutra. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- WHATMORE, R. Quentin Skinner and the Relevance of Intellectual History. In: WHATMORE, R.; YOUNG, B. (Eds.). **A companion to intellectual history**. 1. ed. [s.l.] Wiley Blackwell, 2016. p. 97–112.
- WIENER, J. Quentin Skinner's Hobbes, **Political Theory**, v. 2, n. 3, 1974, p. 251-260.

WITCZAK-PLISIECKA, I. Speech acts and the autonomy of linguistic pragmatics.
Lodz Papers in Pragmatics, v. 5, n. 1, p. 85–106, 2009.